MENDONÇA DE SOUZA

O GRANDE AMAZONAS

MITOLOGIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

SERGIO CARDOSO & CIA. LTDA.
EDITORES
MANAUS — AMAZONAS

MENDONÇA DE SOUZA

O GRANDE AMAZONAS

MITOLOGIA, HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Am 981.13 S729g

MANAUS — AMAZONAS — BRASIL

Explicação Prévia

Êste trabalho inclui-se no plano geral das comemorações do primeiro centenário do Amazonas à elevação de Província e, não tem a pretensão de ser uma história do nosso Estado, mas, tão sòmente, a atualidade de representar um inventário de citações que ligasse às informações documentais, ilustrasse os períodos e completasse as memórias históricas, desde as suas origens até aos nossos dias.

Assim, pois, êste volume é antes do mais, uma resenha honesta, no propósito de oferecer à historiografía, essa epopéia rutilante das gerações amazonenses que, em suas causas e consequências ficaram espalhadas ao longo da evolução do povo e "compassadas pela inevitável classificação das escolas", como bem disse o prof. Pedro Calmon na sua História da Literatura Bahiana.

Com o trabalho, que ora apresento, só tive em mente — reunir, provar e instruir, baseado em informações documentais, as notas históricas, e, deliberadamente, dar-lhes as proporções de um estudo, para quem futuramente queira escrever a história definitiva do Amazonas.

A originalidade do trabalho consiste, portanto, na honesta análise da seleção e da investigação, firmando-as em provas irrecusáveis. E, aplicando as ilações que a lógica imparcial permitiu, acredito trazer uma pequena e nova contribuição, para o estudo da compreensão histórica desta Unidade da Federação Brasileira.

Resta-me, com esta modesta achega, oferecer à douta Assembléia Legislativa a minha homenagem muito grata e muito sincera, pela maneira unânime com que se houve em bem aceitar o projéto de autoria dos deputados Carlos Soares de Melo e Homero de Miranda Leão, em cujas inteligências ilustres me foi possível encontrar o ensêjo de apresentar "O GRANDE AMAZONAS", sob um novo aspécto, de identificação documental.

Manaus, Setembro de 1950.

JOÃO MENDONÇA DE SOUZA

Surge et Ambula

A história do Amazonas, completamente descurada nas suas origens como tem sido nas dos rios, paranás e lagos da sua vasta e labiríntica rêde hidrográfica, precisa ser elucidada, estudada e conscienciosamente escrita por abalizados e competentes investigadores de fátos, que só devem estar patentes nos monumentos desenterrados do pó amontoado nas ruinas dos arquivos públicos do Estado.

Parecerá indubitavelmente afanosa e desanimadora essa tarefa por ser dificultosa, mas não impossivel a sua execução.

Como incentivo aos sentimentos que enobrecem o trabalho inteligente e proveitoso do homem para com a família, a sociedade e a pátria, se fôr necessário a êsses investigadores, evoquem o estímulo dessas individualidades históricas mais gloriosas do passado, certos de que, dos escombros do tempo, colherão monumentos vulneráveis para a história do Amazonas.

Desta sorte, as tradições nacionais se converterão em fátos firmados em documentos já descorados pelo caruncho dos tempos a proporção que forem sendo desentranhados do pó nauseabundo dos arquivos.

Daí provém essa convicção que tem o bom e zelozo cidadão sôbre os homens e coisas da sua pátria, de que a vida dos povos está na memória do seu passado e jamais nas decepções e misérias do presente ou nas desilusões das vãs esperanças do futuro.

E', portanto, no estudo acurado e profundo da vida dos povos, que consiste o lema "Le monde marche" do Pelletan, concebido da lenda do precito Ashaverus no seu incessante caminhar.

Caminhe-se, pois, sem retroceder, tendo sempre em mira os arquivos; e dos tesouros que, para a história nêles jazem sepultados, ver-se-á que o Amazonas não é, como se supõe, um produto do descobrimento da América por Cristovão Colombo, ou da passagem de Vicente Yanez Pinzon pela embocadura do seu **Maranon** ideal, e ainda menos da descoberta do Brasil por Alvares Cabral.

Siga-se o exemplo do Visconde Onffroy du Thoron, cabalmente esteriotipado no seu livro **Les Pheniciens á l'ile d'Haiti e sur le Continent Americain,** na sua descoberta, que a língua Kichua, primitiva americana, e na hebraica se deverá encontrar os rastos que encaminharão o investigador consciencioso e ilustrado aos estudos da vida pré-histórica do Amazonas, que chamou-se **Soliman,** antes da sua conquista pelos portuguêses.

Na senda do progredir do povo amazonense, se êste quizer atingir os seus almejados e louváveis intuitos de ser admitido a tomar parte na mesa da comunhão dos outros povos civilizados, siga o lema **um por todos e todos por um,** lembrando-se que os primeiros passos seguros e firmes dados em seu benefício foram os dos religiosos carmelitas e jesuitas, e dos imortais Marquez de Pombal, Mendonça Furtado, Lobo de Almada, Caldas, arcipreste Monteiro Noronha, sargento-mor Monteiro Baena, Berredo, Ayres do Casal, ouvidor Sampaio, doutores Couto de Magalhães, Tavares Bastos e Silva Coutinho; bachareis Barbosa Rodrigues e Torquato Tapajós, Agassis, Hartt, Chandless, Spix Martius, Elisée Reclus, Visconde Onffroy du Thoron, capitão-tenente Araújo Amazonas, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (senior), almirante Barão do Ladario, coronel Rai-

mundo de Faria, Pedro Sympson, major Jeronimo F. Coêlho, Alexandre Haag, Manuel Urbano, Barões de Mauá e Sant'Anna Nery, João Augusto Corrêa, Alexandre Amorim, arcebispo D. Romualdo A. de Seixas, bacharel João C. de Deus e Silva e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

Dentre êstes três últimos fatores do progresso do Amazonas e esforçados paladinos da promulgação da Lei de 5 de Setembro de 1850, distingue-se Tenreiro Aranha.

Fazia-se preciso um homem de ação, abnegação e patriotismo, para tirar o povo amazonense dessa espécie de sonambulismo em que viveu, vive ainda e continuará a viver, e foi a êsse homem o sempre memorável e benemérito João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, a quem coube a glória de obter dos poderes competentes da Nação a decretação, sanção e execução da Lei de 5 de Setembro de 1850, elevando à Provincia, com a denominação de Amazonas, que pertencia ao território da Província do Grão Pará, motivo êste pelo qual foi desanexada.

Nêsse mesmo tempo consegue êle, depois de 22 anos de constante propaganda, a aprovação do parlamento nacional de um aditivo a Lei do orçamento geral do Império apresentado por ocasião da sua discussão, e a sua inserção na Lei n.º 586 de 6 de Setembro de 1850, art. 2.º § 1.º autorizando o governo a estabelecer, mediante uma subvenção, a navegação a vapor no rio Amazonas e seus afluentes.

O Imperador, atendendo aos seus relevantes serviços à causa do Amazonas, o nomeou presidente da nova província, e no desempenho dêste elevado mandato a inaugurou a 1.º de Janeiro de 1852, tendo aportado em Manaus, a bordo do vapor **Guapiassù,** da armada nacional, a 27 de Dezembro do ano anterior.

Um ano depois da data da fundação da província, a companhia de navegação, comércio e colonização do

Amazonas, no Rio de Janeiro, iniciou com o vapor **Marajó,** de sua propriedade, a navegação do Amazonas entre Belém e Manaus.

A navegação a vapor do magestoso rio faz a nova província incessante e progressivamente prosperar.

Do primeiro passo a esta conclusão se evidencia que da missão daqueles homens brasileiros na maioria e outros de diferentes nacionalidades, advieram consideráveis resultados atinentes aos seus almejados desejos, na realidade civilizadores; porquanto, elaborando êles conjuntamente, e, sempre com inexcidivel correção e admirável harmonia em todo e por tudo, novos horizontes desvendaram para a história do Amazonas.

Reconstituiram línguas desconhecidas, bárbaras, dos seus aborigenes, povoadores do sólo fertil da famosa Guiana que é formada pelo Atlântico, Orenoco, Negro, Amazonas e Japurá, retalhada por enormes massas de água do Essequibo e Caroni, fora do território brasileiro; e do Oiapoc, Jary, Parú, Trombetas, Uatumá, Urubú, Negro, Branco, Caiari ou Uaupés, Tiquié, Içana, Içá e do Apaporis e Taraíra, todos pertencentes a rêde hidrográfica brasileira do Amazonas.

Interpretaram documentos que encontraram nas escavações das ruinas dos arquivos públicos da província.

Exploraram a imensa rêde hidrográfica da província, que é formada pelas Cordilheiras dos Andes e o Oceano Atlântico da qual a principal artéria é o famoso rio que Orelana diz ter sido o primeiro a navegar e o intrépido capitão português Pedro Teixeira, o primeiro a explorar de Belém ao Napo, subindo por êste até Quito, capital do Equador.

Os aborigenes chamavam êsse rio Parauassú, antes de Pinzon o denominar Maranon e de Orelana designá-lo Amazonas, depois do seu encontro com mulheres guerreiras na fóz do Nhamundá; todavia o Visconde Onffroy du Thoron descobriu, que o seu ver-

dadeiro nome era **Soliman,** tirado de uma grande tribu assim chamada ao Oeste do Pará.

De tudo, enfim, quanto de extraordinário êles fizeram pelo Amazonas, os mais importantes serviços foram da sua elevação de comarca à província, de sua inauguração, do estabelecimento da sua navegação a vapor e do início dela, partindo a 1.º de Janeiro de 1853 do porto de Belém perto do Atlântico, com destino a Manaus, onde ancorou a 11 do mesmo mês e ano, e de Manaus a Nauta a 15 de Setembro do referido ano, viagens estas que, mais tarde, se estenderam ao Jurimaguas, muito próximo dos Andes.

Originaram-se dêstes dois fátos grandes benefícios à provincia, que muito contribuem presentemente, para o desenvolvimento da navegação dos seus inumeros rios e lagos, melhoramento moral e material das suas cidades, vilas e aldeias, crescimento da sua população, progresso do ensino público, das artes, ofícios, comércio e indústria, aumento da sua renda pública e da fortuna particular.

Outras necessidades então sobrevieram à província a vista do evoluir da sua prosperidade, que a não serem de pronto sanadas poderão encravar a roda do seu progredir, empecendo-lhe a marcha e obrigando-lhe a retroceder.

A Lei de 7 de Dezembro de 1866, decretando a abertura dos portos do Amazonas à todas as bandeiras das nações amigas, foi uma das mais sábias medidas adotadas pelo Brasil, no intuito de melhor encaminhar o Estado à trilha da sua perfectibilidade.

Assim parece que seus homens compreenderam, porque logo se estabeleceu, mediante uma subvenção do Estado, a navegação de Manaus à Europa, Estados Unidos da América, Mediterrâneo, Ceará e Rio de Janeiro.

Entretanto, se tudo isto faziam os bons e bem intencionados amazonenses, com louvável empenho e

amôr ao seu torrão natal, a outra parte ostentava a mais criminosa indiferença a tudo e a todos que podessem bem fazer ou prejudicar o Amazonas no seu mais legitimo interêsse.

Outro fôra o proceder dêles que atualmente nenhum Estado do Brasil estaria em melhores condições de prosperidade, em todos os seus ramos do público serviço, do que êste, onde tudo se espera do govêrno e nada se faz sem o batismo da sua benéfica ação.

São tão avessos aos exemplos de patriotismo e ações generosas que parecem desconhecer a verdade e justiça em todos os atos de sua vida.

A prova dêsse juizo sôbre a maioria dos homens do Amazonas, a mais cabal, está na devastação que fizeram nos arquivos públicos, dos quais quasi todos os documentos preciosos tem se extraviado uma parte e a outra perdido-se no lixo, senão por perversidade, certamente por infidelidade ou dissídia dos seus depositários, salvando exceções honrosas.

Fóra dos arquivos, não têm utilidade alguma êsses documentos extraviados que se acham em poder de quem dêles, criminosamente, se apossou, tanto mais quanto, onde quer que sejam encontrados, são evidentes provas dos indícios do crime.

Em vez de mais tarde serem jogados ao lixo pelos seus possuidores, melhor seria que os fizessem volver aos seus próprios arquívos para facilidade de quem quer que possa se lembrar, nêstes tempos, de escrever, firmado em fátos provados por documentos, a história do Amazonas.

Agora mesmo, o Sr. Dr. Antonio Constantino Nery, patriota e ilustre governador do Estado vem de dar o segundo passo na senda do progresso moral e material do Amazonas, fundando sob seu valioso auspício, nesta capital, "O Arquivo do Amazonas", revista destinada a vulgarisar os documentos geográficos e históricos do Estado, oferecendo dêste modo um ensejo feliz para o

reaparecimento dos documentos que foram extraviados dos seus arquivos, principalmente à vista de formal promessa da sua vulgarização.

"O Arquivo do Amazonas", vem, pois, preencher a lacuna que no Estado mais proteção reclama dos seus altos poderes, para ao menos remediar, já que não soube evitar os efeitos das bárbaras devastações muito vulgares nos arquivos públicos, do resto de seus preciosos documentos históricos.

Apareçam êsses documentos, e venham êles donde vier, que o "Arquivo do Amazonas", com bastante prazer, os inserirá numa das suas páginas, para serem vulgarizados, bem estudados e melhor aproveitados, do que escondidos no fundo de uma gaveta, sujeitos a voragem das traças.

Além da publicação dos documentos geográficos e históricos do Amazonas dará ingresso graciosamente em suas páginas a qualquer trabalho vindo acompanhado dos competentes documentos, referentes à história pátria, tradições, lendas, línguas, religiões, hábitos, costumes dos povos antigos e modernos do Amazonas, viagens, roteiros e estudos descritivos dos rios, paranás, lagos, serras, campos, cidades, vilas, povoações, sitios, missões, climatologia, botânica, antropologia, fauna, geografia, e topografia do Pará, Mato-Grosso, Goiás e Amazonas, estatística, comércio, agricultura, indústria extrativa, manufatureira e fabril, indústria pastoril, produtos silvestres e agricolas do Estado em geral ou de um só municipio e ainda mesmo de um sitio em particular.

Ainda que por bondade do Exmo. Sr. Dr. Governador fosse distinguida a individualidade que escreve estas linhas com a honrosa designação de Diretor da Revista "O Arquivo do Amazonas", cargo para o qual é preciso competência, todavia, envidará os seus esforços para jamais desmerecer da confiança de quém lhe depositou, desempenhando os seus deveres na esperan-

ça de ser auxiliado pelo concurso de todos aqueles que zelam a terra querida dos Lobo d'Almada e Tenreiro Aranha e na defeza da qual tudo farão.

Diga-se, em conclusão, o mesmo que o Visconde Onfrroy du Thoron (Don Enrique), filósofo e historiógrafo eminente da América, escreveu a Ramon Fernandez, por ocasião da publicação do seu livro "Les Feniciens á l'ile d'Haiti e sur le Continent Americain".

J'ai seul la responsabilité de son contenu. Je l'ai écrit avec la conviction, que les Etudes americains exigent la lutte contre les anti-americainistes de parti-pris, la lutte de la vérité l'erreur de fausses théories e de mythes, la lutte du progrès contre la résistance et la malveillance: e'est, en un mot, la lutte entre la lumière et les ténèbres.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

Primeira Parte

Pré-História

Capitulos:

1.º - O Continente Lendário
2.º - A Atlantida de Platon
3.º - Os Amerindios do Amazonas

O Continente Lendário

Época pré-histórica e mítica. Formação geológica e raças que vieram a influir na sua vida histórica.

I

A história é a interpretação da nossa Cultura nos caminhos percorridos pelos ciclos das civilizações e das ideias. A evolução e o renovamento de muitas gerações, são os fátos comuns e gerais que se apresentam ao nosso espírito, para alimentar e perpetuar a própria Cultura **nacional,** na História da Civilização Humana.

Dêste modo, estudando a História da Humanidade, temos que convir com a personalidade curiosa de um Theophilo Braga, quando observa que, o teatro sôbre que se tem desdobrado a atividade do homem é a terra, aquecida pelos raios de um corpo maior do que ela um milhão e quatrocentas mil vezes: em roda dêsse centro calorífico ela gira descrevendo uma elipse que é a sua órbita na duração de um ano, fazendo sôbre si mesma uma rotação que corresponde a cada dia. A forma de todo o movimento conservado na rotação e propagado na translação, tal como se observa na mecânica molecular, dá-se também na mecânica sideral; a terra compõe-se de uma crústa sólida, uma camada líquida que ocupa três quartas partes da seuperfície, e um envólucro gazozo entre cinco e dez miriametros, que é a sua

atmosfera. A forma esferoide da terra pressupõe um estado fluido que se solidificou; a parte líquida a condensação dos vapores por efeito de um arrefecimento; a parte gazosa formada do oxigênio e hidrogênio determina a nova forma da atividade pela ação do calor e humidade favorecendo o aparecimento da vida vegetal e animal. As várias modificações de temperatura por que passou a terra assim determinaram a produção das espécies, a sua extinção, a sua emigração ou a sua adaptação e persistência. O homem como animal apareceu sujeito a tôdas estas modificações, subtraindo-se a elas pelo desenvolvimento da inteligência; se a distribuição dos mares, dos continentes e seu relêvo, e a direção das linhas isotérmicas regulam a marcha da vida vegetal, o homem também obedeceu a esta fatalidade quando despontou na época miocene e pliocene pelos acidentes de temperatura. As raças primitivas dolicocéfala e braquicéfala são a impressão fatal dêstes modificadores cósmicos e meteorológicos; mas essa modificação tornou-se obra do homem pelo desenvolvimento intelectual e industrial, pela migração, pela vida sedentária, e pelo familismo. Essa transformação conhece-se nos três tipos mais distintos da humanidade: — o Ariano, tronco das raças progressivas, Gregos, Romanos, Celtas, Germanos e Slavos; e os troncos Arameano ou Kuschita, donde derivam os Chaldeos, os Assírios, os Fenícios, Árabes e os Judeus; e o Turaniano donde derivam os Tártaros ou Scithas, Chinezes, Turcos, Finezes e Húngaros. Foi nêstes três ramos, desiguais entre sí, que se estabeleceu a civilização. Nenhuma das fôrças que atuaram na transformação da matéria desde o estado cósmico até a vida orgânica, deixa de exercer-se sôbre o homem, quer individual, quer socialmente; o descobrir essas forças, o adaptá-las ao seu serviço, tem sido o trabalho do homem conservado tradicionalmente na espécie pela civilização.

Assim, afirmando êste progresso em linha reta, —

parece-nos evidente que o berço das raças humanas como primeiro pressentiu Cuvier, corresponde a visão característica de determinar um comêço para o Amazonas, no domínio da Pré-história. Nos "plateaus" do **Altai** e **Ural,** desenvolveu-se a raça amarela; nos "plateaus" do Caucaso desenvolveu-se a raça branca; e nos "plateaus" da Etíopia a raça negra. Isto confirma a admirável dependência das três grandes tradições: edênica, diluviana e de babel com as origens históricas da nacionalidade Turaniana, Kuschita e Ariana, sôbre a marcha de uma das primeiras civilizações da humanidde.

Uma vez estabelecida a diferenciação do tipo humano, verificamos que as diversas raças exercem uma ação mútua, com consequências sociais; a etnografia mostra-nos como se opera a fusão: uma raça pode absorver a outra ou aniquilá-la; tal é a situação da raça **Turaniana,** que, como precussora da civilização humana, foi destruida na Europa pelas **Arias** da migração, ou absorvida na Chaldéia pelo elemento kuschita, ou o mesmo kuschita aniquilado pelo Ária, na Índia. Hoje, que temos a história de muitas civilizações, diversamente interpretadas e apreciadas pela arqueologia e pela contribuição de cada época e cada ciclo do passado, deve-se estabelecer uma cronologia mais característica, e mais ardentemente discutida com unanimidade de aceitação. Tôdas as hipóteses das épocas geológicas se fazem pela enumeração das diversas camadas do terreno; assim também, tôdas as cronologias do homem ante-histórico se notam pela perfeição dos seus instrumentos, em idade de **pedra** bruta e lavrada, de **bronze** e de **ferro.**

Uma certeza científica, portanto, nos oferecem estas vastas e fecundíssimas investigações paleontológicas; daí a força **(dynamis)** que ela nos dá para constatar a existência de uma grande lei, a lei universal do desenvolvimento progressivo da indústria, da civilização

humana, desde o vil instrumento de pedra até os metais, até os tempos onde deve principiar a história propriamente dita, desde os retrocessos das tribus hiperbóreas ao seu estado anterior até os nossos dias. Assim, nos fátos da linguágem, têm os filólogos determinado o período dos radicais, em que as línguas são monasilábicas; o período dos temas, em que as línguas são aglutinativas; e o período das línguas flexionais, a que só chegaram as raças semíticas e arianas.

Ainda quando operarmos sòmente sôbre fátos relativamente bem conhecidos e sôbre os quais as opiniões concordam mais ou menos, devemos considerar a História da Humanidade, na sua exposição cronológica, em evidente harmonia com a Biblia e a síntese da ciência.

Por isso mesmo, que, a deslocação dessas três poderosas raças que prepararam a civilização histórica da humanidade, os **Turanianos,** os **Kuschitas** e os **Arias,** do "plateau" do Pamir **(Upa-Meru),** liga-se a uma época geológica do período orográfico e glaciário, tendo-se sucessivamente refugiado do calor intenso para as terras do Novo Mundo ,para onde também emigraram animais e plantas. Para explicar a repetição dos fenomenos glaciários basta atender à formação das grandes montanhas por efeito de forças explosivas resultantes de pressão intraterrestre; destas forças resultou um desenvolvimento de calor nas camadas da terra, cuja irradiação vem com o tempo a produzir uma temperatura suave à superfície; o ponto onde mais cedo essa temperatura aparece é no cimo ou no "plateau" dos montes, e por isso é que vêmos as raças humanas refugiarem-se nessas esplanadas, como as do Pamir, e descerem depois aos vales por causa do degelo, ou lançadas fora do paraiso pela serpente mãe do inverno, do míto do **Vendidad.** O período glaciário, segundo a teoria de Tindal, explica-se por um aquecimento que as explosões formativas das montanhas produziram, e que foi a causa das primeiras migrações humanas; a êste período de

calor sucedeu-se o dilúvio ou degelo, que começou do alto das montanhas, e fez que essas raças descessem para os vales. E' por isso que nas vetustíssimas tradições humanas, o dilúvio se liga à dispersão das raças de um berço comum, e assim explica Mauri essa tradição nas populações da América.

O desenvolvimento de duas ciências modernas — a Etnografia e a Paleontologia, auxiliadas pela descoberta inapreciável de monumentos arqueológicos de Babilonia e Assiria, torna possível o reconstituir-se o estado das raças que apareceram na América antes da vida histórica do Amazonas.

Assim, para que se compreenda esta brilhante civilização que rivaliza com a do Egito na antiguidade, na cultura científica e na poesia, é preciso que esbocemos agora as características do segundo elemento étnico, o **Kuschita,** e das suas variedades semiticas. A etnologia descreve o seu tipo como pequeno de corpo, cabelo abundante, variando a côr da pele do branco para o negro; lábios espessos, e nariz menos fino do que a ariaca. A língua dos kuschitas tem intimas analogias com o hebreu, com o árabe e outros idiomas semíticos, o que nos leva a identificar nesta raça todos os ramos da família semítica, segundo a opinião de Creuzer e Guigniaut. Os principais ramos kuschitas que ocupavam a Chaldéia eram os **Kissianos,** fixados na região montanhosa ao oriente do Tigre; ao longo do Tigre e do Euphrates inferiores se estendiam os **Sumirs,** que se tornaram o elemento preponderante da Chaldéia; um terceiro elemento kuschita estabeleceu-se nas margens meridionais do golfo Persico, os **Ponu** ou **Poeni,** donde vieram a constituir-se os Phenicios, depois que emigraram para as bordas do Mediterrâneo. Sobretudo na sua permanência nas ilhas da desembocadura do Tigre e da costa susiana é que a raça kuschita desenvolveu a sua contemplação astrolátrica e a constituição sacerdotal que elaborou essa astrolatria

nas tríadas cosmogônicas e cósmicas; são êles enfim os primeiros navegadores, que têm por simbolo o peixe, e que estabeleceram a base de numeração duodecimal, e a cronologia.

Diz o Gênesis: "Os povos **tendo vindo do Oriente,** acharam uma planície na terra de Sennaar e aí habitaram". A vinda do Oriente concorda com a concepção cósmica turaniana; porém o ponto de partida, o **Eden,** corresponde à região de **Udyâna,** o jardim junto de Chachemir, e banhada pelos quatro rios de que fala o Gênesis: o **Oxus** (**Ghihon,** o Djium moderno) o **Phison,** (Sindus ou Indus) e o Tigre e Euphrates; êstes dois últimos rios são substituidos nos mitos persas e indianos pelos rios Helmond e Iaxarte, que são os que verdadeiramente derivam da cadeia de montes em que está situado o "plateau" de Pamir. E' essa região, essa Montanha do Oriente, o Meru indiano, o (**Upa-Meru,** conhecido pelo nome moderno de **Pamir,**) que aparece diversamente referida nos livros sagrados dos hebreus, persas, indianos, siríacos, phrígios, armênios, e ainda entre os gregos, que conservaram a frase **meropes antropoi,** os homens descendentes do Meru.

Não devemos esquecer entretanto que a civilização mais antiga de que a história possue os monumentos é indubitavelmente a que tem por centro o Egíto; ela serve como termo de orientação cronológica para as mais remotas nacionalidades do Oriente, e foi ao mesmo tempo um foco de atividade e de estímulo, donde irradiou o progresso humano.

Podemos encontrar nos grandes rios o itinerário da evolução histórica da humanidade, que nos servirá de fio condutor em nossa exposição narrativa: o Egíto, segundo a célebre frase de Herodoto, **é um dom do Nilo;** a Chaldéia forma-se entre o Euphrates e o Tigre; a civilização chinesa estabelece-se nas margens do Hoang-ho; a civilização indiana organiza-se junto de seu rio sagrado, o Ganges; as civilizações do Mediterrâneo,

como a da Grecia e de Roma, mesmo a ação dos Phenicios, desenvolve-se à beira dêsse braço do Atlântico.

Evidentemente, as precauções, a discrição e o método dos eminentes arqueólogos e investigadores do nosso tempo apresentam, em geral, as raças kuschita-semitas, localizadas nêsses grandes rios, propagando pelo mundo os progressos adquiridos pelo Egíto, Chaldéia e Babyolnia; do ramo cananeo proveiu a civilização dos **Phenicios,** do ramo terachita, a civilização dos **Judeus;** dos jectanides, a civilização dos **Árabes.**

O fáto da fusão das raças liga-se também ao fáto coletivo da vida das religiões, resumidas no **Fetichismo, Polytheismo** e **Monotheismo,** que as levam ao encontro umas das outras. A primeira fase religiosa caracterizada por Augusto Comte, acha-se aceita e comprovada por Alf. Maury, no livro **La Magie est Astrologie:** "A religião do homem selvagem ou na barbárie, é um naturalismo supersticioso, um **fetichismo incoerente** no qual todos os fenômenos da natureza, todos os sêres da criação se tornam objeto da adoração. — Tal é a religião de todos os povos negros, das tribus altaicas, das povoações da Malásia, e dos restos das povoações primitivas do Indostão, dos Peles-Vermelhas, da América, e dos insulares da Polynésia; tal foi na orígem a religião dos Aryas, dos Mongois, dos Chineses, dos Celtas, dos Germanos, dos Slavos". Hoje, pode-se completar a comprovação histórica com as descobertas sôbre o fetichismo das tribus selvagens do Amazonas.

As causas históricas que tornaram o Amazonas o El-Dorado do mundo, desde as conquistas faraônicas vêm da longa decedência do Egíto, que se comunicou à Assiria, à Phenicia, à Judéia e a Grécia. Um fáto particular, mas permanente se revela a cada instante na história do Amazonas: a conexão dos nossos hieroglifos e obeliscos, com os que inspiraram Ramsés II, invocando Ammon, **no Poema de Pentaour:** "fui eu que fiz conduzir **essas pedras eternas** (os obeliscos de Elefantina)".

No dizer de Raimundo Moraes, cada um dêsses hieroglifos amazonidas, também, numa sintese prodigiosa, conta um episodio, perpetúa uma viagem, marca um signo, aponta uma estrada, biografa uma personagem, rememora um cataclismo, narra um mito, traduz uma oração. Valem por capítulos e capítulos da bárbara odisséa descrita na argila. Êstes historiam coisas do ceu; aqueles, coisas da terra. Remarcam estrelas e arvores, constelações e florestas, cometas e rios.

Quando Moysés organizou a genealogia do Gênesis, já o Egíto havia atingido ao cume da civilização nas dinastias tebanas; na nacionalidade predominava totalmente a raça kuschita, e o Egíto era denominado na língua dessa raça, **Misraim,** nome dual do alto e baixo Egíto; entre as tribus que enumera, a preponderante é a dos Lud, ou Rut "os homens por excelência", e no papiro de Bulaq, descrevendo-se o poder de Râ, lê-se: "Enfim os homens sáem dos seus olhos, e se espalham pela terra, grei de Râ, dividida em quatro raças, os Egipcios, (**Retu** os homens por excelência; os Negros, (**Nahsi)** que estão sob o patrocinio de Hor; os Asiaticos, (Aâmu) e os povos do norte. . ."

Foram êstes os primeiros povos, que gradualmente se fixaram no Amazonas, em uma órdem que pode determinar-se pela proximidade do Mediterrâneo e pela preponderância de vários centros, como sendo a mais verdadeira do nosso mundo real ou concebível.

Entretanto, para a compreensão do Amazonas quanto à orígem de sua terra, fauna, clima, flora e relêvo descritas nas épocas geológicas de todos os movimentos que se deram na constituição física e química da Terra, temos que repetir as palavras de Hamy: "Da época miocene para a pliocene produziu-se sob influências desconhecidas, cósmicas ou terrestres, alguma coisa de comparável a êste arrefecimento gradual do qual a Islândia, a ilha de Jan Mayen, a Groelândia e o grande arquipélago do Noroeste são o triste teatro".

Platon verifica êste fáto no seu **Timeo e Critias,** quando observa, que o abaixamento gradual da temperatura na época pliocene, e depois o arrefecimento repentino por efeito de qualquer continente submergido, (Atlântida) coexistem a par da estupenda manifestação dos fenomenos glaciários, "idade de sofrimentos e de lutas, que os antigos poderiam ter conhecido", a qual se liga às tradições de um paraiso fechado para sempre ao homem, como se vê na legenda biblica do Eden, e do Voluspa, da Atlântida ou Fortunatas.

Na realidade, todo o começo do Amazonas é baseado em postulados indemonstráveis. E não é fácil dizermos com Brasseur de Bourbourg, Alcyde d'Orbigny, Hamard e o insígne indianólogo Henrique de Thoron — que os próprios egípcios foram, igualmente como os nossos homens americanos, uma colônia provinda da famosíssima Atlântida de Platon, no ponto de vista **sub specie aeterni.** Aliás, o testemunho irrefragável dessas afirmações trazidas a lume pela paleontogia, se faz reconhecer em Platon, no seu Dialogo de Crítias — que descreve maravilhosamente os fátos que lhe fóram relatados pelo sábio legislador de Athenas, o eponimo Solon, o qual por sua vez os ouvira da boca dos sacerdotes egípcios que o educaram e instruiram, iniciaram e o admitiram nos grandes mistérios de Eleusis.

Notemos, entretanto, que a unidade do vale amazônico bem definido nos períodos Cambriano, Ordovinciano e Siluriano é o que formava o grande continente do Gondvana, de oito mil por seis mil milhas de extensão, incluindo, dentro de seus limites, a Índia, a maior parte da África, a Antártica, dois terços da América do Sul e três quartos da Austrália, constituindo u'a massa terrestre maior que a da atual Eurásia.

Êstes exemplos por históricos e sumários que sejam, parecem insuficientes para mostrar a formação **sui generis** do Amazonas, porque sugerem coisas diferentes, de cada Civilização, de cada época, de cada

Nação que sentia e vivia a sua língua, a maneira de conceber e aceitar a vida.

Não se deve esquecer que uma Cultura não se reconstitue de modo artificial, — nem também de forma autêntica. Nestas condições os historiógrafos e filólogos Burnes, Sepp, Charles de Ste-Foi, Meyndorff, Maltbrun, não podem dar senão uma alusão da cadeia meridiana do **Belour-Tang,** onde se acha o primitivo **Albordj** dos Persas, o **Hará-Bérézaitl,** o alto monte dos **Arias,** de cujo viso o Deus Sol, o invicto Mithra, o obumbrante Kousracy, qual corsel indomito, "plein de vigueur", avança tôdas as manhãs **Coéma-pirapiranga** para enviar sua luz ao Universo Apuam-kueratupé !

Disso se conclue que o nosso **Pimi-chim** é, portanto, o nosos simbolico monte, o nosso indiano **Berézó-Gairi** — "le haut mont aux belles formes" de que nos fala o **Zend Avesta,** a americana montanha de **Jobab, a Javita** — o **divortio aquarum,** a **Phaleg** que divide os dois grandes vales do Amazonas e Orinoco, e mantem a linha de comunicação entre o nosso atual Brasil e a Venezuela, a antiga Phenicia americana.

Tudo isto vem a propósito de compreendermos que esta colonia de **Jobab** ou grupo **Javita** que forma o **divisio aquarum** — do Pimichim, — e que separa as duas bacias dos vales do Amazonas e Orenoco, veio sem dúvida da Oceania, pelo vasto arquipélago da Sonda, do Oeste da Asia, onde fica o grupo de Java.

Nem històricamente, nem sobretudo geogràficamente, os povos que participaram dos períodos Paleozóico, Cambriano ou Pré-Cambriano, deixaram vestígios positivos da origem do Amazonas, para nos orientar em nossa compreensão acêrca dessas eras remotas.

A arqueologia pode dar uma visão uma percepção intuitiva relativamente exata, para reconstituir as épocas passadas, segundo a importância que receberem da nossa imaginação e dos conhecimentos dos fátos que nós próprios vivemos. Aliás, vêr o Amazonas à distân-

cia, é perder a sua atualidade e reduzi-lo a pormenores completamente inesperados.

Portanto, pode-se dizer que a Pré-história do Amazonas é a tradução do seu conhecimento, diante dos nossos olhos, nos lugares onde a Natureza deixa apenas um vazio sem vestígios que se evaporou durante séculos.

Nestas condições, parece-nos evidente que a divulgação do ilustre etnografo Rojas em a sua magnifica obra sôbre o Norte da América do Sul experimenta traduzir o Amazonas em tôda a sua verossimilhança. Evidentemente, cada Civilisação anuncia-se pelas suas próprias épocas, tão diferentes e tão separadas do passado pelo tempo e pelo espírito.

Observando o papel importante que teve, que tem e terá o Amazonas na efetividade da América, Rojas nos permite ter uma ilustração do mundo que é um oceano imenso. Assim, começa por nos fazer compreender que " entre 8° e 21° lat. Sul, e 44° e 65° long. Oeste, existe uma cordilheira de montanhas situadas de Leste a Oeste, a qual atravessa aquele espaço fazendo grandes inflexões, desde Piranga, em Minas Gerais, até quasi encontrar o rio Cayari, na lat. 8° Sul. Esta serra com diferentes nomes, segundo suas inflexões, ora é chamada **Serra Javita,** ora **Tabatinga, Pirinéos, Parecis,** semelhante à **Serra Parimá,** ao Norte, que separa os vales do Orinoco dos do Amazonas ao NO, e dos do Esequibo ao NE., que dá águas por sua vertente setentrional ao Orinoco e Esequibo, e pela meridional ao Amazonas por intermédio do rio **Quéce-oene** ou rio Branco e outros mais a Leste, exercendo as mesmas funções que esta, repartindo as aguas NS., e formando com elas os grandes rios que caem no Amazonas, o Madeira, o Tapajós, o Xingú, Araguary e Tocantins, e ao S., os principais que levam as águas ao Prata, Paraguai e Paraná.

Pois é nesta serra, tôda pertencente ao Brasil, que podem operar-se as comunicações entre as águas do

Amazonas e as do Prata, Paraguai e Paraná e aperfeiçoar-se as que existem ainda em seu estado natural, particularmente entre as latitudes 13° e 16° S., e as longitudes 50° e 60° O., situadas nas províncias de Mato-Grosso e Goiaz.

Quatro são até agora os pontos indicados para realizar tão importante união, pelos rios Arino e Zarmoth (Sumidouro), com o Arino tributários do Tapajós com o Paraguai, tributário do Prata; igualmente por meio do Cuiabá, tributário do Paraguai; pelo Xingú, tributário do Amazonas, com o mesmo Cuiabá; e em quarto lugar finalmente pelo Pilombo (Po-mi-lob), tributário do Araguai, com o Piquiry, tributário do Cuiabá, os três primeiros nas serras dos campos dos Parecis, o último na serra do Huayaca (saco).

Das comunicações indicadas, a mais fácil é aquela que, subindo o Tapajós até quasi a sua origem, toma por um outro de seus tributários, o Arinos ou Azarmoth (Sumidouro) que nasce por 13°40'; este caminho é o mais frequentado por estar situado, um pouco acima da boca do Tapajós, uma povoação importante, que imprópriamente denomina-se Santarém, o qual nome deve ser mudado para o de cidade de Tapajonia.

Poderiamos ainda enumerar além destas estradas que movem, crusam e cortam as vastas extensões d'América austral, mil outros trâmites de comunicações potamologicas, bem como o Tigre, o Pastaza e o Napo, que nos levam ao Equador, o Japurá e o Caquetá, que nos conduzem à Nova Granada, Colombia, o Quiary (Negro), que percorre Nova Granada, Venezuela e Brasil tendo tributários como o Uaupé, Padaviry e Uraricuêra (BRANCO) com um curso de 1.500 milhas, navegável mais de 1000; o Ualaga ou Gualaga a 11í N. e 75° lon. O., com 600 milhas de curso, o Beni com 1400 o Morona navegável por mais de 300 milhas, o Javary (rio de Java) situado a mais de 600 léguas do Atlântico com um curso de 380 milhas, o Jutahy, o Juruá corren-

do paralelos, um com um curso de perto de 400 milhas, o outro com mais de 700; o Purús com um curso proximo a 1 000 milhas; o Cayari com um curso desempedido de obstaculos até perto de 480 milhas de sua fóz, e tão extenso é ele, que se não fôra o obstaculo das cachoeiras, êle levaria o viajante até os pontos mais centrais da Bolivia, pois tem o seu terminus ad quem junto as serras nevadas do Sorata".

Temos assim, que a água foi a causa da nossa Civilização, que fez do homem um navegador, tal como se apresenta na época moderna. E, se não sabemos utilizar a contribuição dos rios do Amazonas, a culpa é nossa, isso é a prova da nossa impotência, ou da nossa falta de imaginação e inteligência.

Todavia, devemos a êsses caudatários nossa Préhistória verdadeira ou falsa, com tôdas as suas manifestações de espiritualidade, de tecnica e Arte tão complexa.

Se isso não nos parece evidente, explica-se por termos até agora expendido largamente, o que devemos concluir em favôr do nosso ponto de vista. Mas a diferença de mentalidade e de ambiente, inconciliáveis com os da Antiguidade, nos faz aceitar as descobertas arqueológicas dos professores Lund e Clausen nas cavernas do Brasil referentemente à formação e desaparecimento da nossa Atlântida, quiçá o misterioso Der-Boden limitrofe da Amazonia, da nossa verdadeira Ameroghaia, a nossa **separada** terra — o Sophir brazileno.

Consoante as tradições e as revelações da Pré-história, tal qual foi observada e atestada pelos sábios Alcide d'Orbigny, Bravard, Burmeister, Ameglino, Hartt, Lacerda e Ladislau Neto, nas preciosas reliquias da America do Sul, só poderia emanar o **Pema,** o **Opossum,** o **Kinkajú,** e o **Pecari,** ou do exterior, **ab Oriente,** do Araxá central da Ásia, ou da Atlântida enfim !

"Para nós, acrescenta Darwin, e com ele o Dr. Ri-

chardson, o caráter sul-americano dos mamíferos das Índias Ocidentais está indicando que êste arquipélago fazia antigamente parte de um **continente** meridional e que subsequentemente tornou-se o centro dum sistema de aluimento, a **system from shaking.**

Quanto mais eu reflito nêste fáto, continúa Darwin, mais me compenetro da sua importância e interêsse. Não estarão por ventura êstes fátos geológicos como que nos demonstrando a existência dessa Atlântida desaparecida, que Platon descreveu e que Colombo também imaginou e chegou por êste intermundio a descobrir, êsse continente americano que já se tinha separado dela por cataclismos cósmicos ou por meio de estupendos e místeriosos fenômenos geognósticos, que a ciência tenta debalde negar ?"

Nêste ponto, parece estar também de acôrdo a ciência paleontológica; pelo menos ainda ninguém, cientificamente falando, se abalançou a negar as inúmeras provas de oscilações antigas e recentes nem numerosissimos vestígios de imersões e emersões alternativas do continente sul americano.

Evidentemente, ao descambar do período terciário, diz o etnólogo Trouessart, muito antes do levantamento dos Andes, as duas Américas ainda não se achavam ligadas pelo istmo do Panamá. O Brasil formava uma grande ilha que se podia perfeitamente fotografar com os seus imensos contornos; o mar como se supõe, invadia então os vales do **Prata e do Amazonas;** o massiço colombiano se estendia mais ao Éste e ao Norte. O solo da Bolivia e da Patagonia atual formava uma enorme península bordada de imensos golfos a Léste e a Oéste, e esta península, **separada** do grande **continente austral,** tinha uma fórma e uma extensão diferentes das que hoje apresenta.

O mar das Antilhas reunia os dois grandes oceanos, e a corrente equatorial, correndo livremente entre as duas Américas, contribuia em dar ao continente an-

tartico o clima intertropical, que indicam a fauna e a flora que possuia então. Os numerosos grupos de ilhas, que se notam no Oceano Pacifico, se nos afiguram as grandes reliquias do grande **continente submergido** que ligava a Australia à América do Sul. Não seria êste continente submerso a nossa sonhada Atlântida ?

Se é verdade a união antiga da Polinésia e portanto da Malásia e da Austrália com a América do Sul, provada pela presença de plantas e animais comuns a êste continente nas terras da Tasmânia, os fátos geológicos, que se prendem a Patagônia — **restos de um continente submergido** — podemos admitir que junto às **terras** hoje **separadas** (ameroghaia) podia existir perfeitamente um **grande continente intermediário** que ligando-as entre si se tornasse alioquim como que um georama primitivo no centro do qual as fórmas biológicas de então teriam que evoluir-se simultaneamente para ír espraiando-se sôbre as diferentes partes das outras terras emergidas parcialmente. E' o caso da hipótese da Atlântida.

Ninguém admite, hoje, esta teoria pueril, mas as idéias de Humboldt deixaram vestígios, deitaram raízes mais profundas do que geralmente supomos no seu **Exame crítico sôbre a geografia do Novo Continente,** como uma manifestação da descoberta de Cristovão Colombo: "As famílias de vegetais e de quadrúpedes, que a América apresentava ao naturalista, a imensa cadeia de montanhas, que a percorria em todo o sentido de sua longura, como que apresentando-a ao exame do físico e do geólogo; as numerosas raças de homens côr de cobre, vermelhos, amarelos, pardos, brônzeos, alguns quasi negros, outros brancos, tudo isto vinha colocar-se como um enigma a desafiar a curiosidade do antropologista. Nunca, desde o estabelecimento das sociedades, a esfera das ideias relativas ao mundo exterior engrandeceu-se de uma maneira tão prodigiosa; nunca sentiu o homem necessidade tão instante de estudar

vivamente a natureza e de multiplicar os meios de prescrutá-la com sucesso!"

Refutadas desde muito tempo, como baseada sôbre a ignorância dos fátos históricos, continuaram e continuam a ganhar terreno, na curiosidade dos sábios arqueologistas, a variedade da raça humana que vivia na América.

De fáto, Vatable e Robert Etienne descobriram o Ophir na terra firme da América do Sul. Êste acontecimento histórico é explicado por Arius Montanus que não satisfeito de colocar **Ophir** e **Parvian** sôbre as costas do México, apresenta **Jectan,** filho de Heber, como um dos fundadores do império peruviano e faz emigrar Joab, para a costa ou golfo do Paria, e incorpora a cadeia de **Sephar** ou **Sephara** (chamada Ophir pelos Setenta, **Sofala** pelos Arabes e Chineses, **Supara** pelos Gregos, na cadeia dos Andes.

Podemos demonstrar com evidência, por verificações de Hugues de Groot, no seu livro — **De Origine gentium americanum** — aparecido em 1642, que a América do Sul foi habitada por povos da Nova Guiné, Java, Molucas, e ilhas da Oceania, na Notasia. Esta explicações entretanto foi modificada por George de Horn no seu livro — **De originibus Americanis** — que idealizou o estado primitivo da América com os Tartaros, Hunos, Chineses, Japoneses e sobretudo os Phenícios, juntamente com os Arianos e Egipcios, pela única razão de haverem implantado e mesclado a sua língua vernácula com os idiomas autoctónes dos nossos aborígenes.

Nestas condições, é que compreendemos que tôdas as grandes criações da humanidade, quanto à Pré-história, são concebidas para assegurar num passado infinitamente remoto a intuição imediata de uma Civilização, aperfeiçoando-a e tornando-a secular para a demonstração da sua Língua, do seu Mito, da sua Lei, do seu Pensamento e da sua Arte.

O que nos interessa portanto é a sua secularização e a sua difusão original, na mentalidade da gente menos preocupada com os problemas arqueológicos.

Admitindo históricamente a existência da Atlântida de Platon e dissertando sôbre o seu cataclisma, encontramos no passado, nomes como os de Aristoteles, Solon, Homero, Hesiodo, Euripedes, Strabon, Plínio, Elien, Tertuliano e outros já mencionados. Entre os modernos e contemporâneos contamos os seguintes: Francis Bacon, Luiz Pierre Marie François Baour Lormian, Jean Silvain Bailli, Alexandre Humboldt, Letroane, Renouvier, Henry Martin, Maurice Pellison, Rudebeck, Latreille e o recentíssimo Marcel Homet.

Um homem ilustrado, que pretenda compreender o domínio da razão, por quimérico que seja, não poderá negar que a ciência hoje pode afirmar sem temeridade nenhuma e com certeza matemática que outrora houve comunicação entre o hemisfério Atlântico e Andino. "Com razão, disse Latino Coêlho, tem-se chamado a América Novo-Mundo, não há mister de recorrer a fantasia; porque entre o sudoeste da Asia e noroeste da América existem pontos de contáto tão numerosos a inquirir onde acaba uma e onde começa outra. Para um antropologista como Humboldt, é impossível imaginar duas raças mais parecidas do que os Americanos e os Mongóis, salvo pequenas diferenciações de ordens osteologicas".

Mas essas conclusões são mais claras, com o grande antropologista Quatrefages que, refutando as razões de Vivien afirma que os Chineses conheciam desde longa data a bússola e que os habitantes do Celeste Império possuiam cartas geográficas muito superiores aos nossos rudimentares e informes ensaios medievos. Um exame severo reduziria, por demais, estas descrições fantasiosas. Entretanto a ciência de uma época nunca foi infalível; e a ciência da nossa época está apontando o caminho a percorrer da Ásia para a América.

E' preciso, evidentemente, esperar os resultados de investigações Pré-históricas mais objetivas. Todavia, sem pretendermos à conclusão definitiva, temos o direito, **a priori,** de alimentar as tradições da história do Egíto até a época do cataclismo da fantasiosa e hoje ratificada Atlântida.

Que nos seja permitido recordar aqui o testemunho irrefragível dos séculos sob os hieroglifos, múmias, túmulos, obeliscos, dialetos, costumes e épocas comuns ao Egíto e à América. Isto é um fáto que não padece dúvida. A história está vulgarizada por um grande número de decadências sociais; ao passo que não nos apresenta um só exemplo de uma raça que se tenha civilizado por si mesma. Na realidade, podem ser observadas através de tôda a História da Humanidade, que qualquer Civilização é susceptivel de desaparecer mesmo que tenha atingido ao seu maior apogeu. O Egíto, muitas vezes milenário, é um exemplo que ultrapassa os limites modestos do nosso estudo.

E, hoje, sabemos que um povo selvagem não pode saír por si mesmo da barbaria completa para uma real civilização. Aí está a história em peso da antiguidade para atestar o que existe de verddaeiro e claro entre os Egipcios e os Americanos.

Antes de filosofar, antes de criar ou meditar dum modo desinteressado, devemos vêr e compreender os marcos luminosos desta grande etapa de Progresso e Civilização, de que são testemunhos incontestes essas numerosas ruinas, que os antigos deixaram nas Américas como outros tantos misteriosos vestígios das obras ciclópicas dos homens dêsses mundos desaparecidos, dessa gloriosa e sonhada Atlântida platônica.

Portanto, cremos com firmeza que a nossa Civilização, a nossa Cultura, nascida há mais de trezentos milhões de anos, nos períodos Mesozóico e Cenozóico, está ligada às mais antigas tradições do Egíto, da Índia e da Grécia. Não obstante as aparências, Luiz Séne-

ca, celebre poeta latino, da era cristã, profetizou nos versos de **Medéa** que no dia em que o oceano rompesse a seriação dos acontecimentos humanos "uma grande terra surgiria nos horizontes". Uns enxergam nesta afirmação a **grande terra firme da América,** formada pelo cataclismo diluviano da Atlântida; outros, partes das regiões da Índia, África do Sul, Austrália, Antártica e partes da América que esteve unida terrenalmente ao norte da Asia.

A interpretação dada pelo insígne padre Fabre d'Envieu sôbre a ciência geogênica, faz-nos pensar que o aspecto da superfície terrestre mudou uma e muitas vezes desde os primórdios dos seus levantamentos, fáto afirmado por todos os sábios geólogos e pelos exemplos que temos hodiernamente das terras que se passam de uma cidade a outra.

Logo, a existência de um continente no seio do Oceano Atlântico atual é um fáto incontroverso, e êste não podia ser senão a grande Ilha denominada Atlântida, que o sabio Henrique de Thoron acredita mais extensa que a Libia e a Ásia reunidas.

Não se deve esquecer que os fátos reais e registrados que nos parecem tão importantes — apresentam apenas os nossos sentidos e a nossa interpretação, não raro incompleta e adulterada, sôbre os complexos Pré-históricos. Estas interpretações, amiúde parciais e medíocres, não foram escritas para reconstituir a **origem** do Amazonas.

Se a realidade, entretanto, pudesse atingir diretamente as origens da Terra, eu lembraria que Elisée Reclus reproduz em sua magistral obra — La Terre — uma carta geológica do mundo de Marcon onde se pode observar o aspecto da superfície terrestre, depois dos primeiros levantamentos.

Mas, quando se fala dos fenômenos geogênicos, não se deve esquecêr que outrora a Sicilia esteve unida à Italia, que a França e a Inglaterra estiveram ligadas

à Irlanda e a Gran-Bretanha, e até entre a Irlanda e a Hespanha não havia separação.

Logo, é possível acreditarmos, que efetivamente, a América esteve unida terrenalmente ao norte da Ásia.

Seja como for, o Kichua que passou da Ásia para a América, ou desta para aquele continente, na época Pré-histórica das primitivas migrações do globo, provavelmente foi falado na Atlântida, si é que não foi ela o seu berço original; daí passando, penetrou no rio das Amazonas, na Guiana brazilena, até que remontando ou retrocedendo o curso de proche em proche veio estabelecer-se definitivamente nos contrafortes da Cordilheiras dos Andes. Lá está o verdadeiro, o puro Kichua, o Kichua antigo, que difere necessariamente do de Cusco, tanto por sua pronunciação, como por um certo número de palavras. Em o número destas palavras encontra-se no pristino e genuino **Kichua,** o verbo — **Ati,** que significa **vencer** e **Atin** ser vencedor — donde o substantivo feminino — **Atina** — a **vitoriosa,** nome dado à estátua e à cidade de Athenas; é a mesma estátua que foi honrada sob o nome de **Pallas,** também do Kichua **Palla,** Virgem ou jovem Rainha, e que os Romanos chamaram Minerva, como etnologicamente descreve no seu grandioso livro — Brasil Pré-histórico — o conego Raimundo Ulysses de Penafort.

Num passo que deve interessar-nos realmente, sôbre as origens étnicas do Amazonas Pré-histórico, não devemos esquecer que o Kichua e o Nenhengatú, possuem, como a **língua primitiva,** o hebraico, tôdas as tradições cosmogônicas, eragenêsicas e históricas que serviram de base ao Gênesis de Moysés.

Aceitando a profunda lição que se contém nêste passo veremos no dizer de Onffroy de Thoron, que foi assim que Cristovão Colombo conseguiu sulcar **mares já dantes navegados,** desvelar novos mundos e estradar os povos para a conquista das entresonhadas terras Americanas. De maneira que poderia dizer-se, sem

nenhum jogo de palavras, que o realismo da Pré-história, está na interpretação idealista de um fáto histórico, notadamente na visão mais direta de uma Época e de uma Civilização.

Nem sòmente o critério científico da História se elevou no século XIX à altura de uma concepção da qual dependem a melhor compreensão dos problemas sociais, e os meios de realisar a maior soma do progresso tirando das instituições do passado o impulso transformador para a evolução atual; os documentos da arqueologia pré-histórica e da etnografia, das línguas, religiões e literaturas primitivas vieram nêste mesmo século depôr perante a razão moderna o estado da vida e da consciência do homem primitivo. Antes da lenda do **Eden** temos a biografia autêntica do homem das cavernas; antes da lenda do **diluvio mosaico,** temos a epopeia **babilonica** do **naturalismo kuschita;** antes do **decalogo** temos a confissão negativa do **Ritual dos Mortos,** do Egito; temos os hinos vetustíssimos dos **Vedas** como a revelação primitiva pela natureza ao genio da raça **árica.** Antes das **Epopeias de Homero,** temos os elementos tradicionais do **Ramágana** e **Mahabaratbha,** da Índia. O passado humano recuou além dos quatro mil e quatro anos que lhe assinala a Biblia algumas dezenas de vezes, diante das trinta dinastias egipcias, e da longa vida inconsciente do homem ante-histórico; e a elevação milagrosa da espécie tornou-se uma consequência natural da lei da **evolução.** Tal é a origem orgânica do individualismo que hoje se afirma pela expressão racional. Por outro lado a Era moderna está perfeitamente caracterisada desde que o regime revolucionário se converteu na manifestação do poder espiritual da Ciência e do poder temporal da Indústria, concordes na obra do progresso evolutivo, como disse Theophilo Braga, na sua História Universal.

Para fazer uma ideia clara do estado da sociedade humana nas épocas ante-históricas basta confrontar os

seus instrumentos industriais, os seus costumes com os das raças selvagens, que ainda se encontram na África, na América, na Polinesia, e não conseguiram vencer as fatalidades da natureza que as subjugam à bestialidade. A ideia dêste paralelo pertence a Dulaure e foi desenvolvida de um modo cientifico por Lubbock, nas **Origens da Civilização.**

Diante desta compreensão podemos repetir com Littré: "Para aqueles que tratam cientificamente a história, a empreza consiste hoje em traçar as vias e os meios por onde cada presente procedeu de cada passado.

Seja como for, a moderna descoberta da Pré-história amazônica é a prova suprema da atividade humana que não se esgota nunca, nas conexões que tendem a aproximar uma Época, uma Cultura do nosso mundo real ou concebível.

Portanto cremos com firmeza que a nossa Cultura e a nossa Civilização, muitas vezes milenárias, é esta marcha que determina as descobertas do sanskrito e do zend, a leitura corrente do chinês, a interpretação dos caracteres hieroglificos do Egito, e dos cuneiformes da Assíria e da Medéa, a descoberta do homem pré-histórico e dos utensílios do seu progresso, a rehabilitação da idade media da Europa, o estudo comparativo da linguagem, das religiões e das literaturas, que se têm acumulado para a revelação do passado do homem e da consciência dos destinos da espécie, da idéia e da solidariedade humana.

A Atlântida de Platon

Considerações em torno da Atlântida de Platon. As frotas de Salomon e Hiran no Rio das Amazonas. O reino de Merope e as migrações dos filhos de Jectan.

II

Estamos aquí procurando interpretar o enigma da Atlântida. Não podemos definí-la, nem situar onde se encontra: se na lenda, se na imaginação de alguns, se na sua significação ainda misteriosa. Contudo o simbolismo atlântido até hoje dominante, é, em sua forma limitada, uma impressão que preocupa as maiores figuras da arqueologia, como se êle fôsse uma integração metafísica, muito privativa, que a avareza dos milênios não deixa ser bem entendido e divulgado.

A história universal tem, mesmo, o poder de apresentá-lo numa fixação de pontos de vista necessários ao seu conhecimento, de forma tão variada e complexa que, todo e qualquer fio condutor de compreensão, não vai além da significação oculta e da divulgação fantasiosa, a-pesar-de tudo.

O primeiro carácter, a nota dominante dos fátos históricos, que encontramos para a realização de se fazer entendida, dificilmente conseguirá reunir páginas da mais pura verdade sôbre os diálogos de Timeo e Critias, que Platon remonta às posições geográficas an-

teriores ao cataclisma da Atlântida. Chegamos pela ajuda da geografia, da história e da filologia a descobrir os vestígios da navegação dos Phenicios e dos Hebreus da época de Salomon, no rio das Amazonas e a determinar pelas descrições da Biblia, as posições geograficas de Parvaim, de Ophir e de Tardschisch, no grandioso Continente Andino. Como realidade, no poder de dominar a nossa interpretação, Platon indica que a Atlântida está em frente ao estreito de Gades ou de Hercules; que a seguir se encontram as Antilhas e que atrás destas encontra-se a **grande terra firme.** Resulta dessas tradições que a grande terra firme é a extraordinária América, onde Critias dizia existir um verdadeiro continente e Platon acrescentar existir um **grande mar.**

Da verificação universal dêsse acontecimento, o douto historiador Gustavo Barroso, no seu livro **Aquem da Atlântida,** paginas 36 e 37, tomou a iniciativa de nos apresentar, uma lista enorme de escritores que se manifestaram sôbre a Atlântida, para negar, duvidar e afirmar.

"Na maioria, os neo-platonicos, apesar do culto ao mestre, negaram-na: Longino via no relato simples fantasia literaria; Amelio, um mito da luta entre planetas e estrelas; Numenio, o combate do bem e do mal; Origenes, a batalha dos genios bons contra os máus; e Proclus não a aceitava. Séculos afóra, outros negadores se alistaram a êsse grupo: Acosta, Malinkrot, Fabricio, Cellario, Tiedemann, Creyssent, Hismanns, Danville, Bartoli, Gosselin, Uckert, Malte-Brun, Letronne, Rhinne, Henri Martin, Nicklés, Thevet, Lubbock.

Duvidaram mais ou menos de sua existência real, sem se pronunciarem francamente, Plinio, Estrabo, Montaigne, Ortelio, Buffon, Mentelle, Raynal, Lafitau, Voltaire, Saint-Simon, Humboldt, Stallbaum, Bendant.

Imensa falange, entretanto, desde tempos remotos a vem aceitando. Possidonio citado em Estrabo, Filon

o Judeu, Crantor que era neo-platonico, Marcelo citado em Proclus, Amiano Marcelino, Arnobio, Tertuliano, como já vimos, Macrobio, Abulfeda e outros geografos arabes, Indicopleustas, Colombo, Genebrard, Becman, Kircher, Tournefort, Samuel d'Engel, Carli, de la Borde, Cadet, Rudbeck, Bailly, Delisle de Sales, Latreille, Bory de Saint Vicent, de Fortia, d'Urbano, Bernson, Villemain, Rienzi, Salomon Reinach, Gomara, Postel, Wytifliet, Swinger, Bacon, Bircherodius, Le Dain, Colli, Sainte Croix, Devigne e outros, com determinações e localizações interessantes".

"Para muitos, não resta a menor duvida quanto à existência da Atlântida, porém não no meio do oceano que ainda conserva seu nome e sim nos mais diversos lugares do planeta. Cada qual, acumulando dados, fátos, testemunhas e documentos se esforça por tornar vencedora a sua tese. Eurenius identifica-a, forçando a mão, à Palestina. Kirchmaier e Godron querem que ela ficasse onde hoje se estende o Sahara, Gaffarel coloca-a na América em geral. O mesmo pensavam Lamothe Levayer, Carli, Saint-Croix e Gomara. Paw particulariza que foi na do Sul. E Oviedo indica a planície Amazônica.

Rudbeck, no século XVII, assegurava que correspondia à Escandinavia, o que Demarchy modernamente corroborou. Delisle a meteu no Mediterrâneo e diz que dela restam Malta, a Sicilia, a Sardenha e a Corsega. Latreille atirou-a na Persia, fazendo a analogia do golfo de Ormuz com o seu grande porto. O padre Kircher coloca-a nas Canarias e nos Açores. De Baer fa-la corresponder a Sodoma e Gomorra, vítimas da colera divina pelo mesmo motivo — a degradação dos costumes e o abuso do luxo. Bailly considera-a como tendo sido a Siberia hiperbórea e acrescenta que pela Mongolia os seus povos sairam em demanda do ocidente. Segundo êsse autor, dela fazia parte o Spitzberg, que é tudo quanto sobrou da subversão. Mac Culloch

vê seus restos nas Antilhas. Buache intercala-a entre o Cabo da Bôa Esperança e o Brasil. Para Berlieux, antes, como para Silbermann, depois, é o Atlas, a África setentrional, sendo que o primeiro vê duas Atlântidas: a do Timeu é a Mauritania; a do Critias o que essa conquistou ou colonizou. Roisel aceita o mar de Sargassos como seu derradeiro vestigio. Verneuil e Colomb a reunem à antiga peninsula Iberica e ao sul da França. Starkie Gardner acha que, no período eoceno, ocupava a posição atual das ilhas Britanicas, estendendo-se muito mais pelo oceano. Donnelly crê que enchesse o grande vasio do Atlântico entre a Europa, a África e a América, restando dela os grandes picos fóra das ondas: Madeira, Açores, Canarias, Cabo Verde, talvez Fernando de Noronha, a Trindade, e os rochedos de S. Pedro e S. Paulo. E Hamy determina com tôda a sinceridade a sua latitude média — o paralelo de 45° Norte". (Gustavo Barroso, obra cit. pgs. 39 e 40).

Nesta proporção é que vemos rivalizar na mesma afirmação, a Heliano, Theopompo, Sileno e Midas (1) sôbre a existência, além da Ásia, Europa e da África, **dum verdadeiro e único continente,** e habitado pelos Meropios, cuja raínha era Merope, filha de Atlas, rei da Libia, e contemporânea de Hercules, Theseo e de Laomedonte, cincoenta anos antes da tomada de Troia.

As considerações acima expostas, levam a concluir-se que naquela época o continente americano já era conhecido dos Phrygios, Atlantes, Egypcios e Phenicios, 1329 anos antes da nossa era.

Observa Candido Costa que a língua **quichua** ou dos Antis da América equatorial fornece-nos a etimologia de **Merope: Marop** é o genitivo de **maro,** terra; ela é da terra dos Meropios, ou nascida da terra, isto é, autoctona, expressão que corresponde ao grego **Ghe-**

---

(1) Midas, primeiro rei da Phrygia, antes do diluvio de Deucalião.

ghenes. A rainha Merope deve pois seu nome ou apelido ao país que se chamava Meropis.

Atlas, nome egito-líbico, tira sua raiz do egipcio **atl,** "país", acompanhado da particula egito-quichua **as** que é afirmativa e indica a estabilidade. Atlas significa pois "do país", isto é, indigena, nascido no país, posto que fôsse êle descendente dos Atlântes, assim como os seus súditos estabelecidos na Líbia. Eram oriundos do país de Atlântis, nome que os Gregos trouxeram do Egito; ora, na língua dos Egipcios, **anti** significa "os altos vales". Atlântis "país dos altos vales". **Anti** é justamente o nome dos Andes da América equatorial, e suas povoações têm ainda o nome de Antis. Sileno, dando a descrição do vasto continente governado por Merope, fala dos grandes animais que lá se vêm, das grandes cidades, dos costumes e leis dos seus habitantes e acrescenta que êles possuem muito ouro e prata. Semelhante narração não se pode referir senão à América.

Parte da língua dos Antis se acha nos hieroglifos dos monumentos do Egíto, assim como no grego antigo. Independentemente das provas filológicas que possuímos, as quais demonstram as relações dos povos de ambos os grandes continentes em a mais remota antiguidade, faremos observar que os antigos Egipcios se representavam sempre em suas pinturas murais como sendo da raça vermelha e imberbe: ora, os americanos índigenas são os únicos povos imberbes e de côr vermelha, e seu tipo é justamente o mesmo que se nota nas esculturas mais antigas do Egito. Conchegando êste fáto etnológico às provas filológicas e à comunidade de língua, torna-se evidente que o elemento principal da grande invasão dos Atlântes, a qual se efetuou ao mesmo tempo na Líbia até o Egíto, e na Europa até a Tirrenia, até mesmo a Grécia, fôra fornecido pelos habitantes dos altos vales da América equatorial **coligados com os da ilha Atlântida.** Critias conta que os Ateni-

enses resistiram a uma multidão infinita de inimigos armados, **vindos do mar Atlântico.**

Note-se que estou me referindo à existência do vasto império dos Atlântes, do qual faziam parte a América e a Atlântida, sendo de considerar-se que num ponto de vista todo novo, o cataclisma do continente atlântido muito contribuiu para o enriquecimento e formação definitiva do continente andino. Não me cabe aquí estudar os fenômenos dessa catastrofe; mas, se lembrarmos agora que Diodoro de Sicilia, 45 anos antes da era cristã, dizia existir distante da Líbia, muitos dias de navegação, ao ocidente, cujo solo era fertil, de grande beleza e regado de rios navegaveis, teremos completado as nossas afirmações, antes da invasão dos phenicios, nas terras que Festo Avieno, no século IV, estabelece, **além do oceano e margens de um outro mundo.**

Porque, na verdade, Diodoro de Sicilia, caracteriza êsse ponto de vista, afirmando que, os Phenicios, tinham-se feito à vela para explorarem o litoral situado além das colunas de Hercules; e, enquanto costeavam a margem da Lybia, foram lançados por ventos violentos **mui longe no oceano.** Batidos pela tempestade por muitos dias, abordaram enfim no continente de que falamos. Tendo tomado conhecimento da riqueza do solo, comunicaram sua descoberta a todo o mundo. Êle mesmo (Diodoro) nos dá testemunho de que os Tyrrhenios, **poderosos no mar,** quizeram também mandar uma expedição; porém, foram impedidos pelos Carthagineses, que receavam que um demasiado número de seus concidadãos, atraídos pela beleza dos Andes, desertasse da pátria.

Nêsse particular, Aristoteles pode ser encarado, como a prova real de uma lúcida e esclarecida verdade, quando diz que foi o receio de vêr os colonos sacudirem o jugo da metropole carthaginesa e prejudicarem o comércio da mãe pátria, que levou o senado de Carthago

a decretar pena de morte contra quem tentasse navegar para esta ilha. O ponto a que êle se refere é o da América equatorial.

De qualquer maneira, êsses apontamentos fundamentais preenchem magnificamente, a razão pela qual Salomon, pedia marinheiros a seu amigo Hiran, para armar seus navios, com destino ao rio das Amazonas. O que eu penso, portanto, é que a proximidade das ilhas de Cabo Verde da costa do Brasil, e a existência das correntes equatoriais opostas, que facilitam a travessia entre os dois grandes continentes para ida e volta, explica a presença de Hercules nêste continente através dos mares de oeste, há 3129 anos. E frizo que tanto na história do nosso continente, como na história de nossa universalidade, a língua quichua, falada nos Andes do Perú, Equador e partes da região amazônica tem, mesmo, o direito de provar uma cadeia íntima com as línguas mortas da Ásia, do Egypto e da Grecia.

Para conseguirmos êsse fim, devemos acrescentar que os **Antis** das cordilheiras da América equatorial e meridional e da bacia superior das Amazonas, eram os mesmos que se assinalavam, pela numerologia dos anos e da mitologia, na Atlântida de Platon, como observa Oviedo e Brasseur de Bourbourg.

Foi depois dos grandes abalos plutonicos na estrutura da terra, que fez desaparecer cidades, ilhas e continentes, que começou a crescer o míto das comunicações entre o antigo e o novo mundo. Como observa Jopeh Hooker, famoso naturalista e botânico inglês, sôbre os estudos que fez na ilha da Trindade, nas costas do Brasil, e que foi companheiro de James Ross, na sua expedição antártica em 1839-1843, o nosso continente, transformou-se no míto mais fundamental dos nossos dias, que é segundo a sua teoria a ligação territorial em tempos remotos da ponta meridional da América do Sul com a Australia e a Nova-Zelandia. Isto

nos leva a acrescentar, como insinua Candido Costa, ter sido a Ásia ligada à América na parte em que se acha o estreito de Behring; assim como a Europa à África pelo lado do estreito de Gibraltar, cuja largura é de 14 quilometros. Sendo as sublevações plutonicas as mais fundamentais da divizão terrestre, devemos estender as nossas vistas para a submersão da cidade de Herbadilla, na França, onde hoje vê-se o lago Grandlieu, com a formação do Zuyderzée em 1170; e o terremoto de 1663, que tantas calamidades causou ao Canadá, transformando grande parte do seu terreno; bem assim o de 1556, que fez desaparecer mais de 60 léguas quadradas na província chinesa de Chansi; finalmente a tradição do grande cataclisma que destruiu a Atlântida.

Da evolução ou da ascensão do valor do míto, encarado como entidade absoluta da pré-história, é que vemos, na **Crônica Geral do Brasil,** do Dr. Melo Moraes, que "as antigas crenças referem que os Atlantes, antiquissimos povos do oriente da África, se passaram para a América, e fundaram o império mexicano, e mais tarde o peruano. Os índios do Brasil, sendo os mais ignorantes, não conheciam as suas tradições; e apenas diziam que escaparam do diluvio universal. No entanto os Taboyaras supunham-se os primitivos habitadores do Brasil, e senhores de tôda a região da América do Sul".

O caráter controverso do míto conseguiu dar realização efetiva, criando a mística atlântida, sujeita a estudos arqueológicos permanentes, nos grandes vales da América do Sul. Sem exagêro nenhum e sem nenhuma procura de efeito literário, podemos chamar a atenção dos estudiosos para um artigo firmado pelo Dr. G. Martina, publicado no n.º 8 da revista do Instituto Histórico e Geografico da Bahia sob a epigrafe — Descoberta de armas antigas de pedra, na serra Sincorá, em que descreve os objetos que alí encontrou; taes

como figuras de homens e animais, e certos desenhos muito semelhantes aos das divindades dos Incas. De maneira que as inscrições nos rochedos da América setentrional e da ligação dos Atlântes, faz esta suposição ainda mais provável.

A maior prova de que o mito da Atlântida não é uma mentira mas apenas a compreensão de uma grande verdade relativa em estudos supervalorizados é a que encontramos em Seneca quando cria o míto dos növos continentes — **Fertilis in oceano jacere terra ultraque oceanum rursus alia litora, alium nasci orbem nec usquam naturam rerum desinere, sed semper inde ubi desisse videatur, novam exsurgere,** que traduzido significa: uma fertil terra existe no oceano, além do qual outro mundo, outras praias despontam, pois em parte alguma desaparece a natureza e as coisas, mas onde se julga desaparecerem, sempre uma nova se levanta.

Em uma nota a pag. 104 das **Memórias da Academia Real das Ciências de Lisbôa,** tomo 5.°, encontra-se o seguinte :

"Pode também ver-se sôbre a existência da Atlântida o Conde Carli — **Cartas Americanas,** tomo II, cartas 36, 37 e 38. Não será desagradável acrescentar aquí uma observação física que não é vulgar, e pode servir de tornar mais verosimil a antiquissima existência daquele grande continente, e persuadir que é parte restante e dêle o novo mundo. Olhando nós desde a boca do Rio Grande do Brasil (Rio Amazonas) até a ponta do Cabo de Tangrin, na Costa Africana de Malagueta, por uma linha que faça um ângulo com o Equador de 30 a 35 gráus, vê-se nela, pela grande extensão do mar Atlântico, claros vestigios de haver quase desaparecido, ou por inundações ou por outras causas semelhantes, um grande continente; porque nesta mesma linha se descobre uma continuação de ilhotas, picos e baixos, demonstradores da antiga existência de uma vastíssima região; o que bem mostra Mr. Bauche em os

dois mapas que deu ao público, e depois reimprimiu o já citado Conde de Carli nas suas **Cartas**, estampadas em Cremona em 1785.

Ainda se pode ajuntar a esta autoridade a de Bory de S. Vicente nos seus **Ensaios sôbre as ilhas Fortunatas;** onde, falando da subversão de um grande continente no mar Atlântico, não só trás o argumento da tradição da mais remota antiguidade, mas também o que se deduz do estado físico das ilhas Canarias, e das outras Atlânticas, que parecem ser restos do antigo continente, submergido pelos efeitos da violência do oceano, e das erupções vulcanicas. (2).

Aliás, de uma forma geral, o desaparecimento da Atlântida está muito mais perto do sentido universal que as trevas em que achamos envolvida a razão humana. Não existe mais exoticidade para se assinalar no conjunto anônimo do povo a fôrça existencial de um continente submerso, um grande continente que se descobre na mitologia supervalorisada dos historiadores e arqueologos, que não só trás o argumento da mais antiga tradição, mas também os séculos de vida e de evidência que revela desde logo a compreensão da família humana em novos continentes.

Um detalhe bastante curioso sôbre o importante assunto já descrito, encontramos em Eugenio Londum, no seu livro publicado em París, sob o título **Les Ignorances de la science moderne,** do qual corre já traduzido o seguinte trecho: "A América nunca esteve perdida.

Os povos antigos a conheciam sob outros nomes, principalmente os Phenicios e os Carthagineses, que com ela entretinham comércio ativo e nela haviam fundado colonias, cujos vestígios ainda se encontram na linguagem e nos monumentos.

Aportavam ao sul, vindos pelas colunas de Hercules, pelos Açores, e por essas grandes ilhas, que depois

(2) Cit. de Candido Costa, no seu livro "As duas Américas".

desapareceram (talvez a Atlântida de Platon) e que encurtavam a distância da África às costas do Brasil e do Prata; ao norte pela Islandia e Noruega, cujas minas exploravam, e onde tinham estabelecimentos.

Era para a América que se dirigiam as frotas de Tyro e dos Hebreus, os navios de Hiran e de Salomon, que gastavam três anos na viagem de ida e volta; era na América (no Rio das Amazonas) que êles íam buscar as madeiras preciosas, perfumes e ouro; era nêsse país de Parvain e Ophir, onde diversos lugares têm nomes hebraicos, prova iniludivel de terem os homens do mundo antigo pisado essa terra, habitado essas praias.

Daí a unidade de crença que se nota em todos os povos americanos, tanto nas tribus nómadas e selvagens, como nas nações civilizadas do centro e do sul, que cultivavam grandes cidades, bem edificadas; daí êsse acreditar na existência de um Deus supremo, imaterial e omnipotente, Deus que no Mexico era conhecido pelo mesmo nome que tinha na Índia, na Grecia, em Roma e entre nós; daí a memória confusa das primeiras idades do mundo; da criação da terra antes do homem, quando nada existia que tivesse corpo, nada que pudesse mover de um lugar para o outro; da criação do homem no sétimo dia; do diluvio, em que só uma família se salvou em uma balsa, enquanto a chuva caía noite e dia, chuva de água e chuva de betume e resina, que inundava tôda a terra, quando os homens subiam às árvores, e as árvores os repeliam para longe; da construção de um edifício piramidal, levantado pelo orgulho humano e destruido pela colera dos deuses; e tantas outras tradições que seriam inesplicáveis sem as emigrações vindas das extremidades da terra, que trouxeram consigo essas primeiras histórias, e que as legaram a seus descendentes, como medalhas impalpáveis em que estivesse gravada a origem dos homens e do mundo.

E só os navegantes do Mediterrâneo e do velho

mundo clássico tinham penetrado nêsse país, que nós apelidamos o **novo mundo.** De todos os lados foram chegando famílias, tribus, nações, que o haviam invadido, atravessado e povoado.

Os sábios encontraram em os livros da China provas das relações que existiam antigamente entre a América e Ásia, entre a Arabia e o Iuacatan, dos Índios com a América central e o Mexico. . .

Essas relações nunca foram interrompidas durante a idade média. Bulas de papas do nono século (835) fazem menção da Groelandia; nas ilhas do mar de Bafin, aos 72° de latitude, encontrou-se uma inscrição scandinava, que remonta ao século XII (1135) e que Humboldt atribue a marinheiros da Islandia, que alí aportaram antes de Bafin; a Islandia, além disso, até o XIV século, nunca deixou de comunicar com o Canadá.

Quanto ao sul, afirma Muratori que em Modena, no século XIV (1306), pagavam-se direitos de importação de madeira chamada pau do Brasil, e no século XV (1430), mais de 50 anos antes de Cristovão Colombo, um Italiano, André Biancho, determinou a posição dêsse mesmo Brasil em uma carta, que se conserva em S. Marcos, de Veneza.

Entre tôdas as tradições que sobrevivem na América têm uma origem comum, partiram do mesmo ponto, de uma paragem longinqua, berço da raça humana, do outro lado do mar, ao nordeste, ou por outra, do velho mundo, dêsse oriente, foco de luz para o qual em todos os séculos tôdas as nações se têm voltado, porque êle parece guardar o alpha de todos os segredos que a humanidade tem sêde de conhecer, e que, sem descanço, procura penetrar.

Pois a êstes fátos, a essa tradição vem se reunir ainda o que se chama hoje uma lenda, que é talvez a verdade histórica. Outrora, em tempos muito afastados, uma tribu hebraica, filhos de Israel, de Jacob

(outros afirmam que Chananeus expulsos por Josué), separados pela guerra ou pelo exílio do resto de sua nação, chegaram até Fu-sang, situado nos limites do mundo a distância imensa de Chanaan e do tumulo de seu pai Abraham, e, guardas do culto do verdadeiro Deus, aí se estabeleceram com sua religião, seus ritos, costumes e linguagem.

Por muito tempo defenderam êsse tesouro nacional contra o extrangeiro; por muito tempo o conservaram intáto e puro no meio dos invasores.

Depois, a pouco, se reuniram aos povos vizinhos, e perderam seus costumes e seu nome.

Mas, de vez em quando, o viajante surpreso pára, admirado do tipo extraordinário que encontra, e que lhe recorda homens que viu em outra parte; êsses indigenas de olhos negros, de tez bronzeada, a quem se dá o nome de **índios,** são Judeus !

E' a raça hebraica que veiu das margens do mar de Tyro e do Jordão; suas mulheres conservam ainda os principais costumes da Galiléa e da Samaria, e em seus traços estão patentes êsses caracteres impereciveis que em tôda a parte permitem reconhecer, seja qual fôr a vestimenta que o cubra, seja qual fôr a designação que se lhe dê, êsse povo que, único, mereceu ter no mundo o nome de **Povo de Deus".** (3).

A um homem de inteligência tão complexa como Cristovão Colombo, as informações circunstânciais, descritas por Marco Polo e Mandeville, Jamblico Syrianus, Porphirio, Origenes, Aristoteles, Critias e Platon, trouxeram-lhe, evidentemente, o prolongamento da terra e da existência da Atlântida.

Da chamada "literatura mitologica", isto é, considerada de intenções fora de sí mesma, encontramos essa cosmogonia que realiza a sua característica mais acentuada, para esclarecer, sem dúvida, o movimento mais genuinamente universal de tôda a história da

---

(3) Candido Costa, obra cit.

humanidade. Com efeito, na maior ou menor interpretação do historiador reside, pois, a solução do problema mitologico, supervalorizado à compreensão universal. Aí não se tratará, mais, de uma incompreensão mítica, mas de uma suficiência histórica, que se mostra accessivel a sensibilidade mais vocacional da pessôa que a examina.

E' impossivel compreendermos a humanidade sem a interpretação dos mítos universais. O míto terraqueo sempre foi o monumento mais fecundo e mais perfeito, que serve a idéia em seu sentido diferente e comum. E em tôdas as épocas êle constituiu sempre a interpretação maxima do homem primitivo, um tanto desencantado para a geração seguinte.

O míto numa interpretação de glória e de libertação é o símbolo e o resumo de nossa própria compreensão. Mesmo que se faça restrições inqualificáveis, há sempre alguma coisa dentro de nós que nos faz acreditar meigamente na torre de Babel, no Inferno e no Paraiso e numa vastidão inqualificável de bichos e sacís que sabe perpetuar a língua e o sangue dos nossos antepassados.

Martius, afirma, que não se pode duvidar que, desde os mais remotos tempos, a América tenha sido quasi sem interrupção o teatro de emigrações, que têm agitado os diferentes pontos de sua superfície; e tudo nos faz vêr nestas deslocações violentas uma das causas principais do desmoronamento das antigas sociedades, da corrução das línguas, da degradação dos costumes, consequência quasi inevitável da miséria produzida por qualquer catastrofe. E' permitido crer que no principio não houve senão um pequeno numero de nações principais, que experimentassem colisões desta natureza, mas devemos supor que tiveram o mesmo resultado que tem tido quasi em nossos dias a nação dos Tupys, isto é, os restos provenientes das massas que se abalroaram, terão sido dispersos em tôdas as direções, mistu-

rados, grupados e amalgamados de tôdas as maneiras. Por pouco que admitamos que as emigrações tenham continuado com intervalos assás aproximados, durante uma longa sucessão de séculos, trazendo sempre consigo os mesmos fracionamentos, as mesmas dispersões, seguidas de uma espécie de fusão de alguma das partes desgregadas, ter-se-á uma explicação do estado atual da América.

Devemos crer que alguma grande comoção da natureza, algum temeroso tremor de terra, tal como aquele a que outrora se atribuia a submersão da famosa Atlântida, tenha envolvido em seu círculo destruidor os habitantes do novo continente? Foi o terror profundo experimentado pelos desgraçados escapos desta terrível calamidade que, transmitindo-se sem diminuir de intensidade, às gerações seguintes, perturbou a sua razão, obscureceu a sua inteligência e endureceu o seu coração?

Foi êsse terror sempre presente que os dispersou; e, fechando-lhes os olhos aos beneficios da vida social, os obrigou a fugirem uns aos outros, sem saberem aonde os levariam seus passos?

Suporemos nós que as calamidades de outro genero, longas e desoladoras secas, terríveis inundações, trazendo após sí a fome, forçaram os homens de raça vermelha a devorarem-se uns aos outros, e que a repetição dêstes atos de canibalismo, roubando-lhes em pouco tempo tudo o que em sua natureza poderia haver de nobre e humano, os fez caír no estado de degradação e de embrutecimento, em que os achamos hoje? Ou então esta degradação é a consequência, não das circunstâncias exteriores, mas dos vícios do próprio homem, a consequência das desordens terríveis em que caíram, abandonando-se às inclinações que a macula original deixou em seu coração? E em uma palavra, devemos vêr um exemplo de castigo que o Criador inflingiu aos filhos pela falta dos pais com uma severi-

dade, que seriamos temerarios taxando-a de injusta?

E' preciso ter em vista que, indubitavelmente, os continentes da época primordial eram menos extensos que os do periodo atual; ilhas mais ou menos vastas, eram disseminadas aquí e acolá através dos oceanos sem limites, no momento ontologico da catastrofe das águas. Ulysses de Pennafort, afirma, que pertencem comumente a êste periodo inicial as terras graníticas da América e da Vendéa e o **eraret** (planalto) central da França, a parte norte da Suecia, da Noruega e da Laponia, Utah, o Orégon e o Chile, no Oceano Pacífico; uma parte do Brasil e da Guiana, no Atlântico.

Resume-se daí que as águas **(mahú)** formavam um mar continuo, um só **mar desum** marchetado de inumeras **Capuans** (ilhotas), mais ou menos extensas, de arquipelagos e de raros continentes, sem os isolar uns dos outros os diversos ajuntamentos de águas; não havia mares interiores, mediterrâneos, fenomenos êstes que ainda podemos observar nos numerosos ilhotes que circundam as grandes ilhas de Marajó, Caviana, e Mexiana e varias outras derramadas por tôda a bacia do grande Amaçunú ou Amazonas. Deve-se unicamente ao revolucionamento da superfície terrestre a forma que atualmente apresentam os continentes; a história geologica guarda a lembrança de modificações importantíssimas trazidas à face dos continentes; pelo menos é o que ensinam todos os geólogos e o que se depreende da teoria geogenica.

Logo a existência de um continente no seio do Oceano Atlântico atual é um fáto incontroverso, e êste não podia ser senão a grande ilha denominada **Atlântida.** Etnologicamente, Platon, descreve que a Atlântida era antigamente uma **Grande Ilha** do Oceano, situada em face do estreito de Hercules; era bonita, fertil, santa e maravilhosa; seus povos, submetidos aos deuses e à virtude, viveram longos anos na inocência e na felicidade. Mas os seus costumes suaves e puros

a principio começaram pouco e pouco a degenerar. Tornaram-se êles ambiciosos e crueis e intentaram então a conquista do mundo. Resolvido a punir sua impiedade, o grande Jupiter desencandeou contra os **Atlântes** furiosos vendavais, e, no espaço de uma noite, tôda a grandiosa Atlântida desapareceu para sempre sob as ondas revoltas do talassia oceanico".

O balanço da Atlântida nos apresenta inumeros escritores da antiguidade, como — Homero, Solon, Hesiodo, Euripedes, Seneca, Strabon, Plinio, Elien, Tertuliano e alguns padres e doutores da Igreja grega e latina. As mais antigas tradições do Egíto, da Persia, da Índia e da Grecia estabelecem claramente que ela foi o berço dos Atlântes que Platon apresenta como invasor e civilizador de Athenae, Athenon ou Athenas, e que Onffroy de Thoron, localiza perpetuado, no Perú, na língua **quichua,** o idioma sagrado dos Incas.

Uma coisa a notar, nos dias que vivemos, e que Ulysses de Pennafort nos deixa esclarecido, é que o **quichua** de Manco-Capac, último fundador da dinastia dos Incas, que passou da Ásia para a América, ou desta para aquele continente, na época pré-histórica das primitivas migrações do globo, provavelmente foi falado na Atlântida, sí é que não foi ela o seu berço original; daí passando penetrou no rio das Amazonas, até que remontando ou retrocedendo de proche em proche veiu estabelecer-se definitivamente nos contrafortes das Cordilheiras dos Andes. E se chegamos a tal refinamento que consegue reconhecer as ligações da Atlântida com os povos do novo e do antigo mundo,, consideremos, pois, a identidade da raça vermelha dos povos da América, com as que fundaram e povoaram o Egíto, a Grecia e a China.

E' a meio caminho entre a embocadura do rio Santa Cruz (Amazonas) e a Cadeia dos Andes que se acha, à margem esquerda o terra-pleno (**mound**) que contém a mais rica Jazida. O grande naturalista

Charles Darwin, que por alí passou em 1834, assim descreve na sua **Viagem em roda do mundo** a estrutura geologica dos basaltos celulares que bordam as planícies do rio das Amazonas :

"O basalto é pura e simplesmente formado da lava que se escôa sob o mar; porém as erupções devem se produzir em maior escala. Efetivamente, no ponto em que observamos esta formação, conta ela 120 pés de espessura; a proporção que se remonta o rio, a superfície da camada do basalto eleva-se imperceptivelmente e a massa torna-se cada vez mais espessa, de tal sorte que 40 milhas mais longe ela atinge uma espessura de 320 pés. Qual deveria ser a espessura desta camada junto a Cordilheira ?

Não sabemos; mas o que podemos afirmar é que a plataforma atinge alí uma altura de cerca de 3000 pés acima do nível do mar. E' pois nas montanhas desta grande Cadeia que se deve procurar a fonte desta camada; e são bem dignas duma tal origem estas torrentes de lavas que correm em distância de 100 milhas sôbre o leito tão pouco inclinado do mar. Basta lançar-se um olhar sôbre as rochas de basalto dos dois lados opostos do vale para se concluir que elas outrora deviam formar um só bloco. Qual é pois o agente que elevou, sôbre uma distância excessivamente longa, uma massa solida de rochedos durissimos, tendo uma espessura média de 200 pés e sôbre uma largura que varia pouco mais ou menos de 2 a 4 milhas ?

Teria por ventura o rio a força suficiente para carregar fragmentos consideráveis a ponto de exercer no percurso dos tempos uma erosão gradual ? No caso que nos preocupa seria de pouca monta e muito difícil admitir semelhante hipótese ou agente. Aquí só há um fáto que poderiamos mui bem verificar: **"Um braço do mar outrora atravessou êste vale".**

Para nós, acrescenta Darwin, eu não conheço ou-

tro caso, mais importante para indicar a época e o modo de separação de uma grande região em duas províncias bem distintas e caracterizadas do que o da existência de algum **continente intermediário** elevando-se e abatendo-se no percurso das idades paleontológicas para dar lugar à **separação** de dois grandíssimos Estados geológico-naturais".

Não estarão êstes fátos geologicos, tão bem interpretados por Darwin, como que nos indicando a existência dessa desaparecida Atlântida de Platon, que Colombo também tivera conhecimento, e que por seu intermédio chegou o descobrir o novo mundo ?

E não é tudo. Fr. Moreno vai longe, e muito além das nossas previsões. Êle julga que êste **continente desaparecido** formou um centro de criação, e que nós supomos ter sido exatamente aquele centro de evolução distinta das duas Américas, a qual vamos estudar naquele **continente submerso** que todos os sábios helenistas apelidaram de **Atlântida,** que o divino Platon e Aristoteles descreveram em suas obras filosoficas e de que alguns padres doutores da igreja fizeram honrosa menção citando os poetas do Lacio.

Se me perguntassem quando começou o desmembramento ou a submersão do grande continente antartico eu não saberia precisar; mas, é muito provável que no fim do periodo secundário a Australia principiasse a **separar-se,** enquanto que a América do Sul continuava suficientemente ligada às terras atlântidas, até o instante do cataclismo misterioso que destruiu aquele país glorioso — **country gloried** de que nos fala Bates, agora relativamente definido como sendo a assombrosa região dos Andes, limitrofe do **Paradis-terrestre,** onde foi encontrada a previlegiada e inditosa raça Tupy, que fala a **língua viva primitiva** de Adão e Eva no paraíso.

Os dias da criação do mundo especificados no Genesis e os das épocas geologicas transmitem uma idéia exata da teoria de Laplace, quanto a formação carbo-

nifera e o começo do periodo secundário, realmente comprovados pelas descobertas arqueologicas, pelos estudos da glotica americana ou da filologia comparada. Em verdade, tudo nos indica debaixo de uma história, que a submersão da Atlântida, cuja existência e povoamento encontramos nos dados cientificos e nas opiniões dos sábios antigos e modernos, faz parte das duas grandes épocas do Genesis — a **primária** ou de **transição** e a que a humanidade ainda não pôde avaliar a sua idade.

Em agindo dessa maneira, Gaffarel em engenhosos e lucilantes artigos, lançados na **Revue de Geographie** de París, de Abril, Junho e Julho de 1880, sustenta que a América foi povoada pelas colonias do povo Atlânte.

O escritor arabe Cosmos Indicopleutas descreve o seu **Manu-ry** ou região do ouro, que êle coloca em forma de quadrado bem defronte do antigo continente e confunde também a América com a Atlântida de Platon. Observa o ilustre Ulysses de Pennafort, que Jean Sylvain Bailly, sábio literato e astronomo distinto, autor da grandiosa **Histoire de l'astronomie indienne et oriental,** além das suas importantes — **Lettres sur l'origine des sciences** — compoz um livro sôbre a **Atlântida** de Platon — (1779), onde procurou demonstrar admiravelmente a existência de uma civilização primitiva entre os povos Chinezes, Índios (americanos), Gregos, e de tôdas as outras nações antigas. Êste sistema revolucionou o mundo literário de então e elevou ao maior gráu de sublimidade o talento e engenho do egregio membro da Academia Franceza, de Rouen, de Berlim, o rival de Cock, do Padre La Caille, de Gresset, de Moliére, de Corneille, Malebranche, de Leibnitz, cujos elogios estampou em os seus belos — **Discours et Memoires** de 1770.

Com isso, eu volto, para a versão grega da palavra — Ophir a fim de atestar que a entrada colonial

dos filhos ou descendentes de Jectan no continente americano, data da catastrofe da Atlântida anterior à invazão dos Phenicios. Nas memórias históricas do Brasil e nas rotas maritimas das frotas de Salomon e Hiram, no rio das Amazonas, a Atlântida aparece como a solução que aponta a direção dos Andes, onde outrora existiu a raça soberana dos Atlântes, hoje perpetuada nos Antis do Perú.

O Padre Cristoval de Acuna, no seu **Nuevo Descubrimiento del Gran Rio de Las Amaçonas,** faz referências que se tocam intimamente quando se fala das primitivas migrações.

Pelo que acabamos de expor, facil é de advinhar-se ou traçar-se a rota dos Jectanidas, e das colonias de Ophir, Hevila, Jobab e Javith do continente asiático para o americano. Ou viessem os descendentes de Ioktan povoar a América diretamente das ilhas Polinesicas, ou passassem êles da Ásia a América, antes da submersão da Atlântida, que, como já vimos, ligava o nosso continente com o seu, tivessem mesmo vindo do centro da Ásia — o clássico país da aurora — o **Hanan-suy-Ure** — como dizem os Incas, para o grande país da Amazonia Equatorial, o que vemos é que duas grandes vias se lhes ofereceram entre os huaycos do Amazonas e Orinoco — para passar das colonias de Venezuela as ophiricas no Brasil.

E de feito, diz o sábio cronista jesuita Simon, no seu livro sôbre a Companhia de Jesús no Brasil, "os fundamentos que trazem por sí êstes autores tornam o fáto mui verosimil; porque ninguém pode negar, que o grande sábio Salomon com sua alta sabedoria teve conhecimento da disposição de tôdas as terras do mundo, como êle o diz no cap. 7 da Sabedoria **ipse enim dedit mihi horum, quoe sunt, scientiam veram, ut sciam dispositionem orbis terrarum, et virtutes elementorum.** Pois se tinha conhecimento do mundo, e sabia, conseguintemente, os tesouros das riquezas da América, es-

pecialmente de Maldivia, Perú, Chile, e as terras do Brasil, e tinha tão grande desejo de ajuntá-las para a obra do templo de Deus, que trazia entre mãos; porque não mandaria procurá-las às partes sobreditas? Mormente tendo só para efeito fabricado grossa armada nos portos do mar Vermelho, com gente do mar destra, instruida por êle, como por mestre de tôdas as artes. E correndo esta de três em três anos o mundo em busca destas drogas, porque não poderia nêste tempo penetrar também estas ultimas terras do Ocidente? Nem para isto o acobardariam as farrancas e dizeres dos antigos filosofos, de que não eram navegáveis êstes mares, nem habitáveis estas terras: porque teve ciência infusa da arte da Cosmografia, Geografia e Hidrografia, como de tôdas as mais ciências. Nem a viagem era mais dificultosa por isso; porque partindo, como costumavam suas armadas do mar Vermelho, vinham correndo aquela parte da Italia Oriental, costeando Malaca e Sumatra; e daí caminho direto ao Brasil; e dêste finalmente correndo a costa, buscando as ilhas de Cuba, S. Domingos, e delas os reinos do Perú e Chile".

Dessa maneira, não podiam por ventura ou por efeito de um **acaso cabralino** os colonos phenicio-africanos, em tempos ídos, antiquissimos, ante-históricos mesmo, saíndo a navegar de foz em fora das colunas de Hercules, e correndo as costas Libicas, serem levados ou impelidos pelos ventos a uma terra nunca vista, de notável grandeza, no meio do oceano, que defronte da África corria à parte do Poente, e era terra ameníssima, fertilíssima, cheia de bosques, campos, rios e fontes?...

E esta terra nenhuma outra podia ser na parte demarcada senão a grande Atlântida de Platon ou a América, como observa Ulysses de Pennafort.

As considerações acima expostas, levam a concluir-se que a **Atlântida** de Platon, pode nos revelar a atual compreensão da língua quichua, falada nos An-

des do Perú e do Equador e na bacia superior do Amazonas, da qual Tschudi publicou em Viena o vocabulário, a gramatica, e um volume de etnografia. A êsse respeito observa Candido Costa, que a cronologia da Atlântida até Salomon, pode ser consultada vantajosamente e que no estado presente de nossa evolução cientifica é absolutamente impossível hoje negar o fáto etnológico da descendência Índo-Asiatica, mormente contando tantos documentos paleoetnologos, tantos propugnadores e afirmações tão categóricas e brilhantes como as de Humboldt, Darwin, Martius, Onffroy de Thoron, Brasseur de Bourbourg e tantos outros.

Os Ameríndios do Amazonas

Classificações — Genealogias — Usos e costumes com o progresso humano.

III

Hoje, os indianistas e antropologistas das origens étnicas do Amazonas Pré-histórico, preferem não insistir no caráter das tradições cosmogonicas, eragenesicas e históricas que serviram de base ao Genesis de Moysés. Todavia — a **língua primitiva,** com o conhecimento da arte do Egíto e da Assíria, da Persia e Etruria, é falada ainda hoje nas repúblicas do Brasil, Equador, Perú, Bolivia, ao norte da Confederação Argentina e ao leste das Cordilheiras e está derramada numa grande superfície da América do Sul.

Que nos seja permitido recordar aqui que o Kichua, que passou da Ásia para a América, ou desta para aquele continente, na época Pré-histórica primitivas migrações do globo, provavelmente foi falado na Atlântida, si é que não foi ela o seu berço original. Esta língua, que é hoje reputada como a **língua primitiva,** que se supoz perdida ou desaparecida na confusão da torre babelica, foi encontrada viva por Onfrroy de Thoron, no Perú, segundo prova pela sua obra irrefutavel que escreveu e publicou com o titulo de **Découvert de la langue primitive encore vivante et des limites du Paradis terrestre.** De maneira que a civilização incaica, basta para comprovar pela Filologia comparada

a nossa afinidade humana com os povos do Nilo, Tigre e Euphrates.

Tôdas as raças estabelecidas desde o Mediterrâneo ao Tigre colocam a existência de um país legendário donde saíram para as bandas do Ocidente, as raças que se encontraram na Mesopotamia ou Sennaar, do Genesis. Assim o estudo de Obry sôbre o berço da espécie humana segundo os Índios, os Persas e os Hebreus, vem facilitar pela comparação o determinar-se o fáto primitivo que se traduziu nas tradições dos povos por impressões diversas.

No Genesis, e sob a dinastia elamita, a Chaldêa é conhecida pelo nome de Sennaar; no Genesis, ao citar-se as cidades que formavam o império de Sennaar, refere-se em seguida o fáto da emgiração assyrica: "Dêste país de **Sennaar** saiu Assur, que edificou Ninive e Calach, que é a capital". Na Chaldêa o elemento turaniano baseou sôbre essa tradição a sua concepção cosmica, em que a Chaldêa era o centro do mundo e para além do Tigre ficava a **Montanha do Oriente,** (Khursak-kurra) que unia o céo à terra; era esta a montanha sagrada do Meru, conhecida pelo nome de **Pamir,** no cimo da qual estava colocado o paraiso donde saiu a espécie humana, o Uttara-Kuru, nome analogo à designação chaldaica e que aparece diversamente referida nos livros sagrados dos hebreus, persas, indianos, syriacos, phrygios, armenios, e ainda entre os gregos, que conservaram a frase **meropes antropoi,** "os homens descendentes do Meru". Portanto, se o míto do Paraisó terreal se acha confundido com as concepções da Chaldêa, Persia e Índia, por onde se liga inconcientemente à tradição do diluvio (Airyarata, Ararat) o fáto de aparecer interpretada no Genesis, prova-nos uma elaboração sacerdotal e erudita, com vagos restos da autenticidade primitiva.

Podemos agora, depois da exposição dos fátos achados pelo Genesis, considerar de alto a história das

varias cidades da tetrapole chaldaica cujos deuses diferentes, aparecem simultaneamente na forma acadica e assyrica. Assim, **Sippara,** "a cidade dos livros" a mais antiga, porque fundava a sua supremacia na tradição, era a sede do culto do Sol.

Depois de Sipara, a preponderância política e religiosa veio a pertencer a **Nipur,** citada no poema de Izdubar, e equiparada pelos Thalmudistas a **Chalaneh,** que o Genesis cita como a quarta cidade; tanto Nipur como Chalaneh significam "a marcha de **Anu** ou de Oanes ou Joanes", o que quer dizer que a civilização kuschita começava a prevalecer, simbolizada no seu ictiomorfo, também adorado como "Mul-ge, o Senhor de baixo" porque a tradição kuschita atribue os seus progressos a diversas manifestações de Oanes ou Joanes.

Resulta destas tradições, assás justificáveis, que, muitos séculos antes a Phenicia, os dois Oceanos e a América foram conhecidos e frequentados pelos povos **Atlântes,** e que os Egipcios tiveram conhecimento dêles, como prova os descobrimentos de Cristovão Colombo, que como sábio e bastante erudito, conhecia pela **fonte tradicionária,** a existência do grande continente situado ao Oeste do Atlântico e designado, apontado e até descrito pelos escritores do etnecismo, bem como: Critias, Platon, Solon, Sileno, Théopompo, Aristoteles, Cicero, Strabon, Erasthotenes, Macrobio, Méla, Scylax, Aelianus, Plinio, Statius, Aristoxeno, Possidonius, Festo Avieno, Diodoro de Sicilia, Plutarcho, Sylla, Séneca e outros.

Desde Critias até Platon, desde Séneca até Colombo, já na imaginação dos povos se desenhavam ilhas e terras mais ou menos fantasiosas, cujas legendas terribulamentavam o espírito dos mais ousados marinheiros. Guignes demonstra com irrecusáveis argumentos que desde o século V da nossa era havia comunicação entre a China e a América; homens do Norte e do Ocidente

íam e vinham ainda no ano 1000 em busca da Ilha do Cypango, do Cathay, da Islandia a **Ultima Thule** dos antigos. Nos séculos XIV e XV varias cartas destas ilhas e terras foram levantadas consoante a opinião dos ilustres cosmografos Mandeville, Marco Polo, Toscaneli e Martim de Behain, celebre autor do **Globo** de Nuremberg. Êste fáto prova a presença precursora dos Turianos, Semito-kuschitas, Phenicios e Egipcios, que prepara os caminhos para a migração indo-europêa à América.

Poderosas analogias pleiteiam em favor da hipotese que os indigenas amazônicos, pertencessem, ao princípio, à mesma família de homens que tiveram a iniciativa das descobertas de tôdas as artes metalurgicas. As povoações turanianas, como o provam os estudos assyriologicos, precederam na Ásia as civilizações dos Aryas e dos Semitas: "o que se pode dizer de uma maneira positiva, é que os accadios constituem um ramo particular da família de Turam", inventores da escritura cuneiforme, e conservadores da magia e das artes industriais. Esta raça, representa o período mais alto da civilização andina da cadeia de **Sephar** ou **Sephara,** e que é o nome de uma montanha do Oriente — **Sipara,** donde emigrou Jobab, filho de Joktan, para fundar a colonia Javita que se estendia desde o Orinoco até o Javary. Portanto a raça que aparece na América na época quaternária confundindo-se com as raças indigenas a ponto de se formar um tipo mesaticefalo, e que propaga o uso da magia e dos ritos, da agricultura e da navegação, das industrias e dos riscos cuneiformes, não é ariana, mas sim Kuschita ou Summir. E' de altissima importância entre nós, a lenda de Sumé, que conserva a tradição da Chaldêa. A origem do seu império foi Babel, Erech, Accad, e Chalaneh, no país de Sennaar, Sippara e mais modernamente **Pamir.**

Para conhecer o agrupamento destas diferentes raças, sua absorção ou preponderância social, e ao

mesmo tempo o ponto donde partiram para se encontrarem na Mesopotamia ou Sennaar (Pamir), do Genesis, os documentos mais preciosos que ainda existem são as formas religiosas da Chaldêa e as grandes tradições do Diluvio.

Por esta variedade de conhecimentos da Ciência das religiões, da Etnologia e da Geologia podemos determinar as origens históricas da Humanidade. Com efeito, a tradição do Diluvio foi recebida pelo Judeu quando ainda habitava como tribu junto da cidade d'Ur, na Chaldêa a forma como se reproduz na Biblia é erudita, adaptada por um trabalho individual sôbre versão oral antiga, recebida por Moysés.

As antiguidades do Mexico, os monumentos que entulham a planície de Micaotl, as piramides truncadas e bipartidas, feitas de enxulharias, como o tempo de **Belus** em Babilonia, arrebatam para a Ásia Central o pensamento do Historiador mexicano antes da conquista castelhana. O povoamento do antigo Continente americano pelas tribus de Cannaan, rechaçadas por Josué, constitue também assunto de uma importante tése sustentada por Gomara, Jean de Levy, Marie Lescarbot, e ulteriormente pelo americano Styles.

Dêste complexo de analogias, das migrações entre os velhos e novos continentes, Hugues de Groot, Thorough God, Humboldt, Georges de Horn, Lord Kingsboroud, Gaffarel e Quatrefages estudando a comunidade de origem dos Asiaticos e dos Americanos, assinalam cabalmente entre nós a origem dos Chinêses, Índios, Gregos, e de tôdas as outras nações antigas que têm inspirado os nossos idéais.

A vida histórica do Brasil começa nas montanhas dos Andes, como observam os modernos arqueologos, a ponto de ter por essa via tôdas as observações antropologicas dos indigenas brasileiros.

Estimamos tanto mais êsse testemunho quando compreendemos que essa erudição provém diretamente

da etnografia e da paleontologia Quichúa, cuja **língua primitiva** nos leva a determinar que o povoamento do Brasil teria começado no ano 1700 depois do Diluvio, e antes da vinda de Cristo ao mundo 2088 anos. Nesta hipotese, o primeiro povoador do Amazonas foi Ophir Indico, que penetrando pela parte do Perú e Mexico até o Brasil, fixou-se no grande rio das Amazonas. Foi dêste povoamento que os habitantes do Brasil tomaram o nome de **Índios**, e assim tôda a enorme Região da Índia Ocidental, como assegura o eminente Calmet: "Ophir, hinc Indi, et variae Indorum gentes.

A determinação do aparecimento do filho de Jectan, como se lê na Biblia no capítulo X, por efeito do grupo semitico-ariano, vem-nos mostrar quanto verdadeira é essa partida do "plateau" do **Pamir** ou **Sippara,** e portanto da séde de Ophir, que no hebreu significa **Fim,** na língua indiatica — **Fines India,** no grego **Supara,** no Tupy **Separará** ou **América,** que quer dizer — **grande terra separada,** o último lugar do mundo conhecido. Portanto, as colonias de Ophir saídas da Chaldéa, de que nos dá conta o X Capítulo do Genesis, aparecem representadas em todos os dialetos dos indigenas brasileiros.

Segundo alguns etnologos é costume dar-se ao lugar povoado o nome do primeiro fundador ou colonizador. Por isso o rio Solimões tem o nome dos índios Sorimon ou Corimon que em outros tempos o habitavam; que, por sua vez, no dizer dos solimoenses herdaram de Solomon. Isto prova de forma evidente, a vinda dos Arias e Semitas até as regiões extremas do Amazonas, para atestar na versão grega de Ophir o **Fim;** isto é, à mesma família dos descendentes de Jectan que povoaram o último lugar do mundo conhecido Suparará ou América.

Na complicação crescente do povoamento amazônico, vamos encontrar na paleogeografia brasileira, que as duas regiões da Índia Oriental, situadas, uma ao

Norte e outra ao Sul, denominadas **Kavilah** e **Ophir,** correspondem admiravelmente às nossas duas regiões da Índia Ocidental, sita uma ao Norte, e outra ao Sul, denominadas — **Aikéambenanos** ou Amazonas, desde as nascentes do **Souffala** dos Andes, no Perú, onde a primeira se encontra com Hevila ou rio da Prata e atinge a montanha ocidental, chamada **Parú** ou **Pamiré,** no vale de **Souffa,** habitada pelos ocidentais índios Guayaçiras, vale correspondente ao nosso hebraico Guzarat, Mortigura ou Suparará, como já vimos acima.

O conego Ulysses de Pennafort verifica que o nome de Ophir compreende não só a Índia propriamente dita, como também a Índia Ocidental ou o país do Norte, o nosso prestino **Albordj,** aquele que o sábio filosofo bramanico Bourdehesch chama ora **Haut-Houguer,** vocabulo que em Zend se traduz por **Berezô-Houkairya** (o alto monte de belas formas), em Persa **Har-bordj** (monte alto) e em Sanskrito **Berezatli-Gairi** ou **Hara-Bérezaitl, Brezil** ou **Brazil,** e ulteriormente Brasil, colocado entre os dois rios — Amazonas (país de **Ophir** ou **Sephan**), e o Prata (país de **Kavila** ou **Kouch**) situado ao sul do Brasil. Assim como os Persas foram transportando sucessivamente o seu **Hal-Bordj** do Éste ao Sul, depois, ao Oeste do mar Caspio, desde o **Belour-tag** ao Caucaso, assim os **Arianos,** depois dos povos ophiricos, foram igualmente transportando o seu **Berazaithli** desde o**Pamiré** até o **Airya-nem-Vaêdjó** (o país dos Arias), no qual **Ariman** havia produzido a terrível — Boiaçú (grande cobra) mãe do inverno e do frio **(mayaú-amanarui).** Esta região corresponde ao grande vale do alto-Amazonas, chamado **Çaka-Duipa** pelos Brâhmineos, **Sakita** pelos Gregos, **Souffa** pelos Arabes, e **Sakâca** pelos índios Amicuanes ou Amaçunuaras, e se entendia até o grande **araxá** do **Marajó,** que tem o mesmo significado que o **"plateau"** de **Pamir** ou **Aryianem-Vaêdjó** dos livros Zends, isto é, o berço da raça indiana ou patria original dos Arias da Persia.

Alguns antropologistas e filólogos americanistas, como Alcides d'Orbigny e Onffroy de Thoron, afirmaram que a **Língua geral brasileira** é identica à língua dos Karaibas; e os Aruanos, que dominavam o vale do Amazonas, no dizer de Baena e Ferreira Pena, são restos da grande raça **Karaíba,** oriunda da gloriosa raça ariosemitica mais tarde conquistada pelas tribus Aruakianas, os legitimos fundadores da imensa Necropole de Mirâkanguera.

O encontro das raças nas suas migrações ou invasões, determina o cruzamento, e daí o aparecimento das profissões e qualidades, ou a revivescência que se reflete no seu destino histórico. O que é certo, disse o grande jesuita José de Moraes, é que o decantado lago **Parimé Pamir,** que fez tanto barulho no mundo pré-histórico, e a celebrada cidade de Manôa (**Manú-ilacta** ou **Mani-mayry**) é nestas visinhanças do rio **Quiari** (Negro); onde temos varios lagos e varias povoações de Nação **Manúa,** ou Índios Manáus, que se ornam de folhetas de ouro, que ou há nas cabeceiras dêste rio, ou os Índios dêle o adquirem por comércio de outros índios, que o trazem do novo reino de Granada e Quito, que será para êles o seu lago **Pamiré.**

Como estamos percebendo, a posição do Amazonas na América meridional é de uma enormíssima importância encarada quer no ponto de vista etnográfico, quer mesmo sociológico. La Condamine, Humboldt e muitos outros ligam a palavra Amazonas as lindas **Amicuanes, Amiçuanes, Amiçuanas, Ycamiabas,** dos montes **Cunarêz,** de que nos fala **Orelana.** Examinando, porém, mais atentamente o vocábulo Amazonas na sua aplicação ao Rio-Mar, o indianista Mendes de Almeida é de opinião que esta palavra é hebraica e vem por corruptela de — **maim shama,** de — **main** (forma dual da palavra **amas** — que quer dizer águas, mar) e **sham, sama, sam, assombrar** — Amaisam (**amason, amazona**) águas assombrosas, que é o mesmo sig-

nificado da palavra sanskrita **amá-sam** (amá, água sam, inquieta, impetuosa) águas revoltas, que estão sempre agitadas, ou que correm com fúria, turbinosas **amanyú sam** — donde a palavra Tupi-Guarani — **amá-çunú** que quer dizer **rio das trevoadas.** Igual ponto de vista quanto a Linguagem tem o ilustre Ulysses de Pennafort — a palavra**Amazona, amaçona,** ou **amaçona,** porque é conhecido o assombroso rio — é de origem semítica, é aquele **mar-abismo** de que nos fala a lenda Chaldaica — que engendrou o Universo — **Amat-ápson** — **té amat-apsú,** o **amasuna,** afim, o Rio Monstro, o Rio-Abismo, o Babilônico **Sepharuaim.** Disto se conclúe que a palavra Amazonas nem é de origem grêga propriamente dita, nem tão pouco originária da lenda de Orelana, que tudo falou de outiva.

Recapitulando as fáses do Amazonas histórico sob o ponto de vista das raças e do seu povoamento, chegamos a conclusão de que os **Jectanidas** haviam pré-historicamente sulcado as águas dos nossos rios, promovendo relações com os **povos asiáticos** e talvez quem sabe com todos os habitantes do velho continente da triada cosmogônica dos Acadios e Egipcios.

Para demonstrar a passagem do grupo-Javítico para o Continente Brasileiro, aí está como padrão imorredouro o famoso **Javary,** — o verdadeiro rio de **Java,** como indica a sua própria etimologia indiática. Nesta quasi península de Java habitaram as seguintes tribus amazônicas mencionadas por Cristoforo da Cunã : — **Chamitá, Chimauá, Colino, Marauá, Mamauá, Pana** ou **Puno, Tapaxana, Uari-aco,Yames, Mayurunas,** e os celebrisados **Tecunas.**

Os índios Tecunas chegaram ao seu maior poder temporal com a doutrina Pitagórica. Era uma tribu com as crenças budistas, empossada de metempsicose ou transmigração das almas para outros corpos. Alguns adotavam o ríto judáico da circuncisão para um e outro sexo; as mães eram as operadoras nátas destas

práticas e ceremoniais hebráicos. Outros eram fetichistas, fanáticos e indomáveis, e a guisa dos **faquires,** e sacerdotes bramínicos imolavam-se impiedosamente, cruelmente ao seu medonho gram-Fetiche, que êles denominavam no seu idioma — **Aichana-Hó-hó,** nome que correspondia ao **Jurapâry,** (nome de um afluente do Tarauacá) o Diabo dos Tupís.

No lago **Saracá** (vocabulo Kichua, que quer dizer lago feio, medonho) um dos maiores e mais lindos da bacia amazônica, que desemboca no antigo **Burúrú,** formado com as vertentes das Guianas, também existiam alí os **Guanauenas** (Cananeus ou Kena-venas do grupo Semito-chamita), os **Cabuquenas,** os **Aruaks** do **Arauâtho,** do grupo Indo-Ariano, representantes do **Çakás** ou **Sacae,** cuja séde principal era então o vale do alto Sir-Daria, chamados **Saka-Deipa** pelos Brahmanes, **Zacon-Thesis** por Ptolomeu, **Sakita** por d'Anville, e **Toukharas** ou **Tochari,** visinho dos Saces, Seres ou Chins, na opinião de Schlégel, Lassen e Burnouf.

Barbosa Rodrigues, Onffroy du Thoron, Brasseur de Bourbourg, Escorbary, Fidel Lopes, Ribeiro Guimarães, Humboldt, Hoechel, Bellegarde, Quatrefages e muitos outros, admitem a Ásia de Bertillon, não só como o berço da Civilização, como também da Humanidade.

O povoamento da terra, conhece-se através dos três típos mais distintos da humanidade, o Ariano, tronco das raças progressivas, Gregos, Romanos, Celtas, Germanos e Slavos; os troncos Arameno ou Kuschita, donde derivam os Chaldeos, os Assírios, os Phenícios, Árabes e Judeus; e o tronco Turaniano donde derivam os Tártaros, Chinezes, Turcos, Finezes e Húngaros. O Amazonas desde a época quaternária de sua formação apareceu sujeito a tôdas estas raças, admitindo-se porém como a maior no desenvolvimento dos Índios amazonenses a raça phenícia — a mãe fecunda por excelência, a fonte inexgotável das vastas necrópoles dos

nossos Pascés. A mumificação phenícia era tôda rudimentar e muito parecida com a que se encontrou nas **igaçabas,** e **camotins** ou **talhas** dos Pascés. Perto dos sarcofagos phenícios, que reproduzem sempre a forma humana, como reproduziam-na igualmente os vasos funebres dos Arians de **Johannes,** encontravam-se figurinos de deuses tutelares idênticos aos ídolos teogônicos achados entre as necrópoles do vale do Amazonas e da ilha de Marajó, como se pode lêr em obras de José Veríssimo, Ferreira Pena e Barbosa Rodrigues.

Até hoje as tribus esparsas do Xingú — **Curambé, Cancan, Tariendé, Tababacú, Tabaratá, Aribá, Macairi, Dady, Tamaricú, Acadá, Pachariú, Carajá, Mundurucú, Juruna, Poena, Assurini** e **Cururiá,** perpetuam o culto do **Iréburi** (monte) e das Itarétá (pedras). E não é muito difícil se encontrar entre os índios Jurunas, Assurinis e Koruriás qualquer coisa de sagrado, de misteriôso e santo sôbre o acêrvo de pedras ou rochas **curuáras** e que formam entre sí uma espécie de corredores, grutas saletas e nichos, como as **pedras sagradas** dos **Bethels,** que os phenícios apelidavam casa dos deuses e que perpetuou-se até a Roma dos Tácitos.

Tudo isto nos faz acreditar nêste magestoso país de Knanaha, nêste Aribarú pheniciario das **itapinimas** ou pedras pintadas desde o Iriri ao Anambé, desde Pucuruhy (rio do grande frio) até o **Oupa-mira** ou **Pamiré** do Xingú, onde se encontram as famosas **ita-unas** ou pedras negras, espécie de **ita-curaras, Ita-cutiáras** dos Jurunas denominadas **Ououndá.** Daí é que vem a **aribarú** o **muirakitã** ou o amuleto dos Jurunas, Assurinis, Carajás e a lenda das **ita-cuatiaras** ou itacoatiaras.

Essas **itacuatiaras** tão semelhantes em tudo às pictografias do Egíto, da Índia, do Indostão e da Síria, tão admiravelmente descritas pelos sábios etnólogos e cientístas modernos — Quatrefages, Bertillon, Nadailac e Renan; êsses hieroglífos indiános decifrados hoje pelos

dados seguros da linguística americana, que teve como fiel intérprete o genial poliglota Onffroy du Thoron, *são por assim dizer a chave de ouro do momentoso* problema das nossas origens pré-históricas.

Por estas analogías linguísticas podemos compreender as migrações hebráico-phenícias das frotas aliadas de Salomon e Hiram, confirmadas pelo batismo do Rio Mar, que recebeu com eternal memória, o nome do maior monárca do mundo, o nome do grande e sábio rei dos Israelítas e dos Cananeos — Salomon.

Dessa compreensão definida e valiósa chegamos à conclusão de que os principais representantes do semistísmo asiático-brazileno — os índios **Tecunas Chusmanas,** (Xumana), Barés,**Manaus** e **Pascés,** acreditavam verdadeiramente num Criador do Universo com o ceu e o inferno. Esta causa natural de diferenciações religiosas leva a compreender-se melhor que no tempo da descoberta do Amazonas era a raça tupy que predominava nessas regiões com o nome de Tupinambá. Com o nome de Karayba ou Kariba chegou essa tribu às Antilhas; com o de Galibi às Guianas; tomou no Amazonas o de Omagua; pela costa conservou até Burahen (Bahia) o nome genérico de Tupinambá, que depois se abreviou em Tupy, tomando no sul o nome de Guarany.

O grande Leibnitz, escrevendo ao padre Verjus, dizia: "julgo que nada serve mais para se poder bem julgar da afinidade dos povos como as línguas". Logo a tradição, de uma parte, a filológia, vai confirmando sucessivamente tôdas as assersões da linguística americana.

E' nestas conclusões que o saudoso Giulio Bertoni, encara os fátos da história: A história dum Povo, de sua Civilização e do seu progresso espiritual, é para nós a História da sua Língua, na qual se revela a sua verdadeira História ideal e eterna. A Língua reflete a duração histórica com todos os acidentes, fátos e vicis-

situdes. Hoje chegamos a identificar a História dum Autor com a história do seu pensamento".

Naturalmente que êsse ponto de vista, refuta de maneira clara e real, tôdas as teorías dos que sustentam que os habitantes do Amazonas eram autoctones; sólidos são os argumentos dos que julgam que o povoamento do Amazonas foi feito por migrações vindas de outras partes do globo.

Observações ainda mais convincentes reproduzimos aquí da longa nomenclatura colhida pelo cônego Ulysses de Pennafort, para mostrar o parentesco da nossa formosa língua Tupí com as três importantes línguas do mundo — o Hebráico, o Sanskrito e o Grego:

TUPI'	HEBRAICO
Hu-assa (rio **hu,** agua.	**assa, labore produxit,** rio que produz ouro por meio do trabalho.
Maicari, (rio **Mayacaré**) **mayua,** agua leito do rio; **carí** ou **caré,** toldado.	**maia, mai,** leito do rio; **cari** ou **caré,** perturbado, agitado.
Amapá (rio e lago) com um estreito canal por onde se vae ao povoado do mesmo nome.	**Amâ,** braço (do rio) pâ, entrada, passagem donde a palavra tupí **Gurupá,** de **Gurú** boca, **pâ** larga; rio de grande boca, de passagem franca.
Aragoari (rio e lago) **ara,** terra.	**araq,** terra.
Piratobal, pira, lugar piscoso onde existe muito peixe que vive submerso.	**pirâh,** o que imerge.

TUPI'	HEBRAICO
Macocoari, êste subt. tupí é tirado do v. radical **macá,** feriu, matou; **Coa,** vigor, força; **hari andar irae,** fogo de cólera.	**Mâcá,** golpe (jucá) ferida, chacina.
Carâpanatuba (rio)	**cará,** cavar, saír da terra, **pana,** transformar-se; **toba, tuba,** abundância.
Mutuacá (rio).	**mutu,** morte, **hãca,** esperar; esperou a morte, rio da morte.
Maracá-pucú (rio) **mará,** varejão seco; Kaah ou **Kaapora,** habitante do mato.	**mará,** lugar nú, despido de arvores, **Caah,** lugar solitário, triste e secreto.

TUPI'	SANSKRITO
Mirim, miry, mirion, pequeno.	**Mir,** diminuir, no grego myri, myria, **micro,** mil, pequenito.
Manitó, espírito de **Mani.**	Tem a mesma significação quanto ao grande Espírito de**Manú.**
Maen, maendá, pensar.	**Man,** pensar; **manhan,** fazer.
Acequira, peçakera,, pedaço.	**Aç,** porção, **acéga.**
Iacami, Jaçamin (espremer).	**Iacami,** humilhar-se, agachar-se.
Somé, Sume, profeta, deus, discípulo do Senhor, **Thama, Thomé.**	**Soma, Suma,** o deus, o sábio deus vedico.
Suryá, sairé, cantos.	**Syryá,** hinos ao Sol.
Oucha, genio índio-brazileno.	**Pourucha,** Siva bramanico.
Oupania, genios indiános.	
Mani, Manú, Mandú.	**Manú** (donde Mandú, Emanuel) **Mani** e **Mani,** são nomes tupís e sanskritos.
Man, maen, pensamento.-	**Manas,** intêligência.

TUPI'	SANSKRITO
Marúdá, nome brazileno.	**Ahura-Mazdá** donde **Marúdá,** o esposo das águas.
Murú, Maruim, o queima.	**Marouts, Marúts,** os raios de Vitra.
Rudá, Perudá, o deus do amôr.	**Rud-r-á,** o rutilante, o deus de longas melenas, que atira as flamineas sagitárias.
Yú, ybitú, yuroiçan, vento.	**Yaú, Vayú,** o vento, o fiel companheiro de Indra.
Paya, pai.	**Pã,** pai.
Ara, sol, dia.	**Ari,** primeiro, excelente.
Tapacora, liga vermelha.	**Tap,** fogo, vermelhidão.
Iara ou **Igara,** canôa.	**Ia,** agua corrente.
Taba, aldeia, casa	**Tap, Tup,** calor; em quichúa, **Tapa,** ninho.
Apiaba, homem, varão completo.	**Ap,** ganhar, obter. Donde em quichúa **Apir,** chefe, senhor.
Uira-pára, arco de atirar flexas; **Uiru,** flexa.	**Vira,** vara, cana.
Mendar, casar, **mandara,** matrimônio.	**Ma,** laço, união; donde **Mand,** ornar, suf. — **ar, ara,** muito comum no tupí e no sanskrito.
Acanga, cabeça, **acanga-atara,** enfeite de cabeça.	**Anka,** ornamento; **Ciras,** cabeça. Donde-**Achan — Kara** em quichúa.
Coaracy, sol.	A mesma raiz, kousraçon.
Rupan, tupana.	**Tap, tupá,** resplandecer.
Neeng, falar, responder.	**Nan, Nen,** falar.

TUPI'	GREGO
Tupan, deus, pae, de tub, pae, e **pan,** de todos.	**Pan,** todo, e **theo,** deus, o deus **Pan** da egloga virgiliana.

TUPI'	GREGO
Pagé, mago, feiticeiro.	**Pagé,** engodo, laço.
Tama, ce-retama, minha terra.	**Tama, tetramai,** terra, o que nutre.
Koré, filho; **Manikoré,** neto.	**Koré,** neto.
Zoéqué, Secué, vida.	**Zó, Zoé, Zaó, ezon, bios,** vida.
Çoó, Soo, animal.	**Zoó,** idem.
Gatu, Catu, bom.	Agathos, agatha, gatú.
Reko, ter.	**Eko,** ter.
Raço, levar.	**Airó,** levar.
Oca, casa; **i-co,** minha casa.	**Oico,** casa.
Teu, téu, Ré, reu, correr.	**Theo, Rheu, ré,** correr.
Pau, ubau, cessar, acabar,	**Pauo,** fazer cessar.
Era, ara, dia.	**Emera,** dia.
Ará, eré, oró, monte, colina.	**Oró, oré,** idem.
Ara-ripe, serra abruta.	**Ara, ripe,** idem.
Pyra, coisa sapecada.	**Pyr, Pyra,** fogo, fogueira.
Manacá, flôr.	**Meneké, menexé,** violeta.
Ara, ara, pois, **apois.**	**Ará,** pois.
Uah ! Interjeição.	**Uai, ovai, malheur !**
Pinó, peter.	**Pinó,** beber.
Pará, Paranan, rio, mar.	**Talassa, talatan,** rio, mar.
Taua, taba, vila, **atuá.**	**Astú, autú,** cidade.
Makei, Makira, rêde.	**Keimai, Ekeiman,** estar deitado.
Cará, carito, acarará, coisa esbelta, graciosa.	**Korisis, Karis, Karité,** graça, gracioso, etc.
Theon, monte.	**Thanaton,** monte.
Tentaua, sítio.	**Tautó,** sítio, lugar.
Akanga, cabeça.	**Kephâle,** cabeça.
Guau, gemer (dansa).	**Goao,** gemer.
Baré, boró, bacú, pesado.	**Baró,** peso; **bará,** heb. barro.

Encarada assim tôda a história dos índios amazônicos, aparece, segundo cremos, mais defenida e mais concebível, nas interpretações sempre novas e perfectíveis de Onffroy du Thoron — assim, podemos citar as narrações helênicas de Theopompo, reproduzidas em latim por **Aelianus** e em **Plutarco;** o primeiro afirma que Hercules foi visitar os Gregos entre os Maropas (Marupá em tupí); ora êstes habitavam em face da Líbia (África) os territórios ocupados hoje pelos Brazilenos, enquanto que Sylla conduziu êste Hercules até o mar hiperboreo ou saturniano, sôbre o continente croneo, onde habitavam os Gregos; havia portanto Gregos ao Sul e ao Norte da América. Durante o bloqueio do estreito, o qual durou trezentos anos, os Helenos isolados no meio dos bárbaros desapareceram, mas a sua língua ficou mesclada às línguas americanas, sobretudo ao tupí.

Tudo isto é muito significativo e confirma a presença da raça semítica ariâna no Amazonas. A posição geográfica destas raças está fixada sôbre a carta anexa à obra do Padre Alcide d'Orbigny, a qual tem por título "L'homme americain" — Mas aquí se apresenta igualmente um fáto singularíssimo: é que os Gregos que conviviam com os Marupianos (índios dos Andes, descendentes de **Merope,** rainha da Messenia) foram rechaçados e com êles impelidos para os Andes; porque a região dos Marupás é banhada pelo rio **Apolo** (Apollon); existe alí uma província denominada **Apolo-bamba;** encontra-se lá também uma aldeia **(astù llacta)** de nome **Aten (Athên-es).** Junto a taba **Athên, (Aten** conforme a ortografia castelhana), existe a tribu **Itonama,** que faz lembrar o nome **Iton,** filho de Deucalion, o grande inventor da arte de trabalhar **(Philoponia)** e de separar metais; perto do rio **Apolo** e vizinho a **Itonama** vive a tribu Tacana, vocábulo kichuano, que quer dizer martelo e todo utensílio de ferreiro; o que confirma que **Itonama** é uma lembrança de **Iton** que traba-

lhava os metais. Assinalamos ainda a tribu **Asiama** que recorda os Isiácos, sacerdotes de Isis e as festas isianas.

Nos grandes historiadores e arqueólogos que se ocuparam da Pré-história amazônica podemos distinguir que todos possúem cursos de línguas americanas; enquanto que para a nossa vergonha, a decadência real da língua brazilena é um fáto consumado na incúria da nossa própria existência, que não comporta na nossa Cultura, o progresso e a espiritualidade dos povos cultos da Europa.

Aliás, assim já pensava, o ilustre etnólogo e poeta brasileiro Gonçalves Dias, quando pronunciou as seguintes palavras: "O primeiro de que havemos de tratar na história do Brasil é dos Índios. Êles pertencem tanto a esta terra como os seus rios, como os seus montes, como as suas arvores; e por ventura não foi sem motivo que Deus os constituiu tão distintos, em índole e feições, de todos os outros povos, como é distinto êste clima de todo e qualquer outro clima do Universo.

Êles foram o instrumento do quanto aquí se praticou de útil e grandioso; são o **princípio** de tôdas as nossas coisas; são os que deram a báse para o nosso caráter nacional, ainda mal desenvolvido. E será a corôa da nossa prosperidade no dia da sua inteira rehabilitação".

Até aquí apresentámos os vestígios históricos por onde alguns arqueólogos ilustres, como Onffroy du Thoron, têm procurado determinar o berço das tribus amazônicas; existem contradições e analogías entre êsses fátos, e alguns modernamente se acham completamente refutados. Nós, porém, envidamos todos os esforços possíveis, para uma maior claridade dêsses fátos. Colocada assim a questão vamos terminar apresentando uma lista das tribus ainda possíveis de existência no Amazonas. Entretanto para maior esclarecimento temos como certo que esta relação é

incompleta, pois existem muitas tribus recém-formadas pelas emigrações sucessivas de outras tribus e ainda porque, o Amazonas é quasi impenetrável nas altas cabeceiras e altos rios aos civilizados.

Pelo que se sabe das tribus amazônicas, um homem possúe êsse orgulho extraordinário de ter tomado contáto com os Maués, Aicaás, Ajubins, Paumarís, Apurinans, Aráras, Arecús, Aricoás, Parintintins, Jamandís, Assaís, Macús, Cucamas, Yuareté-tapuyas, Xiricunas, Atahys, Bafuanas, Bindinapás, Xirianes, Turás, Uadeçanas, Wananas, Tauarys, Taucibuncas, Tayassús, Tocanas, Uanamás, Uapichanas, Cucamas, Boanarys, Boiocós, Canamarys, Caripunas, Catáuixys, Catianas, Macuxys, Maneterys, Mangeronas, Catuquinas, Cauxianas, Cayaris, Omaguas, Pacaguaras, Panamás, Paranás, Parequis, Coaty-tapuyas, Collinas, Conibas, Jauperys, Cambeuas, Cuerumas, Curetos, Decanas, Inamarés, Ingaricós, Ipeca-Tapuyas, Jabahanas, Jamamandys, Japurás, Maracanans, Maraoas, Jaricunas, Jucunas, Jumas, Marujos, Mayas, Pauchianas, Pecassú-tapuyas, Pichacás, Pichancós, Urubús, Urupás, Urupichunas, Saparás, Sipós, Siussy-tapuyas, Tapiócas, Tatús, Taurianas, Tarumans, êsse homem é sem dúvida nenhuma, o ilustre general Candido Mariano Rondon.

Como vimos o povoamento do Amazonas, fez-se por uma evolução progressiva, que não frutificou em paralelo aos povos que influiram no seu destino, na época pre-histórica da Civilização do Novo Continente.

Segunda Parte

O Amazonas e os séculos do seu descobrimento

Capitulos:

4.º - Século XV
5.º - Século XVI
6.º - Século XVII
7.º - Século XVIII
8.º - Século XIX

Século XV

Esclarecimentos sôbre o descobrimento da América e do Brasil. O ciclo atlântico ocidental e o ciclo atlântico sul. O Amazonas como ponto básico do descobrimento do Brasil.

I V

E' provável que o descobrimento da América, pertencesse, ao princípio, à mesma família de navegadores que acreditaram nas dimensões desconhecidas da Índia, que aparecia nas cartas geográficas da época como afastando-se cada vez mais das plácidas regiões do indefinível para os grandiosos páramos das claras realidades. Daí a explicação de João Ribeiro sôbre a reconstituição dêste fáto histórico, que é por assim dizer o ponto mais alto dêste século e uma das provas mais necessárias para a compreensão do "ciclo de navegação que atingiram o oriente, não pelo periplo da África, mas diretamente pelo poente.

"O resultado foi a descoberta da América. Mas tal era a atração da Índia que ainda depois foi tentado o periplo da América pelo extremo sul, para chegar-se ao oriente-asiático, tentativa louca e dispendiosa, atenta a vastidão da viagem, que equivalia a uma circumnavegação do globo. Êsse momento como podemos verificar é de máxima importância na nossa história.

Estabelecida a continuidade dos descobrimentos dominantes na época, "o Brasil também necessaria-

mente teria de ser descoberto numa dessas viagens do **ciclo ocidental,** e de fáto o foi. Hojeda e Vespúcio tocaram a terra brasileira no extremo norte em 1499; VicenteJanezPinzon e Diego de Leppe atingiram o Brasil em Janeiro, Fevereiro e talvez Março de 1500, precedendo a Pedro Alvares Cabral, o descobridor português". (João Ribeiro, H. do Brasil, pags. 32 e 33).

O cônego Ulysses de Pennafort também fala dêste descobrimento afirmando que, Cristovão Colombo estava convencido de que os Portuguêses não haviam procurado o caminho mais diréto e mais seguro para chegar às Índias. Pois que o continente asiático, a medida que avançava para o Éste, devia se aproximar, em razão mesma da esfericidade da terra, das ilhas recentemente descobertas ao Oéste da Europa; portanto o caminho mais curto entre a Europa e a Índia devia se achar navegando-se para Oéste. Se Cristovão Colombo tivesse algumas dúvidas a tal respeito, com certeza o seu amigo Toscanelli as teria levantado. E de feito, em 1474, êle endereçava a cópia de uma carta que tinha escrito a Fernando Martinez, sábio cônego de Lisbôa. Nesta carta Toscanelli sustentava a possibilidade de chegar às Índias por uma navegação diréta ao Oéste. Afirmava que a distância de Lisbôa à província de Mangi, perto de Cathay, não excedia a quatro mil milhas. Acrescentava ainda mais que as ilhas de Cipango e de Antila, distantes uma da outra duzentos e vinte e cinco léguas apenas, se encontravam nêste rumo, e que elas ofereciam excelêntes ancoradouros e tôdas as facilidades para os abastecimentos.

Assim, por impulso de arrojados navegadores o século XV caminhava para testemunhar o descobrimento de novas terras. Com efeito, o Universo crescia, num novo capítulo da História Universal, em etapas sucessivas e metódicas, nos caminhos do Oriente e do Ocidente. O mesmo espírito aventureiro dos

portuguêses crescia na ousadia dos marinheiros de Colombo. Seria preciso sòmente decifrar, por assim dizer, que, consoante a esfericidade da terra e sua presumida grandeza, a Europa, a Ásia, a África, nas suas dimensões então conhecidas, não mais formavam do que uma parte do órbe terraqueo; pois, o que permitiria encontrá-la tôda inteira eram as tradições que Platon, Aristoteles, Plinio e Séneca haviam deixado sôbre a possibilidade de se passar, em pouco tempo, de Cadix às Índias, e que Strabon colocava sob o mesmo paralelo as costas da Mauritânea e as da Índia.

Não se deve esquecer entretanto que o mundo de Ptolomeu era dividido em dois, segundo a carta mais antiga de Marin de Tyr; e que, a documentação apresentada no conjunto da descoberta dos Açores e das ilhas do Cabo Verde pelos Portuguêses, fizeram recuar êste limite de uma hora. Disso se valeu Cristovão Colombo, para a compreensão de que faltava explorar ainda um terço da circunferência terrestre.

Êstes testemunhos, num passo notável é a explicação de Cristovão Colombo, para fazer compreender que os Portuguêses não haviam procurado o caminho mais diréto e mais seguro para chegar às Índias, isto é, a América.

"Quando se descobriu a América, então suposta Índia, houve um estremecimento entre as côrtes católicas da Espanha e Portugal. Êste a quem o Papa havia doado a Índia oriental tal se doavam a principes defensores da fé as nações de gentios), se julgou lesado em seus direitos. Tornou-se preciso regulamentar a conquista do ocidente; nêsse sentido imaginou-se a **linha de marcação** (1493) de pólo a pólo, que limitava a esféra da ação portuguesa até 100 léguas além de Cabo Verde; êsse limite coíbia demasiado a expansão portuguesa; era a obra de um papa espanhol (Alexandre VI), e o rei de Portugal esteve a ponto de pegar em armas e de com uma esquadra tomar à viva força as

descobertas de Colombo. Ainda a intervenção do papa, ajudada pela sagacidade de Fernando de Castela, conseguiu conjurar o conflito, e, depois de muitas negociações, celebrou-se o **Tratado de Tordezillas** de 1494, pelo qual a linha definitiva da demarcação deveria correr a 370 léguas a oéste de Cabo Verde. Como os papas não aceitavam a teoria da redondeza da terra, julgavam que assim de modo nenhum seria lesado o interesse da Espanha".

"Em vista dêsse tratado, as terras descobertas por Pinzon e Leppe, do cabo de Santa Maria de la Consolacion até o **Mar d'agua dulce** (Amazonas) caíam sob a esféra da posse portuguesa. E é por isso que a prioridade dêsse descobrimento pelos espanhois, feito cinco anos depois do tratado, não poderia prevalecer". (J. Ribeiro, H. do B., pags. 34 e 35).

Certamente os dados dêsses descobrimentos, determinando a significação aclarada segundo os documentos dos arquívos, é percebida por nós distintamente, para não ocultar os feitos de Colombo. Os fátos para reconstituir as épocas passadas obedecem quasi sempre às tradições das suas próprias épocas, porque tôda a sua história depende inteiramente das condições inerentes a cada acontecimento que lhes era estranho. Com efeito é por demais verosímil que Colombo deveu as **tradições** o descobrimento do grande continente situado ao Oéste do Atlântico e designado, apontado e até descrito por Ptolomeu, Séneca, Critias, Platon, Méla, Solon, Diodoro de Sicilia e outros. As Índias, ou seja a América, foi sempre a visão do glorioso navegador para as investigações das **terras separadas** e as tentativas de expansão. Mas, também se dizia, e continúa a dizer-se talvez em demasia, que Colombo devia os seus descobrimentos a mãe de sua esposa, que lhe ministrou os ensinamentos da geografia e da astronomia. Entretanto, é por demais conhecido que na sua infância havia estudado na Universidade de Pavia, o latim,

a geometria, a astronomia, a navegação e a geografia; e, existe ainda no ponto de vista histórico, a ligação de Colombo, com navegadores portuguêses.

Seja como fôr, Cristovão Colombo tinha conhecimento da esfericidade da terra e sua presumida grandeza, pois que o continente asiático, a medida que avançava para o Éste, devia se aproximar, em razão mesma da esfericidade da terra, das ilhas recentemente descobertas ao Oéste da Europa; portanto o caminho mais curto entre a Europa e a Índia (América) devia se achar navegando-se para o Oéste.

João Ribeiro observa que, nessa época, "a América seria fatalmente descoberta pelos portuguêses dentro de pouco tempo, ainda que Colombo não existira; porque êles, por experiência dos mares africanos, afastavam-se sempre para Oéste com o fim de evitar as calmarias da Costa de Guiné; o próprio Vasco da Gama na sua celebre viagem bem perto passou das terras brasileiras e talvez só por acaso não percebeu qualquer indício delas. Cabral, enfim, que seria o Colombo português, primeiro dos navegadores da Índia, avistou a terra americana a 22 de Abril de 1500. E' que êles seguiam a **corrente oceânica** que corre no Atlântico do lado das nossas praias".

"Por outra parte e de modo diferente, desde os trabalhos de Marco Polo e dos cosmógrafos mais hábeis, os espíritos livres haviam retomado a tradição antiga da Atlântida. A idéa predominante era mesmo que entre **Cathai** (China) e a Europa, o atlântico se estenderia apenas por 90 gráos".

A teoria do nosso descobrimento torna-se assim importante e mais atualizada para aclarar um fáto histórico particularmente coberto de mistério e do nevoeiro dos séculos passados.

Para definir semelhânte fáto histórico, Jaime Cortesão nos diz que, "quando em 1498, Colombo durante a sua terceira viagem, aportou a S. Tiago de Cabo

Verde, ouviu dos habitantes da ilha e anotou no seu diário de bordo que D. João II (falecido em 1495) "tinha grande inclinação de enviar a descobrir ao sudoéste" do arquipélago. Note-se — "grande inclinação", o que supõe repetidas tentativas duma emprêsa muito fácil de realizar para nautas portuguêses. E ninguém, como aqueles insulares, estava em posição de observar a repetição e direção dessas tentativas".

Claro está, que tudo isto forma uma serie de tradições, que chega a dar idéia de um fáto histórico. Notemos, entre outras coisas, que desde o início de seu artigo — **O DESCOBRIMENTO DO BRASIL POR DUARTE PACHECO EM 1498,** o histórioador em questão nos apresenta a interpretação mais objetiva dos fátos históricos narrados por "Duarte Pacheco, **que** ao regressar da Índia, em meados de 1505, foi encarregado pelo rei Dom Manuel de escrever o roteiro das novas terras orientais descobertas pelos portuguêses".

"Em obediência a êsse mandado, começava nêsse mesmo ano a redigir o seu **Esmeraldo de situ orbis,** a melhor obra de cosmografia e marinharia do seu tempo. Aí, e no segundo capítulo do I livro, afirma que o monarca o mandou a descobrir a quarta parte (a América) em 1498, e que êle sabe, pois, por experiência da existência daquele vasto continente, que corre de norte a sul, e sem interrupção, frente a frente a tôda a Europa e a tôda a África. As únicas referências mais concretas a qualquer região americana, nêsse capítulo, resumem-se em dizer que as terras do extremo norte são muito povoadas e que desde o equador, por espaço de 28 graus até 28 graus e meio de latitude sul, por consequência, desde 30 minutos sul ou seja desde a ilha de Marajó, até a de Santa Catarina, "é achada nela muito e fino brasil com outras muitas coisas de que os navios dêstes remos vêm grandemente carregados".

Não seria supérfluo, parece-nos, ver mais de perto

os fátos e proceder assim a verificação desta interpretação histórica. Tomemos alguns períodos mais de **O DESCOBRIMENTO DO BRASIL POR DUARTE PACHECO EM 1498.**

"Seguindo na sua descrição das costas africanas, exatamente ao chegar ao Equador, por alturas do atual Cabo Lopez, o cosmógrafo escreve :

"... Achamos por experiência que os homens dêste promontório de Lopo Gonçalves (Lopez)... são asssáz negros, e as outras gentes que jazem além do mar Oceâno, os acidentes que tem o grau de Sol por igual (a mesma latitude) ... são pardos quasi brancos; e estas são as gentes que habitam na terra do Brasil... E que alguém queira dizer que êstes são guardados da quentura do Sol, por nesta região haver muitos arvoredos que lhes fazem sombra e que por isso são quasi alvos, digo que, se muitas arvores nesta terra há, que tantas, e mais, tão espéssas há nesta parte oriental daquém Oceâno... e se disserem que êstes daquém são negros porque andam nús e os outros são brancos, porque andam vestidos, tanto privilégio deu a Natureza a uns como a outros, porque todos andam segundo nasceram..."

Nêste notável passo, não só Pacheco começa por afirmar em nome da experiência, mas faz ainda comparações que só a observação pessoal e diréta pode explicar. Da costa brasileira, de latitudes iguais à costa africana de floresta tropical, só a parte compreendida entre Maranhão e as Guianas é revestida de selva litoral. Mas a africana é de arvorêdo mais denso. Sob êste ponto de vista, a observação é exatíssima. E, ao chegar aí, o roteirista, que até então falara repetidamente na primeira pessôa do plural, achamos, tomamos, fizemos, de súbito reforça o tom pessoal e escreve no singular: "digo que se muitas árvores nesta terra (do Brasil) há..." e continúa, dando à frase as graduações sucessivas de quem está mental-

mente comparando: . . . "que tantas, e mais, tão espéssas, há nesta parte oriental . . ."

Para nós não queda a menor dúvida de que a contextura da frase conserva a marca irrecusável duma experiência pessoal.

Mas, além da observação tão singular sôbre o revestimento florestal dos litorais amazônicos, comparado com o dos africanos nas mesmas latitudes. Duarte Pacheco faz ainda o paralelo entre os habitantes respectivos, para chegar à conclusão, primeira em data, da identidade étnica dos habitantes do litoral brasileiro desde a foz do Amazonas até a ilha de Sta. Catarina: "e estas são as gentes que habitam a terra do Brasil".

E' preciso, evidentemente, esperar os resultados de investigações mais completas, sôbre o descobrimento do Brasil por Duarte Pacheco em 1498. Todavia, o historiador de "Portugal e o mundo nos fins do século XV", toca de perto um problema que resolvido valeria como um triunfo de nossa Civilização. Com efeito, compreendemos que a verdade, que **a nossa história** sôbre o descobrimento das Terras de Santa Cruz, não é absoluta. Não a encontramos tôda verdadeira e imutável tal como deveria ser de uma vez por tôdas.

De fáto, supõe-se, necessàriamente, nêste domínio as concepções mais mentalizadas que se pode chamar — **inigualáveis.** E, nêsse caso, um fáto, uma imagem, um motivo — mesmo criados por um historiador, podem continuar a sua mentalização histórica, dando-lhe existência legal. Poderiamos dizer num sentido mais largo, que tôdas as epopeias, tôdas as tradições, tôdas as formas essenciais de um acontecimento histórico, deixam no nosso espírito uma harmonia perfeita que contribuem muito para convencer-nos a julgá-las verdadeiras.

E' mais difícil, e por isso mais interessante, penetrar até à verdadeira história da interiorização do

Amazonas. E é assim, provàvelmente, porque gerações de historiadores creram que êle é o ponto básico do nosso descobrimento. E tanto étnica como geogràficamente; cronológica como históricamente — em suma, fundamentalmente, os inúmeros historiadores partem quasi sempre do modo pelo qual se haviam já notabilizado Juan de la Cosa, Américo Vespúcio Varnhagen e o grandioso e implícito João Ribeiro.

Na história da colonização portuguesa do Brasil, o historiador Carlos Malheiros Dias, refere-se ao descobrimento do litoral da América austral, contrariamente as afirmações de Vespúcio. Êle se esboça tomado de uma documentação efetiva, isto é, da prova consciênte e definitiva de Varnhagen, Las Casas, Herrera, Juan Velasquez, Duqueza d'Alba e de Berwick, Vignaud, Duarte Pacheco, Segundo Ispizúa e o médico Alonso, sôbre o descobrimento do Brasil. E muito sincero, bastante expressivo e rico de documentação, apresenta e esclarece uma por uma as fraudes vespucianas.

Tem-se a impressão de que o douto historiador, na ansia de acertar o **puzzle** da verdade é um mundo de fátos históricos e cronologias de que ninguém pode duvidar. Porque maior que a sua documentação é a sua capacidade indiscutível de saber mostrar o melhor e o mais profundo de uma criação universal.

Sem dúvida o descobrimento do Brasil é o grande problema que se coloca diante de nós nêste século XX. Irei mais lònge: estamos de tal maneira empolgados pelos navegadores dos séculos XV e XVI, que dificilmente poderemos subtrair êste ou aquele da participação do nosso descobrimento.

Por isso mesmo, será curioso verificarmos pelo estudo do sr. Carlos Malheiros Dias que "foi no dia 1 de Agosto de 1498 que Colombo, na sua 3.ª viagem, descobriu as terras continentais do Novo Mundo : o mesmo ano em que Duarte Pacheco foi mandado por

D. Manuel a reconhecer as terras do ocidente inclusas na zona portugesa do meridiano da partilha. Como era alheia às cogitações de Colombo a existência de um continente independênte da Ásia, o almirante parece não ter tido a nítida percepção da massa continental. Pela relação da viagem verifica-se que pôs nome de ilhas a quantas terras viu ou tocou (a). De qualquer modo, a verdade é que, dos nautas de Espanha, foi Colombo o primeiro que viu a terra firme de Pária: glória que Vespúcio quís arrebatar-lhe desdobrando em duas a viagem que realizou com Hojeda em 1499. Pelo pleito de Diego Colón ficou demonstrada a prioridade de Colombo no descobrimento da terra firme em 1498, na viagem em que êle se propôs ir verificar a afirmação de D. João II sôbre existência de terras no Austro.

Nenhum se apresentou, entre tantos navegadores chamados a depôr, a disputar a primasía ao Almirante. Como é, pois, que Vespúcio, na 1.ª viagem da **Lettera,** diz que partiu de Cadiz em Maio de 1497 e que, vinte e sete dias depois de ter sarpado das Canárias, tocou a terra continental do Novo Mundo?

O próprio Hojeda o desmente declarando no pleito ter sido êle o primeiro navegador, **depois** do Almirante, que explorou a terra firme, e que levara na sua compa-

---

(a) Veja-se *La historia del viaje que el Almirante Don Cristóbal Colón hizo pela tercera vez que vino a las Indias,* em Navarrete, *Coleccion,* t. III, pág. 242-64; Las Casas, Historia de las Indias, liv. I, caps. CXXX-CL; *La Historia de Dom Fernando Cólon en la qual se da particular y verdadera relacion de la vida y hechos del Almirante Don Cristóbal Colón,* em Barcia, *Historiadores primitivos de Indias; Coleccion de documentos inéditos relativos a las antiguas posesiones españolas de Ultramar,* editada pela Real Academia de História de Madrid, nos tômos VII e VIII.

Escreve Las Casas : *"Decía Colón en sus cartas que era isla* (a península de Pária) *y con duda o alguna creencia que era tierra firme".* (História de las Índias, liv. I, CXLIV). Ainda na carta CLXVIII ao cardeal Bernardino de Carvajal, Pedro Martis supõe que Pária faz parte do continente da Índia Gangética.

nhia a**"Juan de la Cosa, piloto, Emérigo Vespuche e otros pilotos".**

Acontece que "O MAIS ANTIGO MAPA DO BRASIL", interpretado pela cultura universal do Prof. Duarte Leite, na história da colonização portuguesa do Brasil, transpõe num entrosamento de acontecimentos diversos, que se deslocam e se acertam como vitória da inteligência, sua contribuição **réussite,** identica a dos historiadores Jaime Cortesão e Carlos Malheiros Dias.

Entre os extremos que se unem numa extraordinária reconstituição histórica à entrada do maior rio do mundo, vão e vêm as cenas mais positivas do nosso descobrimento em fins do século XV e princípios do XVI. E dêsse conjunto de vitórias surge e se afirma a interpretação de que no mapa de Cantino "se espraiava a orla da **tierre firme** de Pária, vista em 1498 pelo grande almirante, onde nos dois anos subsequentes Alonso de Hojeda e Vicente Yanez Pinzon exploraram destemidamente duas faxas litorâneas de Venezuela e das Guyanas, uma dirigida de Pária para o ocidente até **boacoya** (por **Cuquibacoa,** Goajiba), outra descendo da mesma península pelo suéste até ao grande rio do mar doce (Orinoco) e **Golfofremosso** (Essequibo).

Certamente de Espanha não escasseavam notícias orais e escritas dessas paragens maravilhosas, onde os conquistadores encontraram cópia de perolas e era abundante o pau brasil. A Veneza devia ter já chegado um pergaminho em que estavam figuradas as novas possessões castelhanas, se Ângelo Trevisan pôde cumprir o que prometera a Malipiero, quando lhe anunciava, em 20 de agosto de 1501, a próxima remessa de uma carta em grande formato que Colombo lhe mandara preparar, cópia doutra da sua lavra".

Haverá uma tése nessa interpretação histórica do Prof. Duarte Leite? Sim. Depois de contestar Harisse, o grande historiador, afirma :

"Não nos resta dúvida de que, a darmos-lhe pátria definida, a continentalidade do Novo Mundo é uma concepção portuguesa, e julgamos em êrro os que atribuem preferentemente a espanhois ou conferem a primazia a Américo Vespúcio. Vignaud, o mais ilustre dos paladinos vivos do vaidoso florentino, reivindica para êle a prioridade em afirmar que a parte austral da América é um continente distinto da Ásia, mas hesita em atribuír-lhe o pensamento mais amplo da ligação em um só todo das vastas terras atlânticas a ocidentes da Europa. Com efeito, se no **Mundus Novus,** impresso em 1503 ou 1504, Vespúcio proclama claramente ter descoberto na sua terceira viagem um novo continente ao sul do equador, na posterior **Lettera** a Soderini não afirma que êle prossegue com as terras avistadas para cima de 16° N.

A prioridade de Vespúcio só repousa, ao parecer, em que êle foi o primeiro a servir-se da imprensa para anunciar, pois é evidente que a ideia já muito anteriormente tinha ocorrido, quer a portuguêses, quer a espanhois. **Tant qu'on n'aura pas découvert quelque document ou quelque témoignage qui lui enlève la priorité de cette conception géniale,** proclama **Vignaud, on ne pourra lui ravir l'honneur auquel il prétendait.** Mas tal documento existe : é o mapa de Cantino, ultimado em 1502, antes da publicação do **Mundus Novus.** Aí se vê nítidamente figurada a América do Sul continental, desde a península castelhana **boyacoa** (Cuquibacoa), por 13° ou 14° N, até terras portuguesas, hipotéticamente prolongadas até 39° S, estando ligadas as descobertas dos povos rivais por uma faixa convencional e despida de nomes, que representa litoral ainda não percorrido por navegadores europeus".

Estas terras como podemos perceber são as da região amazônica, que Jaime Cortesão sustenta terem sido descobertas por Duarte Pacheco em 1498. Por isso mesmo, considero o douto historiador clarividente

demais na responsabilidade do nosso descobrimento. Mas êle compreende e não teme em afirmar que "o descobrimento de terras brasileiras, em 1498, por Duarte Pacheco, ajusta-se exatamente, como uma peça numa complexa engrenagem, e tanto mais se o navegante português tomou desde as ilhas de Cabo Verde o rumo de sudoéste em direção aos mares equatoriáis.

O fáto, afirmado por Pacheco, reunia, por consequência, além das garantias morais e psicológicas de veracidade, as condições perfeitas da casualidade política e até as da competência única do seu realizador.

Resta-nos averiguar apenas qual a região atingida por Duarte Pacheco e se ela se ajusta ao condicionalismo político e geográfico, que vimos de apontar. E' neste ponto que nós, ao que nos parece, temos alguma coisa de nosso a acrescentar.

Com efeito, os historiadores que até hoje se ocuparam do assunto não meditaram em que Pacheco se refere mais uma vez, no capítulo II do **Esmeraldo,** à certa região do Brasil, como terra vista pelo autor e comparada, sob o ponto de vista da flora e do homem às terras africanas nas mesmas latitudes, estabelecendo assim a concordância geográfica indispensável à historicidade do descobrimento de Pacheco". Não resta a menor dúvida Jaime Cortezão representa o homem incansável e universal. Daí essa atitude justificativa de tôdas as suas interpretações: todo o problema da tradição histórica consiste em superar a dificuldade de comunicação entre um fáto e outro.

Entre as muitas afirmações equilibradas e inteligêntes do Prof. Duarte Leite, agrada-me e muito, vê-lo já no final do seu estudo sôbre **O MAIS ANTIGO MAPA DO BRASIL** exprimir-se com as seguintes palavras: "Em 1501 era voz corrente nas tripulações recém-chegadas da América do Norte que o Novo Mundo formava um extenso continente seguido desde o hemisfério boreal até o austral; no mapa de Cantino, de 1502, vemos

entre a Ásia e quaisquer terras ao leste o **Oceanus Occiderorièntalis** desde 67° N até 88° S. E' pois evidente que os portuguêses sabiam que a Índia, a China e a Cipango de Marco Polo não só estavam extremamente afastadas da Europa, mas também não se ligavam às terras recém-descobertas, interpostas como barreira entre a Ásia e a Europa ou África. A ligação dos velhos e dos continentes apenas era possível na calote hiperbórea; efetivamente, em Cantino a costa da China sobe acima do círculo ártico, inflectindo-se depois para léste até o bordo do mapa. Como êste não está completo, faltando-lhe um fuso de mais de 90° em longitude, ignoramos como o cartógrafo imaginava o prolongamento daquela linha de litoral.

As duas terras, Groenlândia e Terra Nova, onde são visíveis as quinas, há que juntar como português o vasto território do Brasil, que pela primeira vez, em 1502, se nos depara em carta conhecida. Comumente se acredita que já dois anos antes La Cosa o figurava em seu planisfério, indicando os resultados das viagens de Vicente Pinzon e Diogo de Lepe, quando não a de Hojeda, bem como dilatado trato da costa hipotética ao sul do cabo de S. Agostinho. E' um êrro cuja propagação importa atalhar.

Noutro capítulo desta obra deixámos cabalmente demonstrado que são imaginárias as viagens de castelhanos ao Brasil antes de 1502, tendo sido o traçado do biscaínho alterado por adições posteriores. O litoral ao longo do qual corre a nomenclatura, que é lícito supor primitiva, não desce com certeza ao sul das Guyanas. A legenda aposta ao cabo descoberto por Pinzon, antes e depois do qual não há nomes inscritos e que geralmente se crê ser o cabo de S. Agostinho, foi acrescentada à obra primitiva. As únicas notícias à cerca de Vera Cruz, que podiam ter chegado vagamente aos ouvidos de La Cosa em 1500, eram as trazidas por Gaspar de Lemos; ora no seu mapa-mundo não

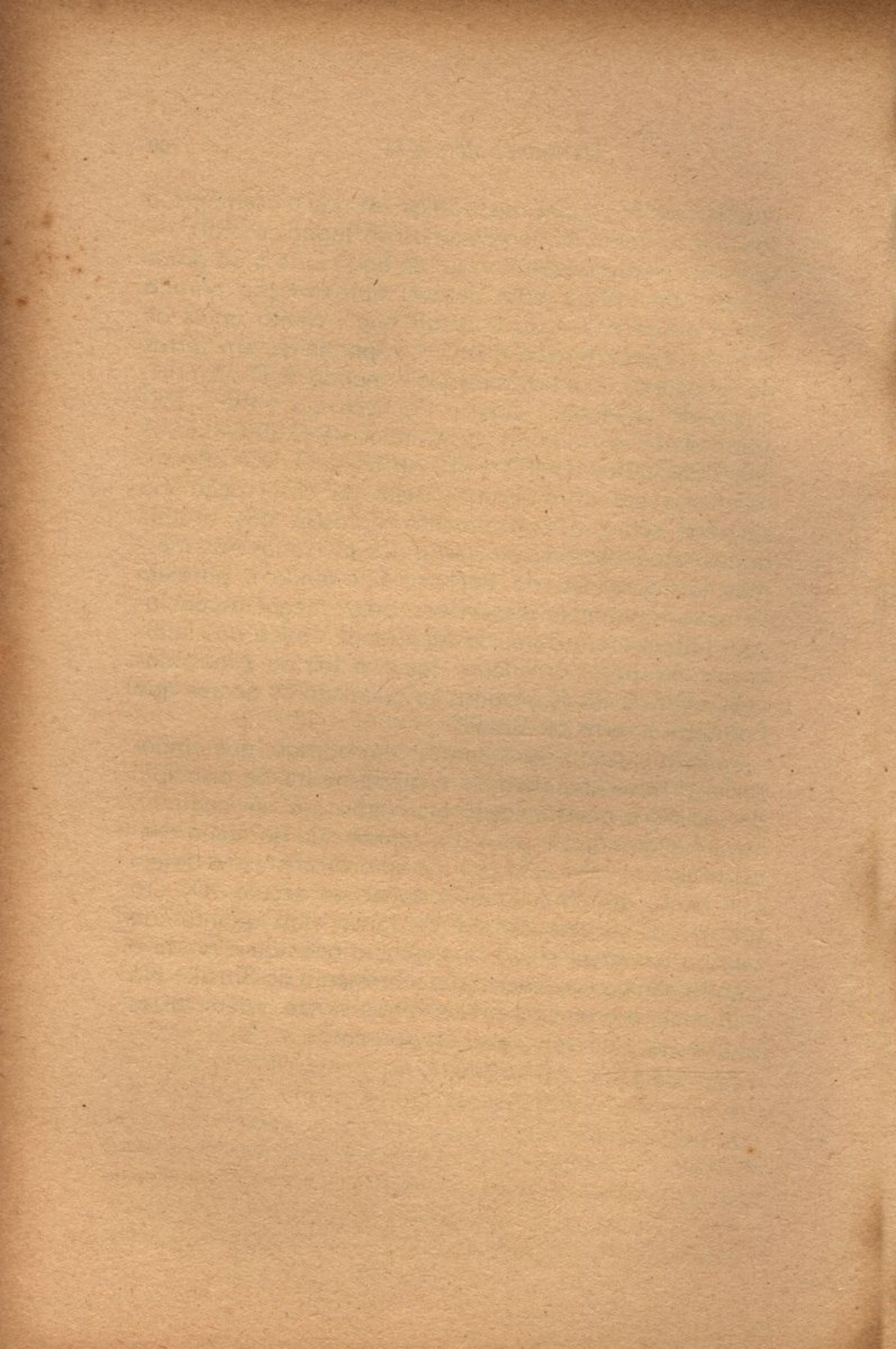
há vestígios de Vera Cruz, nem é natural que aí estivesse assinalada, uma vez que êle ignora os descobrimentos de Vasco da Gama, sabidos dois anos antes, cuja repercussão fôra muito maior. A **Ysla descubierta por Portugal** representa provàvelmente, com grande exagêro de dimensões, a atual de Fernão de Noronha, cuja descoberta se realizou no primeiro semestre de 1502 e teria sido anunciada em Espanha nos fins dêste ano, época em que supomos feitos os acrescentamentos. Temos por seguro que La Cosa, quando terminou o seu trabalho, não fazia a menor ideia das terras situadas ao sul do Essequibo, nem à **fortiori** do Brasil, de que devemos a Cantino a mais antiga imagem cartográfica atualmente existente".

Por esta soberana análise do Prof. Duarte Leite, vê-se que Duarte Pacheco é suficientemente verdadeiro na fotografia da mais rica e da mais grandiosa "Terra do Novo Mundo", ou seja: do Amazonas setentrional, que nasceu na América do Sul Continental, longe de Colombo, Martin Alonso e Américo Vespúcio, e que em virtude mesmo do Tratado de Tordezilas pertencia aos Reis de Portugal. Ao observar esta grande verdade, esclarece o douto historiador que "assim o dá a entender uma passagem do **Esmeraldo de situ orbis** de Duarte Pacheco, muitas vezes citada para demonstrar a veracidade da viagem à América, empreendida em 1498 pelo valoroso guerreiro, que era simultâneamente um dos melhores cosmógrafos do seu tempo. Passando em silêncio a parte do Novo Mundo em que desembarcou possivelmente por pertencer à domínios espanhois ou pelo menos de jurisdição duvidosa, diz-nos êle que, atravessando o oceâno a poente da Europa e África, se encontra uma grande terra firme que vai contínuamente desde 70° de **ladeza** norte até 28° 30 contra o pólo antártico, da qual **nam foy visto nem sabido o fim e o cabo.** Esta segunda coordenada corresponde ao último ponto da costa reconhecidamente portuguesa cuja

situação fôra determinada pelos portuguêses até 1505; efetivamente é a mais meridional das apontadas na lista de **ladezas** do Brasil mencionadas no **Esmeraldo.** Quanto aos 70° N, não é crível que o número fôsse escolhido a palpite; êle corresponde a uma região glacial visitada por portuguêses, à qual atribuíam latitude tam elevada. E' possível que houvesse sensível exagêro; póde ser que se haja de referir às viagens de Lavrador e Côrte-Real ou até àquela em que foi avistada a Groenlândia. Entretanto por mais que as queiramos alargar para o sul, não é lícito dar-lhe um limite inferior a 30° N, onde começa a península floridiana, e como a exploração do Brasil em 1505 pouco acima subiria de 5° S, isto é, das imediações do cotovêlo que faz a costa, havia 35° em latitude ignorados de qualquer expedição portuguesa conhecida. Êste enorme hiato podia supor-se preenchido pelos descobrimentos de Colombo em agosto do ano anterior, relativas à sua quarta e última viagem, apenas revelaram o litoral da América central pelo sul até Honduras, deixando para mais tarde o que segue pelo Yucatan, contorna o gôlfo do México e termina na vaga região visitada pelo veneziano João Caboto em 1497 e 1498. Estas terras eram seguramente desconhecidas em Castela, mas não acontecia outro tanto em Portugal; Duarte Pacheco afirma da quarta parte do mundo, **tamgrande terra firme... he certo que vay em cercoyto por toda a ridondeza,** isto é, estende-se contínuamente do pólo árctico ao antárctico, desde 70° N até 28° 30 S, não tendo sido visto d'ambos os lados **ho fim e cabo dela.** Para que o cosmógrafo consciencioso e seguro, educado na escola da experiência **que he a madre das coisas,** se pronunciasse tam categóricamente pela continentalidade, tornava-se mistér mais que simples conjecturas, derivadas das poucas viagens de que resta memória".

Jaime Cortesão, também, determina concludente-

mente, que "se agora meditamos em que o cosmógrafo fornece também as coordenadas do lugar descrito, — sôbre ou proximamente ao sul do Equador e a 36 graus a oéste de Lisbôa, com notável aproximação para a época — só nos resta concluir que", muito antes de Vicente Yanez Pinzon e seus companheiros em terras do Amazonas, já o havia estado a mando de D. Manuel, o grande navegador Duarte Pacheco em 1498. Evidentemente, o brilhante historiador de O PROBLEMA DO DESCOBRIMENTO PRECABRALINO DO BRASIL não teme em afirmar que "além da observação tão singular sôbre o revestimento florestal dos litorais amazônicos, comparado com o dos africanos nas mesmas latitudes, Duarte Pacheco faz ainda o paralelo entre os habitantes respectivos, para chegar à conclusão, primeira em data, da identidade étnica dos habitantes do litoral brasileiro, desde a foz do Amazonas até à ilha de Sta. Catarina: "e estas são as gentes que habitam a terra do Brasil".

Pelo exposto, verificamos com agrado, que embora lenta essa cristalização e ainda muito no princípio de sua nova mentalização histórica é, já um caminho seguro e grandioso, para a compreensão do nosso descobrimento. Daí essa atitude admirável entre o desejo e a ação, que faz do historiador do século XX um íntimo dos séculos XV e XVI, tanto mais quanto sua cultura universal e sua inteligência acentuam ainda o significado do verdadeiro Descobrimento do Brasil. Na realidade, o problema precabralino existe, e tem raízes profundas e difíceis de se extirparem.

Século XVI

Influência da colonização cabralina. Orelana e as lendas eldoradianas. Realidade histórica e perspectivas reais das planícies amazônicas.

V

E' muito difícil conceber uma interpretação bem definida do Amazonas, antes dos navegadores de Cabral e dos acontecimentos que encheram suas vidas. Da fonte profunda e grandiosa, que podemos chamar Cabralina, se queremos dar-lhe um nome, saem a "Carta" de Pero Vaz de Caminha, sôbre o achamento da terra. Ao mesmo tempo a de Mestre João. Depois as "cartas" de Américo Vespúcio, em italiano e latim, de imensa divulgação, pela Europa a ponto de darem o batismo, do seu nome, à América. A narrativa de Pigafetta, o escrivão Magalhães, que esteve no Brasil, de passagem, no periplo do mundo. O "Roteiro" de Pedro Lopes de Souza. As "cartas" jesuíticas, de informação e para edificação nos colégios de Europa. A "Descrição" de Hans Sataden, em alto alemão. As "Singularitez", de André Thevet, como a "história" de Jean de Levy, em francês. As narrativas de Cardim. Finalmente o tratado de Gabriel Soares de Souza, no fim do século XVI. (1)

---

(1) Afranio Peixoto, anuário brasileiro de literatura 1940, Pongetti, pag. 34.

Começamos historicamente na realidade, com Pedro Álvares Cabral e os Padres de Santo Inácio, fundando escolas para os índios e filhos dos reinoes; com a "Pregação Universal", de José de Anchieta e a "Catequização Cristã", de Manuel da Nobrega; com o bispo Ortiz e Frei Henrique de Coimbra; com João Ramalho e Diogo Álvares Corrêa, o Caramurú; com Martim Afonso e Tomé de Souza; com Cristovão Jaques e Antonio Ribeiro; com São Vicente, Pernambuco e Piratininga. . .

E' verdade que para o povoamento do país, D. João III adota o sistema de **capitanias hereditárias,** segundo a definição de um dos mais profundos conhecedores da História do Brasil (J. Ribeiro) — Inaugurando a colonização do Brasil pelo sistema feudal das doações, também não fizeram os portuguêses coisa diferente do que já haviam experimentado os colonizadores grego-fenícios da antiguidade. Essa analogia talvez não seja de tôda fortuita; Diogo de Gouvêa, o autor da proposta do regimen colonial, professor universitário, teólogo e letrado, era de fáto um grande conhecedor das letras clássicas. No seu colégio em París e posteriormente na Universidade de Bordeus, Diogo de Gouvêa ocupava lugar conspícuo entre os homens de espírito de seu tempo.

Assim, revelando tôdas as inúmeras consequências que a nossa colonização pode despertar, Jaime Cortesão, no seu **CABRAL E AS ORIGENS DO BRASIL,** pags. 43 e 44 afirma que, "na Biblioteca da Ajuda de Lisbôa existe um códice, sem dúvida do último quartel do século XVI, que abre com o título seguinte: **ROTEIRO DE TODOS OS SINAES, CONHECIM.tos, FUNDOS, ALTURAS E DERROTAS, QUE HA' NA COSTA DO BRASIL DESDE CABO DE SANTO AGOSTINHO ATE' O ESTREITO DE FERNÃO DE MAGALHÃES.** A obra, como o título está dizendo, consta dum roteiro parcial da costa da América do Sul, acompanhado de 13 cartas e plantas de cidades, vistosamente coloridas e ilu-

minadas. Roteiro e atlas terminam com uma grande carta desdobrável, que abrange tôda a costa da América do Sul, desde 3° de latitude Norte até 55° de latitude Sul, conforme a escala própria de latitudes, ou seja desde a região do estuário do Amazonas até a do Estreito de Magalhães. Esta carta, já ligeiramente deteriorada pelo tempo, ostenta no canto superior esquerdo uma cartela com extensa legenda; ao sul do estuário do Prata, uma grande rosa dos ventos, de cujos rumos, aquêle que aponta o Oriente, termina numa Cruz de Cristo; e é cortada pela linha da demarcação de Tordesilhas em duas partes, das quais a que corresponde ao Brasil se apresenta dividida, por linhas paralelas, em capitanias.

Diz a legenda : "A terra do Brasil he a que parte a linha vermelha desta do peru a qual linha he a demarcacam que os Reys de Castella os Catholicos dom Fernãdo e dona Izabel e El-rey dom João o 2° de Portugal fizeram no descobrimento geral. As capitanias que vão repartidas por linhas vermelhas São Merces que os Reys de Portugal dom Manuel e dom Joam seu filho o terceiro deste nome fizerão a homens que muy bem os Serviram no descobrimento e conquista das Indias Orientaes: A que diz de Sua Magestade foy de Fr.° Pereira Reymão q morrendo e ficando sem erdr° ficou á Coroa. nesta esta a bahia de todolos santos e Cidade do Salvador. onde assiste o Governador e o Bispo. todas as mais sam vilas excepto a çidade de São Sebastião no Rio de Janeiro capitania de Pero de Goes a qual çidade foy tomada aos françeses pello Governador Men de Saa. as melhores e mais ricas destas Capitanias são a de Sua Magestade e a de Jorge dalbuquerque. estas sam as que mais yngenhos tem de asucar: e assi tem mais trato de mercadores. tem cada hua destas capitanias pella costa do mar 50 legoas e pera o Sertão tanto até chegar a linha de demarcacam como na reparticão dellas se ve. he povoada esta terra do

Brasil toda de portugueses quãto dizem as Capitanias e somente ha costa do mar. e quãdo muito 15.20 legoas pello Sertão, he muy povoada de gentio da terra. tem muytos mãtimentos..em partes della ha Ouro. assi de Minas como de lavages".

A "linha da demarcacam" passa, ao norte, cêrca e a oeste do Cabo Branco, cortando o estuário do Amazonas, na sua parte oriental, e, ao sul, pelo baixo Paraná, abrangendo não só o estuário do Prata, mas todo o curso daquele rio.

As capitanias sucedem-se desde a de João de Barros, mais ao norte, e sucessivamente pelas de Francisco Barreto, Jorge de Albuquerque, de Sua Magestade, de Francisco Giraldes, do Duque de Aveiro, de Vasco Fernandes Coutinho e de Pero de Goes até à de Lopo de Sousa.

Contam-se ainda neste roteiro quatro plantas de cidades: a primeira, a da "Vlia dOlinda"; a segunda, da "Bahia de todolos sãtos" e da "Cidade do Salvador"; a terceira, do "Rio de Janeiro"; e a quarta, de "Sam Vicete", alem de outras cartas e plantas representando o "Cabo de Agostinho", os "Ilheos" e a "Villa de S. Jorge", a capitania de Porto Seguro, a região da "Villa do Spirito Sãto", o "C. Frio", a "Angra dos Reys", o estuário do "Rio da Prata" e, finalmente, o Estreito de Magalhães.

A letra do roteiro e a das legendas das cartas e plantas são idênticas. A mão, que escreveu o primeiro, traçou igualmente as segundas. Mas no códice, que na Biblioteca da Ajuda tem a cota 51-IV-38, não figura nome de autor, nem data.

Quanto a esta, do ponto que dissemos se conclúe que o tôdo deve ter sido escrito no começo da era filipina, isto é, nos primeiros anos da penúltima década do século XVI. A inclusão, inusitada em roteiro português, de regiões da Corôa espanhola, ao mesmo tempo que no mapa geral se acrescenta: "he povoada esta terra do Brasil toda de portugueses" sugere, por um

lado, a reunião das duas corôas peninsulares no mesmo soberano; por outro, o propósito patriótico e ingênuo de distinguir soberanias. Acrescente-se que o descaso e o silêncio, a que a costa léste-oéste foi votada em atlas e roteiro, patenteia, a nosso vêr, que um e outro são anteriores a 1585, em que as regiões desde o Cabo de Santo Agostinho ao Amazonas já haviam começado a entrar na história do Brasil. Mais adiante veremos que pouco mais se pode adiantar.

Quanto à autoria do Atlas, Armando Cortesão, que o estudou, inclina-se para Luiz Teixeira. Depois de enumerar as cartas até hoje conhecidas dêste cartógrafo, faz o seguinte juizo sôbre o Atlas: "Que as cartas nele contidas não foram desenhadas e iluminadas por um curioso, é evidente; pode mesmo dizer-se que o seu autor era cartógrafo de merecimento". E continúa: "Por outro lado, comparando essas cartas com as duas de Luiz Teixeira, do Atlas de Ortélio — não perdendo de vista o serem estas de desenho e letra especialmente cuidadosa, em virtude da obra a que se destinavam, e já através do gravador — notam-se uma certa semelhança na sua execução e até na maneira como estão representados alguns dos navios das duas Cartas do **ATLAS** com o que se vê na Carta da "Villa Dolinda", do códice da Biblioteca da Ajuda. Quanto à carta de Florença, o estílo e gênero são muito diversos e a fotografia que possuimos é em escala demasiadamente reduzida para podermos fazer qualquer útil comparação.

Embora o não possamos afirmar, este conjunto das circunstâncias apontadas dá-nos a impressão de que. . . as cartas da Bibliotéca da Ajuda foram executadas por Luiz Teixeira" (CARTOGRAFIA E CARTÓGRAFOS PORTUGUESES DOS SÉCULOS XV E XVI, vol. II, 1935, pág. 275). Com estes elementos não era possível ir mais longe".

De fáto, êstes esclarecimentos documentais, tanto

na história de nossa colonização, como na história de nossa civilização, podem esclarecer com maiores precisões e certezas, o estudo das origens da povoação de Santa Cruz.

Como se vê, a formação da sociedade brasileira, desenvolveu-se, de início, dentro do signo do patriarcalismo, do jesuitismo e do unionismo nacional.

O assunto é tanto mais interessante quanto se sabe que, "na década entre 1560 e 1570, sob a pressão das circunstâncias, se terá formado êsse primeiro tipo da casa grande acastelada de engenho, recordando ainda a torre de menagem medieval, com sua cerca e baluartes, mas já amplamente avarandada, para desabafar-se das sufocações do trópico, e rodeada pelas senzalas da escravaria. Essa criação, obedecendo ainda ao molde peninsular, mas acomodada às exigências do clima e da mão de obra, importada do continente fronteiro, acabava, por volta de 1570, de nascer e seria de comêço apenas apanágio dos grandes senhores de engenho, à frente dos quais, em opulência e poderío podemos contar o duque D. João ou seu filho D. Pedro Diniz, que lhe sucedeu em 1571". (Jaime Cortesão, obra cit. pag. 89).

Aliás, Gilberto Freire, no seu Casa-Grande & Senzala, pgs. 113 e 114, observa que, "no caso do Brasil, que foi um fenômeno do século XVII, o português trazia mais a seu favor, e a favor da nova colonia, tôda a riqueza e extraordinária variedade de experiências acumuladas durante o século XV, na Ásia e na África, na Madeira e em Cabo Verde. Entre tais experiências, o conhecimento de plantas úteis, alimentares e de gozo que para aquí seriam transplantadas com êxito, o de certas vantagens do sistema de construção asiático, adaptáveis ao trópico americano, o da capacidade do negro para o trabalho agrícola.

Todos êsses elementos, à começar pelo cristianismo líricamente social, religião ou culto de família mais

do que de catedral ou de igreja — que nunca as tiveram os portuguêses grandes e dominadoras do tipo das de Toledo ou das de Burgos, como nunca as teria o Brasil da mesma importância e prestígio que as da América portuguesa, como nas "colonias de proprietários" dos inglêses na América do Norte, repousaria sôbre a instituição da família escravocrata; da casa-grande; da família patriarcal; sendo que nestas bandas acrescida a família de muito maior número de bastardos e dependêntes em torno dos patríarcas, mais femeeiros que os de lá e um pouco mais soltos, talvez, na sua moral sexual.

A nossa verdadeira formação social se processa de 1532 em diante, tendo a família rural ou semirrural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aquí constituidas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças orfãs ou mesmo à-toa mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros.

Vivo e absorvente orgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sôbre a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas".

Ocupando-se de sua ação beneficiadora, Gilberto Freire afirma logo a seguir que, "tendo por base física as águas, ainda que encachoeiradas, dos grandes rios, prolongou-se no brasileiro a tendência colonial do português de derramar-se em vez de condensar-se. O bandeirante, particularmente, torna-se desde os fins do século XVI um fundador de subcolonias. Ainda não é dono da terra em que nasceu mas simples colonial e já se fez senhor das alheias num imperialismo que tanto tem de ousado quanto de precoce. Com o bandeirante o Brasil autocoloniza-se. Já Pedro Dantas fixou essa possível constante da nossa história: derramamos-nos em superfície antes de nos desenvolvermos "em densidade e profundidade". A mesma tendência

dispersiva da expansão colonial portuguesa. No Brasil, prolongou-se a tendência — talvez vinda de longe, do semita — no que pareceu a Alberto Torres o nosso "afã de ir estendendo populações aventureiras e emprêsas capitalistas. . . por todo o território". Afã que ao seu ver deviamos contrariar por uma "política de conservação da natureza, de reparação das regiões estragadas, de concentração das populações nas zonas já abertas à cultura, sendo educado o homem para aproveitá-las e para fazer frutificar valorizando-as". Outra cousa não desejaria Pedro Dantas para o Brasil de hoje que essa concentração das populações dinâmicas nas zonas já abertas à cultura: "que o nosso desenvolvimento se processasse em densidade e profundidade". Esta foi aliás a tendência esboçada no Brasil agrário, de senhores de engenho e fazendeiros, de que Azevedo Amaral se mostra tão severo crítico nas páginas dos **Ensaios Brasileiros".**

Logo de início, podemos verificar com Caio Prado Junior, páginas, 31, 32 e 33 do seu **Formação do Brasil Contemporâneo** que, "vários fatores determinaram esta dispersão do povoamento. O primeiro é a extensão da costa que coube a Portugal na partilha de Tordesilhas o que obrigou, para uma ocupação e defesa eficiêntes encetar a colonização simultânea em vários pontos dela. Foi tal o objetivo da divisão do território em capitanias, o que de fáto, apesar do fracasso do sistema, permitiu garantir à corôa portuguesa a posse efetiva do longo litoral.

Concorreram em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do século XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente

(Minas Gerais, Goiaz, Mato Grosso). No extremo norte, na bacia amazônica, intervem outro fator, de caracter local: são as missões católicas catequizadoras do gêntio, sobretudo os padres da Companhia de Jesus; seguidas de perto pela colonização leiga, provocada e animada pela política da metrópole, tão ativa nêste setôr, e sustentada pela exploração dos produtos naturais da floresta amazônica: o cacau, a salsaparrilha e outros.

Um outro fatôr, também local, atúa no sertão do nordeste, nêste hinterland dos maiores centros agrícolas do litoral da colônia, Bahia e Pernambuco, consumidores de carne que viria dos rebanhos que avançam por aquele sertão e o vão ocupando.

Todos êstes fatôres são condicionados, em grande parte por outro negativo, que é a inércia castelhana. Fixaram-se os espanhóis, sobretudo, nos altiplanos andinos, onde a presença dos metais preciosos, mola mestra da sua colonização, bem como de populações indígenas densas, sedentárias e aptas para o fornecimento de mão de obra abundante e fácil — circunstâncias estas que não ocorreram no litoral do Atlântico, ocupado pelos portuguêses — excusaram aventuras exploradoras e internação pelo coração do continente. Os obstáculos físicos também não são de desprezar: o interior do continente sul-americano abre-se para o Atlântico; não para o Pacífico, de que o separam o grande acidente dos Andes e a densa floresta intransponível que reveste as fraldes orientais da cordilheira (a). A colonização portuguesa não encontrou porisso pela frente, de castelhano, senão os inérmes jesuitas e suas reduções indígenas. Os padres, que procuravam outra coisa que riquezas minerais, tinham-se adiantado a seus compatriótas espanhóis; deixando aos colonos

---

(a) Paradoxalmente, é vindo de ocidente para oriente que se realizaria a primeira incursão pelo Amazonas: é a expedição de Orellana de 1541.

as minas do planalto andino e sua densa população indígena, a matéria prima e o trabalho que aqueles queriam, foram-se estabelecer lá onde não chegava a cobiça do conquistador e onde esperavam não ser perturbados na sua conquista espiritual, prelúdio do domínio temporal que aspiravam; e vão-se fixar na vertente oriental e baixada subjacente dos Andes. Daí esta linha ininterrupta de missões jesuiticas espanholas, estabelecidas no correr dos séculos XVI e XVII, e que se traça de sul a norte, do Prata ao Amazonas, pelo interior do continente: missões do Uruguai; a efêmera Guaíra; dos Chiquitos e dos Moxos, na Bolivia; missões do Pe. Samuel Fritz no alto Amazonas.

Não contavam os jesuitas com êste outro adversário que lhes viria pelo oriente: os portuguêses. E fracamente apoiados pelo seu Rei, abandonados às suas próprias forças no mais das vezes, achando mesmo no soberano de sua pátria terrena um adversário que fez causa comum com seus inimígos — como se deu na execução do trabalho de 1750, em que as forças castelhanas se unem às portuguesas para arrancar-lhes os Sete Povos do Uruguai, — os missionários são repelidos e fracassa o seu plano grandioso. Não seria dêles o interior do continente sul-americano, como quizeram num belo sonho que durou dois séculos; mas não seria também na sua maior parte, de seus legítimos senhores, os espanhóis. Caberia aos conquistadores e ocupantes efetivos dêle, os portuguêses e seus sucessores brasileiros, tão avantajados pela geografia".

O ilustre professor Anisio Jobim, no seu formoso livro **MONOGRAFIA GEOGRÁFICA DO ESTADO DO AMAZONAS,** página 77, depois de demonstrar que "a bacia do Amazonas é a maior do mundo, com a superfície avaliada em cêrca de 7.000.000 de quilômetros quadrados, cabendo ao Brasil nada menos de 3.800.000 quilômetros quadrados, conquistados nos ídos coloniais pelos portuguêses e os nossos mamalu-

cos e indígenas que dilataram a exemplo do que fizeram os bandeirantes, os limites vagamente concretizados no histórico Tratado de Tordesilhas, ilustra essas largas proporções com a imagem grandiosa de Joaquim Nabuco — Nada nas conquistas de Portugal, é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas".

Diz Araújo Lima que "a penetração do Alto-Amazonas assinala-se, entretanto, por duas ordens de fáto: resistência do índio e crueldade do branco; isto é, resistência do ameríndio à caça que lhe dava o branco e crueldade do português, para escravizar o índio. Implantavam-se a escravidão e o tráfico. O índio, objeto da cobiça e da crueldade, era antes de tudo uma mercadoria. Aí, talvez, a origem da ferocidade dos indígenas. Ainda hoje subsistem as consequências do fáto. Os índios são ferozes porque se mantêm sempre na defensiva. Guardam dentro do ser, latente, uma reação de defesa contra os golpes que sempre esperam dos civilizados.

A conquista do Amazonas é agressiva, em vez de ser catequista. E' natural que no íntimo dos selvagens se tenha preparado uma revolta contra o conquistador, que, para o autóctone, era um usurpador. Reação do ocupante, do morador hereditário, contra o invasor.

A arma de conquista e penetração foi, pois, cruel e desumana. Essa a obra dos sertanistas. A dos missionários, ao contrário, foi beatífica e humanitária. Tal a ação dos Jesuítas. Vieira sobreleva pela virtude e pela eloquência. Converteu com a cruz e com a bondade. Se a Igreja não retivesse já a suprema autoridade moral do globo, a Companhia de Jesus ter-lhe-ia conquistado com a obra de proteção aos índios amazônicos. A catequese é a obra super-humana dos Jesuítas. Na voz de Antônio Vieira soaram os hinos à redenção de uma raça, que o cativeiro degradara e desumanizara".

Gilberto Freire, em INTERPRETAÇÃO DO BRA-

SIL pgs. 77 e 78, abraça com restrições êste mesmo ponto de vista quando afirma que, "nas duas Américas hispânicas, a portuguesa e a espanhola, desenvolveu-se outro tipo de colonização exclusivista cujos interêsses não coincidiam com os do colono comum — o dos Jesuítas, com a sua política de segregar os índios e mesmo de competir, na agricultura e no comércio, com os demais colonos, utilizando-se para isto do trabalho servil dos índios que os simples colonos não podiam obter tão fácil ou livremente como êles, Jesuítas ainda que êsses mesmos colonos contribuíssem para a manutenção dos missionários. Nessa situação de privilégio em que estiveram, contando com o apoio da maioria dos reis de Portugal e da Espanha durante a fase mais decisiva da colonização da América, os Jesuítas realizaram uma obra valiosíssima no Brasil como missionários e educadores; mas o seu sistema excessivamente paternalista e mesmo autocrático de educar os índios desenvolveu-se às vezes em oposição às primeiras tendências esboçadas no Brasil no sentido de uma democracía étinica e social".

Avaliando detidamente o método de nossa formação étnica-social, podemos concluir com Gilberto Freire "que todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo — há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil — a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro. No litoral, do Maranhão ao Rio Grande do Sul, principalmente do negro. A influência direta, ou vaga e remota, do africano.

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicísmo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincéra de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolegando na mão

o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho de pé de uma coceira tão bôa. Da que nos iniciou no amôr físico e nos transmitiu, ao ranger da cama de vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo".

E' ainda Gilberto Freire quem diz na pag. 568, de Casa-Grande & Senzala, que nestas condições "verificou-se entre nós uma profunda confraternização de valores e de sentimentos. Predominantemente coletivistas, os vindos das senzalas; puxando para o individualismo e para o privativismo, os das casas-grandes".

E' o caso concordante que segundo Moacyr Paixão e Silva, páginas 8, 9, 49 e 50 — **Sôbre uma geografia social da Amazônia,** "esplica também assim o caráter da história amazônica. Aquí aportando, em pleno estádio da revolução comercial que inflamava a Ibéria, os portuguêses precisaram mudar de orientação cultural, e então, por efeito dos gráus de mobilidade e miscibilidade que são apanágio do homem de aventuras, inventaram os elementos todos que deviam obrar na dura aclimatação tropical. O devassamento, a conquista, o povoamento, as explorações, as maneiras de trabalho que o homem realizava, as atitudes e o espiritualismo, enfim, dessa sociedade trasplantada, acomodaram-se às condições espaciais, por uma ética servil de adaptação cuja base exclusiva outra não foi, evidentemente, sinão a lógica do menor esforço".

"Convem ressaltar as condições em que se achava a Amazônia, onde os colonos deviam ter pela frente os maiores impecilhos, em seu processo de colonização. Por isso devemos relevar os impulsos e os lances desonestos com que êsses homens triunfavam. E não se esqueça de que na época do aproveitamento comercial do Vale a Europa inteira se assentava em bases escravagistas. A desigualdade natural dos homens era

doutrina corrente. Mesmo a Igreja considerava a escravidão como uma decorrência normal dos sistemas de colonização, e como tal, dentro da moral em voga e parte certa das maneiras jurídicas do tempo".

Por outro lado, João Ribeiro chegou à conclusão de que "o elemento moral dessa sociedade que florescia pela decomposição das raças, foi a Companhia de Jesus. A ela coube essa responsabilidade difícil no meio de todos os tropeços e perfídias criadas pela inércia do estado e pelo apetite voraz dos colonos. Ela é quem préga os princípios; todos os estados estão absorvidos pelos interêsses práticos. Por isso o seu inimígo é a legião tôda dos conquistadores". (História do Brasil, página 118).

Dêste modo continúa João Ribeiro, obra cit. p. 119, procuravam levantar os costumes e nobilitar a descendência dêsses homens que aquí lançavam os fundamentos da nova civilização.

Voltando a Gilberto Freire verificamos que, "o escravo negro no Brasil parece-nos ter sido, com tôdas as deficiências do seu regime alimentar, o elemento melhor nutrído em nossa sociedade; explicando-se em grande parte pelo fator diéta — repetimos — serem em geral de ascendência africana muitas das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país: as mulatas, as baianas, as crioulas, as quadraronas e principalmente as oitavonas; os cabras de engenho, os marinheiros nacionais e os fuzileiros navais, os capoeiras, os capangas, os atlétas, os estivadores no Recife e em Salvador, muitos dos jagunços dos sertões baianos e dos cangaceiros do Nordeste. A exaltação lírica que se faz entre nós do caboclo, isto é, do indígena tanto quanto do índio civilizado ou do mestiço de índio com branco, no qual alguns querem enxergar o expoente mais puro da capacidade física, da beleza e até da resistência moral da sub-raça brasileira, não correspondendo senão superficialmente à realidade. Nêste

ponto já o mestre ilustre que é o professor Roquette Pinto insinuou a necessidade de retificar-se Euclydes da Cunha, nem sempre justo nas suas generalizações. Muito do que Euclydes exaltou como valor da raça indígena, ou da sub-raça formada pela união do branco com o índio, são virtudes provindas antes da mistura das três raças que da do índio com o branco; ou tanto do negro quanto do índio ou do português. "A mestiçagem", diz Roquette Pinto, "deu o jagunço: o jagunço não é mameluco, filho de índio e branco. Euclydes estudou-o na Baía; Baía e Minas são os dois Estados da União em que mais se espalhou o africano".

Salienta mais o antropolagista brasileiro que "é grave erro acreditar que no grande sertão central e na baixada amazônica o sertanejo seja só caboclo". Tanto nas chapadas do Nordeste como nos seringais, acrescenta, "há cafusos ou caborés, representantes de uma parte de sangue africano". E sublinha o fáto de muito negro ter deixado o litoral ou a zona açucareira para ir se aquilombar no sertão: "Muitos escravos fugiam para se aquilombar nas matas, na vizinhança de tribus índias. A fuga das mulheres era mais difícil; de sorte que o rápto das índias foi largamente praticado pelos pretos quilombolos".

Já no seu estudo Rondonia Roquette Pinto publicara interessante documentação por êle desencantada do arquívo do Instituto Histórico Brasileiro sôbre os caborés da Serra do Norte, em pleno Brasil central: híbridos de negros fugidos das minas com mulheres índias por êles raptadas. Os ráptos a que se entregaram por tôda parte os negros aquilombados não foram apenas de "sabinas pretas... pelos engenhos", como diz Ulysses Brandão, mas também, e principalmente, de caboclas. Gastão Cruls, viajando recentemente pelo baixo Cuminá, deu com vários remanescentes de antigos mucambos ou quilombos, isto é, negros fugidos de engenhos e de fazendas. "Aliás", escreve êle,

"quase todos os rios da Amazônia tiveram dêsses refugios de escravos e até no alto Içá, Crevaux foi surpresar a choça de uma preta velha". Por onde se vê que até mesmo onde se supõe conservar-se mais puro o sangue ameríndio ou o híbrido de português com índio chegou o africano: ao coração mesmo da Amazônia, à Serra do Norte e aos sertões.

A suposta imunidade absoluta do sertanejo do sangue ou da influência africana não resiste a exame demorado. Se são numerosos os brancos puros em certas zonas sertanejas, noutras se fazem notar resíduos africanos. Um estudo interessantíssimo a fazer seria a localização de redútos de antigos escravos que teriam borrado de preto, hoje empalidecido, muita região central do Brasil. Essas concentrações de negros puros correspondem necessáriamente a manchas negróides no seio de populações afastadas dos centros de escravaria. Escasseavam entre os escravos fugidos as mulheres de sua côr, recorrendo êles, para suprir a falta, "ao rápto das índias" ou caboclos de povoados e aldeamentos próximos: teriam assim espalhado o seu sangue por muita zona considerada depois virgem de influência negra. Aliás os movimentos, sertões a dentro ou rio Amazonas acima, de negros fugidos, representam quase arrojo igual ao dos bandeirantes paulistas ou dos povoadores cearenses". (Obra cit. p. 158, 160, 161, 162 e 163).

E' mais de se crêr que na fase dos descobrimentos, fôsse êsse o caminho que determinou a colonização dos extremos — sul e norte do país. Tudo nos leva a crêr que os **inventários** e **testamentos** dêsses acontecimentos, são por demais objetivos no acudir e dominar os sertões, onde lutavam hespanhois e holandêses, depois que as lendas **eldoradianas** e o ouro de Vila Rica alcançaram o universo nos últimos estertores do século XVI.

Quem percorre a documentação da **HISTÓRIA DA LUZITANIA E DA IBERIA,** pags. 94 e 95, verifica que

depois que as novas regiões foram descobertas, e a África, a Índia e a América abrem o seu ubérrimo seio às populações famintas da Europa, tudo quanto aquí há de irrequiéto, faminto e ambicioso corre para lá: e a alegria, a paz e a abundância alvorecem nêste continente ensopado de sangue e retalhado de combates.

Contudo, de quando em quando uma revolução irrompe com estrondo, como a queda de um grande edifício arruinado: é o velho mundo que desaba para dar lugar à consumação dêsse fáto denominado civilização moderna, fenômeno complexo e brilhantíssimo, originado pela multiplicidade de novos conhecimentos adquiridos nas explorações geográficas dos séculos XV e XVI".

Tais são as causas que, no nosso entender, determinariam necessàriamente o aparecimento do bandeirismo que, "avassalando terras para Portugal, na sua incontida fúria de penetração", como bem disse Alfredo Ellis Junior, imortalizava o colosso venerando e muitas vezes gigante das **Esmeraldas** de Fernão Dias Paes Leme.

"O Amazonas não foi conquistado, pròpriamente, por paulistas, se bem que, já em 1648 a 1652, tivesse o grande Raposo Tavares com a sua gente audaz percorrido as suas águas, naquela fantástica correria em busca do ouro, através da América.

Como eu disse, os cursos do grande rio e de seus numerosíssimos afluêntes não foram por Castela aproveitados, para a penetração de suas vastissimas colonias, ficando a bacia amazônica ao abandono. Por isso não foi difícil os missionários religiosos portuguêses, no século XVIII, aí penetrar, fundando núcleos, que foram marcos possesórios, que valeram perante o tratado de 1750, que mais ou menos conformou o Brasil de hoje.

Não houvessem, porém, os descobridores do ouro matogrossense sido paulistas, que povoaram o flanco

sul da bacia amazônica, certamente não seria possível a Portugal, estender o seu domínio pelo curso do Rio Mar.

Eis a obra de conquista feita a Castela pelos sertanistas paulistas, descendêntes dos povoados vicentinos. Isso já não falando das expedições a léste da linha demarcadora, como as que levaram o povoamento às regiões tórridas do Nordéste com os criadores de gado, além da exploração aurífera em Minas Gerais, que determinou o seu povoamento.

E essa atividade paulista, a oriente de Tordezilhas, bem como a desenvolvida em Mato Grosso, determinada pela ambição do ouro, foi a causa da conformação atual do Brasil.

Não fôsse o ouro descoberto em Minas e a energia empregada nêsse fim, teria tomado a diretriz dos domínios castelhanos, e talvez, hoje, o Paraguai estivesse compreendido nas raias da fronteira brasileira. Não fôsse a avalanche humana, que, de São Paulo demandou os socavões auríferos de Cuiabá, é possível não pertencessem hoje ao Brasil o noroéste matogrossense e o oéste amazônico, vindo a Bolívia e o Perú até as margens do Tocantins e do Araguaia, mas, em compensação, a atividade do sertanista, que para aí foi distraída teria sido empregada em dilatar as terras luso-americanas, pelo sul, através do Chaco argentino boliviano, e não é exagero em crêr fôssem hoje as suas fronteiras emparelhadas com os Andes chilenos". (Alfredo Ellis Junior, **O BANDEIRISMO PAULISTA,** páginas 35, 36 e 37).

Para sentirmos as interpretações dessa verdade, dum modo diferente, seria necessário voltarmos a Orelana em busca da **Terra da Canela,** do país do **El-Dorado, onde** abateu um **exercíto de mulheres,** as lendárias Amazonas.

Evidentemente, das lendas e das descrições de Francisco de Orelana a Carlos V, em Valladolid, no

ano de 1543, surgiu a fascinação universal do Amazonas. Êle ouviu e fez espalhar por tôda a velha Europa, a ficção maravilhosa de um reino encantado, onde o príncipe El-Dorado, nos seus domínios cercados por cordilheiras de cristal, vivia em Palácios de safíras e diamantes, e onde um **mar branco** jogava nas praias, ouro e diamante, cuja capital era Manoa. (1).

Já agora as terras de **Santa Maria do Mar Doce,** nome musical, com o qual Vicènte Yanez Pinzon batizou o rio Amazonas para a corôa de Fernando e Isabel, era clara e bem cubiçada por D. João III.

As dúvidas da legitimidade de uma divisão que, pelo Tratado de Tordezilhas, não podia ser inteiramente exáta, fez com que D. João III, determinasse a João de Barros, donatário da capitania do Maranhão, que, como cronista explorasse e descrevesse, simultâneamente, as terras da Nova Andaluzia. (2) Êste, porém, compreendendo o alcance de tão grande emprêsa, resolveu a interessar nessa incursão (segundo Berredo) a Aires da Cunha, e Fernando Álvares de Andrade, (3) oferta, que ambos aceitaram, persuadidos das mais alegres esperanças de importantes fortunas. "E com essas esperanças partiram de Lisbôa em 1532, vindo a naufragar tôda a armada que com êles seguia na barra do Maranhão".

Em 1539, havendo João de Barros renunciado à sua Capitania, D. João III a deu a Luiz de Melo, que do reino partiu com cinco navios, "para penetrar pelo Amazonas **até às minas a leste do Perú"** o que não chegou a realizar porque um novo naufrágio os devo-

---

(1) Nome de uma tribu que deu origem à capital do Estado do Amazonas.

(2) Nomes como eram conhecidas as planícies amazônicas, desde o Perú até a capitania de João de Barros, no Maranhão. (3) Donatários de partes das capitanias de Rio Grande e Maranhão, Piauí e Maranhão, respectivamente.

rou —e com êles os planos da pesquiza das minas". (Veiga Simões).

Tudo isso, é claro, era a prova das lendas e das descrições do El-dorado, cultivadas por Orelana e semeadas pelos navegadores da Europa.

Das ilhas britânicas, guiadas pelo gênio aventureiro de Walter Raleigh, espírito cultivado e audacioso, favorito da rainha Elisabeth, partiram expedições em demanda **do El-dorado.** O gentilhomem inglês, empolgado, irremissivelmente, pelas narrações que do continente chegavam à côrte de St. James, dispondo do patronato real, acreditando na existência dessa **Manoa,** resplandescente de prata e ouro, situada à beira de um lago, entre as poderosas bacias do Amazonas e Orenoco, partiu para a América do Sul em 5 de fevereiro de 1595, onde aportou, depois de ter se apoderado da ilha da Trindade, no mar das Antilhas e, então, pertencente aos espanhóes.

Conseguindo penetrar no Orenoco, travou relações com algumas tribus indígenas e, pelas informações que das mesmas colhera, mais se convencera da realidade do **El-dorado,** embora não o tivesse descoberto, devido as privações por que passára e a perda considerável dos poucos homens com que se internára, que a maior parte dêles havia deixado na guarnição dos navios, ancorados na ilha conquistada.

Regressando à Londres, sir W. Raleigh publicou (1597) uma obra descritiva de sua viagem — **The Discovery of the large, rich, and beautiful empire of Guiana, with a relation of the great and golden city of Manoa and of the provinces of Emeria, arromaia, Amapaia, etc., performed in the year 1595,** na qual, ao lado de muitas fantasias, creações poéticas, escritas em sedutor estílo, como o decantado encontro com **a tribu das Amazonas,** a nação dos homens sem cabeça e as faiscantes montanhas de ouro e perolas, batidas pela

brilhante sol do equador. (Lopes Gonçalves — O Amazonas).

O certo é que o padre Gili também nos dá testemunho em pról da existência dessas **guin'amenaçoanas** com a seguinte narração:

"Inquirindo dos Índios — **Guaqua** sôbre as tribus que habitavam o rio Cuchivero, alguns dêles apontaram-me entre outras a nação dos índios **Aikéambenanos** ou **amenanoanas,** que na língua **tamanaque** significa — **mulheres vivendo sós;** o que na língua tupíguaraní exprimimos pelos termos — **guinaranas** (mulheres falsas) ou **amenaçoanas** (que fogem do matrimônio). Os índios **Caraíbas** explicavam que as **Aikéambenanas** ou **Amaçona** eram uma associação de índias que fabricavam grandes **uiraparas** e longas **zarabatanas** e vários outros instrumentos bélicos... e que matavam no berço os filhos... a guiza do que faziam as índias **hebreas** diante dos terríveis beleguins dos Pharaós; sendo que aquelas obravam por gosto, e estas por vexações de tôda a ordem".

Fàcilmente poderíamos citar outras narrativas e combinações, tão legítimas e tão contestáveis como a que apresentámos, sôbre as Amazonas guerreiras. Temos que convir porém, na necessidade que se impõe de indicarmos com precisão quais são as versões eldoradianas, aperfeiçoadas no domínio histórico.

Diz o padre jesuita José de Moraes, que o decantado lago **Parimé** ou **Pamir,** que fez tanto barulho no mundo pré-histórico, e a celebrada cidade de **Manôa** (**Manú-ilacta** ou **Mani-mayry**) é nestas visinhanças do rio **Quiari** (Negro); onde temos vários lagos e várias povoações de Nação Manúa, ou Índios Manáus, que se ornam de folhetos de ouro, que os há nas cabeceiras dêste rio, ou os Índios dêle o adquirem por comércio de outros Índios, que o trazem do novo reino de Granada e Quito, que será para êles o seu lago Pamiré. (H. da C. de Jesús ou Memórias, p. 532).

O etnografista Amazonas no seu **Dicionário Topográfico;** Baena no seu **Ensaio Corográfico** sôbre o Pará, o Arcipreste Dr. Noronha no seu **Roteiro Amazônico** e Ribeiro Sampaio na sua **Relação Histórica do Rio Branco,** falam dêsse assombroso **Caricocha** ou **Lago de Ouro** ou **Pamiré** (Pamir) cuja situação era ao Norte do rio **Guaryguacurú** (Negro) para os lados da cabeceiras do rio **Quécéune** (Branco), que possue um afluênte denominado — **Parima.**

Nicolau Hortman, Brion, d'Anville, o padre Gumilla, La Condamine, Oreua, Quezada, Barné, Laurent, Reymis, Diogo de Ordaz, enfim, milhares de aventureiros saíram de sua pátria para a América Meridional em procura da região fabulosa para vêr o **Lago Dourado** ou **Pamiré.** Esta região, diz o Barão do Marajó, que é a do desconhecido, do ignoto, apenas foi devassada rapidamente em 1837 por Robert Schambisogle; nela assim como na das cabeceiras do Tucutú foram colocar o El-dorado, a terra das maravilhas. Em alguns mapas **Parimá** (Pamira) é um grande lago em cujas margens existe ou existia a cidade de Manôa **del Dorado.**

Ferdinand Denis em sua Histoire de La Guyane, página 275, diz que em 1536 Georges de Espira descobriu nas regiões "où se trouve le lac Parima ou Parimé (Pamir) um temple consacré au soleil; les indigenes l'empecherent de continuer son expedition. Louis de Daça vit á peu prés vers la même epoque un Indien qui lui parla d'un prince couvert de poudre d'or !

Humboldt tratando da mesma região do Pamiré ou Parimé, disse : L'idée d'un terrain aurifere eminemment riche et d'un grand lac interieur, qui donne á la fois des eauz á l'Orinoque, ou Rio Quécéuene (Branco), ou Rio Essequibo. . . demontre que toutes les fables on quelque fondement réel; celle du Dorado (Manôa) ressemble a ces mythes de l'antiquité que, voyageant de pays en pays, ont été successivement adaptés pa des

localites differentes. Pour distinguer la verité de l'erreur il souffit le plus souvent, dans les sciences, de retracer l'histoire des opinions, et de suivre leur developpement.

Estas diversas formas de interpretação **eldoradianas,** que podem apresentar aspectos indefinidamente diferentes, não apenas nas suas diversas fáses lendárias, mas também na visão dos investigadores que sucessivamente sôbre elas se debruçam, é a prova da aceitação que despertou e ainda desperta na Europa a grande região amazônica. Nenhum arqueologista, nenhum aventureiro, nenhum historiador pode prescindir dêsse Vale maravilhoso que Humbodt batisou por **Celeiro do Mundo.** Agora mesmo a Hiléia Amazônica se reveste da mesma aparência para os olhos da Humanidade, como da vez que se apresentou absoluta e inconcebível a Humboldt e Orelana. Evidentemente, outras terras foram exaltadas, glorificadas, admiradas por inúmeros cientístas e aventureiros, porém, nenhuma alcançou a gnose mítica e a visão sem fim, no domínio do pensamento, como as da Amazônia.

Sucedeu, que a visão sem fim de Orelana está confundida com o nosso século, numa era de fascinação, mais intensa e sintética que em qualquer outro período do século XV. Onde está a lenda? Onde está a verdade? pergunta-se.

Os séculos XV e XX, são completamente iguais nos métodos do pensamento, em não reconhecermos suficientemente o verdadeiro Amazonas no evoluir de sua história artifiical e arbitrária. Na realidade, êle continúa tão inconquistável e lendário, como no tempo de Orelana e Humboldt.

Lembremo-nos que, foi no ano de 1540, que D. Francisco de Orelana, comandante do porto de Guaiaquill, empreendeu a viagem de exploração e descoberta do Amazonas.

Segundo a frei Gaspar de Carvajal, organizado o

plano de trabalho e da expedição de acôrdo com a disciplina a que habituára o espírito das aventuras incertas e universais, Orelana embarcou com alguns homens em um bergantim sob o comando de Juan de Alcântara, partindo das imediações de Quito até o grande oceano Atlântico, passando ao que parece por trás da famosíssima ilha de Marajó. Estava definitivamente vencido o assombroso Amazonas, com a invasão de Pizarro e a insubordinação de Francisco de Orelana; que assim, passou para a imortalidade dos séculos como uma das personagens mais importantes da história do Amazonas.

Conforme se verifica, o desencanto dêsse mundo, estava fadado inevitàvelmente a novas expedições de empossamento. Assim, no espaço de tempo que medeou entre a expedição de Juan Alvarez de Maldonado e a de Lope de Aguirre, denominada Maranones e que alcançou o oceano margeando o Cassiquaire e os rios do sistema do Orenoco, pôde Dom Pedro de Ursúa, que fôra governador de Bogotá, explorar as províncias dos índios Omagua e procurar o El-Dorado e vencer uma das etapas decisivas do nosso início de colonização. Entretanto, dos muitos aspectos dessa expedição de importância considerável para a exploração do Amazonas, tem-se como esclarecido o assassinato de Ursúa no começo de 1561 por Guzman e Lope de Aguirre.

Caryl P. Haskins, explicando a maneira de como o Amazonas fôra vencido diz que Orelana teve uma visão que não pode ser negada. Era a visão de um vasto reino no vale do Amazonas, um reino que êle próprio, seu herdeiro natural, devia explorar mais completamente e nos futuros devia desenvolver.

"Depois de ter êle feito uma relação completa para o conselho das Indias, êste órgão decidiu que, tendo em vista o fáto do rei de Portugal ter preparado, um pouco antes, uma expedição para ascender o Amazonas, a qual naufragára, e estar tencionando equipar

outra e como, da mesma maneira, o rei de França tivesse também projetos naquela direção, e em face das riquezas aparentes da região, seria acertado deixar Orelana continuar com seus planos. Passaram-se nove mêses, porém, antes que o explorador conseguisse uma audiência com o príncipe Filipe e o persuadisse a aceitar a opinião do Conselho e conceder um decreto real que lhe permitisse empreender a colonização e exploração da Nova Andaluzia e Nova Castela, como então eram chamadas as vastas planícies do Amazonas".

Esta, porém, foi a última visão do homem cujo nome se associou indefinidamente ao Amazonas pela universalidade de suas lendas e de seu descobrimento completo. Até certo ponto, a fascinação do Amazonas explicava-se pela insuficiência dos conhecimentos daquela época, tão própria do homem e tão desconhecida com a própria conquista das terras e dos oceanos

Assim, aventurando-nos a exprimir um paradoxo, parece-nos mais provável admitir que o Vale Extraordinário, hostil às influências exteriores, esteja em 1950, mais mítico e mais exagerado à concretização de sua exploração e colonização. Talvez não tenhamos nêsses quatro e meio séculos de existência ainda atingido a extrema cristalização de nossa Cultura Amazônica.

Onde está a lenda? Onde está a verdade?... afasta-se, cada vez mais para o século XV, ou continúa como uma visão irrealizável do século XX?...

Que ilusão! Nossas idéias preconcebidas sôbre o Amazonas, chamado universalmente — o celeiro do mundo, continuarem, no tempo e no espaço, sem exprimir a própria verdade, e uma verdade absoluta. De fáto, êste Vale Extraordinário, que é um oceano imenso de água doce, pela continuidade histórica de nossa ilusão lendária, tão cegas e tão exageradas, engana-nos a cada passo. Achamo-nos assim, diante de um fantasma alimentado pela nossa própria imagi-

nação, cuja alma inteira está nas fantasias e paixões que a animaram, em tôda esta existência que se efetivou durante quatro e meio séculos. Uma coisa é necessário entretanto para conhecê-lo realmente — amá-lo; para amá-lo precisamos conhecer todos os seus rios e paranás, lagos e paranamirins, ilhas e ilhotas, varzeas e terras firmes. . .

Século XVII

Fundação da cidade de Santa Maria do Grão Pará. O feito de Domingos Brieba e André de Toledo. Pedro Teixeira e a conquista do Rio Amazonas. Antonio Vieira e Samuel Fritz. Pedro da Costa Favela e Guilherme Valente.

Do conflíto aventureiro e universal de Pizarro, Orelana e Aguirre, compreendido no sentido mais largo da palavra, é que resulta a soma de expedições que têm procurado interpretar significativamente o verdadeiro Amazonas. E isso, tal qual se apresenta no século XX, torna a sua existência real ainda mais exagerada, mais intraduzível. Mas, uma vez feita a conversão dos infiéis — deveriamos utilizar a **verdade** em vez da **mentira;** poderiamos instruir e educar em vez de insinuarmos por meio da mistificação brutal, o míto do Inferno Verde ou do Celeiro do Mundo.

Nêste século XX, a Valorização da Amazônia é evocada, pela primeira vez, na História do Brasil, por Leopoldo Péres, e, na minha opinião, ela traz três vantagens distintas: 1) certeza segura de colonização, 2) possibilidades de demonstrar verdades, 3) revelação dos segredos da natureza e das suas qualidades de industrialização e econômia.

Evidentemente esta fé no valor absoluto da Amazônia — por aumentada que seja — parece-nos hoje

uma necessidade. Só um esforço sobrehumano de todos os brasileiros poderia tirá-la da inanidade e da quiméra. Só a concretização do Plano de Valorização da Amazônia, poderá confirmar pela experiência o testemunho desta grande verdade.

A conclusão dêste desejo está esclarecido desde o século XVII, quando, Portugal desligando-se politicamente da Espanha, ampliou-se em rítmo colonizador, explorando e fundando com Francisco Caldeira de Castelo Branco em 1615, a cidade de **Santa Maria de Belém do Grão Pará,** numa ponta de terra, aproximadamente oitenta milhas do grande oceano Atlântico. Entretanto, o impulso original dêste acontecimento que teve como piloto a Antonio Vicente Cachambo, e como relator a André Pereira, pertence, sem dúvida nenhuma, a Alexandre de Moura, ao tempo, Governador do Maranhão.

Segundo a tendência mais de acôrdo com os modernos historiadores amazônicos, Bento Maciel Parente e Francisco Coêlho de Carvalho, apesar das enormes dificuldades dos transportes e das constantes ameaças dos índios, comprometeram-se, também, em fazer uma incursão no Amazonas, o que foi impossível devido as sucessivas e traiçoeiras invasões dos holandêses as terras conquistadas e defendidas pelos portuguêses.

Por outro lado, um grupo de Franciscanos, subordinados ao imperativo de estender, pela catequese, os domínios da Espanha, em terras da Nova Andaluzia, deixou Quito e entrou na província de Sucumbios, onde foi recebido por Juan Palácios, comandante do Forte de São Miguel. O fáto dêsse recebimento amigável, levou os Franciscanos a convidar Palácios e mais noventa soldados, para continuar caminho na direção do oriente. Entusiasmado pela aventura do desconhecido, tomou a sí a responsabilidade da expedição, navegando, ao que parece, pelo rio Aguarico e descendo para a confluência do Napo, onde umas três ou quatro

léguas antes, fundou uma colonia que denominou **Ante.** Tudo correu normalmente até o instante em que Palácios castigando um índio, por crime de roubo, provocou a ira dos **encabelados,** sendo assassinado juntamente com outros companheiros. Todavia, ainda mesmo que essa história seja inacreditável, dois dêles, Domingos de Brieba e André de Toledo, fugindo à carnificina dos índios, embarcaram em uma canôa, no rio Napo, desceram o rio Amazonas em todo o seu percurso e apareceram em Belém em fins do ano de 1637.

O espantoso acontecimento, deixou prontamente demonstrado, por isso mesmo, em que ampla escala poderia o Amazonas servir de instrumento aos desígnios dos homens, armando-os de poderosíssimas defesas para atingir, num e noutro sentido, os objetivos que lhes dêssem os lucros fabulosos e o domínio absoluto do Vale Maravilhoso.

Ou muito me engano, ou temos de reconhecer que, na construção desta outra fáse da História, Pedro Teixeira foi pelo Governador do Pará, diante do mistério que se dissipára, convocado a desempenhar um papel sem precedentes no encaminhamento e na solução dos grandes problemas de colonização do Grande Rio. Tôdas as possíveis dificuldades que poderiam representar um grave problema à Amazônia estavam resolvidas. O triunfo estava definitivamente assegurado e revestido de um sentido novo, setenta anos depois do feito de Lope de Aguirre.

"O caminho da exploração estava aberto, então, e grande parte do mistério do curso do grande rio fôra dissipado. O governador do Pará enviou imediatamente Pedro de Teixeira com uma expedição rio acima, para refazer a róta.. A expedição saíu do Pará em 1637, materialmente bem provida. Compreendia não menos de quarenta e sete canôas, manejadas por cêrca de setenta soldados portuguêses, acompanhados, ao que parece, por mais de mil Índios. O trabalho de

lutar rio acima contra uma corrente cada vez mais rápida, entretanto, era muito diferente do que deslizar com ela para baixo, como a expedição logo descobriu. Ao todo a viagem durou cêrca de um ano. Quando já havia feito pouco menos da metade da jornada total, Teixeira enviou na frente Benedito Rodrigues, um brasileiro natívo, com um destacamento de oito canôas. O pequeno grupo alcançou com sucesso a província de Quijos e, finalmente, prosseguiu por Quito, onde seus membros tiveram uma recepção extremamente calorosa, como os primeiros navegadores brancos a virem da foz do Amazonas à região da nascente. Teixeira seguiu logo depois, deixando uma parte considerável das suas fôrças acampanhadas no caminho, e assim terminou essa primeira viagem de descoberta rio acima.

Era evidente, então, que o curso principal do Amazonas fôra completamente conquistado e que outras viagens, com o fim de desenvolver a grande navegação, eram especialmente desejadas. De acôrdo com essa idéia, o assunto foi submetido ao Vice-Rei do Perú, o Conde Chinchon, nessa época. Após as devidas consultas com várias personalidades eminentes de Lima, concordou-se que a expedição de Teixeira devia ser bem equipada e preparar-se para regressar ao Pará pelo caminho da ida, realizando, assim a primeira viagem completa, ao Amazonas, entre tôdas as expedições. As descobertas e o desenvolvimento forneciam um motivo para essa medida. Os holandêses forneciam outro, pois, infestavam então a costa oriental, e qualquer soldado em condições tornava-se necessário para o esforço conjunto hispano-português, em repelí-los.

No comêço de 1639, os viajantes saíram de Quito, trazendo com êles dois padres Jesuitas, Cristóbal de Açuna e Andrés de Artieda, ambos de Quito, a quem foi dada a missão especial de escrever uma descrição diária da viagem e de anotar observações possíveis.

Êles obedeceram cegamente a essas instruções, e a narrativa de Açuna, publicada em Madrid, em 1641, com o título de **El Nuevo descobrimiento del Gran Rio de las Amazonas,** constitúe a primeira obra padrão, de um viajante do Amazonas. Tem sido de imenso valor histórico, apesar de, em virtude dos receios estúpidos do govêrno do rei Felipe VI, de que a descrição pudesse fornecer informações para conquistas e descobertas para os portuguêses, então independêntes, todos os volumes, com exceção de três, foram destruídos, de modo que o livro constitúi hoje, uma raridade. Graças a sua descrição completa, conhecemos os pormenores dessa viagem pelo Amazonas, de modo positívo e integral. Um século devia decorrer, antes que outra descrição completa fôsse publicada por outro navegador do rio". (Caryl P. Haskins, o Amazonas que eu vi, pags. 101 e 102).

Isso tudo que está dito leva-nos apenas ao ponto de ilustrar que o governador Jacome Raimundo de Noronha, depois de ter assumido a responsabilidade da expedição de Pedro Teixeira, e ter promovido a Filipe de Matos Cotrim, a Sargento-mór; a Pedro da Costa Favela e a Pedro Bayão de Abreu em Capitães de Infantaria, e a Bento Rodrigues de Oliveira, com a patente de Coronel, em substituição ao Mestre de Campo Antonio de Almeida de Azambuja, que por motivos particulares desistiu da emprêsa, êle, Jacome Raimundo, com o único fito de se limpar da mancha de ter assumido a direção da Capitania do Pará mais com escândalo, do que glória, empenhou-se orgulhosamente na execução da emprêsa de Teixeira ao Rio das Amazonas, cheio de espírito e ações mais heróicas.

"Via, que arriscava a conservação de todo o Estado, se o debilitava nas principais forças, quando necessitava de fornece-las para a resistência das inimigas, que com os progressos de Pernambuco se faziam todos os instantes muito mais formidáveis: por outra

parte não discorria menos na contradição dos pareceres sôbre aquela matéria, apoiados dos mesmos fundamentos, que reconhecia tão vigorosos; porque para usar da independente autoridade do seu ministério, advertia prudentemente, que carregava sôbre os seus hombros o horrível pêso das contingências da fortuna, a qual se muitas vezes apadrinhava os atrevimentos, as mais delas os castigava como temerários; deixando-os com êste labéo, não só infelizes, mas injuriosos; e para sujeitar-se aos conselhos maduros, já lhe parecia (regulando o sucesso da emprêsa pelas elevadas apreensões da sua fantasia), que cortava as azas à mais honrosa fama; até que escolhendo entre os dois perigos o mais generoso (não sei se comovido de superiores influências), tornou com efeito as últimas medidas à expedição de Quito.

Mas na certeza já de que se murmurava o seu empenho como loucura, o procurou justificar mostrando, que eram taes as conviniências, que se seguiam dêle ao serviço de Deus, ao do Príncipe, e utilidade pública, que preferiam bem a todos os receios da conservação própria; principalmente quando também se não inculcavam menos atendíveis, os de que comunicando-se aquele grande rio com o Reino do Perú, e precioso serro do Potossy, se achavam expostos todos os seus tesouros à ambiciosa navegação dos Holandezes, que não poderiam conseguir, nem ainda intentar depois de prevenidos da útil amisade Portugueza os muitos Tapuias seus habitadores; e socegados já por êste caminho os principais escrúpulos da sua opinião, tratou só da jornada". (Anaes Históricos de Berredo, páginas 265 e 266, vol. I).

"Nêste tempo tinha já chegado à Cidade de S. Luiz a melancolica noticia, de que saíndo do Recife de Pernambuco duas náus Holandezas, comandadas pelo Sargento-mór Gusman, casado com uma portugueza na Povoação do Rio Grande, se puzera êle sôbre

a Fortaleza do Ceará (guarnecida só de trinta e dois homens, de que era Capitão Bartolomeu de Brito) com forças de trezentos e quarenta soldados, e seiscentos e cincoenta índios da sua aliança; e que com o ataque de nove horas, valorosamente disputado, a escalara naquele mesmo dia por falta de munição de guerra, depois da morte de oito portuguêses, outros tantos feridos, todos mui bem vingados; mas Jacome Raimundo, achando sempre o desafogo das suas aflições na constância do animo, o dispunha com militar acordo para a oposição dos inimigos, sem fazer caso da sua visinhança, mais que para o cuidado.

No exercício dêste, e no da sua grande expedição do descobrimento das Amazonas, o achou ainda o novo ano de 1638; mas em 27 de Janeiro se viu acometido de outros maiores com a chegada de Bento Maciel Parente, que levando o despacho do Govêrno do Estado, recebeu logo a posse dêle.

Tinha muitos serviços Bento Maciel; e ajudados da negociação, os fez tão relevantes, que além dêste emprego, obteve a mercê do fôro de Fidalgo, a de Cavaleiro do habito de Cristo, e a de perpetuo Senhor, e Donatário da Capitania do Cabo do Norte, por doação de Felipe IV de Castela de 14 de Junho do ano passado, expedida pelo Ministério de Portugal; com a honrosa clausula, de que todos os seus herdeiros, e sucessores na Capitania se chamariam Macies Parentes, usando das armas, que por taes lhe tocavam, debaixo da comunicação de que faltando algum a esta observancia, passaria logo a sucessão a quem direitamente pertencesse, como se fosse morto; como tudo consta do seu mesmo Cartaz, registrando no livro segundo da Provedoria do Pará, onde se acha demarcada a tal Capitania na forma seguinte :

"Hey por bem, e me praz de lhe fazer, como com efeito faço, por esta presente Carta irrevogavel Doação entre vivos valedoura, deste dia para todo sempre, de juro, e herdade, para

> *ele, e todos os seus filhos netos, herdeiros, e succssores, que após ele vierem, assim descendentes, como transversaes, e collateraes (segundo ao diante hirá declarado) das terras, que jazem no Cabo de Norte, com os rios, que dentro nellas estiverem, que tem pela costa do mar trinta e cinco, até quarenta leguas de districto, que se contão do dito Cabo, até o rio de Vicente Pinçon, aonde entra a repartição das Indias do Reino de Castella; e pela terra dentro, rio das Amazonas arriba, da parte do Canal, que vay sahir ao mar, oitenta para cem leguas até o rio dos Tapuyaussús; com declaração, que nas partes referidas, por onde acabarão as ditas trinta e cinco, ou quarenta leguas da sua Capitania, se porãõ marcos de pedra, estes marcos correrãõ via recta pelo Certão dentro; e bem assim mais serão do dito Bento Maciel Parente, e seus successores, as Ilhas, que houver até dez leguas ao mar, na fronteira demarcação das ditas trinta e cinco, ou quarenta leguas de costa da sua Capitaniia; as quaes se entenderãõ medidas via recta, e entrarãõ pelo Certão, e terra firme dentro pela maneira referida até o rio Tapuyaussú, e dahi por diante tanto, quanto poderem entrar e forem da minha Conquista, &c."* (1)

A rutura com o passado vai-se acentuando cada vez mais. E, nêsse sentido, coube à Portugal, acompanhar a trajetória histórica-social do El-Dorado brasileiro, na sua fase primitiva, conforme se vê, nos fátos que bem evidenciam, por fim, o quadro estrutural de significação excepcional.

"E senão veja-se o Capitão Antonio Galvão nos seus **Descobrimentos do Mundo** do ano de 1531; e com maior clareza o Chantre da Sé de Evora Severim de Faria; na Vila do insigne Historiador João de Barros, pelas formaes palavras, que se seguem: **Era a Capitania, que lhe coube em sorte a do Maranhão, parte Setentrional do Brasil, e a mais enobrecida dêle, em grandeza de rios, fertilidade de plantas, abundância de animaes, e fama de riquissimas minas. Foi êste rio descoberto por Vicente Yanes Pinçon no ano de 1499 pela Coroa de Castela; mas por estar na demarcação da conquista dêste Reino, deixaram depois os Castelhanos de o povoar.** Porém o certo é, que na

---

(1) Berredo, obra cit. p. 267, 268 e 269.

injustiça dêste procedimento, entrou tão cegamente a ambição dos Francezes, que nem teve a desculpa da ignorancia; porque não é crivel, que a parecessem de umas noticias, que eram patentes a todo o Mundo havia tantos anos, principalmente depois das fataes épocas dos naufrágios de Aires da Cunha, e Luiz de Mello da Silva; e os senhores de la Ravardiere, e de Racily, enfronhados todos nas especiosas ponderações da presente fortuna, se recolheram ao seu alojamento já como repartindo os interesses dela". (2).

"Mas o certo é, que o Padre Abbeville se quiz servir destas novelas para os aparatos da sua História; porque como entendia, que as armas da França conservariam sempre o usurpado domínio do Maranhão, lhe pareceu sem dúvida, que primeiro as sabias doutrinas dos seus Religiosos Missionarios penetrariam a brutalidade daqueles Tapuias, para o católico conhecimento dos mistérios da Fé, que houvesse escritor de estranha Nação, que fundamentalmente pudesse desmentir as suas memórias; porém as temporaes medidas dos homens são tão pouco seguras, que quando se valia de tôdas estas maquinas, para esforçar mais as esperanças das suas relações, já o valor dos portuguêses as principiava a convencer de menos verdadeira; porque ainda antes de chegarem à Côrte de Madrid, se dispunha nela a mesma conquista, com tanta atividade, que conferindo-se o ano passado o governo do Estado do Brasil a Gaspar de Sousa, como dignissimo sucessor de D. Diogo de Menezes, assim no esplendor do nascimento, como no das virtudes, se lhe expediu a seguinte Carta, que recebo já no presente ano, com o Capitulo de outra, que se lhe continúa.

"Eu El Rey. Faço saber a vós Gaspar de Sousa do meu Conselho, meu Gentil-homem de boca, Governador, e Capitão General do Estado do Brasil, que para

---

(2) Berredo, obra cit. p. 63 e 64.

melhor se poder conseguir a Conquista, e Descobrimento das terras, rio Maranhão, que vos tenho cometido, conforme as minhas instruções; a qual é de tanta importancia ao meu serviço, como se deixa ver; e se animarem todos a ir servir nella com mais vontade, sabendo, que mandarey ter conta com o serviço, que me fizerem: Hey por bem, e me praz, que signifiqueis por esta da minha parte, que me haverey por bem servido de todas as pessoas, que forem nesta jornada, para lhes fazer as mercês, e honras, que conforme os seus serviços, e qualidade merecerem; e vos mando, e a todos os meus Ministros, a quem pertencer, que assim o cumprais, o façais cumprir. Lisboa, 8 de Outubro de 1612.

Rey.

E porque tambem he rasão, que os que nesta empreza me servirem saibão a conta, que se ha de fazer do serviço, que nela me fizerem, fareis publicar, é assegurar da minha parte a todos que estiverem, e de novo me forem servir á dita Conquista, que se lhe ha de ter muito respeito aos serviços, que nela me fizerem para lhes mandar por eles deferir ás suas pretenções, honras, e mercês; e para este efeito vos encarrego muito, que tenhais particular cuidado de saber, o que cada hum fizer em sua obrigação, de que lhe passareis suas Certidões em que especialmente se declare o procedimento do pretendente, a quem tocarem, para eu me inteirar de tudo com toda a particularidade". (3).

Creio, também, que não estaremos muito distante da verdade acreditando que a região amazônica cresceu e se desenvolveu nas expedições de Mauricio Heriate, Antonio Albuquerque Coêlho de Carvalho, padres Samuel Fritz, José Maria Garzoni, João Batista Sana, Francisco Velozo, Manuel Pires, Francisco Gonçalves, Pedro Pires e Henry Richter.

---

(3) Berredo, obra cit. p. 69 e 70.

"Portugal, a êsse tempo, via parar aos poucos o seu famoso ciclo de domínio das águas mediterrâneas. Notava suas atividades econômicas dificultosamente empreendidas, em vista do escasseiamento das frotas da Índia. A entrada dos holandezes na Ilha de Ceilão e no Arquipélago Malaio causara um profundo abalo na sua opulência de Côrte da Renascença.

Ameaçada na extinção de sua glória comercial, essa Metrópole voltou-se para as terras **muy ferteis** da Amazônia, ao tempo já gabadas em capítulos de uma literatura forte e apaixonada. Dizia-se, a respeito, que a interlândia se apresentava coberta de magníficas produções silvestres, sucedâneas daquelas valiosíssimas especiarias do Oriente que a Europa tanto consumia em usos de alimentação, fórmulas de farmacopeia, venenos ou adjuvantes aos êxtases religiosos. Falava-se até que alí havia ouro, ouro em abundância, tanto mais levando-se em conta as proximidades da região incaica e azteca, onde o minério já havia brotado e estava filtrando pelas bateias do homem ispânico.

De Lisbôa desceram instruções especiais, uma série amplíssima de ordens legislativas protegendo os gêneros, fazendo concessões, isentando de impostos, procurando, por muitos modos, erguer as energias do ambiente, explorar-lhe a produção expontânea e valorisar o trabalho do homem. Requisitava-se, lá da Côrte, uma política de exploração intensiva daqueles mundos interiores. Em consequência, a colonada em pezo encheu-se de movimento. Os favores do Estado casavam bem à sua vocação semita. A terra já estava conquistada. Ia ter início, agora, a história do deslocamento de fronteiras". (Moacyr Paixão e Silva, **Sobre uma geografia social da Amazônia,** p. 20 e 21).

Várias são as expedições que vadearam os rios da Amazônia no século XVII; nenhuma, porém, se iguala em catequese a dos Carmelitas. Com efeito, frei José de Santa Maria, André de Souza, Raimundo de Santa

Cruz, Sebastião da Purificação, Martinho da Conceição, José da Madalena, o leigo Mateus de Santo Antonio e tantos outros, penetraram triunfalmente no espírito dos indígenas, inspirando-lhes confiança e defendendo-os da voracidade sanguinária dos militares e chefes de colonização que não acreditavam na civilização dos selvagens.

Dos padres jesuítas que permitem uma interpretação à altura de seus nomes, estão em primeiro plano, sem dúvida nenhuma — Antonio Vieira e Samuel Fritz. Estou mesmo inclinado a pensar que êles são os jesuítas mais significativos em terras da Amazônia, desde o seu início de colonização. Basta notar que qualquer historiador ou escritor desta região, qualquer que seja a sua experiência, não se atreve a fixar um juizo de catequese e colonização, sem procurar, desde logo, entrar em contáto com os mesmos.

Isto, podemos verificar, com o historiador Artur Cesar Ferreira Reis, na citação que faz da obra de João Lucio de Azevedo. Os Jesuítas no Grão Pará, pag. 44 da História do Amazonas. "O padre Antonio Vieira desprezando ameaças e perseguições, levou à côrte portuguesa as vozes de súplica da raça que se extinguia. A lei de 9 de Abril de 1655 procurou coíbir os abusos. Entre outras providências para minorar a sorte dos legítimos senhores da gleba, mantinha o cativeiro quando nas guerras justas, autorizadas do reino, e pelo resgate, mas entregava a administração das aldeias indígenas aos principais delas, assistidos pela Companhia de Jesus. Determinava que o cabo comandante das tropas de resgates fôsse indicado pelo Superior dos Jesuitas, a quem competia, ainda, marcar a época em que deveriam ter lugar as entradas. As tropas de resgates tornaram-se, por isso, menos constantes. Surgiu, em compensação, o regime dos descimentos. Os jesuítas íam ao sertão e de lá estavam autorizados a fazer descer para Belém os indigenas,

aldeias inteiras, com que aumentar os povos já existentes e formar outros. Era, sob certo aspecto, ainda o cativeiro, porque os missionários os retiravam da vida nômade a que estavam habituados, trazendo-os, nas reduções, ao regimen do trabalho organizado, metodizado, de todo extranho a êles. Embora, havia muitas vantagens. Essas criavam-se, com a nova situação, na brandura do tratamento.

Os catequistas, a pouco e pouco, suavemente, venciam o animo vibrante ou desconfiado do nativo, conquistando-o, matando-lhe as irreverências condenadas pela religião, transformando-lhes os costumes rudes em usos civilisados, brandos, salvando a raça ameaçada com as investidas violentas dos sertanistas e os tratos bárbaros infligidos nas fazendas, nos sítios agrícolas, nas ocupações domésticas dos moradores de Belém e São Luiz".

E aquí, para um melhor estudo da personalidade de Vieira, sou levado a transcrever **in totum** o XIV livro dos "Anaes Historicos de Berredo", paginas 100 a 145. "Sucedeu o ano de 1655, e não passava ainda da breve duração de dezoito mêses a divisão do Estado do Maranhão, quando justamente se viu restituido à merecida honra de govêrno geral; porque conhecendo o grande Rei D. João IV muito à custa do seu católico sentimento ,que o que lhe haviam representado com expressões tão vivas aqueles moradores, era mais produção do natural orgulho da antiga liberdade, que amargamente choravam reprimidas pela suprema autoridade dos Governadores, que das encarecidas vexações, que êstes lhes faziam. Nesta consideração, com a dos graves danos, que se tinham seguido ao seu Real serviço da divisão do Estado (como declara bem na introdução do Regimento, que mandou também lavrar para êle), tornou a reuní-lo; e por resolução de 25 de Agosto do ano passado, nomeou por seu Governador, e Capitão General a André Vidal de Negreiros, Fidalgo da sua

Casa, Comendador de S. Pedro do Sul, e Alcaide mór das Vilas de Marialva, e Moreira; cujo nome se tinha feito celebre a tôda a América, e Europa na porfiada guerra dos Holandêses, sôbre a conservação do intruso domínio de Pernambuco, ocupado pelas suas armas no mês de Fevereiro de 1630, governando a Monarquia de Portugal Filipe IV de Castela.

Como foi nomeado para êste emprego já fóra de monção, esperou pela das náos da Índia do presente ano; e depois de separado delas, tomando a derrota da Cidade de S. Luiz, deu fundo na baía daquela Capital com feliz viagem em 11 de Maio: e no mesmo dia lhe entregou o govêrno o Capitão mór Baltasar de Souza Pereira com tão gerais aplausos daquêles moradores, que desordenados nas demonstrações públicas dos seus alvoroços, até chegaram êstes a parecer tumultos; procedimento muito ordinário no Mundo político.

Passados cinco dias, com trinta e um completos de uma bôa viagem, que teve princípio no rio de Lisbôa em 16 de Abril, entrou também naquela baía o Padre Antonio Vieira, inteiramente deferido nas justas pretenções, como que saíu dela o ano antecedente; porque ainda que atendendo a Côrte aos clamores dos povos, sôbre a absoluta liberdade dos Tapuias catívos, havia reformado esta primeira resolução com a de 17 de Outubro de 1653, ouvindo de novo as zelosas representações daquele digno Superior de tantos Apostolicos Operários, lhe pareceu restringir a reforma pela Provisão de 9 de Abril dêste presente ano com umas providências tão cheias de justiça, que ainda os mesmos a quem mortificavam pela grande parte, que ficavam perdendo nos interêsses próprios, a receberam sem a menor disputa, que desacreditasse a sua abediência; mas antes o Senado da Câmara, para dar dela as provas mais públicas, foi cumprimentar logo em corpo de ceremonia o Padre Vieira, condutor de Lei, redendo-lhe as graças pelos grandes bens, que negociára para

aquêle povo. Assim o escreve o Padre André de Barros, da Companhia de Jesus, na Vida do Apostólico Padre Antonio Vieira, chamado por antonomásio o Grande, p. 185: e o novo General do Estado, segurado bem o socêgo público da Capitania com a assistência só de três mêses, que zelosamente distribuio nas ordinárias dependências daquêle Govêrno, passou à Cidade de Belém do Pará, aonde chegando nos princípios logo de Setembro, ainda que as primeiras vozes da sua grande fama ocupavam já, dêsde o Maranhão, tôdas as atenções dêsses moradores nas ativas impressões da vista, se aumentaram de sorte, que pareceram novas.

Para poder dar mais largas notícias do País, poucos dias depois da sua entrada pública, passou à Ilha grande de Joannes; porém voltando logo para o Pará foi tão namorado da principal Aldêia dos Índios Aruanz seus habitadores, que informou a Côrte, de que mudando-se para o mesmo sítio aquela Cidade, melhoraria muito de interêsses, tanto na saúde dos moradores dela pela benignidade do seu clima, como nos avanços das suas lavouras, por serem as muito mais pingues, além da regularidade do terreno, para a defensa natural com suficiente surgidouro para todo o genero de embarcações que também faltava no rio da Cidade de Belém.

Mas bem parece, que não advertia André Vidal (cêgo sem dúvida do amôr próprio nêste parto do seu entendimento, ou também sugerido de lisongeiros práticos do mesmo País, que lho fariam conceber por apaixonadas informações), que era tão arriscada tôda aquela costa, tanto pela braveza, como pelos seus baixos, que o navio, que se lhe avisinhava, obrigado dos ventos, ou das fortes correntes da formidável boca do famoso rio das Amazonas, não sendo bom de véla, principalmente pela bolina, raras vezes fugia à fatalidade de um naufrágio; e que enquanto também as tão encarecidas qualidades das terras, ainda que algu-

mas fossem muito bôas para a criação de gado vacúm, especialmente no distrito do Marajó, na maior parte se tinham por inúteis para todo o genero de lavouras, necessárias sempre para a sustentação da vida humana, umas por sêcas, outras por pantanosas.

Também aconselhava o mesmo General se povoasse a ponta, que se chama do Mel; e é certo, que dobrando-se para dentro do rio de Belém do Pará, está uma espaçosa enseada, segura ancoragem para todo o lote de embarcações, e na terra dela, em distância de pouco mais de um quarto de légua da mesma ponta, um agradável sítio da invocação de Nossa Senhora do Livramento, fazenda dos Religiosos Carmelitas, três léguas da Cidade, que era sem dúvida o mais proporcionado para uma nobre Povoação; porque além da muita formosura do terreno mais sólido, caminha sempre com a mesma, até despenhar-se sôbre o mar, ficando-lhe tão eminentes as duas faces, que olham para êle, muralhas bem formadas da sábia natureza, que fortificando-se pela parte da terra, basta por aquela um parapeito de fachina para resistir com regularidade à expugnação mais vigorosa: e levantando-se uma Fortaleza na chamada Ilha de Tatuóca, pouco mais de três léguas do mesmo sítio, e outra na ponta do Mosqueiro, que se correspondem a tiro de peça de canhão, sendo a boca de barra, ficava também esta fortissimamente defendida; porque ainda que por entre umas Ilhas há outro canal, que se comunica com o mesmo rio da Cidade nas visinhanças dela, além de ser muito perigoso para navios grandes, necessitam todos dos mais cientes práticos, que se não acharão com facilidade nos próprios naturais, quanto mais nos estranhos, quando na incorrupta fidelidade Portuguesa só poderão ser êstes os seus inimigos.

Com tudo o incansável zêlo do Governador indagou bem, que o grande perigo, que corriam as embarcações que buscavam o rio de Belém do Pará, nascia

comumente, de que ficando-lhe a sua borra na larga distância de mais de seis léguas, para a demandarem os Pilotos, lhes faltava sempre o verdadeiro conhecimento dela; porque para haverem de a marcar, chegando-se à costa, como esta é muito esparcelada, se arriscavam nos baixos; e se queriam desviar dêles, fazendo-se ao mar, logo que descobriam a primeira terra, descaíam de sorte muitas vezes, impelidas das rápidas correntes do proceloso rio das Amazonas, que arribavam às Índias Castelhanas; e para salvá-las de um, e outro trabalho, mandou levantar uma Atalaia nas visinhanças da mesma barra, no sítio mais alto da costa (chamado hoje da Salinas, pelas que alí lavra a Fazenda Real), onde pondo uma peça de artilharia, dispoz, que aparecendo qualquer embarcação, se disparasse logo; porque se claramente não percebesse o estrondo do tiro, sempre veria o fumo, repetindo-se o mesmo sinal, que lhe serviria para fugir da terra, levando-a já reconhecida para segurar a sua entrada na certeza do ponto, o que executou, e estabeleceu com tanta utilidade, como inculcam bem todos os Roteiros, e Cartas Hydrográficas desta navegação.

Com estas, e outras providências, já desembaraçado da Capitania do Pará, determinou voltar para a do Maranhão; e achando-se no fim do presente ano, com os princípios de Dezembro, a 8 dêste mês se pôz a caminho, encarregando aquêle Govêrno, com a Patente de Capitão mór, ao Sargento mór Luiz Pimenta de Morais, que no mesmo dia deu homenagem, e tomou posse dêle.

Logo nos princípios do novo ano de 1656, chegou André Vidal à Cidade de S. Luiz com feliz viagem; e achando tudo naquêle socêgo, que bem lhe seguraram as suas zelosas disposições, continuou nelas com igual cuidado, multiplicando nos acertos da sua mesma fama.

Na Capitania do Pará conservava também o Capitão mór Luiz Pimenta a bôa aceitação, que justa-

mente merecia no exercício do seu emprego; porém vendo-se com a obrigação de se recolher a Portugal, o encarregou o Governador a Feliciano Corrêa, que o tinha já servido com satisfação daquêles moradores, e em 16 de Agosto tomou posse dêle, passando logo o seu antecessor a Cidade de S. Luiz, para fazer dela a sua jornada pela escala de Pernambuco, a que deu princípio dentro de poucos dias na companhia do mesmo André Vidal.

A grandeza de El Rei D. João se exercitou de sorte no premio dos serviços dêste General, que além de outras mercês, lhe fez ao mesmo tempo, com a do govêrno do Estado do Maranhão, a das futuras sucessões dos da Capitania de Pernambuco, e Reino de Angola, dando-lhe também faculdade, para que ainda que no Maranhão não tivesse cheio o seu trienio, podesse encarregá-lo à pessôa, que lhe parecesse para suceder no de Pernambuco: e vagando êste pela promoção do Mestre de Campo General Francisco Barreto ao do Estado do Brasil, passou a ocupá-lo; e certo, porém que chamado com mais alguma pressa da justa vaidade de ter sido o teatro das heróicas representações do seu valôr na formidável guerra dos Holandêses.

Em 23 do mês de Setembro saído por terra André Vidal da Cidade de S. Luiz na direitura do seu novo govêrno, deixando encarregado o do Estado do Maranhão (em que se deteve menos de ano e meio) ao Sargento mór Agostinho Corrêa, por nomeação do mesmo dia já com homenagem nas suas mãos; e como pela mesma Patente, que lhe passou, o havia por metido de posse daquêle emprego, entrou também logo no exercício dêle sem a menor dúvida.

Tinha servido Agostinho Corrêa nas Conquistas da América, assim Portuguesa, como Castelhana, por mais de quarenta anos; e como a maior parte havia sido na natural defensa daquêle mesmo Estado, distinguindo-se sempre nas ocasiões dela, como bem mostrou nas

do Cabo do Norte, e vigorosa guerra dos Holandêses, sôbre a conservação da Capitania de S. Luiz, de que também era morador, mereceu êste provimento uma geral aceitação, que seguravam cada dia mais as acertadas disposições da suavidade do seu govêrno.

A lamentável perda do grande Rei D. João IV fez fatal sem dúvida à Monarquia Porguesa o dia 6 do mês de Novembro do ano passado; e na sucessão nova de 1657, comunicando-se ao Estado do Maranhão a mesma desgraça pelos avisos dela, penetrou vivamente tão aguda dôr todos os corações daquêles moradores.

Com a fatalidade dêste forte acidente, cresceu mais o perigo da formidável guerra Castelhana; e pela mesma conta o devido cuidado em tôdas as Conquistas Portuguesas para a oposição das suas Armas: porém quando às do Maranhão faltavam as forças, o destemido animo do seu Comandante Agostinho Corrêa, reputando sempre só pela qualidade as poucas, que tinha para a defensa de todo o Estado, socegadamente se empregava nas disposições dela: e exercitando com a mesma igualdade tôdas as mais funções do seu ministério, multiplicava cada instante os aplausos do nome.

Seguio-se o ano de 1658, sem outra novidade, que mereça memória; e continuando Agostinho Corrêa na réta administração da justiça, com que segurava a felicidade do seu govêrno, o entregou na Cidade de S. Luiz em 16 de Junho a D. Pedro de Mélo, Comendador da Ordem de Cristo, das Comendas de Santa Maria de Anchete, e de Gulfar, Fidalgo tão ilustre pelo merecimento, como pela origem.

Tinha êle servido na Província do Alemtejo com o posto de Capitão de Infantaria, que exercitava na Praça de Elvas, quando a sitiou o Marquez de Torrecuza, General das Tropas Castelhanas; e continuando na mesma guerra, chegou a ocupar o govêrno das Armas da Comarca do Campo de Ourique com tanta distinção no seu procedimento, que na atenção dela, e também

na da sua pessôa, lhe foi conferido o presente despacho, por resolução da Rainha Regente de 18 de Março do ano passado.

Levava ordem, com especiais recomendações, para se prevenir para a oposição dos Holandêses, por haver a Côrte de Lisbôa declarado a guerra à sua República, com razão ofendida da insolência das suas pretenções; mas com os moradores do Maranhão, além de terem a memória tão fresca das muitas vezes, que os tinham vencido até lançá-los fóra da ocupação tiranica da Capitania com grande glória sua, ouviam também sem horror havia mais de dezessete anos os marciaes estrondos da restauração de Portugal; pouco custou a D. Pedro de Mélo a dispôr os animos de todo o Estado para a defensa dêle.

Na companhia do Governador ia também Marçal Nunes da Costa, Cavaleiro do habito de Cristo, com o emprego do Capitão mór do Grão Pará; e recebendo logo tôdas as ordens necessárias para poder entrar na ocupação dêle, partiu para a Cidade de Belém: porém passados poucos dias escreveu D. Pedro ao Senado da Câmara, que lhe não désse posse sem nova ordem sua, pelas razões forçosas, que o obrigavam a dilatá-la; suponho. que êste aviso, que expedio a tôda a diligência, se anteciparia à sua chegada; e que no caso que assim não sucedesse, se procederia do mesmo modo na suspensão do seu exercício.

No dia 24 do mês de Julho entrou êle naquela Capital da Capitania; e apresentando a sua Patente ao Senado da Câmara com o cumpra-se do Governador, lho não quiz pôr êste Tribunal, pelas novas ordens, que com efeito tinha recebido; mas em 19 de Setembro, chegando-lhe outras, que já as revogavam, lhe deu logo posse sem a menor dúvida.

Tinha servido Marçal Nunes da Costa por espaço de vinte e dois anos, nos quais se embarcou em quatro Armadas; e estando prezo pelo Ministério de Castela

no feliz tempo da Aclamação de Portugal, fugio para o Reino, onde se achou na Praça de Elvas, no sítio do Marquez de Torrecuza, já com o posto de Capitão de Infantaria com o mesmo continuou na defensa da Pátria até o ano de 1649, em que tornou a embarcar para o Estado do Brasil com o emprego de Capitão de Mar e Guerra de uma náu Inglêsa, na qual pelejou valerosamente com nove de Holanda, que lhe saíram da enseada do Recife Pernambuco; e procedendo sempre com igual distinção, foi atendido o seu merecimento da grandeza Real.

Acompanhado de tantas ações cheias de honra, entrou no exercício desta ocupação; porém desvanecendo tôdas as esperanças com que foi nela recebido, os desabrimentos do seu modo, se principiaram a justificar dentro de poucos dias as primeiras dúvidas do Governador, que dilataram a sua posse: e se o sentimento daquêles moradores se não achasse ocupado todo em dôr, que lhes chegava mais aos corações, passaria logo à Cidade de S. Luiz a repetição de tão gerais clamores.

Sentia vivamente a Capitania do Pará a falta de servos; e na sucessão do novo ano de 1659, se ouviam já mais desentoadas as queixas, que fazia dos Missionários da Companhia de Jesus sôbre a administração dos Índios forros, com o fundamento, de que arrogandose em tôdas as Aldêias a jurisdição temporal, e política, que lhes não era permitida, usavam dela com poder absoluto; mas resignando sempre na justiça do Principe cabalmente informado a satisfação dos mesmos clamores, os encaminhou o Senado da Câmara à presença da Rainha Regente por uma larga representação.

Pretendia a Capitania, que se declarasse aos Missionários das Aldêias dos Índios, que só tinham nêles a jurisdição espiritual, como seus Párocos, que eram; e persuadindo ao mesmo tempo, que a temporal, que exercitavam sem verdadeiro título, ameaçava uma

fatal ruina a todo aquêle Estado: também asseverava, que concorria muito para ela a transgressão da Lei, sôbre a última fórma dos justos cativeiros, passada em 9 de Abril de 1655; porque as epiquêas dos mesmos Jesuitas a acrescentavam, e diminuiam, quando havia sido negociada pelas suas próprias inteligências, como restrição da de 17 de Outubro de 1653, que se traslada nesta História na ordem das noticias: e como estas vozes cobriam bem os interêsses particulares com capa dos públicos, iam tomando sempre muito maiores forças.

Ouvia claramente os estrondosos écos de tão públicas queixas o grande Padre Antonio Vieira; mas tratando-se sempre por injustas, por entender, que a primeira jurisdição dependia tanto da segunda, que se não podia sustentar sem ela, empenhava só as suas diligências para introduzir nos Ministros da Côrte êste mesmo conceito, o que conseguindo com felicidade todos os clamores da Capitania do Pará, avaliando-se como apaixonados, eram mal atendidos: porém aquêles moradores, esperando ainda os melhoramentos da sua fortuna na repetição dêles, entre as suas mesmas impaciências, sabiam reduzir-se a moderação devida; e continuando do mesmo modo até o fim do ano, o teve em todo o Estado do Maranhão sem outra novidade digna de memória.

Ainda nesta mesma situação achou o novo ano de 1660 todos aquêles póvos; porque não havia alteração nêles, que perturbasse o socêgo público, para o que e sem dúvida, que concorriam na principal parte as acertadas disposições do seu Governador D. Pedro de Mélo; mas os Oficiais do Senado da Câmara de Belém do Pará, que preveniam bem os sucessos futuros, logo no dia 12 do mês de Janeiro, escreveram aos da Cidade de S. Luiz, pedindo-lhes se unissem com êles para se segurarem na mesma união os comuns interêsses de uma, e outra Capitania; porque comunicando-se reci-

procamente todos os acidentes, em que perigassem, se lhes acudiria com remedio mais pronto, e de mais eficacia e os do Maranhão, depois de alguns mêses de políticas irresoluções, se conformaram com a proposta, respondendo: Que sempre lhes fariam os zelosos avisos, que lhes parecessem necessários, a que não davam já princípio por falta de matéria, que merecesse aquêle cuidado.

Agradeceram os do Pará aos do Maranhão o propício animo, com que se achavam para as assistências da utilidade pública, e depois de lhes encarecerem as opressões grandes, que padeciam, principalmente com a jurisdição, que exercitavam os Missionários no govêrno dos Índios, a que davam o nome de despótico, lhes pediram com vivas instâncias quizessem entrar logo na dependência de remediá-las, representando-as ao Governador Geral do Estado (que até aquêle tempo residia só na Cidade de S. Luiz, como cabeça dêle), para o que os constituam seus Procuradores; mas já segurando-lhes, que quando se escusassem desta comissão, se viam obrigados a seguir os povos no total abandono dos pátrios domicílios, por não experimentarem a última miséria, que apressadamente os ameaçava.

Aceitaram a procuração aquêles Ministros; porém considerando menos justificada, do que encarecida a representação, responderam logo, que se devia suprimir a máior parte dela, sabendo bem mostrá-lo com umas razões tão cheias de prudência, como de urbanidade; e os do Pará mais convencidos, do que satisfeitos destas reflexões, se acomodaram com as suas queixas, reservando para melhor tempo o remédio, de que necessitavam; mas o peior é, que os do Maranhão, sendo os que agora contradiziam o mais suave, foram os primeiros, que lhes aplicaram o mais violento, como veremos nos sucessos seguintes com merecida magoa destas mesmas memórias.

Nesta geral conformidade, ou violenta resignação,

entrou ainda o novo ano de 1661; mas como raras vezes deixam de ser herança em todo o Tribunal os sentimentos públicos, que inteiramente compreendem os particulares interêsses dos Ministros dêle, os que sucederam no Senado da Câmara de Belém do Pará, se acharam também do mesmo animo dos seus antecessores: e para que mostrando-se zelosos das obrigações do ministério, podessem melhorar de fortuna nas suas próprias comodidades, tomaram logo algumas medidas.

O Padre Antonio Vieira, como Superior, e Visitador Geral das Missões do Estado, tinha todo o poder no serviço dos Índios, que procuravam com as maiores ancias aquêles moradores, como remedio único das suas misérias; mas querendo com tudo o mesmo Senado, que fossem só as suas atenções as que lhes grangeassem esta felicidade, no dia 15 do mês de Janeiro, lhe fez uma bem comedida representação, esforçando mais a sua justiça com o zêlo da Fazenda Real, que lamentavam em primeiro lugar muito prejudicada na pobreza dos povos, como se vê da mesma proposta, que é a que se segue, tirada fielmente, com as mais cópias, que se continuam, do seu registro original.

> *"Representa a Camara desta Cidade de Belém, Capitania do Grão Pará, que serve êste presente ano de 1661, ao M. Reverendo Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Visitador Geral das Missões dêste Estado, as grandes necessidades, que padecem estes póvos, causadas da limitação, em que vivem, de alguns anos a esta parte, por muita falta, que tem de escravos com que se sirvam, sendo impossivel o viverem sem êles. Tem diminuido as rendas de Sua Magestade, e seus dizimos, tanto, que êste presente ano não houve quem désse por elas cousa considerável; e por esta razão correm por sua ordem com muito grande diminuição da sua Fazenda Real, e perda do Contratador dos anos passados, tanto, que é necessário fintar-se o povo, e os moradores dêle para darem farinha á Infantaria; e alguns homens, que a não possuem, a compram para acudir a esta necessidade. Outrossim tem chegado a miséria a estado, que não se paga ao Vigario da Matriz o seu ordenado, nem aos Capuchos de Santo Antônio; e quando se lhe dá alguma cousa, é tão limitada, que não vem a ser a terça parte, do que Sua Magestade, que Deus*

guarde, ordena. Está êste povo, e os moradores dêle em estado o mais miserável, que se póde considerar; razão porque alguns homens nobres, conquistadores, e povoadores, que derramaram o seu sangue, e tem gastado a sua vida em serviço de Sua Magestade, e ajudaram a conquistar esta Conquista, não trazem seus filhos, e familia a esta Cidade, por não terem remeiros, que lhe comboiem canôas para virem, sendo cousa infalivel, e certa ser a navegação por mar, a qual se não póde conseguir sem escravos; tanto, que esta festa passada do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, não vieram a esta Cidade as familias de alguns homens nobres, por causa de suas filhas donzelas não terem, que vestir para irem ouvir Missa, nem seus pais possuem cabedal para o comprarem, e tudo procedido de não resgatarem escravos; e muitos vivem nesta Cidade, que não tem quem lhe vá buscar um feixe de lenha, nem um pote de água; e assim que estão perecendo muitos, por não terem com que lavrarem fazendas, para comprarem o que lhes é necessário, tudo procedido da falta de escravos, havendo tantos em muitos Sertões em quantidade, aonde se podem resgatar: e assim mais é cousa certa, que padece êste povo em geral muitas e grandes necessidades, as quais estão á vista de todos padecendo infinitas fomes sem poderem valer uns aos outros, em particular viuvas honestas, moças donzelas, casadas, muitas orfãs com o maior desamparo, que se póde considerar, as quais não declaramos em particular, por não cansar com tantas misérias, que por si se estão vendo, e pedindo ser cousa muito urgente acudir-lhes, por serviço de Deus, e de Sua Magestade, conservação dos vassalos do dito Senhor, e aumento desta sua terra, e conquistas. E' tão grande a necessidade, e misérias, com que se vive nesta Capitania, que todos os homens geralmente, até os mais principaes, andam vestidos de pano de algodão, tinto de preto; e muitos não possuem, com que o comprem, por valer preço excessivo, como são três tostões a vara, sendo que os anos passados não valia mais, que cem reis cada vara. E' de considerar a miséria, a que tem chegado os moradores desta Capitania, e mais pessôas dela, que vivendo há tantos anos muitos conquistadores, e povoadores nesta Conquista, e deitando em tantas ocasiões os inimigos da parte do Norte dêstes rios do Curupá, e Tocujú, sujeitando com armas os Gentios seus aliados, e tomando-lhes Fortalezas, e artilharia, com que se guarneceu esta de Sua Magestade, lhe seja necessário comprar um escravo do Gentio da terra por setenta cruzeiros, como agora proximamente se comprarão alguns, que ficaram de Pascoal da Fonsêca Moniz, que Deus haja, pelos não poderem resgatar; sendo que manda Sua Magestade, que Deus guarde, se resgatem escravos, por Lei sua, passada em Alcântara, e firmada por sua Real mão em os 9 dias do mês de

Abril da Era de 1655 anos: e ajustando-se Vossa Paternidade com ela, se pódem remediar todas as necessidades, que propômos, acima referidas, junto com um Capitulo do Regimento, passado ao Senhor Governador, e Capitão General dêste Estado, D. Pedro de Mélo, no qual ordena Sua Magestade Vossa Paternidade nomêie Cabo para as escoltas, que se houverem de fazer ao Sertão, quando lhe parecer. Pelo que, visto a Lei, e Regimento de Sua Magestade, como a Vossa Paternidade é presente, parece razão, e justiça, que por serviço de Deus, e de Sua Magestade, bem comum, e remedio dos pobres moradores desta Capitania, e Infantaria desta Praça, Vossa Paternidade acuda com o remedio a tôdas as necessidades, que lhe representamos se padecem, e a Vossa Paternidade são presentes, e notorias; pois é certo se póde conseguir o remedio delas com se fazer uma entrada ao Sertão ao resgate de escravos, para esta pobreza, e miséria, em que vivemos todos, por ser a maior, a mais urgente, que se póde considerar; e nos assinamos em Camara.

Belém do Grão Pará, 15 de Janeiro de 1661.

Eu MANUEL RIBEIRO PORTO, Escrivão da Camara, o escreví. — O Vereador mais velho BERNARDINO DE CARVALHO. — O Vereador MANUEL CORDEIRO JARDIM. — O Vereador GASPAR DA ROCHA PORTOCARREIRO. — O Juiz mais velho MANUEL ALVARES DA CUNHA. — O Juiz BRAZ DA SILVA. — O Procurador MANUEL BRAZ".

Vio com atenção o Padre Superior Antonio Vieira a representação do Senado da Câmara; e parecendo-lhe mais afetada, do que verdadeira, a que se propunha como causa total das misérias dos povos, depois de ter passado muito perto de um mês nas reflexões prudentes dêste mesmo discurso, para mostrar melhor o socêgado acôrdo, com que procediam as perspicácias do seu entendimento, respondeu então na forma seguinte.

"Lí o papel de Vossas Mercês com o sentimento, que deve quem é parte da mesma República, e quem sempre lhes desejou, e procurou o seu maior bem, não só espiritual, mas ainda temporal. Conforme êste zelo, direi a Vossas Mercês tudo o que sinto, e posso. Primeiramente Vossas Mercês atribuem as necessidades, que padecem, sómente á falta de escravos; e segundo as noticias, e experiências, que tenho desta terra, acho que são também outras as causas. A primeira é o sitio da mesma terra, tôda cortada, e alagada, de rios, com que o comércio humano fica mui

dificultoso, e de grande despesa, havendo de ser todo por mar. A segunda irem faltando no mesmo sitio os mantimentos naturais, que com a continuação do tempo sempre vão a menos, como é caça, e a pesca, de que êste povo se sustenta ; cousa, que é impossivel durar, nem permanecer, e que sempre vai sendo mais custosa. A terceira a falta de govêrno político, não havendo praça nem açougue, nem outra cousa de venda, ou aluguer, com que necessariamente cada família há de ter o que tem uma República ; porque para a carne há de ter caçador, para o peixe pescador, para o pano fiandeiras, e tecelão, para o pão lavradores, e para os caminhos embarcações, e remeiros, afóra todos os outros serviços domésticos. A quarta a mudança e guerra do Reino, com que excessivamente crescerãm os preços a tôdas as mercadorias de fóra, e deram em baixa os açucares e tabacos. A quinta (e muito notável) a vaidade, que cresceu nêstes ultimos tempos, não se medindo os gastos, como antigamente, com as posses, senão com o apetite. E afóra destas causas públicas, deve de haver também outras secretas em alguns particulares, reservadas á ciência, e providência divina ; pois as necessidades que Vossas Mercês representam, não são gerais em todos ; e vemos que alguns, que não tinham muito, carecem totalmente dêles, porque lhes correram por juizos secretos daquêle Senhor, que o é da vida, e da morte. Assim, que as necessidades, que se apontam, tem também outras causas, que Vossas Mercês pódem, e devem remediar, como aquêles a quem pertence o bom govêrno da República, e a emenda dos abusos dela, e as outras industrias por onde se conseguem, e se facilitam as utilidades do comum ; e vindo ao remedio, que se aponta dos escravos do Sertão, posto que eu o aprovo muito, e o solicitei com El Rei, insistindo Sua Magestade, que todos fossem livres, vejo porem, que o dito remedio por sí só não é suficiente ; porque por mais que sejam os escravos, que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia nêste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remedio, senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os Índios da terra menos capazes de trabalho, e de menos resistência contra as doenças, e que por estarem perto das suas terras, mais facilmente, ou fogem, ou os matam a saudade delas. Isto digo a Vossas Mercês, como parte que também sou desta República, e desejoso do seu bem. Respondendo, como quem tem a seu cargo as Missões, digo, que o que ordena o Regimento de Sua Magestade, é, que o ano, em que houver de ir Missão ao Sertão, os escravos, que se acharem legitimamente cativos, conforme os casos da Lei, depois de examinados, se resgatem : e nêste particular, se Vossas Mercês bem lançarem as contas, acharão, que não só alguns anos (como

supõem o Regimento) houve Missões, mas que foram mais as Missões, que os anos; porque dêsde o ano de 1655, em que veio o dito Regimento, se fez a Missão dos Tupinambás pelo Padre Francisco Veloso, a dos Nheingaíbas pelo Padre João de Souto-Maior, a dos Pacajaz pelo mesmo Padre, a dos Aruaquizes pelo Padre Francisco Veloso, a do Rio Negro pelo Padre Francisco Gonçalves, a dos Carajaz pelo Padre Thomé Ribeiro, a dos Poquiz pelo Padre Manuel Nunes, e a de Ybiapaba pelo Padre Antonio Vieira; e agora atualmente esta outra no rio das Amazonas, em que morreu o Padre Manuel de Sousa, e ficou o Padre Manuel Pires; nas quaes Missões e em outras de menos empenho, se tem descido mais de três mil almas de Índios forros, e mais de mil e oitocentos escravos. A isto responde o papel de Vossas Mercês, que ainda que houve êste numero de escravos, que não foram para o povo do Pará; e que se vendem por tão grande preço, que não tem os moradores cabedal para os comprar. Nisto direi também o que tenho obrado no serviço de Vossas Mercês, e foi, que vindo a êste Estado o Governador D. Pedro de Mélo, pelo zelo que tinha, de que se acudisse ao remedio dos póvos, se informou de mim do modo, que podia haver, para que os escravos, que se fizessem, chegassem a todos; e o que eu lhe apontei, foi, que os escravos se repartissem pro rata por todas as Capitanias do Estado, conforme o numero dos seus moradores; e que o preço porque lhos dessem, fôsse o mesmo, que custam no Sertão, que na maior carestia do ferro não chega a quatro cruzeiros; e sendo esta a repartição, e êste o preço, Vossas Mercês foram os que lhes descontentou êste modo e o não quizeram aceitar, nem executar: e como os Missionários nos não metemos na repartição dos escravos, e nem nos preços dêles, Vossas Mercês parecendo-lhes, pódem recorrer nêste particular a quem a decisão dêle pertencer, que sem dúvida deferirá á necessidade desta República, e á justiça com que requere se lhe apliquem os ditos escravos; pois ordinariamente se fazem nos rios, que são próprios desta Capitania, e com os Índios, canôas, Soldados, e mantimentos dela por tôdas as outras razões, que Vossas Mercês costumam alegar: e quanto á Missão, em que se hajam de fazer os ditos escravos, estimarei eu muito, que seja a primeira, que houver, que eu procurarei dispôr com a maior brevidade possivel; por quanto nêste ano está já intentado o descobrimento do rio Iguassú, em que há fama está a nação dos Tupinambás, o qual descobrimento se há de fazer pelo rio dos Tocantins: e quando Vossas Mercês no mesmo rio queiram entrar pelo braço de Araguaya, onde estão varias nações, que se diz tem muitos escravos, e a dos Pirapez, que se pódem trazer para o gremio da Igreja, e serviço da República, também se

disporá a Missão nesta forma; porque em tudo nós desejamos acomodar, quanto puder ser, ao bem ainda Temporal de todos.

Pará, 12 de Fevereiro de 1661.

ANTONIO VIEIRA".

Mal satisfeitos aqueles Ministros de tão formal resposta, quizeram mostrar o seu ressentimento pelas expressões da seguinte Carta; mas com tão pouco fruto, como se vê da Certidão, que se lhe continúa, parecendo sem dúvida ao Padre Antonio Vieira, que para a paixão de umas tais instâncias não valiam já as soluções agudas do seu grande talento.

Vimos a resposta de Vossa Paternidade dada ao nosso papel, e não esperamos dela mais que o remedio, que está pedindo tão urgente necessidade a qual não pede dilação tão pouco efetiva, como a que Vossa Paternidade nos oferece, que vem a ser mais arriscado a maiores perdas, e trabalhos, que a aliviar a êste povo as misérias, que padece. Primeiramente é cousa certa, que quando Sua Magestade foi servido mandar passar Lei, para que se resgatassem escravos nos Sertões desta Conquista, com as condições, e clausulas declaradas na mesma Lei, é de crêr foi tenção de Sua Magestade se fizesse com os Reverendos Padres Missionários presentes, para se evitarem os escrupulos, que nos tais resgates podia haver: e que os taes se resgatassem geralmente para todos os vassalos de Sua Magestade, moradores dêste Estado; e parece de direito, justiça, e razão estão em primeiro lugar os desta Capitania, pelas razões, que Vossa Paternidade confessa na sua resposta, que nos deu. Segunda razão é não duvidamos, de que as Missões hajam sido mais em numero, que os anos, e respondemos a esta razão com um adagio antigo: Muito pão tem Castela, mal por quem lazéra : *tôdas elas não tem sido de utilidade a êste povo, antes lhe tem causado perdas; pois é couza certa, que desta Capitania, vão canôas, Índios, Soldados, e moradores, e tudo o necessário para elas; e não há dúvida, que os Índios das Aldêias, nossos aliados, que foram ás ditas Tropas, tiraram melhor lucro dos escravos, que nelas houve, que os brancos desta Capitania, e ainda êsses se não venderam nela, e se entregaram os que lhe tocaram aos Reverendos Padres Missionários, e o maior numero dêstes escravos mandaram vender á Cidade de S. Luiz do Maranhão, e Capitania do Gurupí, e alguns se venderam á Vicente de Oliveira, e a Manuel da Vide Souto-Maior; e das cousas, que êste povo padece, nos havemos de queixar a Sua Magestade na Côrte, e Cidade de Lisbôa, e ao Governador, e Capitão Geral dêste Estado D. Pedro de Mélo. Terceira razão é, que não*

duvidamos tenham descido nas Missões apontadas todo o numero de Gentio, e almas, que Vossa Paternidade diz: é cousa certa, todos êles forros, e cativos, não serem a êste povo de utilidade foi fazer com as nações dos Nheingaíbas, e em suas terras estão sem serem de efeito para o serviço de Sua Magestade, nem para a defensa desta Capitania, em caso que inimigo nos cometa (o que Deus não permita), e nelas senhores de poderem fazer de sí o quizerem, e seguir a parcialidade, que tiverem em vontade, sem as armas de Sua Magestade os poderem sujeitar ao pelas ditas nações permitido. Quarta razão, é que nos diz Vossa Paternidade, que quando veio a governar êste Estado, o Senhor D. Pedro de Mélo, consultara com Vossa Paternidade o modo, com que se podiam fazer resgates, e que as Capitanias todas entrassem no lucro dêles respectivamente, conforme o numero dos moradores, e que nós fomos os primeiros, que excedemos o estílo. Nesta Capitania não há homens de cabedal para um só dar oitenta resgates; computo em que foi metida esta Capitania; e por essa causa, e falta de não haver ferro para ferramentas, foram de particulares. Bem póde Vossa Paternidade considerar o pouco cabedal de oitenta resgates, nos quaes se mandou meter em computo o Capitão mór, Oficiaes Militares, Provedor da Fazenda, Conventos, e pessôas Eclesiasticas, casados, viuvas, donzelas, orfãos, e ainda êste pouco numero se não fez mais que metade, pouco mais, ou menos, com a Camara se prevenir, mandando dois homens com êles a cargo. Quinta razão é, que nós não podemos remediar impossiveis, contra o que tem disposto o tempo, e o Govêrno de tantos anos atraz. Impossivel é haver nesta terra açogue, nem ribeira, e mais impossivel é no tempo presente haver pagamento para dar pelo sustento ordinário; e para o ter, lhe consta a Vossa Paternidade é necessário haver escravos para o fazer; mas ainda nos sujeitamos a uma cousa, já que Deus deu a Vossa Paternidade tão grande juizo, e entendimento, que nos faça mercê por serviço de Deus, e de Sua Magestade, e remedio dêste povo, dar-nos caminho para nos governar bem, e passar a vida sem vaidades, nem gastos excessivos, mais que os justos, licitos, e honestos, cada qual conforme a sua qualidade, sem ter escravos, que nos sirvam. Os Sertões desta Conquista são muitos; os escravos, que há nêles tem a experiência mostrado não serem poucos; pois de ordinário vem a esta Cidade canôas dêles a tomarem, o que lhes é necessário para passarem ao Maranhão. Muito Reverendo Padre Visitador Geral destas Missões, Sua Magestade não manda, que êstes escravos se resgatem a particulares, e o dito Senhor manda se façam cristãmente para todos os seus vassalos: não permita Vossa Paternidade ser êste povo mais desgraçado; pois tem tantos, e tão leaes vassalos Sua Magestade nêle,

e que á tantos anos o estão servindo derramando o seu sangue, e os seus antepassados passando muitas fomes em sujeitar os Índios avassalados a Sua Magestade; dos quaes Vossa Paternidade está de presente senhor dêles, e seus subditos. Sexta razão, que a viagem, que Vossa Paternidade nos oferece pelo rio dos Tocantins, nos não serve para nenhuma cousa mais que para nos destruirmos nela, e aos Índios nossos aliados, como a experiência tem mostrado proximamente na Missão, que fez o Padre Superior Manuel Nunes, a qual não deu lucro. Seja Vossa Paternidade servido não se mostrar avaro dos Sertões, que Deus nos deu, e nós conquistamos, sugeitamos, e avassalamos a Sua Magestade: o dito Senhor nos concede licença para se resgatarem escravos, os licitos; e nós êstes pedimos, êstes queremos fazer, debaixo das clausulas da Lei, para com êles se acudir ás necessidades dêste povo, visto estarem-se comendo nos Sertões. Sétima razão é, que pelo rio das Amazonas há muitos Reinos de Gentio, e muitos rios donde se pódem descer muitas almas para o gremio da Igreja Catolica; e os escravos, que houver entre estas nações, resgatá-los, pois os estão comendo ordinariamente; o que parece mais serviço de Deus, por quanto, livrando-os da morte, se podem salvar alguns estando em nosso poder, ainda que morram com saudades das suas terras. Oitava razão é, que nós a entrada, que pedimos, é para o rio das Amazonas, e nêle entraremos a faze-la pelos Lugares, e Aldêias, por onde até o presente se tem feito, e entraremos no rio da Madeira, Cabeceiras do rio Negro, Cambebas, e outras muitas paragens, que há; pois podemos viver todos logrando o lucro, que Deus nos dá nesta Conquista, e Sua Magestade nos concede. Vossa Paternidade lembre-se da promessa, que os Missionários fizeram a Sua Magestade, de que não haviam tirar lucro dos Índios forros, nem com êles fabricar fazendas, nem canaviaes, e só tratarem da doutrina espiritual; e se acaso Vossa Paternidade tem alguma ordem de Sua Magestade no temporal, será servido mandá-la apresentar nêste Tribunal, para que nos conste dela, por quanto tem mandado os Governadores dêste Estado, que nenhuma pessôa possa usar de jurisdição alguma, sem primeiro registar o poder que tem; e com o relatado nêste papel, parecem causas bastantes para Vossa Paternidade nos deferir com o que pedimos, e a jurisdição, que Vossa Paternidade tem de Sua Magestade lhe dá lugar.

Em Camara, Belém, 15 de Fevereiro de 1661.

E eu MANUEL RIBEIRO PORTO, Escrivão da Camara, o escreví. — MANUEL CORDEIRO JARDIM. — BRAZ DA SILVA. — MANUEL ALVARES DA CUNHA. — MANUEL BRAZ. — BERNARDINO DE CARVALHO.

Manuel Ribeiro Porto, Escrivão da Camara desta Cidade de Belém, Capitania do Pará, &. Certifico, e dou fé, que eu fui com o Procurador do Concelho Manuel Braz ao Colégio, Convento de Santo Alexandre, da Companhia de Jesus, por mandado dos Oficiaes da Camara, que servem êste presente ano, e no dito Convento apresentei ao Muito Reverendo Padre Visitador Geral das Missões dêste Estado Antonio Vieira, o papel atraz escrito, e assinado pelos ditos Oficiaes da Camara, com as razões contidas nêle, e o dito Padre Visitador Geral o leu de verbo ad verbum em minha presença, e do dito Procurador: e depois de lido, respondeu, que não tinha, que dizer mais que o que tinha respondido, e que o mesmo diria sempre; e que no tocante á jurisdição Real, que se a tinha, ou não, a seu tempo o diria; e também que sôbre os resgastes, que se fazem para outra parte, recorressem a quem direitamente tocava: e que na materia da jurisdição temporal, se os ditos Oficiaes da Camara tivessem poder para lho perguntar, que êle lho diria, e daria razão disso. Passa o referido na verdade pelo juramento do meu cargo, em fé do que passei esta Certidão por mim assinada.

Belém, Capitania do Pará, 15 de Fevereiro de 1661.

MANUEL RIBEIRO PORTO.

Impacientes os apaixonados Senadores com a resposta do Padre Antonio Vieira, desejam bem desafogar o animo nas demonstrações públicas; mas prudentemente receando a comoção do povo dissimularam o seu sentimento, repetindo ainda as mesmas instâncias para o remédio dêle; até que vendo, que para conseguí-lo por êste meio eram infrutuosas as suas diligências, assentaram em Camara, com a maior parte da Nobreza, que também convocaram, que se encaminhassem ao Governador D. Pedro de Mélo, com a cópia de tôdas as que já tinham feito para melhor se justificarem, recomendando tudo a um Comissário, que bem representasse a autoridade do mesmo Tribunal; e encarregados êstes ofícios ao Vereador Manuel Cordeiro Jardim, um dos seus Companheiros de mais atividade, entrou êle logo a exercitá-la nas disposições da sua partida.

Ficou ajustada esta dependência, porém trataram logo os mesmos Ministros de afiançar mais as suas

esperanças, levando também a representação das opressões dos povos a presença da Rainha Regente; e bem encarecidas pela paixão dos particulares interêsses, quando só se inculcavam zelosos dos públicos, seguravam todos na observância da Lei de 9 de Agôsto de 1655, sôbre a forma dos justos cativeiros, com a declaração, de que os Misionários das Aldêias se não podessem intrometer no govêrno temporal dos Índios, mas sim tão sòmente no espiritual, como seus Parocos, que eram.

Em 9 de Abril dêste presente ano despediram a súplica para Portugal, eficazmente recomendada a Antonio de Albuquerque Maranhão, a quem constituiam seu Procurador, empenhando mais os bons ofícios da sua diligência na honrosa lembrança, de que seu pae Jeronimo de Albuquerque Maranhão (como bem mostrava o apelido último a que dera princípio) havia sido o primeiro Conquistador da Capitania de S. Luiz, cabeça do Estado, que êle também, e seu irmão Mathias de Albuquerque, com muitos mais parentes, tinham regado com o seu nobre sangue; e mais socegados com êste desafogo, entraram logo na expedição do seu Comissário ao Governador D. Pedro de Mélo.

Passados porém poucos dias alteraram muito o socêgo público as Cartas, que teve o mesmo Senado da Câmara do de S. Luiz do Maranhão, com os avisos de se tomarem umas, que se escreviam para Lisbôa ao Bispo eleito do Japão André Fernandes, Religioso da Companhia de Jesus de grande autoridade diante da Rainha Regente, em que se lhe pediam várias ordens na matéria de Índios, que parecendo justas, e precisamente necessárias para a propagação do santo Evangelho, como ao mesmo passo destruiam também os interêsses temporaes do Estado, sentiam já os moradores do Pará êstes ameaços, como própria ruína; mas aquêles Ministros seguindo só então os indisputáveis documentos da fidelidade, atalharam tôdas as desor-

dens; e segurando bem a conservação da Capitania, souberam consolar as suas aflições com as esperanças do remédio, que afiançavam mais nas certas notícias, que ao mesmo tempo receberam de ter passado já da presente vida o Bispo do Japão, cujo poder sem dúvida era o seu maior mêdo.

Com tudo fazendo apressar mais esta novidade a expedição do Comissário, já nomeado para o Maranhão Manuel Cordeiro Jardim, no dia 17 de Maio saíu da Cidade de Belém cheio de instruções; e representando o Tribunal da Câmara ao Governador D. Pedro de Mélo as opressões grandes, que padecia tôda a Capitania com a falta de sêrvos, lhe pedia muito, que quizesse acudir-lhe com o remédio pronto, de que necessitava; mas para dar maior atividade a esta mesma súplica, também recomendava ao Senado da Câmara o seu Comissário nas assistências dela, depois de segurar-lhe com expresões mui vivas, que para as medidas, que êle tinha tomado no justo sentimento das Cartas do Bispo do Japão, acharia sempre a sua companhia, como inseparável dos comuns interêsses de todo o Estado, prometendo-se já as maiores fortunas na firme união dos moradores dêle.

O Senado de Belém do Pará liberalmente segurava as suas assistências ao de S. Luiz do Maranhão, entendendo sem dúvida, que nunca romperiam os sagrados limites da fidelidade os moradores daquêle povo; mas êle, que foi em todo o tempo pouco socegado, fazendo pretexto daquelas mesmas Cartas do Bispo do Japão, com outros incidentes de menos entidade, se comoveu de modo do dia 15 até 17 do mês de Maio, que nêste último chegou também a violar a imunidade Eclesiástica no desacato mais escandaloso; porque arrancando dos próprios cubículos os Religiosos da Companhia de Jesus, os lançou fóra do seu Colégio; e continuando nos bárbaros excessós de tamanha desordem, obrigou logo o seu Superior Ricardo Carece, a que desistisse, em áto

de Câmara, da administração dos Índios do Estado, como objeto único da paixão do seu ódio, sem que bastasse a grande autoridade do Governador para embaraçar um procedimento tão detestável; porém que muito, se faltando-lhe forças para o castigo dêle, era mais ceremonia, que veneração aquêle mesmo título, que lhe conservam os sediciosos!

Algumas memórias, que também segue Francisco Teixeira de Moraes (natural da Vila de Alenquer, e Cidadão da mesma Cidade de S. Luiz) em um manuscrito, que intitula Relação Histórica, e Política dos Tumultos do Maranhão, querem persuadir-nos, que D. Pedro de Mélo, se não desagradou ao princípio destas alterações, por sentir já com pouca paciência, que a muita autoridade dos Missionários diminúa a sua de tal modo, que lhe vinha a ficar quasi sem exercício na parte mais essencial do govêrno do Estado; mas que vendo depois os desatinos a que tinham chegado as desordens do povo, procurou atalha-las, receioso já do seu próprio perigo; porém examinando a minha diligência estas mesmas notícias, as acho convencidas de menos verdadeiras com merecidos créditos do procedimento dêste Fidalgo, como se mostra bem da Carta, que escreveu ao Padre Antonio Vieira, que é a que se segue, fidelissimamente copiada do seu original, que tenho em meu poder, onde se está vendo assás purificada a sua muita honra nas próprias expressões da sua singeleza, que na minha grande veneração se não faz também menos estimável.

À meu Amigo, e Senhor Padre Antonio Vieira! Não sei o que posso dizer, pelo que amo a Companhia, pois estou sem juizo, e sem forças; reporto-me ao silencio, e com isso digo tudo. Já Vossa Paternidade terá noticia das Cartas, que se publicaram, que vieram do Reino, que Vossa Paternidade escrevia ao Bispo, no navio que se tornou dos Santos, com as quaes se escandalizou o povo geralmente em grande extremo, havendo-o também feito antes disto por causa da Gazeta, que dêle veio; e com a prisão do principal Cupauba, e tudo quasi a um tempo, como viram, digo, estas Cartas, que foram vistas, segundo me disseram por

tôda esta Cidade, e certo, que até hontem entendia, que vieram remetidas ao Provincial do Carmo; mas afirmaram-me nêste dia não havia tal, mas que a um secular parente desta gente, &., que não sei se está cá, ou anda por lá, e com elas se ajuntaram em Camara; e dizem se assentára se chamassem os Principaes das Aldêias, para verem de que se queixavam. Estando em Camara os Oficiaes, vieram-me dizer, que se falava nas perguntas dos Religiosos da Companhia, e que estavam fazendo Juiz do Povo. Mandei pelo Sargento mór do Estado, e um Escrivão para dar fé, que vissem o que faziam, pois me tinham dito estavam falando nos Religiosos da Companhia mui indignamente ,e outras cousas; e que soubessem, que os havia pôr em dois páos. Isto era meia hora de dia, a que responderam: Que se não fazia cousa contra os Padres, senão que se perguntava geralmente aquêles Principaes, de quem se queixavam, e que de tudo me viriam dar conta. Vieram pela manhã, e me seguraram o próprio, que isto era para sua defeza. Antes que êstes Principaes fossem chamados, tinha eu dito a muita gente, por ver quão indignados andavam, que estas Cartas eram escritas a um Amigo de Vossa Paternidade, com outras muitas razões, que não admitiam, e que por elas viam êles se não tinha obrado nada de novo, e serem á tanto tempo feitas, e que não havia de ser só aquela via, que visto Sua Magestade não ter ordenado nada, sinal era, que lhe não foram mostradas, e com o meu Amigo podia desabafar, e que êles se não dessem por achados disso; e que só quando Sua Magestade mandasse alguma cousa, que poderiam justificar o que lhe parecesse era o contrário, a que não admitiam razão, senão que se haviam de dar por achados delas. Em fim, feitas as perguntas, e juntamente Juiz do Povo, diziam, que haviam tirar o temporal aos Padres, a que os tinha persuadido, que isso há de ser El Rei, pois êle mesmo o tinha feito, com tantas razões que os tinha persuadidos, e a gente tôda a isso; e havia já alguns dias se não falava em nada, quando veio o diabo dizer, que os Índios da Aldêia de S. José estavam levantados, e que tinham posto uma polé, e que o Padre Antonio Ribeiro era causa de tudo isto, com outras palavras com que se escandalizara a Camara; para cujo efeito mandaram tirar devassa ao Ouvidor Geral os mesmos Oficiaes. Com estas novas se tornou a amotinar êste povo de maneira, que de Domingo até terça feira, foi nesta Cidade um dia do Juizo. E vendo eu isto ao Domingo, para os socegar á razão, lhe soltei a redea, como Vossa Paternidade verá por essa proposta; para cujo efeito mandaram segunda feira, quando a Companhia entrava de guarda, fazer junta em minha casa, e mandei, que arrumassem uma, e outra Companhia, com o pé de dizer, que se os Índios fossem rebeldes, se castigariam: quando á terça mui cêdo pela manhã me

vem dar recado, que queriam botar fóra os Padres do Convento. Mandei tocar arma, e se achou meu filho com Faustino Mendes, Francisco Cardoso, que tinha arrumado sem um só Soldado, á Companhia, que estava na torre com quatro, e êstes, que se desmaginassem, que as não haviam de tomar contra os moradores, pois os sustentavam, e que os Padres lhes tiravam o seu remedio. Saí como desesperado com quatro criados, e tomei por rodela a capinha de S. José, e com ela me cingi: tanto que saí, veio tôda aquela gente, que estava á porta de Vossas Paternidades, vendo-os, que se retiravam para me virem acompanhar, fui para Camara, donde da porta, e janela me fiz um Pregador. Signifiquei-lhes para que era chamada a Junta com tantas outras razões, que podia persuadir as pedras, as quais só S. José entendo me ditava, soltando-lhe em tudo a rêdea, como era necessário em tal ocasião, de que vai a proposta, que havia de ser na Junta por palavra, a qual se foi escrevendo na Camara, e isto seria uma hora depois do meio dia: e tendo todos os que estavamos dentro votado, que era belissima, cheguei á janela da Camara, e me tornei a fazer Pregador, como de antes o tinha feito ás escadas dela; de maneira, que tudo era darem-me os vivos, para ver se com tais palavras, quais lhe disse, por serem necessárias ao tempo e por mim mais que a capinha de S. José, &c. lhe significquei ultima vêz, para cujo efeito chamava a Junta, de que se tinha feito uma proposta para a verem particularmente um por um, a qual era só o seu bem, e conservação; o que não admitiram, senão que havia de ser lida ao povo em vóz alta, e não havia de haver outra cousa, com tais gritos, que se não entendia nada. Ao que respondí: Que assim seria, por ver se nos admitia razão, e que á tarde podiam ir para a ouvirem. Recolhi-me para dentro, e vim descendo pelas escadas abaixo para casa, e todo o povo atráz, e diante de mim, sem gritarem, parecendo-me, que á tarde se faria o que lhe tinha dito. Estando-me curando (porque até então o não tinha feito, por ter ído por tôda a Praça, e descomposto) me vieram dizer: Senhor, já lá vão os Padres caminho de Santo Antonio. Julgue Vossa Paternidade qual eu podia ficar? Sem juizo, não era nada; mas sem forças, era só o que me atormentava. O tumulto do povo deviam de ser mais de seiscentas almas: eu me achava com cinco, ou seis. Daquí por diante tanto que me disseram levavam os Padres, não me atrevo a falar uma palavra, e só os Hereges as poderão relatar; mas, mas, mas, &. Escrevo ao Capitão mór, e Camara, e o mesmo faço ao de Gurupí, cuja cópia vai com esta, e tôdas vem a ser quasi do mesmo teor, que certo será grão cousa tomarem os conselhos, que lhe dou, e para isso o faço tão largamente, que assim convem nestas ocasiões; e se houver socêgo ,será grande cousa para o meu intento, o qual

não declaro por ser isto Carta ; o que me parece por agora convem se faça, como lá dizem, onde força não há, direito se perde ; mas quererá S. José dar-me algumas, e que haja divisão, como entendo começa já. Por agora me parece convem, que por nenhum caso Vossa Paternidade cá apareça, antes estou, que se meta no Gurupí, e daí se faça forte ; pois temos êsses Índios, e Capitão mór por nós, que a mais gente não deve de ser muita ; porque nessa paragem se fazem os avisos com mais pressa, assim para cá, como para o Pará, e se despache uma canôa com tôda a pressa, e cautela ao Cucupá com essa ordem a Paulo Martins, e para isso escrevo duas regras ao Padre Bento Alvares despachei outra a Vossa Paternidade, antes que esta chegue ao Pará com os Índios de mais segredo, onde quer que acharem a Vossa Paternidade, e tudo o mais disporá Vossa Paternidade como quem tem tanto juizo ; mas só o vir Vossa Paternidade cá, por nenhum caso convem ; porque está esta gente contra Vossa Paternidade de maneira, como o Padre Ricardo deve de escrever ; mas esta Carta foi necessário minhas traças para a mandar, pelas vigias que tem ; e em resolução me não fio de outrem mais, que do Ouvidor Geral, e ainda dêste com cautela. Os Oficiaes da Camara, e Povo, tinham nomeado o genro de Antonio Arnau ; e vindo-me dar parte, lhe significuei, que não era aquí nada, que podia fazer o que o Povo, e Oficiaes lhe mandavam ; estando para ir, não foi : fizeram um cunhado de Manuel de Carvalho ; e vindo-me dizer o próprio, lhe respondi o mesmo ; tambem não foi : e tentaram mandar outro Francisco de Sargez, por ter licença minha havia muito tempo, lhe respondi, que tomara ver a licença, o qual ma foi buscar : tanto, que a ví, metia-a na algibeira, e lhe disse : Que visto o Povo, e Oficiaes da Camara o mandavam, podia fazer o que êles lhe ordenassem, pois eu não era aquí nada : como viram isto, e que eu lhe tomara a licença, não foi também ; assim que só o Almoxarife, que estava para ir buscar uns papeis, que lhe esqueceram para as suas contas, é o que vai, ao qual tenho dito o que era razão ; Que visse, que era Ministro de Sua Magestade, que visse o que fazia, e que na minha mão estavam as suas contas, pois havia algumas dúvidas, e outras muitas razões ; com tudo me não fio de ninguém ; e por isso, suposto, que entendo não se abrirão as minhas Cartas, é grande cousa, que não ache uma pessôa nêste Estado de quem me possa fiar, seja Deus louvado, que assim foi servido : quanto melhor era para mim, Padre Antonio Vieira, estar ás pilouradas com o inimigo, ou em alguma outra parte, que ver-me nêste desamparo ! Deus me guie, e encaminhe tudo, como sabe está melhor ao seu serviço. Nesta Carta falo como quem está sem juizo, assim que não sei o que lhe diga ; mas S. José há de mo querer restituir outra vêz, de que estou muito

confiado. Tôda a canôa, que passar sem ordem minha, mando ao Capitão mór do Pará, e Gurupí, a tomem, e os prendam; suposto, que há muito lhe tenho feito êste aviso, ao do Gurupí entendo que não, o que faço agora. Dizem se tem ajuramentado todos, e que se tem feito terno, que se se prender alguém, se entenderem que é por esta causa, de se amotinarem, e investirem, e o tirarem, e pôr fogo a quem não o fizer: sem embargo disto tenho mandado ao Ouvidor tire devassa; mas se dado caso venha algum Sindicante de Lisbôa, o mandaram outra vêz, e só a aguada lhe darão; e que vindo Governador, o não deixarão entrar três dias, e nêles se ajuntarão todos, e lhe pedirão as ordens, que traz; e que se não forem bôas, se irá outra vêz: em resolução está esta gente tão rebelada, que não póde ser mais, e o coitado do patife ouvindo tudo isto, tudo isto, mordendo-se, sem poder morder; mas, &. As Cartas, que Vossa Paternidade me escrever, sejam com cautela, e no sobrescrito, que importam ao serviço de Sua Magestade. Fizeram por Procurador, para ir á Côrte, o Senhor S. Paio, estando agora atualmente prezo; perdôe Deus a Vossa Paternidade, &. Também me fizeram essa segunda petição, sôbre a caravéla do Machado; estou arrebentando, não posso falar com Vossa Paternidade, por ser isto Carta. O Vigario da Matriz, diz que disse: Meus Freguezes, não estais excomungados, vinde rezar todos os dias o Terço; e só por esta palavra ficava êle uma, e muitas vezes excomungado. A Deus meu Padre, que estou mudo.

S. Luiz, 23 de Maio de 1661.

Amigo, e cativo,

D. PEDRO DE MÉLO

Navegava o Padre Antonio Vieira da Capitania do Pará para a do Maranhão, a visitar aquelas Cristandades, como Superior delas, quando na baía chamada do Cumá, pouco mais de um dia de viagem da Cidade de S. Luiz, recebeu a Carta do Governador; e como nela lhe encarregava tanto, que se retirasse do grande perigo a que se expunha a sua pessôa no desatino daquela comoção, se sujeitou, como Varão tão sábio, às ordens do tempo, voltando logo para a Povoação do Gurupí, onde socegou bem o seu justo receio; porque o Capitão mór João de Herrera da Fonsêca, assistido da Câmara daquela Vila, dispoz de sorte os animos dos seus moradores, que não só conservaram a mesma obediência,

em que até alí viviam, mas constantemente desprezaram tôdas as propostas dos amotinados do Maranhão, estranhando-lhes muito o seu escandaloso procedimento.

Era a Povoação do Gurupí a principal escala da viagem do Maranhão para o Pará, como hoje é a do Caité, que com pouca diferença fica no meio dela, como já deixo referido; e bem escoltado o grande Padre Antonio Vieira de três canôas armadas em guerra, continuou o seu caminho até a Cidade de Belém, aonde chegando em 21 de Junho, sem dar lugar a que as tristes notícias da sedição do povo do S. Luiz alterassem aquêle, mandou apresentar no Senado da Câmara pelo Padre Francisco Veloso, Reitor do seu Colégio de Santo Alexandre, o papel, que se segue, que nos tão ponderosos, como elegantes termos das suas expressões, claramente nos mostra, que é uma fiel cópia do seu original.

O Padre Antonio Vieira, da Companhia de Jesus, Superior, e Visitador Geral dos Religiosos da mesma Companhia nêste Estado, com todos os poderes do Reverendissimo Padre Geral; representa aos Senhores Vereadores, Juizes, e mais Oficiais da Camara desta Cidade de Belém, Capitania do Pará que indo da dita Cidade para o Maranhão, na passagem da baía do Cumá, entrou uma canôa, em que vinha o Almoxarife Domingos Fialho, o qual lhe entregou um maço de Cartas do Governador do Estado D. Pedro de Mélo, em que o avisava, que na dita Cidade do Maranhão se tinha amotinado o povo contra os Reliigosos da Companhia de Jesus, que tem a seu cargo aquelas Cristandades, e os tinham expulsado do seu Colégio, obrigando violentamente ao Superior dêle o Padre Ricardo Carece, a que desistisse em Camara da administração dos Índios das Aldêias do Estado, que Sua Magestade lhe tem encarregado por suas Leis, e Regimentos, não sendo bastante a reprimir os motins do povo, a presença do dito Governador; nos quais motins ficam continuando atualmente, ajuramentados contra a obediência das Leis, e Ministros de Sua Magestade, presentes, e futuros, em uma conhecida, e formada rebelião, como tudo consta da Carta inclusa, da letra, e sinal do dito Governador; o qual outrossim, para que nestas Capitanias se atalhasse tão pernicioso exemplo, lhe mandou na mesma canôa a cópia da Carta, que escreve aos Capitãis móres, e Camaras das

ditas Capitanias, que é a que juntamente se oferece, da letra do Secretário do dito Governador, justificada pela sua, e por seu sinal, encomendando-lhe, como da mesma Carta consta, que fizesse acudir antecipadamente ao Pará, e Gurupá, para que estando prevenidas as pessôas do govêrno das ditas Praças, melhor ordenassem tudo o necessário á quietação delas, e que êle Padre Antonio Vieira se fizesse forte no Gurupí, e dispozesse tudo o mais, como julgasse conveniente. E por quanto o Capitão mór do Gurupí João Herrera da Fonsêca, e a Camara daquela Vila, recebendo o dito aviso do Governador, e Carta da Camara do Maranhão, em que lhe pedia certa ajuda de custo, não só estranharam o procedimento, e excessos do povo, como verdadeiros Cristãos, e Vassalos de Sua Magestade, mas ofereceram todos suas pessôas, fazendas, e vidas em defensa da Igreja, e Leis do dito Senhor, ficando a dita Vila, e Capitania do Gurupí em tôda a quietação, e segurança; e tendo o dito Capitão mór mandado tomar o passo a qualquer aviso, que viesse do Maranhão com algumas canôas de Soldados, conforme as ordens do Governador, êle Padre Antonio Vieira se partio logo em companhia das ditas canôas, que lhe deram escolta até entrar nesta Capitania, para nela fazer constar a Vossas Mercês o referido, e lhes requerer (como em nome seu, e de todos os Religiosos destas Missões requere) não só a observância das Leis de Sua Magestade, paz, quietação, e crédito da República; porque esta é abrigação, e oficio de Vossas Mercês, como tão fieis Vassalos, e Ministros de sua Magestade, e tão zelosos dos respeitos, que se devem ás suas Reaes ordens; mas que Vossas Mercês considerem nas ditas Leis, e ordens, que o principal fim, e intento delas, como Sua Magestade declara nas mesmas Leis, é a pregação, a propagação, e conservação da Fé entre os Gentios, e a obrigação, e descargo da própria consciência Real, por ser êste o título com que sua Magestade possue esta, e as demais Conquistas; e ao dito fim manda, e sustenta nelas os Missionários, encarregando o favor, e amparo das Missões a seus Governadores, e mais Ministros com o encarecimento, que se vê em seus Regimentos, sendo êste ponto o mais recomendado, e repetido nêles, e de que com maior severidade promete Sua Magestade tomar conta. E no caso em que esta República (o que de nenhuma maneira se presume) mostrasse favorecer de algum modo os movimentos do Maranhão, ou não fizesse tôdas as demonstrações contrárias a elas, necessárias ao reparo dos danos, e abalo, que pode causar entre os Índios, a fama, e publicação daquêles excessos, ficará o dito fim, e os intentos de Sua Magestade totalmente frustados, e todos os outros bens, e utilidades, que dêle se seguem, assim á Igreja, como ao Estado, desbaratados, e perdidos; porque no distrito

destas Capitanias, e por seus rios, e terras dentro, está todo o pezo das nações de Gentios, assim livres, como avassalados, ou inclinados ao serem; as quais tôdas ao presente, pela comunicação dos Missionários, e pela fama das novas Leis de Sua Magestade, se acham na maior disposição, que nunca tiveram, para a quieta, e perpetua sujeição, que dêles se deseja, crescendo cada dia novas almas á Igreja, e novos vassalos á Coroa; e é certo, que com qualquer aceno de mudança, ou alteração do estado presente das cousas, fica tudo não só perdido, mas ainda desesperado, e impossibilitado para o diante, considerada a multidão, a qualidade, e a disposição natural das ditas nações, e a fórma, e condições, com que se reduziram, e vão reduzindo, de que se fará aqui breve relação a Vossas Mercês, para que visto o estado, em que cada uma das ditas nações se acha, se julgue, e pondere melhor, o que delas se pode esperar, ou temer, assim em ruína da Fé, como em dano do Estado. Presentes são a Vossas Mercês os grandes danos, que nestas Capitanias fizeram, de vinte anos a esta parte, as nações dos Nheingaíbas, tão visinhas, e tão inimigas, e quanto mais perigosa seria ainda para todo o Estado a união destas nações com os Holandezes, como Vossas Mercês mandaram representar tão eficazmente ao Governador D. Pedro de Mélo, de que resultou tratar-se da paz não esperada, que Deus quiz se concluisse, e assentasse na fórma, em que hoje está. Tem-se já saído para cima dos rios nove Aldêias, em cumprimento do que prometeram: residem com êles o Padre Manuel Núnes, e o Padre João Maria, pessôas de tantos talentos, experiência, e prudência, por ser necessária muita para saber grangear aquela gente, e tirar-lhe tôdas as desconfianças do tempo passado, as quais não há dúvida, que renovarão, e acrescentarão muito com qualquer mudança, que haja na observância das Leis, e condições, que lhe foram juradas, e prometidas em nome de Sua Magestade, e de que se mandaram os papeis autenticos ao dito Senhor; e no caso (o que Deus não permita) que esta gente se torne a meter nos matos, e fazer-nos a guerra, bem se vê quanto mais se deve temer agora os danos, que de antes se temia, e quão perdidas ficariam as esperanças de se reconciliarem jámais por nenhuma via. Os Índios da serra de Ypiapaba, também é notório quanto importa a sua amisade, e sujeição para conservação da Fortaleza do Ceará, principalmente em tempo, que os Holandezes (com que tiveram tão cumprido trato) tem guerras apregoadas com Portugal; por ocasião das quais guerras, fazendo Conselho no Maranhão o Governador D. Pedro de Mélo, lhe foi respondido por todos os Cabos de maior experiência, que só tendo por si os Holandezes aos Índios do Ceará, poderia a Campanha daquela Cidade ser conquistada em que consiste tôda a sua defensa. Assistem com os ditos

Índios o Padre Pedro de Pedrosa, e o Padre Gonçalo de Veras: juraram todos em mãos do Padre Antonio Vieira vassalagem a Sua Magestade, debaixo das ditas Leis, que lhes foram mostradas, e lidas; a passagem de Pernambuco por êste meio desimpedida, o mar seguro, e o comércio corrente, e tudo isto se perderá, faltando-se aos ditos Índios com o prometido. Lembrando á Vossas Mercês, que há alguns entre êles, que sabem lêr as ditas Leis, e entende-las como nós. Os Tupinambás, nação de quem os Conquistadores dêste Estado fizeram sempre tanto caso, foram trazidos do Sertão pelo Padre Francisco Veloso, e depois pelo Padre Manuel Nunes, e são os melhores Companheiros, que tem esta Conquista, para dominar com êles as outras nações pela fama de valerosos, que tem entre êles. Ao presente tratamos, não só de descer aos que ainda ficaram no rio dos Tocantins, mas descobrir o rio Iguassú, em que está tôda esta nação, que é muito poderosa, e será de grande utilidade para todo o Estado; e se os Descobridores, que estão para partir, levarem novas de se terem quebrado as Leis, com que foram descidos os primeiros, julguem Vossas Mercês os efeitos, que esta mudança obrará nos animos dos que estão no mato, e ainda dos que vivem entre nós de menos discurso, e de mais bárbaras resoluções. Os Poquiguarás, descidos há pouco tempo pelo Padre Manuel Nunes, e pelo Padre Thomé Ribeiro, estão juntos, e quietos com o Padre Francisco da Veiga, e o Padre Pedro Monteiro, que os assistem, e vigiam. Vossas Mercês conhecem quão impaciente é esta nação de viverem fóra das suas terras, quão facil tem o caminho para elas, e quão magoados estão dos parentes, que lhe foram cativados na guerra passada. Vieram todos debaixo das mesmas condições e promessa de se lhes guardarem as Leis de Sua Magestade: se as virem quebradas, quem os a de ter mão? E que conta dará a Deus de tantas almas batizadas, quem fôr causa dêstes danos, ou quem os não impedir? O que se tem dito dos Poquiguarás, se entende também dos Catingas, e com muita maior razão; porque estão acima dos Tocantins, não só perto das suas terras, mas quasi dentro nelas. Os Bócas, novamente descidos pelo Padre Salvador do Vale, com estarem uma só jornada distante desta Cidade, em dois dias se pódem passar á sua terra, como já o fizeram alguns só com o rumor, que se espalhou em certa canôa, de que os Padres do Maranhão haviam ser lançados das Aldêias dos Índios; e depois de se publicar a verdade do caso, se nesta Republica se não fizerem demonstrações muito contrarias a êle quem terá mão no resto dos Bócas, e nos Nheingaíbas, que vivem entre nós? Deixo a consideração dos escravos, que é reparo, que como mais domestico, não deve dar menos cuidado a tôda a Republica, que a cada um dos membros dela. No rio Parnaíba está o Padre

Thomé Ribeiro, e o Padre Gaspar Mesch continuando ambos a conversão dos Jurunas, que começou o Padre Manuel de Souza, e a dos Pauxis, que começou o Padre Salvador do Vale; e dando principio á dos Mondunas, que são vinte Aldêias da lingua geral, que tem prometido descerem-se êste ano, e para que se está dispondo Missão tanto em utilidade desta Republica, como a Vossas Mercês é notório; e o Padre João Filipe Estanderf reside novamente entre os Tapajós, para os instruir, e batizar, e para visitar tôdas as Aldêias visinhas, e ir adiantando a Fé, quanto lhe for possivel, por aquêle grande rio das Amazonas. O modo de pregar dêstes Missionários é com o Evangelho em uma mão, e com as Leis de Sua Magestade na outra; porque tem mostrado a experiência, que só na confiança do bom tratamento, que nas ditas Leis se lhe promete, e na fé, e crédito, que darão aos Religiosos da Companhia, se atrevem as ditas nações a saír dos matos, onde geralmente os tem retirado a lembrança, e temor das opressões passadas; crendo até agora, que o patrocinio das ditas Leis, e dos ditos Padres, os defenderia das ditas opressões: mas quando agora virem, que nem as Leis, nem os Padres se defendem a sí, como crerão, que os pódem defender a êles? Finalmente os Aruaquiz, que é uma das mais nomeadas nações, de que há noticias nestas Conquistas, já admitiram Igreja, que deixou edificada entre êles o Padre Manuel de Souza antes de morrer; e o maior Principal daquela nação mandou cá um seu irmão, que atualmente reside na Aldêia de Mortigura, só com o intento de aprender a lingua, e de notar se é verdadeiro o trato, que lá publicaram os Padres davam os Portuguêses aos Índios depois das novas Leis de Sua Magestade; e entre os Nheingaíbas está um filho do maior Principal dos Tocujuz, nação igualmente dilatada, o qual em nome de seu pae jurou vassalagem a Sua Magestade com os mesmos Nheingaíbas, e debaixo das mesmas condições, e é hoje o medianeiro, assim da dita vassalagem, como de tôdas as outras práticas necessárias a se introduzir a Fé na dita nação. E se êstes espias da gentilidade, que trazemos entre nós depois de ouvirem o caso atrocissimo do Maranhão, tão alheio da reverência, e respeito, que os Gentios tem concebido se deve aos Sacerdotes, e ás Leis do Rei, não virem na Republica do Pará umas demonstrações igualmente extraordinárias, pela parte da dita reverência, obediência, que novas levarão ás suas terras? Que crédito se dará jámais aos Pregadores da Fé? Que caso farão das palavras do Rei, nem do juramento dos seus Ministros? E finalmente fechada por esta via a porta do Evangelho, quem jámais a poderá abrir? De tudo o referido, que é patente, e notório, assim como se vê o grande fruto da Fé. que nestas gentilidades se vae colhendo, e o grande aumento a que póde crescer, e dilatar-se breve-

mente a Cristandade, continuando, e confirmando-se entre os Índios a opinião, e crédito, em que estão, de se lhes haver de guardar o prometido nas Leis de Sua Magestade; assim se conhece claramente também a total, e irremediável ruina, que se seguirá, não só á cristandade, e fé das ditas nações, ainda mas confirmadas nela, mas ao mesmo Estado, e a todos seus interêsses, se com a noticia dêste caso se acabarem de desconfiar, e desenganar os Índios, de que por nenhuma via se lhes guarda, nem há de guardar, o que por tantas vezes, e tantos modos se lhes tem jurado, e prometido; sendo certo, que os Índios gentios, que estão nos Sertões não hão de querer saír dêles; e que muitos dos já batizados, que tem saído, se hão de voltar para as suas terras; e que os que vivem nas mais visinhas a esta Cidade, e suas Campinas, hão de justificar a guerra, e continuar com mais irritada vingança as hostilidades, e danos, que antes sem esta nova ocasião faziam, que são consequências de grandissimo pezo, e em que muito se deve reparar, além de se impedir de presente, e para o futuro a salvação de tantos milhares de almas (que na balança do juizo cristão deve pezar mais que tudo), e a paz, o comércio, e o socêgo domestico; porque não haverá morador, que esteja seguro em sua casa, ou fazenda, e ainda se estorvará o resgate das peças tão desejado, e importante ao maneio de todo o Estado, e se seguirão outros infinitos danos temporaes, e espirituaes, que são manifestos; pelo que da parte de Deus, e do Sangue de Jesus Cristo derramado por estas almas, e da parte de Sua Magestade, cuja consciência está obrigada á conservação delas, e pela qual encomendou a dita conservação aos Religiosos da Companhia, e da parte dos ditos Índios, Gentios, e Cristãos, como Procurador, e Curador, que é de todos, e da parte da mesma República e de todos e Estados, requere êle dito Padre Antonio Vieira, a mais Religiosos, a Vossas Mercês, que com os olhos postos sómente em Deus, e em seu serviço, e na conta estreitissima, que Vossas Mercês lhe dão de dar muito cêdo, e com os corações muito limpos de qualquer defeito, ou respeito particular, considerem tôdas, e cada uma das cousas, que nêste papel se lhes representam, e acudam logo ao remedio de tantos, e tão irreparáveis danos, com o zêlo, prontidão, e eficácia, que pede a qualidade dêles, lembrando a Vossas Mercês, que êste caso está ainda em segredo, e se não tem divulgado, nem chegado á noticia de pessôa alguma, com que será facil dispôr todas as cousas, e preveni-las como fôr mais conveniente, removendo todos, e quaesquer impedimentos, que de algum modo possam obstar á paz, e quietação da República, e á inteira observância, e respeito das Leis de Sua Magestade, pois a terra, e o povo é pequeno e são muito conhecidas as pessôas, os animos, e os interêsses de cada uma, havendo muitas por outra

parte de grande zêlo, valôr, e prudência, de que Vossas Mercês se podem ajudar para qualquer execução necessária a êsse efeito. E porque lhe certo, que os moradores do Maranhão tem procurado, procurarão, e hão de procurar fazer cumplices do mesmo delito aos do Pará, mandando a êsse efeito canôas, e pessôas, que ocultamente os corrompam, e persuadam; importa (e assim o requerem a Vossas Mercês), que em quanto durar a ocasião dêste perigo, mandem Vossas Mercês impedir com tôda a vigilância a comunicação, e passagem das Capitanias do Maranhão para estas, assim como se faz com os lugares apestados, para que por meio da dita comunicação se não possa pegar o contagio. Protestando a Vossas Mercês, que qualquer falta, descuido, ou dissimulação, que nêste caso houvesse, se atribuiria justamente aos maiores; cujo consentimento foi sempre nêste Estado a causa de tôdas as inquietações, que nêle tem havido, como Vossas Mercês tem visto, e a Sua Magestade é muito presente. Espera o dito Padre Antonio Vieira, e mais Religiosos, do zêlo, e cristandade de Vossas Mercês, e da grande autoridade, que tem com o povo destas Capitanias, e da obediência e observância, com que o mesmo povo se sinalou sempre em respeitar, e venerar as ordens de Sua Magestade, que nesta ocasião se conheça, e em tôda esta República, sua grande cristandade, e lealdade de modo, que o escandalo do Maranhão se restaure na opinião dos Índios, e do Mundo pelo exemplo do Pará, e tenha Sua Magestade muito, que agradecer, e premiar nêstes vassalos, e Deus Nosso Senhor maiores ocasiões de lhes fazer mercês. Aliás da parte de Deus, e de Sua Magestade, protestam por todos os danos, e ruinas irreparáveis, temporaes, e espirituaes, que do contrário se seguirem. Ultimamente pedem, e requerem a Vossas Mercês façam constar de todo êste caso, requerimento, e protesto ao Senhor Capitão mór Marçal Nunes da Costa, por ser negocio público, e de tão grande importância; e de tudo o conteudo nêste papel, e nos mais que oferecem, lhes mandarão Vossas Mercês passar certidão, e traslados autenticos, para que conste de assim o haverem requerido, e protestado.

Cidade de Belém, 21 de Junho de 1661.

ANTONIO VIEIRA

Atenderam muito os Oficiais do Senado da Câmara à representação do Padre Antonio Vieira; porém mais belosos do socêgo público nas melancolicas consequências daquela comoção, do que sentidos dela: e depois de darem dentro do termo de dois dias tôdas as providências, que lhes pareceram necessárias para a preservação das desordens do povo, responderam tão

cheios de intereza, como se vê da sua mesma Carta

"Vimos, e lemos o requerimento de Vossa Paternidade feito em seu nome, e de todos os Padres súditos de Vossa Paternidade, com a consideração, que caso de tanta importância pede, principalmente nas causas alegadas, com o zêlo que Vossa Paternidade mostra no serviço de Deus, e bem das almas desta gentilidade, cousa que nós desejamos muito se consiga por muitas razões, e particularmente por duas: a primeira pelo grande fruto, que se póde conseguir no serviço de Deus, para o bem das almas da gentilidade dêstes Sertões: segunda para guardarmos, e observarmos as Leis de Sua Magestade, passadas em favôr das mesmas Cristandades, com as quais nos abraçamos nêste Tribunal, fazendo avisos por Carta nossa a Sua Magestade, que Deus guarde, que foi no navio de Agostinho Duarte, na qual fizemos presente a Sua Magestade o como estavamos satisfeitos da doutrina de Vossas Paternidades, e do cuidado com que procedem no espiritual das almas; e no mesmo navio fizemos queixa a Sua Magestade do procedimento, com que Vossa Paternidade, e todos seus súditos procedem no govêrno temporal dos Índios, com a jurisdição tão violenta, que tem posto esta Capitania no mais miserável estado, que póde considerar, tudo procedido, de que os moradores, e povoadores dela não são senhores de resgatar um só escravo, pelas causas que dêste Senado temos feito queixa a Sua Magestade, e nelas lhe pedimos mande por um ministro desinteressado na Côrte perguntar testemunhas, que nos faça justiça, e nos dê Juiz entre nós, e Vossa Paternidade; e sem embargo de tudo, vendo, e considerando com o maior zêlo possível do serviço de Deus, e de Sua Magestade, e tendo respeito ao que o Governador D. Pedro de Mélo avisa a Vossa Paternidade, que para nós não era necessário, pois sempre nossa tenção foi, e é, com os corações, vida, e fazenda, tratar do serviço de Deus, e de Sua Magestade, na

observância das suas Leis; para o qual efeito estamos prestes para aquietar, pelo melhor modo possível, o povo desta Capitania; e para o conseguirmos, temos pedido, e requerido ao Capitão mór Marçal Nunes da Costa nos ajude, e dê favôr da sua parte, para que tudo se faça sem alteração, e fique bem servido Deus Nosso Senhor, e Sua Magestade, e seus Vassalos quietos, e socegados".

Em Camara, Belém, 23 de Junho de 1661.

E eu MANUEL RIBEIRO PORTO, Escrivão da Comarca o escreví. — BERNARDINO DE CARVALHO. — MANUEL ALVARES DA CUNHA. — GASPAR DA ROCHA PORTO CARREIRO. — BRAZ DA SILVA. — MANUEL BRAZ.

E' sem dúvida, que os moradores de Belém do Pará, menos orgulhosos, que os de S. Luiz do Maranhão, não desejavam, que o geral sentimento dos póvos do Estado, no presente sistema, passasse ao desatino da sua comoção; mas como até alí se não desagradavam daquela desordem ainda os mais prudentes, olhando para ela, como torcedor para as suas fortunas, na servidão dos Índios: mas antes lembrando-se do poder grande, que lha embaraçava no constante zêlo do Padre Antonio Vieira, que capitulava a sua paixão só como interêsse particular na mesma serventia, parece se alegravam da consternação em que estavam vendo êste Religioso, quando também sentiam como fiéis Católicos a sacrílega mão, com que na Cidade de S. Luiz se havia procedido contra os seus Companheiros : porém os Ministros do Senado da Câmara, na contradição dêstes mesmos afetos, atendendo só à utilidade pública, e serviço do Príncipe, distribuiam tôdas as providências, que julgaram precisas para a conservação da Capitanía no socêgo dos povos.

Com razão entendia aquêle Tribunal, que nas dili-

gências do zeloso cuidado, com que procedia, desempenhava bem as obrigações do seu ministério; e querendo também, que esta mesma notícia lhe grangeasse mais crescida vanglória na satisfação do seu Governador D. Pedro de Mélo, lha participou dentro de poucos dias, não só segurando-lhe, que continuaria nas mesmas atenções já com os alvoroços do venturoso fruto, que lhe prometia a fidelidade daquêles moradores; mas estranhando muito aos da Cidade de S. Luiz os bárbaros excessos da sua loucura, quando esperavam todos da clemência da Rainha Regente, cabalmente informada por seus Procuradores, o pronto remedio, de que necissitavam as aflições do Estado.

Não tinha ainda recebido esta Carta o Governador, quando escreveu uma ao mesmo Senado com as notícias das alterações do Maranhão, que até aquêle tempo lhe não havia comunicado mais que pelos avisos do Padre Antonio Vieira; e afeândo-lhe com expressões mui vivas o fatal desacôrdo daquela comoção, encarregava a todos os Ministros o desempenho das obrigações, em que especialmente os constitúa o lugar, que ocupavam, que segurado bem no socêgo do povo, seria confusão para o da Cidade de S. Luiz com grande glória sua.

Passava ainda muito mais adiante D. Pedro de Mélo nas ponderações dêste mesmo discurso com outros documentos tão cheios de honra, como de política; porque mostrava nêles, que nos movimentos do Maranhão procederia a Côrte, ou a benignidade, atendendo só às aflições do povo, ou com aspereza, como justíssima demonstração do seu desatino, que nas utilidades da primeira se achava o Pará igualmente compreendido, e no sentimento da segunda só o Maranhão; ficando também êste, em ambos os casos, só com a injuria de uma tal desordem, que na repetição de tôdas as memórias, assim presentes, como futuras, seria o seu

escandalo o maior elogio para os moradores da Cidade de Belém.

Porém êste Fidalgo não satisfeito ainda de umas demonstrações tão cheias de zêlo, passado pouco tempo, tornou a repetí-las; e para empenhar mais os mesmos moradores, para socêgo público, nas certas esperanças dos seus particulares interêsses da demissão, que já tinham feito os Missionários da Companhia de Jesus do poder temporal, que exercitavam no govêrno dos Índios, também lhes prometia a confirmação com tôda a segurança, pelas antecipadas informações, que havia dado à Côrte sôbre a mesma matéria, com outras circunstâncias muito favoráveis para a Capitania, e para todo o Estado, que lhes dizia saberiam bem do seu Comissário, o Vereador Manuel Cordeiro Jardim, que se recolhia àquela Cidade, inteiramente deferido nas suas pretenções, e por conta das mesmas notícias mais escandalizado da obstinação bárbara dos sediciosos.

Em 7 de Julho chegou a Cidade de Belém o tal Vereador, e no mesmo dia entregou no Senado a Carta de D. Pedro de Mélo; mas os seus Companheiros, que nos despachos da sua comissão não viram o da súplica para a entrada dos Sertões do grande rio das Amazonas ao resgate de escravos, para o serviço da Capitania, o arguiram logo, de que sendo o capítulo mais essencial das suas instruções, menos zelôso da utilidade pública, o desatendera; pois ainda que mostrava bem o Governador, que não tinha nesta concessão a mais leve dúvida, a deixava em tudo dependente do livre arbítrio do Padre Antonio Vieira, só certificando-lhes, que como se achava daquelas partes o tal Religioso, gostosa, e prontamente concorreria para o seu empenho; porque sabia êle, que o reconhecia muito justificado.

Sentio bem a força dêste argumento Manuel Cordeiro; e valendo-se só para rebatê-lo da natural

fraqueza da sua memória, quiz persuadir os mesmos Companheiros, a que entendia êle, que equivocadamente lhe tinha ficado aquêle despacho na mão do General com os mais papeis, que lhe pertenciam; mas que dando-lhe tempo, iria buscá-los à sua custa, para que melhor se justificasse a verdade do seu procedimento, já que parecia se duvidava dêle com grande injúria sua, quando os serviços, que lhe devia aquela República na negociação, de que o havia encarregado, só mereciam honras, como bem se mostrava das que lhe fazia o seu Governador na mesma Carta, com que o arguiam; e ainda que recebia mal esta satisfação, o mandaram prezo para sua casa, até que aparecessem todos os papeis, que lhe pediam, o absolveram da tal obrigação dentro de poucos dias, restituindo-o ao exercício do seu ministério, para as assistências de maiores cuidados na comoção do povo.

O Governador D. Pedro de Mélo avisou a Côrte, dos movimentos do Maranhão, por uma caravéla, que saíu da baía da Cidade de S. Luiz em 28 de Julho; e o Senado da Camara se não descuidou de desculpar os mesmos desatinos com as encarecidas opressões dos povos na falta de servos, encarregando a diligência das representações, com o título de Procurador, a Jorge de S. Paio de Carvalho, um daquêles Republicos de mais atividade, ou de maior orgulho; mas ao mesmo tempo apuraram também os sediciosos tôdas as suas inteligências, para fazer réus de tão feio delíto os moradores de Belém do Pará, seguindo a diabolica política (não pouco pretendida em semelhantes casos) de que crescendo o numero dos cumplices nêle, como naturalmente, ou faria horror, ou daria cuidado o seu justo castigo, quando em lugar dêste não lograssem o premio das suas esperanças, não lhes poderia faltar o perdão, além de outras vantagens; e ainda que o principal corpo da Nobreza desenganava bem as suas instâncias lhes não

saíram infrutuosas nas desordens do povo, como logo veremos".

Êsse periodo de nossa história é muito bem solucionada por "Ruy Vaz de Siqueira, Comendador da Ordem do Cristo, da da Beira, e Governador Geral do Maranhão, &c. Faço saber a todos os moradores dêste Estado do Maranhão, e em especial aos da Cidade de Belém, Capitania do Pará, que pela Junta que fez em 29 de Maio dêste presente ano, na Santa Casa de Misericordia, com o Senado da Camara, Prelados do Eclesiastico, e Religiões, Nobreza, e o Povo, sôbre o ajustamento das duvidas, que se haviam movido com os Religiosos da Companhia de Jesús, de que resultou a expulsão, que no dito Estado se fez dos sobreditos Religiosos, havendo aceitado a proposta, que lhe fiz sôbre esta matéria todos uniformemente respondendo, que não tinham dúvidas, a que os ditos Religiosos se restituissem aos seus Colegios no espiritual sómente: e pela informação, que tirei por ordem expressa de Sua Magestade sôbre a dita expulsão, me não constar de particular deliquente, e sendo a culpa comum de todos, costumam os Reis usar da sua clemência, e benigdade, sendo o arrependimento o mais equivalente castigo.: e considerando assim esta razão, como o bom animo, com que todos geralmente aceitaram os ditos Religiosos, lhes prometi em nome de Sua Magestade perdão geral (como pela presente o faço em nome do dito Senhor): Hei, por bem, e me praz de perdoar a todos em geral, e a cada um em particular, assim desta Cidade, como do dito Estado, e Capitania do Grão Pará, pondo-se eterno silencio sôbre êste particular, para que em nenhum tempo se possa jamais tratar dêle, obrigando-me a representá-lo assim a sua Magestade, e haver confirmação sua para bem, e quietação dêste Estado, com declaração, que tôda a pessôa de qualquer qualidade, que seja assim morador, como assistente nêste Estado, e da dita Capitania, que sôbre êste particular mover de novo alguma questão, inquietando, ou persuadindo, que se altere o que está ordenado, e resoluto até a vinda dos taes Religiosos, com quem se devem ajustar as propostas, que por parte dos moradores se me fizeram, será castigado como pertubador da República, com a demonstração que semelhante delito merece: e sendo Cidadão, será condenado em mil cruzados para a Infantaria, e cinco anos para os lugares de África, não lhe valendo privilegio algum, que tenha de Milicia; e sendo da segunda condição, levará três tratos de braço Solto, e desterrado tôda a vida do Estado. E para que venha á notícia de todos, e especialmente aos moradores da Capitania do Pará, mando ao Capitão mór dela faça lançar esta minha ordem nos lugares públicos, e fixar aonde fôr costume.

Dado em S. Luiz do Maranhão aos 2 de Junho de 1662.

RUY VAZ DE SIQUEIRA".

As narrações acima expostas, levam a concluir-se que com a substituição de D. Pedro de Mélo e as disposições de Ruy Vaz de Siqueira, "quizeram então os moradores do Pará emendar de todo, com os novos acertos da sua política conformidade, os passados erros de tamanhas desordens; e para conseguí-lo, logo que teve fim aquela grande Junta, foram à casa onde recolheram os Religiosos da Companhia de Jesús, que tinham arribado, e como em triunfo os restituiram ao seu Colégio, empenhadamente persuadindo nestas demonstrações tão cheias de respeito reverencial, que era verdadeira reconciliação de tão antigo ódio o fingimento dela, como bem descobriram os sucessos futuros". (Berredo, obra cit. p. 166, 167 e 168).

O mesmo problema é legitimo na apreciação que faz Caryl P. Harkins, sôbre Samuel Fritz e os Jesuitas que o acompanharam nas explorações da região amazônica. Em 1663, segundo a descrição do padre Figueiroa, havia nada menos de cincoenta mil índios batizados espalhados entre as missões estabelecidas no alto e baixo Maranhão, no Hualaga, no Pastaza, e no Ucaiali. Entre 1640 e 1682, trinta vilas ou mais foram fundadas pelos missionários — o que constitui, incidentalmente, um comentário, sôbre a densidade da população índia do vale naquela época. Outros grandes servos do Catolicismo deviam surgir, cujo ardor e energia produziram frutos ainda impressivos. Juan de Lucero converteu os Panos e os reuniu numa grande aldêia no Hualaga, que foi chamada Santiago de la Laguna, Henry Richter e Samuel Fritz, dois Jesuitas da Boemia, estabeleceram entre êsses índios, mais quarenta aldêias ao longo do Ucaiali, e, as viagens de Fritz, alcançaram setores de quasi todo o sistema amazônico. Fritz desceu o rio até sua foz do Pará e subiu-o novamente. Foi pelo Hualaga acima até Huanuco e daí a Lima, voltando depois para as missões do Maranhão. Publicou, em Quito, um mapa do Amazonas, em 1707,

que foi o primeiro elaborado diretamente através da observação e da experiência. E' digno de nota ter êle considerado a nascente do sistema amazônico como sendo o lago Lauricocha".

Os feitos de Vieira e Fritz acordaram um mundo, que até hoje, figura entre os mais displicentes dirigentes do País, como que sem alma e aparentemente abandonado. As vezes, como já frizei, serve para fazer surgir a melodia do **Inferno Verde** ou do **Celeiro do Mundo.**

O que precisamos registar ainda aqui, é que o século XVII, apesar de ser tido e havido como o da nossa exploração e colonização, é, se quizermos adotar o critério de distinção que deixei apontado acima — o da maior carnificina, contra índios indefesos, em tôda a História do Amazonas.

Realmente, em 1663, como reação contra o assassínio do sargento-mór Antonio Arnau de Vilela, no rio Urubú, perto da missão de Saracá (Silves), que fôra fundada por frei Raimundo, da Ordem das Mercês, o governador parense Ruy Vaz de Siqueira entregou ao capitão Pedro da Costa Favela quatrocentos soldados e quinhentos índios para castigar os Caboquenas, Bararurús e Guanavenes. De acôrdo com as descrições da época, Favela, inflexivelmente, destruiu, auxiliado pelo alferes João Rodrigues Palheta e pelo sargento-mór Antonio da Costa, trezentas e tantas malocas, matou setecentos índios, aprisionando ainda quatrocentos.

Neste caso, acentuam-se as incursões ao Urubú e demais pontos da região amazônica. Algumas, como a de 1668 sob o comando de Favela, despachada pelo Governador Antonio de Albuquerque Coêlho de Carvalho, com a finalidade de apaziguar a missão do Saracá.

Outras, como a do capitão Francisco Mota Falcão, em 1669, para a alta missão de defender a soberania portuguesa contra a invasão dos holandêses. Na confluência do rio Negro, auxiliado por seu filho Manuel

da Mota Siqueira, fundou o forte de São José do Rio Negro, que teve como seu primeiro comandante o capitão Angelico de Barros.

Pouco depois, o sargento Guilherme Valente desejando harmonizar os portuguêses do Logar da Barra futura cidade de Manaus com os índios Barés, Barnibas, Passés, Caboriocenas, Carahiahis, casou-se com a filha do tuchaua dos Manáos.

Assim, é que chegamos a Francisco da Mota Falcão, cabo da tropa de resgates e explorador do Tocantins, designado pelo governador Pedro Cesar de Menezes de defender os selvagens daquele rio das tropelias do bandeirante paulista Pascoal Paes de Araujo, no ano de 1681. (Citações tomadas da H. do Amazonas de Artur C. Ferreira Reis, pgs., 46 a 49).

Mas, para efetivar êste caminho, qualquer que seja a opinião que se faça do século XVII, é preciso seguir o trilho que Bertino de Miranda, encontrou na "Relação da Viagem" de Frei Gonçalo de Carvajal. Êle, Bertino, diz que a Missão do Saracá (Silves) foi o primeiro núcleo europeu estabelecido no território do Amazonas. No rio que lhe fica mui próximo, o Urubú, Pedro Favela, com o fim de vingar o morticínio da expedição de Antonio Arnau Vilela em 1663, faz uma carnificina inacreditável. Pela terceira vez êle se assinalava na bacia do Amazonas pelo terror e pelo pânico. Provavelmente Favela transfere a Missão ao Tarumã, e depois a Airão, mais para dentro. Os portuguêses realizam em seguida um dos mais belos episódios da epopéia fluvial; transpõem as cachoeiras do curso superior, embarafustam pelo Cassiquiari e descobrem a comunicação dêste com o Orenoco.

Paremos aqui. Não é intenção nossa seguir, nem mesmo de modo sumário, a história do Amazonas no século XVII. O que nos interessa é mais a sua secularização, por outras palavras, a difusão de sua decadência entre os nossos contemporâneos, na mentalidade da

gente menos preocupada com os problemas amazônicos.

Não obstante tudo isso, êste Vale Grandioso, que esteve por detrás de nós, nos tempos mais remotos, é, de fáto, muito desejável, pois é a sorte do homem que pode aproveitar-se de tantas riquezas sem par. E sobretudo se soubesse compreender, se soubesse perseverar no esforço de colonização, para o bem estar social e econômico do Brasil. Porque é mui especialmente no problema da imigração que a Amazônia poderia realizar inteiramente os ideais de sua independência ascencional.

Século XVIII

Xavier de Mendonça e a História do Amazonas. O aparecimento da Capitania de São José do Rio Negro. Elevação de Aldêias à Cotegoria de Vilas. Lobo de Almada e a transferência da séde da Capitania para o Logar da Barra. As primeiras expedições cientificas. Humboldt e La Condamine.

VII

Uma visão relanceada sôbre a história do Amazonas e em particular, sôbre o interêsse científico pelo Vale extraordinário, permite-nos considerar que, desde o momento em que a Humanidade procurou indagar o valor da sua existência, ansiou sempre encontrar um caminho de unidade objetiva, apresentado sub specie aeterni. A nossa época, entretanto, diminutamente, não passa além das idéias preconcebidas de **intenção** e **seleção.** E mais ainda, essa intenção e seleção, devido a interpretações arbitrárias dos vestígios das épocas passadas, e devido também a conclusões prematuras, enfim por falta de preparação necessária e de espírito bastante consciente, não passam de soluções provisórias sem unanimidade para a evolução real do Amazonas. Tôdas as hipóteses imitadas continuam a ser ardentemente discutidas em controvérsias pessoais e, sem nenhum método aceite por todos os brasileiros —

como no caso da Hiléia e do Plano de Valorização da Amazônia. Com efeito, o resultado dêste assunto — sabemo-lo muito bem — não é dado pelas discussões políticas, sociais, econômicas; é preciso construí-lo, extraí-lo dos seus verdadeiros significados, com a realidade da oposição ao **estatismo** e o progresso da renovação ao dinamismo.

Claro está, a única universalidade capaz de uma informação mais vasta, mais pormenorizada, sôbre o Amazonas seria a do progresso vital e cientifico, vivo e incessante.

Esta consideração parece-nos tanto mais verdadeira, quando encontramos em Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, **VIAGEM AO BRASIL** (1865 — 1866), pgs. 321 e 322, as seguintes afirmações: "Tudo o que se ouve contar, tudo o que se lê a respeito da grandeza do Amazonas e seus tributários é incapaz de dar uma idéa da imensidão do seu conjunto".

Quem conhece o Amazonas em tôdas as latitudes de seus inúmeros afluentes, pode sentir mais claramente, a segurança destas palavras, na interpretação de Hercules Florence, no seu livro — **VIAGEM FLUVIAL DO TIETÊ AO AMAZONAS,** paginas 340, 341 e 342, quando diz "que o ilustre marquês de Pombal concebera sôbre os destinos do Brasil e particularmente da província do Pará o plano mais extraordinário que jamais preocupara o pensamento de um homem de Estado, plano que, realizado, não encontraria igual na história senão a célebre retirada dos hebreus do Egíto. Como se sabe, a côrte de Espanha nunca pudera vêr com bons olhos aquela nação portuguesa, pequena em dimensão, mas de animo sempre firme em não se sujeitar como tinham feito as suas treze irmãs ibéricas. Quando o gabinete do Escurial não ameaçava diretamente a independência lusitana, suscitava aos estadistas de Lisbôa mil inquetações, ora com dúvidas sôbre limites na América. Talvez tam-

bém já previsse o ministro que o Brasil mais anos menos anos se tornaria independênte. Por tudo isto imaginara o plano de entregar à Espanha o território de Portugal, recebendo tôda a porção espanhola da América Meridional, transportando a nação portuguesa em massa para o Brasil. Formar-se-ia no continente europeu um Império, constituindo-se outro de extraordinária grandeza no Novo Mundo, colocado todo debaixo do cetro da casa de Bragança. Entravam no plano a nobreza e o alto clero. Durante três anos consecutivos deveria o púlpito apregoar em todo o reino, a fim de sem mais tardança espalhar a fé católica nessa vasta região, ainda quase tôda entregue a gentios idólatras, obstinados em suas falsas crenças e correndo o risco de serem conquistados por nações protestantes. Tal era o manifesto desígnio da Providência que escolhera o povo português para realizar tão elevados intentos. Ai dos que não se subordinassem de pronto aos decretos divinos ! Para êsses tornar-se-ia a terra estéril e sêca; fechar-se-iam os mananciais do céu e, renovando-se as pragas do Egíto, ver-se-iam entregues sem resistência possível à fome e à miséria !

Na esperança de fundar o mais vasto Império do mundo e querendo levantar-lhe a capital à margem do maior rio da terra, tinha o ministro escolhido a cidade do Grão-Pará em razão de sua colocação sôbre o Amazonas, cujo curso de milhares de léguas é caminho franco e aberto para os Andes, tornando-se os seus tributários outros tantos braços de comunicação com a América Meridional.

Lí uma memória escrita, na qual vinha uma exposição dêsse gigantesco plano. Quimérico ou não, diz o autor, a êle deve a província do Pará os progressos que fez no govêrno do marquês de Pombal, vendo sua capital enriquecida de grandes edifícios, tais como o palácio do govêrno, o teatro, o arsenal, etc. Nêsse tempo também se construiu a fortaleza de Macapá,

mudando-se, talvez para tornar mais portuguesa a região tôda, os nomes das cidades e povoações de indígenas que eram para outros de caráter perfeitamente lusitano, tais como Santarém, Óbidos, Alter do Chão, Almeirim, etc.

Pode tudo quanto acabo de expôr ser mera fantasia feita sem base nem razão, mas o que é certo é que, ao passo que se trabalhava nas obras do Pará, outras não menos importantes surgiam em Mato Grosso. Na cidade de Vila Bela, destinada a ser a capital da província, os habitantes maravilhados viam simultâneamente erguer-se do chão o palácio, a intendência, a fundição, a cadeia, etc., e a 50 léguas nas margens do Guaporé como por encanto aparecia a fortaleza do Príncipe da Beira. E' que o ministro queria assentar sòlidamente o poder português naquela estrema fronteira. Em Vila Bela os trabalhos começados não foram levados à conclusão. A cidade cai hoje em ruínas, está quase abandonada, cercada por todos os lados de pantanais; mas o forte, que foi terminado, impressiona vivamente o viajante ao se lhe deparar nesses solitários têrmos uma fortaleza sobranceira, construída com tôdas as regras exigidas pela arte militar".

Por aí se vê que o Amazonas sempre esteve caracterizado nos grandes motivos históricos e sociais, marcando numa frase ideal dos povos — a **CANAÃ,** o **EL-DORADO;** ou mais modernamente, o **CELEIRO DO MUNDO** de Humboldt.

Raimundo Morais escreveu no seu Planície Amazônica a história dos primeiros prelustradores que "no Rio Branco edificaram o forte de S. Joaquim olhando a Guiana e a Venezuela; no Rio Negro o forte de Marabitanas olhando a Columbia; no rio Solimões o forte de Tabatinga olhando o Perú; no rio Guaporé o forte do Príncipe da Beira olhando a Bolivia. Macapá, numa ribanceira, vigiando o arquipelago; nos litoraes da foz do Xingú e do Parú, praças de guerra guardando os

surgidouros; Gurupá, eriçada de peças, policiando o fundo do estuário; Santarém, guarnecida por um forte, fechando o Tapajós; Óbidos, a cavaleiro de verde colina, trancando a garganta do Amazonas; Castelo, na bahia do Guajará, defendendo Belém". E' que Portugal desde o início do nosso descobrimento, se colocou numa atitude de resistência desesperada e invencível, expulsando francêses, holandêses e espanhois, de tôda a imensa região da Amazônia, para que a nossa Pátria continuasse vivendo dos direitos territoriais dêsses 3.800.000 quilometros quadrados de terras maravilhosas.

Com esta ligeira introdução, verificamos que, depois dos primeiros grupos populacionais de militares, sertanistas e religiosos da companhia de Jesus, Santo Antonio e da Piedade, nas terras interlandinas da Amazônia, surgiram outras explorações como a de Cristovão da Costa Freire, (1707-1718); Bernardo Pereira de Berredo, (1718-1722) historiador de renome que, em 1720, fez explorar várias localidades dos rios Negro e Branco; Francisco Xaxier de Moraes, (1725-1744); Francisco Ferreira; Cristovão Aires Botelho; José Miguel Aires; Francisco Xavier de Andrade; Lourenço Belfort; João de Barros; Francisco de Melo Palheta, que se imortalizou como introdutor do café no Brasil; Manoel Felix de Lima, o que ligara o Cuiabá ao Atlântico; José Leme do Prado; João de Souza Azevedo; Luiz Facundes Machado; Eugenio Ribeiro, explorador principal do Juruá; José Rodrigues Santarem; capitão-general Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, único governador do Pará que visitou o sertão, indo ao Rio Negro, em 1697; Dr. José Monteiro de Noronha, que visitou e descreveu os rios Negro e Solimões em 1768; Dr. Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, geógrafo e historiador, (1774-1775); Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, autor de "Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro";

Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1757-1758); João Pereira Caldas (1772-1775); Melo Povoas (1775-1779).

Uma das expedições mais notáveis, pelo minucioso da descrição foi a empreendida por Francisco Xavier de Morais, mais tarde capitão de infantaria auxiliar da Capitania de São José do Rio Negro, irmão de Belchior Mendes Morais, que aprisionou Ajuricaba, homem de preclaras virtudes cívicas, velho conhecedor do rio, a que viera pela primeira vez em 1725, com vinte e cinco anos, em ótimas relações com os nativos, é a figura máxima entre os exploradores do alto rio Negro. Chefiando uma bandeira entrou em 1744 pelo Cassiquiari, descobrindo a comunicação do Negro com o Orenoco por êsse braço e pelo Paraná, por onde regressou. Próximo ao Orenoco, deu com o jesuíta Manoel Romão, Superior das missões espanholas naquela zona. Trouxe-o até o arraial de Avidá, em pleno rio Negro, de onde o missionário voltou surpreso do encontro e da descoberta, pois da parte dos esponhois ignoravam-se as relações dos dois rios, julgando-se o Negro povoado de gigantes, como os natívos faziam constar. (História do Amaz., Arthur C. F. Reis p. 57).

Na sociedade surgida com a fixação de Francisco Ferreira, Eugenio Ribeiro, Francisco Xavier de Moraes, Izidoro Ferreira e tantos outros em Mariuá e Tomar, é que, Xavier de Mendonça toma conhecimento, quanto o Mapa das Cortês e o Tratado de 1750 prejudicam os domínios de Portugal. Assim, diz Bertino Miranda, que pelo Tratado a fronteira do Solimões viéra se fixar em Tabatinga, recuando de um modo brusco, os avanços do século XVII. Perdia-se o curso inferior do Napo, a posse de Pedro Teixeira no Aguarico, e a renovação do marco divisório em 1729 por Belchior Mendes. Os portuguêses levam suas expedições muito longe; encurralam os espanhóis no alto Napo, que retrocedem mais para cima do Ucaiali, onde tratam de

se fazer fortes, imaginando construir algumas fortalezas. Só assim, diziam êles, oporemos um grande entrave às incursões dos nossos inimigos. O ajuste das duas Côrtes em 1750 termina essas rivalidades. Agora todo o empenho de Xavier de Mendonça é deslocar para o Javarí um pouco de seiva que floresce em Belém. Tal foi, a nosso vêr, o objetivo da Carta Régia de 1755. O nome primitivo da Capitania indica o empenho da Metropole em povoar e engrandecer o alto Solimões.

Observa-se por essa época em todo o Amazonas, intrigas e traições de tôda ordem. Nas longas incursões de religiosos e senhores da terra, é comum se registar aprisionamentos, mortes, saques, roubos e desapropriações. São inúmeras as histórias que correram a Amazônia, destacando-se dentre tôdas as que se desenvolveram em torno de Xavier de Mendonça, irmão do Marquês de Pombal.

Na verdade, a história do Amazonas deveria ser a história de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Por sua única e exclusiva vontade "Melo Povoas fundou a Vila de Silves. Borba fôra instalada na viagem de 1755. Ao desembarcar em Mariuá, eleva êsse povoado à categoria de Vila e séde da Capitanía. A Câmara é nomeada por um decreto especial; um dos vereadores escolhidos foi Francisco Xavier de Moraes, o descobridor do Cassiquiari. A Vila de Moura foi ereta no mesmo ano; assistem à cerimônia o Padre Noronha, autor do Roteiro que leva seu nome, e José Pereira Caldas, Governador do Piauí" (B. Miranda).

Todos êsses acontecimentos concorreram para o nascimento da Capitanía de São José do Rio Negro, que a inteligência, a dedicação, o trabalho e a energia de Xavier de Mendonça havia idealizado, triunfantemente, com tôdas as suas consequências, na História da Civilização Brasileira. Somos forçados a fazer um parêntese aqui, para confessarmos que estamos, rela-

tivamente, muito mais desprotegidos do humanismo **supernacional** e da ideologia envelhecida de Valorização da Amazônia do que no século XVIII. Com efeito, é interessante recordar, estudar, perceber, pelo menos, que Xavier de Mendonça e seus companheiros deviam ser eternos na nossa admiração e no exemplo que nos legaram. Ação, destemor, bravura, dedicação, energia, patriotismo, abnegação, sacrifício da própria vida — foram imprescendíveis na salvaguarda desta Amazônia contra as invasões espanholas e holandêsas. Mas, deixemos fora de discussão o século XVIII demasiadamente distante de nós, mercê de tantos dos seus elementos, que para nos servir tornaram-se capazes de desbravar e de colonizar o Extremo Norte do Brasil.

A vida política, econômica e social do Amazonas, pode-se dizer, começou com o aparecimento da Capitanía de São José do Rio Negro, por Carta Regia de 3 de Março de 1755, subordinada ainda a Capitanía Geral do Grão-Pará e Maranhão. Esta instalação, porém, só se efetuou em 18 de Julho de 1757, por ocasião da segunda viagem de Xavier de Mendonça ao Rio Negro, sendo nomeado para governá-la, seu sobrinho afim, o coronel de infantaria Joaquim de Melo e Povoas. A esta fundação, que teve sua séde instalada na Vila de Barcelos, em 10 de Maio do ano de 1758, vemos Mendonça elevar mais duas aldêias à categoria de vilas, chamando a de Bararoá: Tomar; e a de Itarendaua: Moura.

Tem-se querido designar por ditadura Pombalina na região Amazônica, todos os átos de Xavier de Mendonça. Geralmente, não julgamos que seja honesta esta afirmação. A existência e a superioridade dos seus átos parecem mais evidentes assim que se começa a analizar e a se compreender o homem que demarcou os limites do domínio português e iniciou a verdadeira colonização e defêsa da Amazônia. De uma bravura a tôda prova, concordava sempre que a conclusão era

para o bem estar geral, e isto, podemos verificar no apêlo que lhe faz frei Miguel de Bulhões, bispo do Pará, que era o maior entusiásta da séde do govêrno em Mariuá. Nisto não só concordou plenamente Mendonça, como também, alimentado pela sua idéia de colonizar e povoar, elevou-a à categoría de Vila, a 6 de Maio de 1758, dando-lhe o nome de Barcelos.

Certamente que merece outro tratamento o homem que determinou os limites do Amazonas, com as Capitanías do Grão-Pará e Mato Grosso e ordenou que a carta fôsse registrada nas câmaras das vilas mais notáveis. E esta, talvez seja a maior razão, pela qual a ilha das Cotias pertence de fáto ao Amazonas e não ao Pará.

Quando em 1758 foi chamado a Lisbôa para servir como secretário de Estado e adjunto de seu irmão José de Carvalho e Melo, conde Oeiras e marquês de Pombal, já tinha pronto o estudo da região e, especialmente, um "Sistema de Demarcações" que organizou interpretando e esclarecendo como extinguir a ameaça dos espanhóis e como fazer valer o Tratado de 1750. A questão de limites no Extremo Norte do Brasil, agravada por tôda sôrte de pirataria e escravagismo, era um atentado para a vida da região, que êle considerava em perigo e ameaça constante pelas incursões de espanhóis e holandêses. Isto, levou-o a pedir a expulsão da Companhia de Jesús, como colaboracionista, e, a fazer com que D. Rolim de Moura, governador de Mato Grosso e seu substituto no comissariado de limites, não aceitasse a fixação dos limites apresentados por D. José de Iturriaga, que pedia para os domínios da Espanha o alto Rio Negro e a fundação de povoados no Orenoco e no Cassiquiari.

Em verdade, era Xavier de Mendonça, no sentido etmológico da palavra, um bruto. Mas, um bruto adiantado, enérgico, com ideias novas e capaz de salvar a Amazônia de tôdas as investidas aventureiras e

instruir pelo heroísmo da ação e da fôrça de modo mais patriótico e regular, o progresso da Capitanía de São José do Rio Negro. Tornou-se, incontestavelmente, o homem de maior atitude do seu tempo; e mesmo despótico e tirâno, era liberal na forma de conquistar a Amazônia. A êle acurvaram-se militares, sertanistas e religiosos, mercê da sua ação desmedida e coragem indomável.

Notemos que é brilhante, a sua brutalidade colossal, enérgica e heróica na dilatação da Pátria Brasileira. Basta que consultemos, sumàriamente, os fátos que se relacionam a sua personalidade, tão diversamente, comentados, para que verifiquemos que Xavier de Mendonça, é a própria história do Amazonas.

Eis um exemplo. Ao se despedir de Melo Povoas, ordenou que auxiliasse as missões e aldeiamentos a prosperar e obrigasse em tôdas as Vilas, e, sobretudo, na séde da Capitanía, os casamentos mixtos. E é assim, que são instaladas as outras vilas e lugares que faltavam para completar a rêde geográfica e econômica da região.

Pelo ano de 1760, Povoas é removido para o Maranhão, por ordem do Capitão-General do Pará, passando a Capitanía ao tenente-coronel Gabriel de Souza Filgueiras.

Artur Cesar Ferreira Reis, obra cit. p. 111, observa que Gabriel de Souza Filgueiras, oficial experiente, conhecendo bem o rio Negro e o Solimões, pelas visitas que lhes fizera nos serviços das demarcações, a mando de Mendonça Furtado, com explêndida folha de serviços, representava uma segurança para a Capitanía. Foi nomeado governador a 12 de Abril de 1760. Restabeceu os povoados de Lamalonga, Moreira e a vila de Tomar, ainda a sofrer as consequências da rebelião dos índios, em 1757. Projetou, para Barcelos, uma nova igreja, a casa da câmara e a cadeia. Pouco mais poude realizar, pois, menos de um ano após a posse (7 de Setembro de 1761) faleceu vitimado por enfermidade

que adquirira nas viagens pela zona doentia do alto rio Negro.

Com a morte de Filgueiras, surge a interinidade de Nuno da Cunha Ataide Varona e Valerio Corrêa Botelho de Andrade. Em 1763, é empossado o coronel Joaquim Tinoco Valente, que durante 17 anos de administração tem a seu favor, entre os seus átos recomendáveis, a fundação de três ou quatro povoados e a construção de dois quarteis que não chegou a concluir.

Na verdade, a unidade política, social e econômica da Capitanía de São José do Rio Negro, só alcançou o seu desenvolvimento pleno, com Manuel da Gama Lobo de Almada, nomeado governador, por decreto de 26 de Agosto de 1786, mas que sòmente tomou posse em Fevereiro de 1788. Mario Ypiranga Monteiro, na força comunicável de sua impulsão emocional, mostra suficientemente (em Arquívos p. 30) que Lobo de Almada foi um exemplo de perseverança, de amôr à terra, e um modêlo de honestidade, de compreensão dos deveres. Infelizmente nada do que produziu foi aproveitado pelos sucessores, os quais, salvo uma ou outra exceção, trataram de desbaratar o erário público, deixando que a Capitanía atravessasse uma fase crítica.

Artur Cesar Ferreira Reis, esclarece e guia êsse mesmo ponto de vista, com um enriquecimento sucessivo de fátos e cronologias. "A sua posse revestiu-se de solenidade. Todos esperavam muito de sua capacidade. Havia motivo. Oficial distintíssimo, engenheiro militar, com brilhante fé de ofício, já na África mostrara valor, portando-se bravamente na luta contra os marroquinos insubmissos. Vindo para a Amazônia, no posto de capitão, em 1770, mandado comandar a fortaleza de Macapá, onde se demorou até Outubro de 1771 em trabalhos de fortificação, promovido a sargento-mór, de lá fôra tirado para organizar a colonia do Mazagão, completamente anarquisada, missão de que se saíu a contento, conseguindo restabelecer a

ordem e trazer em prosperidade o lugar. Tivera, então, pelos relevantes serviços prestados, o posto de tenente-coronel. Voltando a Macapá, passara, em Abril de 1784, a servir, promovido a coronel, na comissão demarcadora, sendo encarregado da defesa da zona encachoeirada no rio Negro, na qualidade de comandante do forte de São Gabriel, e da exploração de vários rios da vasta rêde rionegrina — o Ixié, Uaupés e Branco. Em todos êsses pontos e na chefia da comissão de limites, revelara capacidade de trabalho, tino administrativo, inteligência, honestidade e patriotismo ardente. Tais atributos, que o tornavam uma figura destacável, e naturalmente o indicaram à confiança real para o govêrno da Capitanía, constituiam penhor seguro de sua gestão".

Êste ideal também vamos encontrar, com a interpretação de conhecimento e inteligência, em Agnello Bittencourt. "O terceiro governador foi Manoel da Gama Lobo de Almada, homem ativo, austero, honesto e ilustrado, reunindo tôdas as virtudes de um grande e verdadeiro administrador. Assumindo o govêrno, em 1788, transfere, três anos depois, a séde da Capitania para o Logar da Barra (posteriormente Manaus), como ponto mais fácil para efeito das providências que ía tomar, no sentido de desenvolver a prosperidade que encontrára. Foi sob seu impulso que o rio Negro chegou a possuir 6 fábricas de tecidos, olarias, serrarias e pequenas indústrias.

Como consequência natural, o comércio acompanhou essa fase brilhante de progresso.

A inveja e o despeito, porém, preparavam um golpe fatal para a obra de Almada.

D. Francisco de Souza Coutinho, governador do Pará, determina que a séde da Capitanía volte à Barcelos e acusa o seu dirigente de defraudador da Fazenda Pública. Lobo de Almada obedece contrariado e defende-se de um modo cabal, irrespondível, fazendo

abrir uma devassa na sua vida e relacionando os parcos recursos que possuia.

Ficára demonstrada a injustiça da acusação; mas, morto ficou o estímulo do governador do rio Negro. E, não podendo sobreviver a tantos desgostos que lhe creara Souza Coutinho, veiu a falecer, em Barcelos, no dia 27 de Outubro de 1799".

E' verdade que não encontramos em nenhum historiador da Amazônia, qualquer alusão contrária a êstes pontos de vistas. Todos, são unânimes em apresentar Manuel da Gama Lobo de Almada, como um homem de ação, inteligência e honestidade.

Inevitàvelmente, o interêsse científico pelo Vale do Amazonas fôra aclamado como sendo outra idade culminante, na qual, de fáto, os mesmos valores triunfaram e obtiveram realizações mais ou menos completas. Achamo-nos assim diante de cientístas como Godin, Bouguer, Jussieu e o famoso La Condamine. Êstes cientístas que deixaram París, em 1735, tinham por ação principal a medida do arco de um grau perto de Quito, como critério da verdadeira forma da terra.

A fascinação da Amazônia já nessa época corria tôda a Europa. No domínio da investigação, a visão sem fim da terra desconhecida, apaixonava inteiramente os cientístas, num desejo, cuja força principal, era exprimir sem reservas a grandiosidade do Vale Maravilhoso. Assim é que vemos La Condamine, findo os trabalhos, deixar Jaen e navegar tôda a extensão do Amazonas até sua foz no Pará.

E' fácil percebermos porque alargam-se sucessivamente às expedições enviadas da velha Europa. Com efeito, outra iniciativa de grande alcance, como incentivo ao estudo e debate dos problemas ligados a região amazônica, são traduzidos sob diferentes manifestações, em 1778, para o imperador Carlos III, de Hespanha, pela expedição composta de José Pavon, Hipolito Ruiz, cognominado o Lineu do Perú, e M.

Dombey, da qual resultou a mais útil e modelar obra botânica, a "Flora Peruviana".

Mas, investigando ainda as observações e os fátos, Caryl P. Haskins, verifica que "o primeiro naturalista de grande renome — e um dos mais famosos de todos os tempos — a explorar a área do Amazonas foi Alexandre Humboldt. Em 1799, uns anos antes que Simão Bolivar levasse os venezuelanos à revolta contra a dominação espanhola, Von Humboldt e Bonpland, um cirurgião do exército francês que adquirira extenso conhecimento de botânica, desembarcaram em Cumana, cidade do nordeste venezuelano, e daí foram para Caracas, onde fizeram planos para remontar o Orenoco até o Casiquiare, aquêle notável traço de união entre os sistemas do Orenoco e do Amazonas, e dessa maneira passar para o rio Negro. Em 1561, Lope de Aguirre, o Tirâno, havia atravessado essa ponte de água na sua procura voraz pelas riquezas do El Dorado. Desde aquela época, nenhum homem branco registrara alí sua visita, e o surpreendente fenômeno natural, havia assumido um caráter semítico que desafiava particularmente a investigação de Humboldt. Os dois naturalistas se encaminharam devidamente para o sul, atravessando a Venezuela até São Fernando de Apure, e então, remontaram o Orenoco depois das grandes cataratas de Atures e Maipures, até a confluência do Atabapo. Subiram êste rio até onde era navegável, atravessaram a linha divisória das águas e desceram o Pimichin até o rio Negro. Alguns dias depois, encontraram-se no Casiquiare e verificaram sua natureza surpreendente de "rio de dois começos" — acontecimento que devia dar satisfação a Humboldt para o resta da vida. A relação publicada por Humboldt acêrca dessa viagem tornou-se clássica. Os exploradores partiram então para Cuba e desembarcaram outra vez no continente, em Cartagena, de onde desceram até Honda e daí, em lombo de mula, prosseguiram até

Bogotá e, através dos Andes, até Popayan e daí até Quito, onde chegaram no início de 1802. Seus estudos sôbre a região da nascente do Amazonas foram principalmente de caráter geológico. Humboldt explorou minuciosamente a parte dos Andes.

Cêrca de dez anos após as explorações de Humboldt, nos Andes, um inglês excêntrico, mas vigoroso e imaginativo, chamado Carlos Waterton, chegou à Guiana Inglêsa para começar uma série de viagens que mais tarde lhe trouxeram fama. Acredita-se que êle subiu os rios Demerara e Essequibo, atravessando depois a linha divisória das águas, em direção ao Rio Branco, de onde navegou para São Joaquim. Seu objetivo principal, ao penetrar no vale do Amazonas, parece ter sido a procura de quantidade de veneno curare, e êle não se demorou muito tempo na grande bacia, havendo regressado para a drenagem do norte, quase imediatamente.

Esta conclusão demasiado rápida, que não aponta senão alguns momentos culminantes do século XVIII, permite compreender, a experiência imediáta e a divulgação mais clara da natureza amazônica. Neste século a unidade da ação e da intelgência colaboram poderosamente com a sensibilidade e com a sensação para realizar o impressionismo da identidade do El-Dorado. Na realidade, êle se caracteriza, pelos aspectos fundamentais das descobertas geográficas e científicas em larga escala, e ainda, mobilização de coragem e perseverança em defesa da região milionária.

Século XIX

D. João VI e o reflorescimento do Brasil intelectual. D. Pedro I e D. Pedro II Princípio e fim da Cabanagem.

VIII

O falecimento prematuro de Lobo de Almada a 27 de Outubro de 1799, arrastou o Amazonas a uma decadência miserável. O coronel José Antonio Salgado seu substituto interino e protegido de Souza Coutinho, não tomou nenhuma medida tendente a evitar o desmoronamento de povoados e vilas, como era de se esperar. Sem ligar a população diminuida, que entrava a definhar por falta de proteção a lavoura e a indústria, servia de instrumento passívo, aos apetites animalescos de Souza Coutinho, cujo único pensamento era vêr desaparecer a obra indestrutível de Almada.

Entretanto, essa odiosa e alarmante decadência, não encontrou guarida em Dom Marcos de Noronha e Brito, o famosíssimo Conde dos Arcos, que na Capitanía do Pará, sucedendo a Souza Coutinho, faz voltar a séde da Capitanía para o lugar da Barra. Assim é que para dar um novo vigor a Capitanía de São José, Dom Marcos, determinou, que o coronel José Simões de Carvalho, substituto de Antonio Salgado, reconstituisse a política encetada por Lobo de Almada. Isto, porém, não se realizou em virtude do coronel José Si-

mões de Carvalho, ter falecido em viagem, em Vila Nova da Rainha, a 7 de Outubro de 1805.

Depois disso, vemos aparecer o capitão de mar e guerra José Vitório da Costa, com a mesma finalidade de fazer voltar para o lugar da Barra, a séde da Capitanía. Negligênte, vaídoso e colocando o interêsse dos genros acima dos encargos da Capitanía, preferiu a poltronaria escandalosa, a lutar pelo bem estar de sua gente, demasiadamente atacada de doenças e desmandos políticos. Sem capacidade para essa delicada missão, concedia-se a honrarias bajuladoras e libertinagens excessivas.

O estado de penúria a que chegou o Amazonas, fez com que a "Camara de Serpa" não abonasse com atestado o seu govêrno. "Honrada Câmara de Serpa"! (1) — exclama um dos desafétos de Vitorio da Costa — nem o grande Senado de Athenas decidiu com mais justiça as causas pendentes" !

Com efeito, Artur Reis, nos apresenta na História do Amazonas, (p. 142 e 143) o testemunho do que afirmamos acima. A Capitanía foi entregue aos cuidados de outro militar, em quem se depositavam esperanças, o capitão de mar e guerra José Joaquim Vitorio da Costa, também perfeito conhecedor da região, pois participara igualmente dos trabalhos das demarcações com as colonias espanholas. Nascido em Coimbra, lá cursára a Universidade, doutorando-se em matemáticas. Promovido a 10 de Outubrlo de 1797 a sargento-mór do corpo de engenheiros, passára, por decreto de 18 de Dezembro de 1799, a capitão de fragata, sendo nomeado intendênte de marinha da Capitanía do Pará. Também fracassou. Combatido tenazmente pelo ouvidor e o grupo dêste, ocupou-se de seus próprios interêsses, indiferentes à aflições da Capitanía. Apenas, em cumprimento à ordens, instalou, a 29 de Março de

---

(1) Citação de B. Miranda, "A cidade de Manaus".

1808, a capital no Logar da Barra. Foi o seu gesto simpático durante o período que passou à testa dos negócios públicos no Amazonas. As suas atenções voltaram-se unicamente para uma chacara, no Tarumã, onde fez cultivar frutos europeus com sucesso. Aprendendo a falar a língua geral dos indígenas, soube-a, de tal maneira, que os corrigia facilmente. Perseguidor dos nativos, consentiu, e animou a escravisação dêles. Criou impostos escorchantes, desanimando as tentativas agrícolas. As intrigas entre seus auxiliares e as autoridades municipais tomaram tal vulto, que se registraram vários incidentes, de certa gravidade. Barcelos a que votava ogerisa e rancor, no dizer de seus inimigos, com os vandalismos de seu genro, o corso Ricardo Zany, que destruiu os restos dos edifícios que ainda marcavam o explendor da velha Mariuá, de Mendonça Furtado e Pereira Caldas. A população da Capitanía votando-lhe antipatía, por várias vezes mandou memoriais às autoridades paraenses e da metrópole implorando providências.

As considerações acima expostas, levam a concluir-se que escoavam lentamente os vestígios deixados por Almada; e não seria temerário dizer que Manuel do Paço, último governador colonial, contribuio ainda mais para afundar o sulco de antagonismo entre portuguêses e nacionais, que conquistando progressos de verdadeira clarividência, começava a perceber na monarquia a velha usurpação tradicional.

Vem, então, a necessidade de ajustar êsse desequilibrio, o povo já não aceitava a ação de Manuel do Paço, como monopolizador das drogas e dos frutos do Purús e, já se anunciava num movimento reivindicador quando o governador a exemplo de Vitório da Costa, receioso que sua residência fôsse depredada, pede, que as Câmaras lhe atestem o valor de sua administração. E' de supôr-se, que a adesão de Serpa a êsse atestado louvaminheiro de sua conduta, surja como perdão de

todos os seus átos máus e até da embriaguês habitual, devido ao seu trabalho edificante em pról da construção da Capela de Nossa Senhora dos Remedios e de um parque de tamarindo que servia de invasão à alegria dos habitantes do Logar da Barra. Ainda assim, numa ironia singular, é, Manuel do Paço, considerado como o autor das **Reflexões Políticas sôbre o Melhoramento da Capitanía de São José do Rio Negro.**

Uma coisa não sei se sintomática revelou de um momento para outro o pensamento brasileiro e os primeiros sinais da independência que se aproximava. Muita significativa mesmo, foi, a presença de D. João VI, entre nós, imposta pelos soldados de Napoleão, sob o comando de Junot, em 1808.

Sem dúvida nenhuma, temos de encará-la, como sendo o primeiro passo do Brasil, na conquista de sua libertação do reino de Portugal. Daí o aparecimento dos brasileiros mais notáveis daquela época em todos os setores da literatura, artes, política, administração, finanças e econômia.

Abriu-se, assim, de repente, diante dos olhos deslumbrados do brasileiro, um outro mundo, riquíssimo em consequências e em facetas desconhecidas, dando origem à reação nativista, que se conclamou com a revolução de 1817, em Pernambuco. Qualquer que seja a interpretação que se atribua à revolução de Domingos Martins, a verdade é que ela foi extraordinária, pois, resultou em progressos evolutivos de independência, em vez de se conservar indivisa até o regresso de D. João VI.

Já por essa época teria sido indicado para governar a Capitanía de São José, o coronel Antonio Luiz Pires Borralho, que não chegou a assumir o cargo. Em contraposição, surge a fase da Junta Governativa, composta do coronel Joaquim José Gusmão, comandante da tropa, do Ouvidor Ramos e do Juiz Ordinário João da Silva e Cunha, por decreto real de 29 de Setembro

de 1821. (2) A seguir a Câmara de Serpa vem realizar na Barra as sessões de 7 a 17 de Março. Faz-se o juramento à Constituição Portugueza, seguido da obediência a El-Rei D. João VI e à Junta Geral do Pará.

Da verificação crítica dêsses acontecimentos, aproveitaram-se os descontentes, para uma insuflação geral de reivindicação contra os desmandos do Grão Pará, excessivamente aumentados, agora, pelos átos da Corôa. Tôda a população da Capitanía de São José do Rio Negro sentia-se ultrajada e na indisposição do sentimento glebário, dispunha-se a acender o facho de uma revolução, quando, (3) em 3 de Junho de 1822 é eleita, na vila da Barra, a Junta formada pelos seguintes cidadãos: Antonio da Silva Cravo, Bonifacio João de Azevedo, Manuel Joaquim da Silva Pinheiro e João Lucas da Cruz, medida essa que passa a significar uma outra atitude do Presidente do Pará, Felix José Pereira Burgos (Barão de Itapicurú-mirim) na esperança de ver concretizada o bem estar da Capitanía, já na administração do capitão Hilario Pedro Gurjão.

Mesmo assim, as divergências aumentavam e êsse ascese chega ao seu ponto alto, pela veleidade inconsequente do coronel Joaquim Felipe dos Reis, que os amazonenses acusavam de não dizer as coisas retamente. Por isso, o caso extremo do Amazonas tem uma significação muito grande, muito clara, para quem se ocupa do desejo de interpretar a ação incorreta da Junta de 1823, proibindo em Belém a divulgação dos ofícios de José Bonifácio, o Patriárca da Independência, sôbre a conveniência do Alto Amazonas enviar dois deputados à Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro. Em face dessa invasão e dessa violência na acessibilidade da Capitanía se fazer representar à Assembléia do Rio de Janeiro, é que "a voz eloquente

---

(2) B. Miranda, obra cit.

(3) (Agnello Bittencourt, Corografia do Amazonas).

do Marquês de Santa Cruz se levanta no Parlamento em 1826 para condenar essa injustiça; no seu ententar ela irá a avolumar os males que já afligem ao Extremo-Norte. Êsse discurso, lido e comentado em Manaus, aumentaria mais a exacerbação pública. (A cidade de Manaus, p. 39).

Essa possibilidade de concluir contra a Junta de 1823, de uma certa forma, nos aponta o rastilho da revolução. A agitação era geral, em tôda a Capitanía, Felipe dos Reis era acusado de conspirar contra o movimento separatista. Pode-se dizer que a revolta que estala em 12 de Abril de 1832, no quartel da Vila da Barra, na qual, curvado ao fatalismo de sua inconsequência, perde a vida Felipe dos Reis, era, já nêsse ponto, a cumplicidade do Ouvidor Manuel Bernardino de Souza Figueiredo na idéia preconcebida de proclamar a independência do Amazonas. De fáto, é até interessante observar que essa idéia de independência, encontra em frei José dos Inocentes, o seu grande mensageiro, para no Rio de Janeiro instruir o "Govêrno Imperial sôbre o assunto e pedir sua ratificação à obra revolucionária. Seu milagroso sentido de equilíbrio faz com que a mensagem chegue às mãos do ministro Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, (4) que **extranha severamente,** a conduta do apóstolo de Cristo, dizendo-lhe não poder apoiar um áto de rebelião, um atentado tal desligando-se da Capital e constituindo uma Província separada. . ."

Com relação a essa atitude do povo amazonense, o governador do Pará determina que as embarcações que conduzem o tenente-coronel Domingos Simões da Cunha Baiana, só regressem de Manaus, depois de apaziguados os rebeldes do Fortim das Lages e demais pontos estrategicos.

Deve-se notar, para completo esclarecimento do

---

(4) A Cidade de Manaus.

assunto, que em 1833, a Regência manda executar em todo o Império o Código do Processo. Com isso, e exercendo uma influência paralela e mais conveniente para a manutenção da paz em todo o território nacional, cabe a Manaus, vêr-se livre da sujeição de Serpa, com direito a ser cabeça de um Termo e possuir uma Câmara Municipal.

Na verdade, êsses fátos influem tão fortemente na vida do Logar da Barra, que se divulgam rapidamente a sua primazia sôbre os outros Termos. E aquí nos debatemos com um dos mais tremendos episódios da História do Amazonas: o sinal da Cabanagem, motivada pela fúria de Lobo de Souza e Machado de Oliveira, depois da **abrilada de Jalles,** em contraposição a atitude de Batista Campos que se recusou a assinar o auto de "perseguição e morte ao Duque de Bragança e às forças com que empreender a invasão do Brasil ou a sua intrusão no trono do seu Augusto Filho".

Mais do que pela história, portanto, a resistência de Batista Campos se confunde no imenso labirinto amazônico. Seus perseguidores jamais puderam atraí-lo a uma emboscada. Destemido e respeitado, apresentava-se sempre superior contra os seus inimigos. Sua morte, provocada pela irritação de uma espinha facial, alcança em cheio o coração da Amazônia. Os sinos dobram a finados em contradição com os salões iluminados do Palacio do Govêrno e a alegria corruta e anárquica de Lobo de Souza e Machado de Oliveira. A história transmite a influência dêsse movimento, que se processou em torno da recondução de Pedro I :

Ata da sessão ordinária da Câmara de Manaus ordenando o apregoamento de um Bando pelas ruas da Vila sôbre a tentativa do Ex-Imperador Pedro I voltar ao Brasil (9 de Abril).

Ata da sessão do dia 9 de Abril de 1834.

Aos 9 dias do mês de Abril do ano do Nascimento de Nosso

Senhor Jesús Cristo de mil oitocentos e trinta e quatro, decimo quarto da Independência e do Império nesta Vila de Manaus, na Casa da Nação que serve de Câmara, onde se achavam reunidos os Srs. Vereadores, com a Presidência do Sr. Manuel Gonçalves Loureiro, filho, as nove horas do dia, portas francas e abertas. O Sr. Presidente abriu a sessão pelas palavras "Abre-se a sessão" e mandou apregoa-la pelo Porteiro dêste Senado, na forma do estilo. O Secretário leu a Ata anterior e foi aprovada, o mesmo leu uma Circular da Sociedade Campanhense, feita aos 25 de Julho do ano próximo passado, o Presidente poz em discussão e foi aprovada, para se mandar apregoar por tôda a Vila e seu Municipio, dirigindo-se algumas em manuscrito ao Juiz de Paz para mandar aos Srs. Inspetores, para êles fazerem publicar em seu recinto, para que aqueles Povos fiquem em atitude de defesa, e estarem ao fáto de que o Duque de Bragança tenta sempre vir ao Brasil com suas traições. O Vereador Cavalcante disse, visto se mandar publicar esta Circular da Sociedade Campanhense, se mande conjuntamente com ela as Posturas que foram aprovadas pelo Govêrno de Minas Gerais em 28 de Setembro do ano próximo passado, que se recomenda bem ao Juiz de Paz para que faça observar com tôda a vigilância possivel, e para que faça punir com todo o rigor o individuo que propale a volta do Duque de Bragança ao Brasil, e foi aprovada com aclamação de todos. À voz do Sr. Presidente fechou-se a sessão, cuja Ata todos assinaram. — Eu Bernardo Francisco de Paula e Azevedo Secretário que a subscrevi. . . Manuel Gonçalves Loureiro, filho Francisco Gonçalves Pinheiro, Francisco de Paula Cavalcante, Martinho Joaquim do Carmo, João de Souza Coêlho.

Com a substituição de Gurjão, em princípios de 1833, por Gaspar Valente Cordeiro, que se entrega à tarefa quasi inacabável de perseguir os nacionais, aumenta a agitação em tôda a Comarca do Alto Amazonas, criada pelo áto de 25 de Junho do mesmo ano, cuja constituição abrangia os Termos — Logar da Barra, Ega, Maués e Mariuá, alterado depois, respectivamente, para os nomes de Manaus, Tefé, Luzéa e Barcelos.

Nêsse período da nossa história é que vemos aparecer como benemeritos da Independência do Amazonas: João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, o futuro fundador da Província, o cientísta Corrêa de

Lacerda, Marcos Rodrigues Martins, o Barão de Jaguarary e outros.

E' interessante notar aquí, de passagem, que a reforma do áto que dividiu o território da Província em três comarcas — a do Grão Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, era, nêsse tempo, um golpe de morte contra os amazonenses e contra os limites territòriais da Comarca, fixados por Xavier de Mendonça em 1758, que separava a Capitanía de São José do Rio Negro, do Grão Pará, pelo outeiro de Maracá-Assú. Nêsse particular, verificamos que a linha divisória passando por Santa Julia e contornando a grande ilha de Nhamundá, viria se fixar, depois, ou em frente à Serra de Parintins. A combatividade dos amazonenses, porém, não deixou ír adiante êsse cometimento, que levado à consideração da Assembléia Geral do Império, foi tornado sem efeito, conforme faz prova a palavra oficial do Parlamento.

Nêsse ponto de maturidade histórica, deparamos com a fuga de Gaspar Valente Cordeiro, que ao chegar a Belém é prêso e metido em consêlho de Guerra. Mas os acontecimentos se passam com tanta pressa agora, que talvez seja necessário para melhor elucidação, a transcrição seguinte :

Ofício do Juiz de Paz Dias Guerreiro comunicando a fuga para Belém do Comandante Militar Gaspar Valente Cordeiro (19 de Dezembro).

Participo a V. S. que nesta noite desertou o Comandante Militar, e como êsse passo seja estranho vou despedir um correio para a Capital da Provincia, participando ao Sr. Presidente da Provincia para que mande as suas ordens a êste respeito, e como suponho que V. S. queira participar ao mesmo Sr. sôbre isto, tomo a deliberação participar-lhe. Deus G. V. S. — Manaus, 91 de Dezembro de 1833. — Ilmo. Sr. Presidente da Camara Municipal Joaquim Rodrigues Calado. — (Assinado) Antonio Dias Guerreiro, *Juiz de Paz.*

Outro aspecto digno de nota, na História do Amazonas, é o da Moeda de Cobre. Nota-se, com efeito, nos documentos divulgadores dessa época, o logro de que era vítima a Província do Pará, com as emissões que se faziam em fábricas clandestinas, espalhadas em diversos pontos da Amazônia.

Ofício do Juiz de Direito Interino Henrique João Cordeiro pedindo à Câmara se reuna para ouvir o Povo a respeito da Moeda de Cobre (13 de Fevereiro).

Em consequência de Ordens, que acabo de receber do Exmo. Presidente da Provincia, e junto a mesma o Decreto de 8 de Outubro de 1833, Lei de 3 do mesmo mês, e ano, tendente a moeda de cobre, julgo de restrita necessidade em vista do não pequeno tumulto que haverá nos Povos, não só desta Vila, como de tôda a Comarca, por nela abundar maior quantia de moeda falsa, que a bem do Serviço Nacional, e socêgo público, que V. S. se digne reunir a Corporação da Camara no dia de amanhã, para na mesma com as mais Autoridades conferenciarmos sôbre tal objeto, e darmos execução á mesma Lei, e Ordem ainda que certo estou, que essa Camara igualmente foi dirigida a dita Lei e Ordem e a execução e publicação da mesma. Deus Guarde V. S. — Manaus, 13 de Fevereiro de 1834. — Ilmo. Sr. Manuel Gonçalves Loureiro 1.º Presidente da Camara Municipal desta Vila. — (Assinado) Henrique João Cordeiro, *Juiz de Direito Interino da Comarca.*

Eu não quis me deter numa interpretação minuciosa sôbre as Moedas de Cobre. Não quis porque os documentos em aprêço, aquí transcritos, a que me acostumára a lêr e relêr, são por demais esclarecedores. Com êles e com as suas divulgações integrais me sinto mais forte e mais certo. Vejamos, pois, em que circunstâncias processou-se a sessão seguinte :

Ata da sessão da Câmara Municipal sôbre a Moeda de Cobre (26 de Fevereiro).

Ata da sessão extraordinária que se fez nesta Camara Municipal da Vila de Manaus em 26 de Fevereiro de 1834.

Aos vinte seis dias do mês de Fevereiro de mil oitocentos e trinta e quatro, decimo quarto da Independência do Império, na

Casa da Nação que serve presentemente de Casa da Camara, estando aí reunidos os Senhores vereadores com a presidência do Senhor Francisco Gonçalves Pinheiro, por impedimento do atual Manuel Gonçalves Loureiro, filho, abriu-se a sessão ás nove horas do dia.

O Sr. Presidente poz em discussão a matéria seguinte: que, como não tem tido vigor o Edital sôbre a deliberação que tomou esta Camara em contrariedade ao Decreto de 3 de Outubro de 1833, tendentes á moeda de cobre em circulação, e que os habitantes dêste Municipio logo no principio olharam como nova sua deliberação foram executados e ao depois abandonaram, muito principalmente por constar que alguns Chefes de Repartição de sua parte não querem aceitar, sendo êles os mesmos que virão representar a esta Camara, o perigo iminente em que se achavam os povos desta Vila e se, por acaso, se publicasse a Lei. Agora resolveu esta Camara e mandou apregoar segunda vez um Edital para que todo aquele que não aceitasse as referidas moedas, cairá na multa de mil réis.

À voz do Senhor Presidente fechou-se a sessão cuja áta todos assinaram. — Eu Bernardo Francisco de Paula, Secretário que a escrevi. — Francisco Gonçalves Pinheiro, Francisco de Paula Cavalcante, Jeronimo Conrado de Carvalho, Antonio José da Trindade Barroso.

Houve, é certo, um abandono lastimável, que se aprofundava nos debates do vereador Paula Cavalcante, contra o Presidente da Província e o comandante militar Machado da Silva Santiago. E note-se que Cavalcante, na ordem cronológica, é um dos primeiros que arrasta ruidosamente a maioria, para sorver pela revolução as golfadas de liberdade que o despotismo de Lobo de Souza vinha implantando. Como se sabe a sua atitude revela-nos até que ponto chega a sua coragem indiscutida :

Ata da sessão ordinária da Câmara em que se pede providências ao Presidente da Província para o estado lastimável da Comarca do Alto Amazonas e se protesta contra a vinda de Expedições Militares (8 de Abril).

Aos oito dias do mês de Abril do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo de mil oitocentos e trinta e quatro,

decimo quarto da Independência e do Império, nesta Vila de Manaus, na Casa da Nação, que serve de Casa do Senado da Camara, onde se achavam reunidos os Srs. Vereadores, com a Presidência do Sr. Manuel Gonçalves Loureiro, filho, as 9 horas do dia, portas francas e abertas. O Sr. Presidente abriu a sessão pelas palavras "abre-se a sessão" e mandou apregoa-la pelo Porteiro dêste Senado na forma do estilo. O Secretario leu a Ata transata e foi aprovada, igualmente leu um Ofício do Presidente da Provincia firmado no dia 6 de Fevereiro do ano proximo, em que nos remete dentro do mesmo um Impresso de uma Postura que foi aprovado pelo Presidente da Provincia de Minas Gerais, 28 de Setembro do ano próximo passado, e nos observando, que a cumpramos, e façamos cumprir cuidadosamente os Artigos que ficou depois se fazerem e serem remetidos ao Presidente da Provincia como pede. O Vereador Cavalcante leu um Impresso intitulado Publicador Amazonense, sôbre o Parecer que deu o bravo Cidadão Conselheiro da Provincia, Francisco Jacinto Lopes nas suas indicações ao mesmo Conselho que não deveria vir por maneira alguma Comandante Militar e a revertida Barca Independência. E pediu ao depois de fazer um longo discurso Patriótico, pediu a Camara que mandasse dar de sua parte os agradecimentos aqueles e outros cavalheiros, que a causa dos infelizes filhos desta Comarca abonaram, dando assim provas mui equivalentes do seu grande Patriotismo, e sendo por todos ouvido o seu discurso foi aprovado. O Vereador Cavalcante disse: Eu bem quizera conter-me, Sr. Presidente, porque me persuado que é clamar no deserto, direi contudo: a resistência só é bastante para fazer tremer quantos tiranos há no mundo, é um dever sagrado e natural que os homens tem de defenderem sua liberdade e segurança, bem como a sua vida atacada por um qualquer: ela é na ordem social o mesmo que a inercia na ordem fisica, por via da qual os corpos resistem a qualquer coisa externa, que os pretenda deslocar do posto em que a natureza lhes marcou. Sim, Sr. Presidente, enquanto um povo é constrangido a obedecer e obedece, faz bem, porém logo que pode sacudir e o sacode, faz melhor, porque recobrando a sua liberdade, pelo mesmo direito porque lhe tinha roubado ou êle tem fundamento para o retomar, ou não tinham para tirar-lhe. Esta doutrina é hoje tão sabida entre o Povo civilizado como é o A B C, na boca das crianças, pelo que em segunda indicação, indico que de maneira alguma anuamos que uma colera morbus como a Barca Independência venha pôr em alarme a um Povo manso e pacifico, não posso Sr. Presidente eu mesmo aspirar e preencher a vasta extensão do meu discurso, e decifrar pelas luzes obscuras da minha fraca razão o que poderiam vir a gourar os habitantes da

Provincia do Grão Pará, se a Camara do Rio, favorecida pelo Magistrado, estivessem em suas prosperidades, porque emanação sua, é parte integrante dela, apoiado por todos. À voz do Sr. Presidente, a uma hora da tarde fechou-se a sessão, cuja Ata todos assinaram. — Eu Bernardo Francisco de Paula e Azevedo, secretario que a subscrevi. — Manuel Gonçalves Loureiro, filho, Francisco Gonçalves Pinheiro, Francisco de Paula Cavalcante, Martinho Joaquim do Carmo, João de Souza Coêlho.

A insuflação arrebatadora de Cavalcante, predispõe fàcilmente os animos para uma defesa comum. Reunem-se os vereadores na sessão de 10 de Abril de 1834, e mais uma vez foi indicada a necessidade de uma reforma administrativa em tôda Comarca e se oficiasse as pessôas mais cordatas, para que remetessem os seus paraceres por escrito a esta Câmara.

Como aqui mesmo pode deduzir-se, os legisladores incendiados pelos fulgores de uma imaginação patriótica, foram-se desenvolvendo até ao ponto de se solidificarem numa aliança de resistência e repulsa aos átos de Lobo de Souza.

Assim, efemeramente, é certo, mas numa atitude desassombrada e patriótica, tôdas as Câmaras do Baixo Amazonas, aderem à proposta e expressam o seu voto por escrito. "A paz e a tranquilidade públicas são as primeiras e mais invencíveis armas com que devemos debelar os inimigos que invejosos de nossa sorte ousam disseminar intrigas e ódios"; ofício da Câmara de Pauxis (Obidos). A de Monte Alegre é mais sóbria. Limita-se a pedir que "lhe aceitem solidaria com o maior cordial Patriotísmo que lhes faculta o nosso Liberal Sistema". Gurupá declara ser mais fácil sepultar-se com as ruínas do Brasil do que deixar ganhar terreno os seus inimigos. Seus habitantes, acrescenta, se congratulam com os manauenses, defensores da Pátria em perigo. (5).

Desde êsse momento, Manaus, por intermédio de sua Câmara, apresenta, no seu evoluir, uma parte

(5) Cit. de Bertino Miranda, A Cidade de Manaus.

cada vez mais forte à propaganda de sua independência. Nesta faina, de maior amplitude e mais seguros êxitos à sua e a vida dos outros Têrmos, propaga calorósos estímulos libertários e sinceros desejos de réta fraternidade. Já não parece aquela cidade que em fins do século XVIII, implorava de qualquer maneira o auxílio das localidades mais próximas, sob pena de ser desabitada pelos índios, que fugiam à fúria homicida dos Muras e à miséria da terra. "À volta da Fortaleza arranchavam 220 pessôas (1774), inclusive o Vigário, o Diretor de 10 mulheres maiores de 90 anos (Ap. ao Diário de Viagem 112, 129, 131). A colheita do cacáu produzia apenas 52 arrobas, salsa 35 e castanha 25 (ibid. anêxos). Materialmente não hombrearia com o período aureo de Almada, que foi um como oasis no meio da anarquia administrativa colonial. Politicamente, porém, alcançava, enfim, a preponderância que de direito lhe pertencia". (6).

De fáto, Manaus era a Raínha absoluta do Alto e do Baixo Amazonas. Todos os Têrmos lhe rendiam os protestos de submissão incondicional. Assim também, por esta repercussão fantástica, o Presidente da Província, determina que se faça em Manaus o recrutamento e se distribua pelos outros Têrmos, equitativamente, o número de recrutas. Não resta a menor dúvida, nessa época, a sua importância social era de fastígio absoluto.

Esta apreciação, aliás ligeira, pode sêr interpretada, também, através de um Vereador que (na Ata de 14 de Janeiro de 1834(propõe que o Têrmo de Manaus tome a iniciativa de "todo o benefício necessário ao decoro da Comarca, ou de qualquer descoberta de negócios minerais", comunicação de rios e caminhos de utilidade pública (ibid. 17 de Janeiro). Noutra sessão o Presidente faz vir à sua presença um mateiro,

---

(6) Bertino Miranda, obra cit.

que conhece os campos do Rio Branco, para informar sôbre um projeto de estrada que se pretende abrir com o fim de abastecer de carne verde a Vila e rasgar, mais para o centro, a expansão de agricultura e do comércio (ibid. 19 d, 90).

Pelo exposto, podemos verificar que data de 1834, a idéia de se ligar Manaus a Bôa Vista do Rio Branco, por uma estrada de rodagem ou de ferro. Entretanto, a morosidade dos govêrnos, efetivou absurda, essa concretização. E, parece, que nenhum homem de hoje ou mesmo do fim do século XX assistirá a tal cometimento.

Assim, nesta faina, de maior amplitude histórica, deparamos com as agitações armadas da Cabanagem, na fazenda de Felix Malcher, já nos últimos instantes de vida de Lobo de Souza. Com implícita acirração de ódios entre portuguêses e nacionais, êsse movimento armado que começou com a revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Norte e Santa Catarina, tinha, para aumentá-lo, aos olhos do amazônida, a nova mentalidade nativísta, que se insurgia por tôda a parte, como a tomar conta de si mesmo.

E' nesta orientação que vamos encontrar o ofício do Padre Prudêncio Tavares, chefe da resistência legalista do Tocantins, (para onde fugira o comandante militar da Comarca do Alto Amazonas, major Manuel Machado da Silva Santiago, que atemorizado com o assassinato de um irmão pelos Cabanos do Pará, havia deixado nas mãos do Juiz de Direito Interino Henrique João Cordeiro, as chaves do trem de guerra) e, uma carta de Porfiro da Costa, antigo morador da Barra, descrevendo a forma brutal de como desaparecera Lobo de Souza.

Sabia-se, desde aquêle momento, que a cidade do Pará estava positivamente dominada pelos Cabanos. Mas tão contraditórias e fantásticas eram as noticias chegadas a Manaus, que o Juiz de Direito Interino

Henrique João Cordeiro, oficiou à Câmara, para que à vista dos acontecimentos que se desenrolavam na capital da Província, estejam sempre prontos a se reunir todos os Vereadores (31 de Março).

Em face da vitória dos Cabanos, Felix Malcher, é aclamado Presidente e Francisco Vinagre, comandante das armas. Mas, ante a ameaça de uma possível contra revolução, assume, disfarçadamente a Presidência da Província, o deputado Agnelo Corrêa, que com isto, consegue por inteiro a aliança do Marechal Manuel Jorge Rodrigues.

Essa aliança, porém, foi de curta duração, em virtude da morte de Malcher e da ambição de Francisco Vinagre, que se ligára aos cabanos de Eduardo Angelim, para combater o Marechal. Por outro lado, Jorge Rodrigues, penetrando no território paraense verifica que Vinagre se estende a todos os seus compatriótas, com muita alegria e grande amizade. Do que se conclúe que o jacobinismo dos Cabanos tinha intermitências assás curiosas.

Dêsse momento até o fim da Cabanagem, se desenrolam, como na tela de um cinema, as cenas mais dantêscas que se possa imaginar. O Marechal retorna e com 460 homens aprisiona Francisco Vinagre e sem nenhuma violência domina a cidade, no que dá ciência ao Ministro da Guerra, Vinagre reaparece com os cabanos que já nessa época alastravam-se por todo o interior. Só o Alto Amazonas, diz Jorge Rodrigues ao Presidente do Maranhão, está ainda isento de anarquia.

Há sem dúvida belas ações de ambas as partes. O grande Angelim, por exemplo, comandando um ataque de fogo intenso, acabou fazendo com que os legais fossem desertando vergonhosamente de suas barricadas, depois de nove dias de assédio e vêr Antonio Vinagre, "irmão de Francisco", morto, com o crâneo varado por uma bala. Para alcançar uma expressão nacional, Angelim cobre a cabeça com um turbante

de gêntio e traz os pés descalços. Isso é mais ou menos como se disséssemos hoje que "a emoção estourou no peito dos Cabanos tal qual uma bomba atômica". E numa espécie de sublimação patriótica, todos se assinalam no avanço supremo de tomar o Trem de Guerra, o reduto inexpugnável da Legalidade.

Os Cabanos recuam e avançam. Tornam a avançar e recuar doidamente, sem descanço e fraqueza física. Os que morrem são imediatamente substituidos por outros. Já se começa a pisar sôbre montões de cadaveres. Êste quadro, apesar de horrível, resgata-os da pecha de traiçoeiros. Angelim, colocado sempre no lugar mais exposto, não céssa de arengar. "Porque não seguem êsses despótas e vís tiranos o exemplo dos chefes rebeldes que se acham à frente dos seus companheiros? E' porque são covardes. Paraenses, seja o vosso brado vencer ou morrer". ! (Motins cit. 104 — 105).

Diante dessa vitória e do abandono em que se vê, o Marechal abandona a cidade na madrugada de 23 de Agosto e transfere a séde do govêrno legal, para bordo dos navios do seu comando. Procurando honestamente verificar até que ponto chegára a sua ação, "escreve à Regência, já a bordo da corveta capitânea — A mim tinha o destino reservado a sorte, de presenciar a desgraça desta Província depois de uma vida arriscada e laboriosa de aturadas campanhas". E, noutro ponto de suas atitudes, vemos à influência que Taylor e outros lhe desejaram impôr, para que abandonasse a cidade disfarçado em trajes de mulher. Mas, o Marechal consciênte de seu passado, tão límpo e valoroso, apaga as derradeiras chamas da insinuação ao seu disfarce humilhante, deixando a cidade como um verdadeiro homem. Nada mais justo nem mais simpático.

Tudo isso é sem dúvida muito heróico, observadas, evidentemente, as atitudes de defesa humana e terri-

tórial. Será, é certo, um acontecimento para muitos discutível, porquanto o fáto histórico da Cabanagem, implica para alguns, no reconhecimento do sentimento reativista; enquanto que, para outros, o fáto natural é o da ambição pessoal. Por isso, e pelas razões invocadas, temos que vêr um Ambrosio Ayres, Bararoá, tão glorioso e tão valente, quanto um Eduardo Angelim.

O período do seu aparecimento é o Amazonas. Observa-se, com efeito, nos documentos observadores dessa época obscurantista, uma campanha fecunda e de êxito dos bararoenses, em tôda a região da Mundurucaina, que a geografía dos meiados do século XIX fixava na margem austral do Amazonas e do Baixo Madeira. E' verdade que nêste superlativo de derrotas contra os inimigos da Lei e do Império, Ambrosio Ayres, contou com o exemplo de coragem e lealdade de Rodrigues de Souza. A derrota dos Cabanos nos Autazes, quando pretendiam caír num massacre sem limites sôbre Manaus, é de impressionar.

Havia é certo o perigo das cidades do Baixo Amazonas, que numa absoluta ausência de pruridos legalistas, aceitaram a demagogía de Apolinário Maparajuba e Eduardo Angelim. Abria-se com isto o futuro de Bernardo de Sena, que com 1.800 homens em Icuipiranga, pede para dirigir a expedição do Alto Amazonas, afim de se vingar de Henrique Cordeiro. Pelo menos é o que se pode concluir, pelo conhecimento que temos de que, por motivos políticos, havia sido remetido para Belém, amarrado em ferros.

Com essa série de vitórias em todo Baixo Amazonas, Bernardo de Sena, para o bom desempenho da expedição, deixa Maparajuba em Santarém, que com a fuga espetacular de Rodrigues de Souza, caíra sob a pressão das forças eduardistas, dirigindo-se para Manaus.

Com êsses acontecimentos chegamos a Ata da sessão extraordinária da Câmara, convocada para ouvir

lêr um Memorial de Bernardo de Sena, Chefe da Expedição vinda de Icuipiranga para aclamar em Manaus o Presidênte Eduardo Angelim, bem como fazer a nomeação de novas autoridades (8 de Março).

Aos oito dias do mês de Março de mil oitocentos trinta e seis nesta Vila de Manaus, em as Casas da Nação que serve de Camara Municipal onde se achava a mesma reunida extraordinariamente com a Presidencia de Francisco Gonçalves Pinheiro, as nove horas do dia foi aberta a sessão. E logo declarou o Presidênte da Camara que tinha convocado aos Snrs. Vereadores e mais Cidadãos para esta sessão extraordinária, em consequência de haver ontem recebido um ofício do Snr. Francisco Bernardo de Sena, comandante da expedição do Rio Negro com a data de 7 do corrente em que versava sobre o elevamento das autoridades civís que possam pertencer a esta Vila, o que ora não existem, porquanto não achando o dito Snr. Comandante da força ora aqui existente serem as ditas autoridades de confiança sua e do Público por se tornarem suspeitas na atual crise, passava a fazer nomear novas para exercerem os ditos Empregos e pedia aos Snrs. Vereadores conjuntamente com os Cidadãos houvesse de dar por aprovados aos Candidatos adiante nomeados: para Juiz de Paz o benemerito Cidadão João Inácio Rõiz do Carmo; para Provedor da Fazenda Pública o Cidadão Martinho Joaquim do Carmo, para Escrivão interino da mesma Fazenda Bernardo Francisco de Paula e Azevedo, para Procurador Fiscal da mesma o Cidadão Joaquim Rõiz Callado, e para Almoxarife da mesma João de Souza Coêlho. E para Juiz de Direito o Reverendo Vigário desta Comarca, João Pedro Pacheco. E no mesmo áto o dito Snr. Comandante da Força Armada Francisco Bernardo de Sena apresentou um memorial cujo dito Snr. pediu que fosse lançado na Ata, o qual é do teôr seguinte: Em virtude dos atentados praticados na Capital da Provincia, pelo Presidente Português Manuel Jorge Rõiz da mesma ajudado, este com alguns seus coniventes do interior tem motivado que parte dos Brasileiros se ponham em ação de defesa motivos êstes claros, e que não tem logar em um tempo de um Govêrno livre, existindo por isso Brasileiros em ferros como presentemente acontece na Vila Tapajós, o que tem dado motivo ali pelo Juiz de Direito daquela Comarca, Joaquim Rodrigues de Souza e Ambrosio Pedro Ayres, Europeu Alemão, por isso intruso Capitão dos Guardas Nacionais da Freguesia de Bararuá e nesta Vila Henrique João Cordeiro Juiz de Direito interino, este chegando a pontos tais que não só atacava os direitos individuais dos Cidadãos Brasileiros como arrogava a si aquilo que juntamente a Lei lhe confere, como

justo seja acreditado pelos seus átos oficiais dirigidos por toda esta Comarca e como eu fosse vitima dessa barbaridade, sendo por essa autoridade chamado á sua presença arbitrariamente valendo-se do seu poder e depois de existir três dias preso fui lançado pelas oito horas em ferros e remetido para um logar remoto, e alí conservado com uma Guarda Armada e municiada, por tempo de cinco dias entregue ao capricho e descrição de um tal Juiz, remetido depois dessa data para a Capital da Provincia com cartas até particulares para assim poder levar a sua malvada complacencia ficando por isso transgredindo bastantemente o Codigo do Processo Criminal Arts. 98 e 209 e sendo em direção remetido contra o exposto dos artigos nomeados, e chegando no logar de Icuipiranga achando alí uma força estacionada disposta a defender a Constituição do Império com a reforma decretada e a pessôa de S. Magestade Imperial o Snr. Dom Pedro 2.º e Nacionalidade Brasileira com intenção de levar ao conhecimento do Govêrno Central pedindo-lhe um Govêrno livre e independente de partidos, e por isso fazer justiça aos Brasileiros Paraenses e vendo estes que me achava manietado em ferros me puseram em liberdade ficando debaixo de meu Comando mil oitocentos homens a fim da Sustentação do acima mencionado; a Lei me não chama para Política em virtude do Art. 50 do Código Criminal; mas em consequência dos acontecimentos nesta Provincia tomei a deliberação com o consentimento dessas Autoridades. Anexar para a Comarca do Alto Amazonas a rogar as Autoridades e Cidadãos da Vila Manaus providências que possam libertar a Pátria oprimida, chamando para a Presidência da Provincia o Deputado mais votado, para que assim possa gosar os Povos a tranquilidade; isso até que o Govêrno da Côrte possa deliberar providências a bem da salvação da Provincia oficiando-se por isso aquêle Govêrno, fazendo-se-lhe conhecer o estado deplorável em que está uma das mais belas Provincias pela falta de direção de um sábio Presidênte Brasileiro a quem os Liberais Paraenses obedecerão as suas ordens legais, e da mesma fórma se oficie a todas as Comarcas do Alto e Baixo Amazonas, e mesmo ao Govêrno atual do Pará que na Vila de Manaus, Comarca do Alto Amazonas existe já a força declarada e nos princípios firmes já expostos e quando contrário aconteça forte barreira farei aos usurpadores dos Direitos Pátrios, e prontamente estarei a largar as Armas tanto que seja posto na Presidência um Govêrno Brasileiro a quem a Lei o chame, por que a mim não arroga nem uma autoridade, sim, sou um soldado da Lei firme na minha sentinela a expiar dos átos arbitrários, e sendo o meu exposto dos agravos das ilustres Autoridades e Cidadãos me ajudem em

virtude da Lei a salvar uma das mais interessantes Provincias do Império.

E' nêssa altura que a presença de Miguel Apolinário Maparajuba, chefe dos rebeldes de Icuipiranga é tão fortemente sentida, tão grandiosa de atitudes e tão colossal de patriotísmo que me parece útil citar por inteiro a sua Proclamação :

Habitantes do Alto Amazonas. Sendo a minha aparição na Capital desta Comarca unicamente aos fins de fazerem desagravar as Leis derrocadas pelo despotismo e não perpetrar roubos, assassinios, desolações como aleivosamente o espírito da intriga vos quer fazer persuadir deitando ódios sôbre mim que não trabalho se não a defender as nossas garantias e os sagrados direitos do nosso Jovem Patrício o Senhor Dom Pedro 2.º. Em nome de tão sagradas pessôas eu vos invoco, eu vos convido Manauenses a vir tomar parte nas nossas honrosas fadigas; correi ás armas, vinde guarnecer a vossa Vila, não dês crédito ás vozes aterradoras que se tem propalado de quererem roubar a intornar o nunca assaz precioso sangue de nossos semelhantes, vinde sem susto, sem terror, pois a minha presença e da voluntária tropa que me acompanhou a esta Vila se faz mistér regressar sem perda de tempo para o Baixo Amazonas afim de ir fazer tombar naquele cantão o despotismo de que vos já achais livres. Viva a Religião! Viva a Constituição! Viva o nosso Jovem Imperador o Senhor Dom Pedro 2.º! Viva a Assembléia Legislativa. Viva a Regência. Vivam tôdas as Autoridades e Honrados Habitantes do Baixo e Alto Amazonas. Quartel da Força estacionada na Vila Manaus 12 de Março de 1836. Miguel Apolinário Maparajuba e Firmeza 1.º Comandante da Expedição.

Mas o que, do ponto de vista histórico, parece mais interessante de notar-se é o assassinato de Bernardo de Sena por ordem de seus apaniguados. Taqueirinha veste a sua oração fúnebre sôbre o cadaver de Sena com a emoção de um verdadeiro artísta, e, Pacheco se derrama em tantas patriotinhadas, que afinal se oferece para ír ao Rio de Janeiro solicitar uma anistia geral e a separação da Comarca. Seis mêses depois Gregório Naziazeno restabelece a legalidade. E' ver-

---

NOTA : Tôdas as átas e ofícios aquí registrados, foram tirados do apêndice de "A Cidade de Manaus", com apenas a alteração da ortografía.

dade que nessa altura, os Cabanos, sob o comando de Maparajuba, já haviam tomado Serpa e se preparavam para dominar todo o Alto Amazonas, quando as tropas de Ambrosio Ayres tomam a ofensiva do Baixo Amazonas. Bararoá a quem não faltavam as qualidades de guerreiro, bate os Cabanos em Moura e, persegue-os por todo o Baixo Amazonas. Mas o seu grande grito de vitória, é sôbre o cadaver de Miguel Apolinário Maparajuba, cuja tradição de bravura, era reconhecida e proclamada por Bararoá.

Em meio à confunsa politicagem daquela época, o General Soares de Andréa, esquecendo o favor que lhe prestára Tenreiro Aranha em 1831, quando salvou-lhe a vida, mandou-o preso para a Fortaleza da Barra e depois para a Côrte. No Rio de Janeiro, Tenreiro Aranha, saudoso do sol amazônida, volta à Província trazendo em sua companhia o futuro vencedor de Riachuelo, o grande Almirante Barroso. Por essa época Angelim, vê-se sem forças para um combate. Disso se aproveita Barroso para apressar a capitulação da Cidade.

A vitória dêste acontecimento apressa o fim supremo de Eduardo Angelim, que foge espavorido para o Acará, depois de entregar ao Bispo os dinheiros públicos que estavam sob a sua guarda. Andréa, porém, num arrojo do próprio momento, segue as pégadas do chefe Cabano e o faz prisioneiro.

Todos se sentem orgulhosos com o acontecimento. Em Manaus se comemora três noites e três dias a vitória de Andréa. Mas, logo a seguir, Bararoá é assassinado pelos Cabanos nos Autazes.

Com a prisão de Angelim e a morte de Ambrosio Ayres, chegamos ao fim da Cabanagem. Duas características bem definidas ressaltam do movimento Cabano. Uma que apoiava ilegalmente e outra que

defendia legalmente a soberania de D. Pedro II. Tais características é que lhes garantem uma colocação das mais honrosas dentro da História do Amazonas. Há luta e patriotísmo. Luta e reivindicação, sacrifício, coragem, e patriotísmo de lealdade e amôr a Pátria.

Terceira Parte

De 1850 a 1950

Capitulos:

9.º - A elevação do Amazonas à categoria de Provincia
10.º - Os Presidentes da Provincia
11.º - A guerra do Paraguai
12.º - A escravidão Negra
13.º - Os administradores da fase Republicana
14.º - Canudos
15º - A revolução do Acre

A elevação do Amazonas à categoría de Provincía

O reconhecimento da Provincia. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha e os seus seguidores. Os decretos de 5 de Setembro e 7 de Julho. A sanção de D. Pedro II, referendado pelo ministro do império, Visconde de Monte Alegre. Biografia do fundador da Província descrita por seu filho Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha.

IX

Êste é o grande momento de um povo, glorioso e forte, que tornou positivo os princípios essenciais da vocação histórica do Amazonas, para a obra que estamos construindo com idealismo e patriotísmo.

Para nós, como para o Amazonas, não há, depois de sua elevação à categoría de Província, outro acontecimento mais culminante — êle nos descortina a armadura homérica dos seringueiros, juteiros, piassabeiros, castanheiros, madeireiros, garimpeiros, vaqueiros, na sua luta de tôdas as horas e todos os instantes, pelo engrandecimento do Vale maravilhoso.

Nêsse monumento histórico do 5 de Setembro de 1850, é que encontramos a edificação imortal de nossa secularização ofuscada, é bem verdade, mas, sempre varonil, sempre de pé e cheia de esperança.

Eis porque a nossa admiração por João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, José Saturnino da Costa

Ferreira, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Angelo Custodio, Souza Franco, Manuel José de Albuquerque, Fernandes da Silveira, Paula Candido, Miranda Ribeiro, Jeronimo Coêlho, José Saturnino da Costa Pereira, Holanda Cavalcante, Miguel Calmont du Pin e Almeida, Marquês de Abrantes, José Henrique de Matos, João Inácio Roiz do Carmo, Manuel Thomaz Pinto, Manuel Gomes Corrêa de Miranda, Joaquim Gonçalves de Azevedo, D. Romualdo Antonio de Seixas, Marquez de Santa Cruz, João Candido de Deus e Silva, Lino Coutinho, Cunha Matos e tantos outros, é, eterna e colossal.

A idéia da criação da Província do Amazonas domina a imaginação dos grandes homens daquele tempo. D. Romualdo Antonio de Seixas da tribuna da Câmara Federal apresenta um projéto à deliberação da casa, em 27 de Maio de 1826, transformando a Comarca à categoría de Província, com o auxílio de 12.000,00 fornecido pelo Maranhão até que suas rendas lhe bastassem.

Em 1826, num belo gesto da comissão de estatística da Câmara, o projéto de Província do Amazonas faz grande número de adéptos e admiradores, chegando-se a um bem elaborado parecer, com estas palavras animadoras e sensatas :

> *"A comissão de estatística, reconhecendo os grandes melhoramentos de que é suscetível o imenso território da comarca do Rio Negro, em que existe uma população civilizada superior a 16.000 almas, além de 62.000 indigenas errantes ou sedentários, ainda não atraídos á sociedade, e ponderando que, sem o estabelecimento de um govêrno local, que promova de perto o interesse, daquele vasto e riquíssimo país, não se podem colher os grandes benefícios prodigalizados pela natureza; tem a honra de apresentar o seguinte projeto de lei: "A Assembléia Legislativa do Império, decreta: — Art. 1.º Criar-se-á uma nova provincia denominada — Provincia do Rio Negro — a qual compreenderá todo o território que formava o antigo govêrno dêste nome, da Provincia do Pará. Art. 2.º — A cidade capital da nova provincia será na povoação da Barra sôbre o Rio Negro, e terá o*

nome de cidade de São José da Barra. Art. 3.º — Criar-se-ão nesta provincia o presidente, comandante militar, junta da fazenda, conselho geral e conselho administrativo da mesma categoria e vencimentos dos das provincias de segunda ordem do Império. Art. 4.º — Ficam derrogadas tôdas as leis e ordens em contrário. "Paço da camara dos deputados, 15 de Outubro de 1827. — Raimundo José da Cunha Matos — Romualdo, arcebispo da Bahia — Marcos, bispo do Maranhão — L. P. de Araújo Bastos — Luiz Augusto May".

Tal projéto depois de aprovado e impresso, foi dado em discussão e defendido ardorosamente por Lino Coutinho, Holanda Cavalcante e Cunha Matos. Mas, sem saír da própria ambiência e sem maiores resultados até 1832, tornou-se o instrumento inconsequênte do Congresso.

Em 1835, o Brasil é agitado por uma onda de desmembramento e questões políticas, com repercussões profundas no futuro da nacionalidade e da disciplina social. A regência de Diogo Antonio Feijó, ainda preocupada com a revolução federalista do Rio Grande do Sul, cujo chefe principal era Bento Gonçalves, arcava também, com as consequências da politiquisce. A revolução se alastrava e os imperiais sofriam a derrota de Rio Pardo e a perda de Laguna (1839). Mas, é nêsse momento que vemos surgir a figura grandiosa do dr. João Candido de Deus e Silva, que solidarizando-se com a criação da Província do Rio Negro, apresentou o seguinte projéto :

"A Assembléia Geral Legislativa decreta : — Art. 1.º — Fica criada uma nova provincia na comarca do Alto Amazonas que se denominará — provincia do Rio Negro — desmembrando-se para isso da provincia do Pará todo o território compreendido pela comarca do Alto Amazonas. Art. 2.º — Serão limites desta provincia os mesmos da comarca do Alto Amazonas. Art. 3.º — Esta provincia será de segunda ordem e o Govêrno fica autorizado para criar nela uma recebedoria das rendas gerais, a mais simplificada que fôr possivel, submetendo-a á aprovação da Assembléia Geral. Art. 4.º — Fica igualmente criada na mesma provincia um bispado igual ao de Mato-Grosso, para o que o govêrno do Império solicitará ás necessárias bulas apostólicas.

Art. 5.º — A respectiva assembléia provincial designará o lugar mais próprio e conveniente para a capital daquela provincia; enquanto esta assembléia não se reunir, residirão o presidente e o prelado na vila da Barra do Rio Negro, sua antiga capital. Art. 6.º — Os presidentes do Rio Negro e do Pará ficam autorizados a conceder por sesmaria, terras devolutas, aos moradores na Guiana respectiva a cada provincia, os moradores delas ou aos que para o futuro forem nela residir. Estas sesmarias serão de meia légua, uma légua e duas em quadro, segundo os meios que tiverem para cultura os que as pedirem. Art. 7.º — Ficam por vinte anos estas sesmarias isentas de pensão alguma, e só passado este prazo pagarão modico fôro, arbitrado pela assembléia da provincia para os cofres provinciais, não podendo em tempo algum serem alienados os terrenos sem licença do govêrno da provincia, pago o respectivo laudemio, sob pena de comisso. Art. 8.º — A assembléia provincial do Rio Negro será composta de vinte deputados. Esta provincia dará dois deputados e um senador á Assembléia Geral Legislativa do Império. Art. 9.º — Ficam revogadas todas as leis em contrário".

Ainda desta vez o curso dos acontecimentos não foi alterado. A simplicidade inocente de alguns parlamentares, defendia com ilustrações de peguismo e ironia o "grand écart", a mistificação de que não tinhamos agricultura, navegação, comércio, indústria e desenvolvimento bastante para a medida suplicada. Era, positivamente, a lógica do **deixa como está para vêr como fica.** Aliás, desenvolvida e melhorada nos tempos atuais.

Em 1840, tivemos a nossa primeira aprovação. Mais feliz porque o Ministro dos Extrangeiros, Honório Hermeto Carneiro Leão, numa representação imperiosa, urgente, frenética da própria personalidade, insinuou e quasi exigiu, a divisão do território do Pará em duas Províncias. Com a volúpia que se entrega ao ideial e acaba caíndo no êxito, o deputado Angelo Custódio, a 12 de Maio de 1843, solicitou fôsse o projéto dado em andamento. Assim é que vemos surgir favoráveis aos nossos desejos de emancipação política, as figuras patrióticas e esclarecidas de Souza

Franco, Manuel José de Albuquerque, Fernandes da Silveira e Paula Candido.

A defesa representativa de Souza Franco, ex-presidênte do Pará, é de pureza ascencional e, uma das mais brilhantes do ardoroso defensor dos amazonenses. Ela parte do patriotísmo consciente de um dos maiores estadístas do Segundo Império e atinge em cheio o cerebro maquiavélico dos que teimavam em negar ao Amazonas a sua soberanía política. Sua argumentação vitoriosa traz à baila a obra gigantêsca de Lobo de Almada e as lutas da Cabanagem. O parlamentar insolúvel, na sua emenda brilhante, deixava bem claro que a nova Província teria "os mesmos limites do antigo govêrno e comarca do Rio Negro" que Xavier de Mendonça marcára. Mas o projéto em obediência a lei passou ao Senado onde o deixaram à margem, relegado ao esquecimento.

No entanto, diz Artur Cesar Ferreira Reis, já se tornára o caso da autonomia do Rio Negro um dos mais importantes para a nação, porque envolvia a sua defesa nas fronteiras do norte, abandonadas, expostas aos insultos de extrangeiros, como sucedêra no vale do rio Branco com a intrusão dos inglêses vindos da Guiana Britânica. No Pará, mesmo os seus homens públicos se preocupavam, de há muito, considerando a providência acertadíssima embora não com a larguesa projetada, pois a queriam ficando o govêrno do Rio Negro subordinado ao de Belém, como nos tempos coloniais. O ambiente de desconfianças para com o Amazonas ía desaparecendo. Todos se convenciam do infrutífero de qualquer esfôrço para levantá-lo sem aquela medida. E tanto assim que o conselho provincial a solicitára à Assembléia Geral do Império. Depois, em idêntico proceder, a Assembléia Provincial, concordando com o deputado João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha que, a 7 de Novembro de 1844, se declarou abertamente ao lado dos amazonenses com a seguinte

peça legislativa — "Indico que se dirija à Assembléia Geral uma representação para que a comarca do Alto Amazonas seja elevada à categoría de Província".

Felizmente a personalidade marcante de Jeronimo Coêlho, ex-deputado por Santa Catarina, Ministro da Guerra e Marinha no Ministério de 2 de Fevereiro de 1844, governando o Pará, em 1849, enviou ao Parlamento um projéto de dezoito artigos, que criava a Província de São José do Rio Negro, subordinada a do Pará, com oito deputados à assembléia paraense, um representante ao Senado e dois à Câmara.

Êsse o terrível drama do Amazonas, o drama que levou o Marquês de Abrantes, a se pronunciar nos seguintes termos: Vem a ser — que a Comarca do Rio Negro, enquanto foi administrada por Governadores, no tempo da monarquia absoluta, prosperou; a Secretaría e a Tesouraría do Pará podem oferecer documentos valiosos do estado e do progresso em que ía o Rio Negro, durante a administração particular dos Governadores. A renda pública tinha aumentado; a colonização tinha prosperado; a população tinha-se avantajado; havia um qual ou qual comércio regular com a capital e com os Estados vizinhos; havia estabelecimentos industriais que se achavam em via de progresso; tal é o fáto que tenho por incontestável; não é atestado por uma ou outra informação gratuita de habitantes a quém convenha a criação da Província; é provado por documentos oficiais e exátos.

Acompanhando a política de José Saturnino da Costa Pereira, Holanda Cavalcante e Miguel Calmont du Pin e Almeida, em favor de nossa reivindicação libertária, Tenreiro Aranha e Souza Franco, desfecharam o golpe decisivo na Comarca Federal, nas sessões de 23 e 30 de Junho, respectivamente, rebatendo de uma vez por tôdas, as alegações inveridicas e exigindo a elevação do Amazonas à categoría de Província.

Já se falava muito nessa época do desprestígio

politiqueiro de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Visconde de Vergueiro, Carneiro da Cunha, Souza Martins, Henrique de Rezende e tantos outros espíritos emparedrados, ao preconceito da demagogía, nada disposta a elevação do Amazonas à categoria de Província.

Evidentemente, o grande êrro da mediocridade de Vergueiro, rolava por terra. Fôra possível concretizar o grande desejo dos amazonenses. O Senado não dava mais ouvidos aos tons menores e modulosos que ameaçavam eternizar-se na desautonomia da Província, de modo a torná-la inócua na sua reparação após o 7 de Setembro de 1822. Mas o Amazonas consegue vencer essa espécie de adolescência prolongada com a aprovação do projéto, em 28 de Agosto. E afinal, "subindo à sanção, o govêrno Imperial não se mostrou indeciso. D. Pedro II, referendado pelo ministro do império, Visconde de Monte Alegre, pela lei 592, de 5 de Setembro de 1850, satisfez a maior aspiração da comarca".

CRIAÇÃO DA PROVINCIA DO AMAZONAS

Lei n.º 582 — de 5 de Setembro de 1850

Eleva a Comarca do Alto Amazonas, na Província do Grão Pará, à categoria de Província, com a denominação de — Província do Amazonas.

Dom Pedro por Graça de Deus, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Suditos, que a Assembléia Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º — A Comarca do Alto Amazonas, na Provincia do Grão Pará, fica elevada á categoria de Provincia com a denominação de Provincia do Amazonas. A sua extensão e limites serão os mesmos da antiga Comarca do Rio Negro.

Art. 2.º — A nova Provincia terá por Capital a Vila da Barra do Rio Negro, enquanto a Assembléia respectiva não decretar a sua mudança.

Art. 3.º — A Provincia do Amazonas dará um Senador e

um Deputado á Assembléia Geral: sua Assembléia Provincial constará de vinte Membros.

Art. 4.º — O Govêrno fica autorizado para criar na mesma Provincia as Estações fiscais indispensáveis para a arrecadação e administração das rendas gerais, submetendo-as depois ao conhecimento da Assembléia Geral para a sua defenitiva aprovação.

Art. 5.º — Ficam revogadas tôdas as Leis em contrário.

Mandamos portanto a tôdas as Autoridades, a quem o conhecimento desta Lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nela se contêm. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos cinco de Setembro de mil oitocentos e cincoenta, vigésimo nono da Independência e do Império.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Visconde de Monte Alegre

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que Houve por bem Sancionar, elevando a Comarca do Alto Amazonas, na Província do Grão Pará, à categoria de Província, como acima declara.

Para Vossa Magestade Imperial Vêr.

Francisco Leitão de Almeida a fez,

Eusebio de Queiroz Coitinho Mattoso Camara.

Selada na Chancelaria do Império em 11 de Setembro de 1850.

Josino de Paiva Magalhães Calvet.

Registrada a fl. 49 verso do Livro 1.º de Átos Legislativos. Secretaria de Estado dos Negócios do Império em 17 de Setembro de 1850.

Estacio Maria da Costa e Abreo.

Creio ainda, e sempre mais, que a nomeação de Tenreiro Aranha, para governar a Provincia a 7 de Julho de 1851, marca o ponto básico de nosso ideal perfeito, num momento em que o Amazonas atinge o pico de civilização de seu ambiênte alimentado pelas descobertas históricas e científicas. E é entre o olimpismo dos nossos defensores e o anátema dos nossos contestadores, que êle se ergue orgulhoso e grandioso do drama que se representa, do dia 5 de Setembro de 1850 e vive o instante emotivo de nossa elevação à

categoría de Província. E é assim, porque, a originalidade maior dêsse dia que tamanha influência veio a dar nos destinos do Amazonas de hoje é, na verdade, o de ter êle sido perfeitamente estabilizado na fé do bem-estar social e na consecução de um regime de Ordem e Progresso.

Não resta a menor dúvida, impressiona, desde os primeiros instantes, a segurança e a inteligência extraordinária de Tenreiro Aranha, em defesa dos amazonenses. Segurança que não posso deixar de aplaudir, pela evidência da ação e da varonilidade; inteligência que reconforta gerações, pela grandesa vertical e eficaz de dilatar um país que se vae descobrindo cada vez mais forte e mais democrático.

Essa simpatia, se me afigura mais verdadeira à proporção que se caminha para a sua biografía brilhantemente descrita por Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha: "Grato, em todos os sentidos, à memória do autor dos "Elementos do Comércio", deixaria de cumprir um dever sagrado se não traçasse estas ligeiras linhas, firmado em documentos autênticos ,para apontá-lo à posteridade no número dos homens ilustres do país. E,' pois, a êle a quem devo o ser; e daí a dita de, dez anos depois de seu falecimento, poder eu dar à luz da publicidade o mais belo fruto de seus mais aturados estudos.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha é um nome respeitado entre nós por seus bons escritos na imprensa jornalística do país, e por sua palavra refletida e autorisada na tribuna parlamentar; e venerado pelos seus feitos gloriosos em pról da independência política e da integridade do império.

Tenreiro Aranha nasceu na cidade de Belém, capital da província do Pará, a 23 de Junho de 1798. De seus antepassados pouco sei, mas nos Anaes de Berredo e de Beauchamps acham-se os Maciéis e Aranhas, governadores do Pará e Maranhão, dos quais êle

descende. Seu pai, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, era neto, por parte materna, de Bento Maciel Parente, e pela paterna de Bento de Figueiredo Tenreiro, capitão-mór de Gurupá e provedor da fazenda real na província do Pará; e sua mãe, D. Rosalina Folkman Tenreiro Aranha, era filha de um oficial militar, vindo de Portugal em serviço da mesma província.

Quando Tenreiro Aranha chegou ao uso da razão, seu pai estava no exercício de um dos melhores empregos que havia na cidade de Belém — era escrivão vitalício da Alfândega.

Tinha êste, portanto, além de bons desejos, bastante erudição e meios para não se poupar a educação do filho, que destinava à carreira das letras: a morte prematura, porém, vindo cortar-lhe o fio da existência aos 25 de Novembro de 1811, frustou-lhe com a vida também a esperança de levar a efeito a formação do futuro dêsse filho em que descobria brilhante talento.

Assim, orfão então de curta idade teve de sentir, para logo a viuvez de sua mãe e a falta de seu primeiro amigo.

A nossa habitação, dizia Tenreiro Aranha, era um quarto de légua fora da cidade, no aprazível sítio da "memória", onde tive os prazeres dos meus primeiros anos, que ainda recordo com saudades.

Daí veio o epiteto de João da memória, porque foi sempre conhecido. Com a morte de seu pai ficou a casa reduzida a quase nenhum rendimento, e dessa forma já não havia sobras que podessem ser aplicadas a bem de seus estudos em alguma universidade.

Tenreiro Aranha, que já tinha criado amôr às letras, vendo baldadas todas as esperanças que nutria de formar-se, tratou de concluir algumas matérias do curso de humanidades, que já havia principiado a estudar, e a aprofundar outras que já sabia. Em 1812 fez público exame de princípios de matemáticas com grandes aplausos de seus mestres.

Apenas chegou a idade de 14 anos sentiu, como todos homens de senso a necessidade de aplicar-se a algum modo de vida, para que fôsse menos pesado, se não útil, a sua família. Foi escuna de guerra, sob o comando de um capitão-tenente com quem fez sete viagens e aprendeu, segundo êle mesmo me referiu, a ser agradecido pela estima com que fôra sempre tratado.

Êste honrado oficial era o capitão de mar e guerra José Joaquim da Silva.

Em uma dessas viagens foi êle a Côrte do Rio de Janeiro e aí poude aproveitar a ocasião para requerer o emprego ou a remuneração dos serviços de seu pai em benefício de sua família, em virtude de uma lei, que então existia em vigor, mandando dar preferência aos filhos habilitados à entrarem para os lugares dos pais.

"— A minha pretenção diz êle, em um escrito que tenho a vista, foi tão atendida na Côrte, que chegando eu lá em março de 1812, sem demora se expediu provisão pelo Tesouro Público para a Junta de Fazenda do Pará informar a respeito; desta informação dependia a minha sorte, a de minha mãe viuva e da família desditosa.

"Um membro da junta me inspirava sérias desconfianças, que mais tarde se realisaram !

"Êsse homem assentou de levar, além túmulo, o ódio consagrado ao meu pai e a tudo quanto não fôsse venal: o meu requerimento foi condenado a conservar-se com uma pedra em cima apesar dos bons pareceres dos outros vogaes.

"— Por uma tão mal entendida e pequenina vingança teve de ficar ao desamparo uma família acostumada a viver com decência, assim como eu de sentir êsse segundo golpe em minha vida ! —"

Sendo necessário que para tratar de negócios de sua casa desembarcasse, requereu e obteve então passar

daí para o lugar de amanuense da contadoria da Junta de Fazenda em 1815.

Chegando em 1818 ao Pará o general Conde de Vila-Flôr com autorização de criar um esquadrão de cavalaria, tratou logo de organizá-lo com a mocidade instruída da província.

"Sentí, diz Tenreiro Aranha nêsse mesmo escrito a que já tive ocasião de referir-me, certo entusiásmo, desculpável em minha curta idade e, pelo que, tendo sido convidade, não hesitei em ir-me alistar voluntàriamente. —"

E com efeito assentou praça em 19 de Janeiro do mencionado ano e nessa mesma data, por ordem do dia do governador e capitão general da província, foi promovido a sargento-ajudante cargo que continúa a exercer, mesmo depois de reconhecido cadete.

"— Não havia, diz êle, ajudante-oficial nem secretário nêsse corpo, e eu era tudo. O esquadrão e tôda tropa no Pará estavam então como de serviço em campanha, e desde o toque de alvorada até ao depois da revista incerta eu não podia descançar; tive, bem me lembro, um cavalo que se acostumou a comer com o freio na bôca.—"

Não obstante lhe ser por demais escasso o tempo que tinha, ainda ía assistir as lições do 3.º ano matemático; o que lhe fez merecer o melhor conceito de seus superiores, e tanto foi êste que, por proposta do mesmo general, Sua Magestade El-rei D. João VI lhe conferiu o posto de alferes.

"— Ao tempo, em que me chegou essa patente, (1821), já no Pará se havia proclamado a constituição portuguesa, e como a ordem do dia era a desobediência aos decretos vindos da Côrte do Rio de Janeiro, não quiz o govêrno do Pará pôr o cumpra-se nela. Era de esperar isso mesmo numa crise, em que um bando de rapazes gritadores, do sequito do quadrilheiro Vilaça, estava insuportável com as manobras de sua regenera-

ção, e tanto assim que eu preveni-me antes, requerendo escusa do serviço militar e no firme propósito de retirar-me da vida pública.—"

Em 1822, achando-se êle já ligado por consórcio a D. Maria Emilia Portal de Carvalho, filha legítima de Francisco Joaquim Portal de Carvalho, fazendeiro abastado da ilha do Marajó, quiz ír fundar um estabelecimento de agricultura fóra da cidade. Prestes a realisar êsse pensamento foi convidado para voltar ao serviço na contadoria, de onde tinha saído para assentar praça.

—"O deputado escrivão da junta e o contador, dizia Tenreiro Aranha, me ofereceram o lugar de escriturário, e eu levado pelo bom conceito que me merecia, e de todos geralmente, tão bons chefes, aceitei —".

Isto prova que em outro tempo havia certo espírito de classe e proteção bem entendida, que não se encontra hoje e que bastante influia a quem se dedicasse ao serviço do Estado.

Passados alguns mêses depois disto, Tenreiro Aranha teve acesso ao emprego de almoxarife do hospital, devido a lei de 1.° de Abril de 1791, que dava preferência para os lugares de fazenda aos candidatos habilitados por conhecimentos intelectuais e serviços da profissão.

"— Raro é achar-se, dizia êle, o que se chama zêlo da Fazenda unido à probidade, como eu achei nos primeiros empregados desta repartição, e a estima e opinião dêsses homens tão probos quão sinceros e francos que eu merecí. Com isso muito me gloriei—".

Era já tempo em que Tenreiro Aranha também devia fazer um papel na cena política: o seu coração brasileiro não podia ser indiferente às comoções porque passa e sofre o homem livre, quando se vê reduzido à escravidão ! E assim foi.

"— Quando o Brasil, dizia êle, precisava dos esforços de seus filhos para poder entrar na lista das

nações livres, e quando à testa dêles o próprio Príncipe herdeiro do trôno já havia feito resoar nos campos do Ipiranga o primeiro brado — Independência ou morte — eu não podia ser indiferênte ao impulso do patriotísmo, que pela liberdade da minha pátria me inspirava a natureza e educação (1) —".

Em 1.º de Março de 1823, tendo sido derribado do poder na província do Pará o govêrno constitucional e a câmara eleita, e nomeado por essa mesma ocasião um govêrno ilegal, à cuja ordem prenderam-se muitos cidadãos classificados de dissidêntes, por serem afétos ao sistema constitucional e a causa da independência do Brasil, Tenreiro Aranha escapou dessa perseguição, devido ao pedido de alguns amigos seus que se achavam nas graças do poder.

A êsse respeito escreveu êle o seguinte :

"— Escapei de ser prêso nessa ocasião por haver quem por mim se interessásse junto do poder despótico do Vilaça, contudo era sempre apontado e vivia em risco por têr escrito e publicado algumas idéias a favor da causa do Brasil no Periódico Paraense, e sustentado com energía a eleição da Câmara".

Daí veio que Tenreiro Aranha não se descuidasse mais de dar todos os passos, fazendo mesmo sacrifícios de dinheiro, afim de obter com que no Pará se proclamasse a — independência, e o imperador — que já se havia aclamado no Rio de Janeiro e nas outras províncias do sul.

A 14 de Abril dêsse mesmo ano tentou, acompa-

---

(1) Desde o ano de 1807, em que o Monarca El-rei D. João VI veiu para o Brasil, que seu falecido pai, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, lhe havia despertado a sublime idéia da — elevação e independência da cara pátria, — escrevendo um drama intitulado A Felicidade do Brasil, e que foi recitado no teatro, na cidade de Belém.

Nessa importante peça literária Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha com espírito lúcido e vivaz e eminentemente patriótico, senão profético, apresentou em quadro magnifico — os futuros destinos do Brasil, — os quais tivemos a dita de vêr realizados pelos sucessos de 7 de setembro de 1822.

nhado de seus amigos, a sua gloriosa emprêsa, ouvindo-se pelas 4 horas da madrugada, pela primeira vez, resoar na formosa cidade de Belém patrióticos vivas a — independência e ao imperador ! —

Um consciencioso escritor, que em 1850 encarregou-se na cidade de S. Luiz do Maranhão de biografar a vida de Tenreiro Aranha, tratando de seus serviços prestados a — independência — assim se expressou :

"— Na flôr dos anos, todo o Pará viu o sr. Tenreiro Aranha, inspirado pelos manifestos e decretos do fundador do Império, arriscar os bens e a própria vida para proclamar-se a independência política e o imperador; e nós o vimos como militar brioso prestar serviços relevantes à bem da ordem pública e da integridade do Império. Depois da aclamação da independência e do imperador o mesmo cidadão prestante concorreu com tôdo o vigor e patriotísmo, e até com o sacrifício de seus bens e de sua existência, para que aquela glória fôsse duradoura e não poluída, nem sacrificada a humanidade às lavas da anarquía e da devastação.

"Aqui mesmo no Maranhão o vimos por duas vezes emigrado, ora tratando de melhorar a sorte dos infelizes seus compatriótas, ora concorrendo com os bons maranhenses para que à bem de todos o Supremo Arquiteto do Universo difundisse os raios de sua luz—".

Malogrado o heróico intento de 14 de Abril com a prisão de um grande número de paraenses, Tenreiro Aranha que ainda déssa vez escapou à sanha dos inimigos da causa santa da pátria, foi no dia 15 ao hospital entregar os dinheiros e utensílios da Fazenda, que tinha a seu cargo, e daí poude retirar-se, devendo isto ao caráter sisudo e honrado de seus colégas, que de alguma forma tomaram a sí o encargo de pô-lo a salvo fóra, da repartição.

Em a noite de 16 saiu êle da capital em uma canôa levando em sua companhia a Pedro Henrique

de Almeida Seabra e por prevenção um bom prático afim de passar-se ao Maranhão.

"— Seguindo nós, com tôdas as precauções, dizia-me êle, pelo Guamá acima, avisaram-nos que tinham subido escoltas militares para impedir tôdas as comunicações com a província do Maranhão, e por êsse motivo eu e meu amigo Seabra nos vimos em grande risco e na triste posição de voltar e embrenhar-nos nas matas, buscando assim fugir às altas diligências, que já se faziam, para nos apanharem. (1).

---

(1) Ilms. Srs. do Senado. — João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, cidadão natural desta cidade do Pará, escrivão da Mesa Grande da alfandega, 2.° comandante do Esquadrão Imperial de cavalaria e Conselheiro do Govêrno da província, tendo sido um dos primeiros, que por seus escritos, fidelidade e patriotismo deu publicidade aos Manifestos e Decretos de Sua Magestade o Imperador, e à bem da Independência do Brasil se prestou incansavelmente na mais arriscada ocasião para ser proclamado nesta província o mesmo Augusto Senhor e a Independência à 14 de Abril do ano passado de 1823, pelo que arriscou a própria vida e interesses; sofreu às mais terriveis perseguições dos inimigos da Causa e do Império do Brasil; e se viu na precisão de se evadir e reconcentrar nas brenhas, porque sendo processado e pronunciado à prisão, tentaram assassinar o suplicante, e se passaram ordens aos destacamentos e escoltas de fóra para prenderem ou tirarem ao suplicante, o que é bem notório e consta dos papeis públicos e ordens a êsse respeito: portanto, desejando o suplicante levar autenticamente à Presença de Sua Magestade Imperial, e propalar aqueles serviços e todos os mais que depois disso tem prestado à favor do trono e da Pátria, e para manter a segurança e o socêgo da província, implora o suplicante à Vs. Ss. hajam de prestar e recomendar por Acórdão em Vereação, ou por atestado o que fôr verdade a respeito dos seus serviços, conduta e de mais circunstâncias que o caracterisam: Portanto. P. à Vs. Ss. se dignem contemplar ao suplicante na forma requerida.

E. R. Mc.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

ACÓRDÃO

N. 428. — Pg. de sêlo 40 centavos. — Pará, 28 de Julho de 1826. — Cunha. — Pinto. — N. 3.592. — Pg. de excesso, de sêlo 40 centavos. — Pará, 9 de Março de 1841. — P. Tesoureiro Loureiro. — Pereira de Souza.

Acórdão em Vereação. &. O suplicante tem inquestionavelmente feito grandes serviços a causa da Pátria pelo que — promoveu a declaração da sua Independência — como é público, sofreu perseguições e foi pronunciado como

Em 15 de Agosto tendo se realizado a independência do Pará, a ordem foi restabelecida e Tenreiro Aranha viu a sua existência garantida.

Recolheu-se então aos seus penates, sendo a 6 de Setembro de 1823 nomeado, de novo, para o lugar de almoxarife do hospital, do qual — se achava ausente desde 23 de Abril, (1) afim de escapar à opressão dos rebeldes à causa da independência do Brasil.

Tais palavras, traçadas em uma peça oficial, honram de certo aquêle a quem são dirigidas.

Depois do feliz sucesso da independência no Pará as pessôas mais gradas da província, em nome de todos os seus habitantes, reconhecendo em Tenreiro Aranha a qualidade de — benemérito — por jamais se haver poupado ao sacrifício a bem da mais justa causa do Brasil, requereram à Câmara (Senado) da municipalidade da capital, afim de ser êle nomeado a ír felicitar em nome da província a S. M. o Imperador, e justificar a adesão de seus povos, até então ofuscada pela maldade dos rebeldes.

Em 16 de Novembro de 1824 foi nomeado escrivão da Mesa grande da Alfândega, lugar que já exercia interinamente desde 14 de Abril do mencionado ano.

Exerceu no impedimento do respectivo funcionário o cargo de Juiz Econômico nêsse mesmo ano e a 15 de Agosto prestou juramento a Constituição política do Império, sendo então Conselheiro do Govêrno da província. Ainda nêsse ano foi designado para tomar

---

— um dos Autores do malogrado ainda que glorioso dia 1.º de Abril 1823, e tem até agora continuado a patentear seus serviços a Independência, ao Império e ao govêrno de S. Magestade o Imperador, desempenhando com pontualidade seus deveres na prestação de continuados e não interrompidos srviços. — Pará, 18 de dezembro de 1824. — Bulhão — Ribeiro — Pinho.

---

(1) Não sei a que atribuir esta divergência em datas, se a engano ou precipitação ou se a grande proteção, da parte do chéfe da repartição, dispensada a Tenreiro Aranha, pela qual se poderia comprometer, dando-o em serviço até êsse dia.

conta do comando do côrpo imperial de cavalaria de Belém, na qualidade de 2.º comandante.

Foi despachado em 1827 para o lugar de administrador da Mesa da Estiva pela junta da fazenda e por alvará de 26 de Fevereiro de 1828 obteve mercê vitalícia do mesmo emprêgo.

Esta repartição, que era anexa à alfândega, foi montada por Tenreiro Aranha, que aí serviu até o dia 30 de Junho de 1836.

Antes desta comissão foi em 1826 incumbido pelo presidênte da província, de organizar um plano para o mais conveniente arranjo e melhor contabilidade e escrituração dos armazens nacionais de marinha, cujo serviço muito satisfez, como declarou o dito presidênte por ofício de 5 de Outubro dêsse ano, em vista do que lhe foi dirigido pelo ministério dos negócios do império.

Em 1828 na sala das sessões da câmara, sendo êle convocado para dar o seu parecer acerca do melhor método de haver abundância de carne verde, e melhorar a sua péssima qualidade apresentou-o por escrito, e as suas medidas foram apoiadas por todos os mais cidadãos que alí tinham comparecido.

No mesmo ano Joaquim José de Sequeira, apresentando um projéto para se criar uma Sociedade promotora de agricultura, comércio e indústria para se estabelecer na província do Pará, Tenreiro Aranha foi nomeado relator da comissão encarregada de estudar e examinar o plano do dito projéto, dando conta dessa missão no mesmo ano de 1828 por meio de acertada opinião, deixando vêr tôdas as vantagens possíveis em benefício da província.

O referido parecer veio a discussão na imprensa periódica de Belém, por ter um dos membros da comissão discordado dos outros e apresentado por escrito seu voto em separado.

Os artigos de Tenreiro Aranha, assinados primeiramente com o pseudonimo um da comissão e depois

o mesmíssimo e último da comissão, atraíram bastante aceitação, não só no país, mas também no antigo continente.

A navegação livre do Amazonas era uma das bases em que se firmava a grande emprêsa de Sequeira, como principal elemento para sua prosperidade, e Tenreiro Aranha sustentou-a com muita vantagem, quer no parecer que apresentára, quer nos artigos que escrevêra, esclarecendo a sua opinião a tal respeito. (1)

---

(1) O ilustrado Sr. Dr. Domingos Antonio Raiol, em seu opusculo A Abertura do Amazonas, sem dúvida por uma fatal casualidade, olvidou-se de tratar dêste fáto, com o qual Tenreiro Aranha, em tão curta idade, conquistou um nome honroso no velho continente, tornando-se dêsse modo ainda mais conhecido no país. Quero crêr que da parte do Sr. Dr. Raiol não houvesse a minima intenção, como historiador, de ocultar essa página à história do magestoso rio Amazonas, mas forçoso é confessar que comemorando e consignando êle merecidamente em seu opusculo os nomes dos Tavares Bastos, Souza Franco, Franco de Almeida e outros distintos varões que honram a política liberal do país, pode com razão ser taxado de parcial, qualidade de que escoimar-se o circunspecto historiador, por cometer a apontada omissão que teria ao seu trabalho o caráter de verdadeiro e exáto.

Para melhor justificar o que tenho aventurado, passo a transcrever parte do discurso de Tenreiro Aranha proferido na camara temporaria, na qual êle trata com o maior interêsse da navegação do Amazonas.

Nêste discurso ocupou-se êle largamente dos negócios da marinha, dos melhoramentos dos portos e principalmente do Pará e iluminação da barra do mesmo pôrto.

Sôbre a navegação a vapôr do Amazonas disse o seguinte :

... ...

Tratarei da navegação do Amazonas e da necessidade que há de animar e proteger esta navegação, como disse, dêsse mediterrâneo pelo qual temos comunicação, navegando pelos seus afluentes, com Maranhão, Goyaz e Mato Grosso, províncias do Império, e se pode ír aos Estados visinhos da Columbia (Nova Granada), Equador, Venezuela e às possessões das nações da Europa, como são Demerarí e Suriname.

Portanto já se vê a necessidade da proteção que se deve dar a essa navegação a bem dos interesses do Império.

Eu, com o meu nobre colega pelo Pará, e outros senhores, apresentamos uma medida que felizmente foi aprovada para se mandar explorar os rios Madeira, Guaporé, Alegre, Jaurú e outros até o Paraguai, e desta medida podem resultar muitos proveitos.

Com essa exploração se há de conhecer quais são os povoados que a

Columbia tem nas margens do Jaurú, porque sei que no congresso de Lima se assentou que a Columbia mandasse restabelecer um povoado nessas margens.

E pela mesma exploração se há de reconhecer a necessidade e a conveniência da despesa para navegação e comércio com Mato Grosso e a Columbia, como até para o Paraguay, e então espero que se reconheça que a despeza dos melhoramentos para a navegação por êsse ponto será muito menor que das estradas por Curitíba. Ora, o direito de navegação que os Brasileiros tem pelos nossos rios e costas, êste direito que indiquei quando se tratou da medida sôbre as casas de comércio, é, certamente, exclusivo dos nacionais : e isso é, Sr. Presidênte, o que eu desejo que se anime e se proteja (apoiados).

E' certo que se disse, Sr. Presidênte, quando se tratou da discussão do orçamento de estrangeiros, que a navegação dos nossos rios se deve facilitar aos estrangeiros...

O Sr. C. Otoní. — Apoiado.

O Sr. T. Aranha... a tôdas as nações, ou ao menos as ribeirinhas ; e então argumentou-se com os tratados de 1815 da paz geral da Europa, com o de Mayence da França e da Austria com a Russia, e com as doutrinas de escritores modernos. Ora, tudo isto não me convence que o Brasil deva abrir os seus rios às nações estrangeiras, porque, se consultarmos a história comercial, e da navegação de tôdas as nações, veremos (não falando nos tempos mais remotos) que a Inglaterra, pelo seu áto de navegação do tempo Cromwel, fez muitas restrições, reservou-se muitos direitos, até o da navegação das suas colonias.

Já de 1822 para diante, quando a Inglaterra estava poderosa e senhora dos mares e da navegação de seus rios, foi que começou a fazer pequenas concessões. A França, pela sua lei desde Henrique IV e pelo seu código de marinha, se reservou êsse direito de navegação nas suas costas e nos seus rios, e ainda agora, em 1836 é que fez o tratado com as nações ribeirinhas. Portugal sempre se reservou a navegação de suas colonias, e ultimamente o Brasil, ainda não era nação independente em 1815, não está sujeito ao tratado que fizeram as nações da Europa nêsse tempo : pelos nossos tratados e nossas leis temos feito conservar o comércio e navegação interior.

Não quero tomar mais tempo à casa, apenas vou mostrar que o nosso direito não está sustentado em tôdas as províncias do império, ou seja por falta de leis, ou de execução delas.

Os nossos regulamentos de administração geral incumbem a nacionalização das embarcações unicamente de barra fóra. A lêi porém da reforma adicional da constituição do império deu às assembléias das províncias o direito de legislarem sôbre a navegação interior dos rios, e as assembléias provinciais tem-se descuidado da legislação a êste respeito, e por conseguinte em todos os nossos rios talvez não esteja sustentado o direito privativo à nossa bandeira, o que não acontece no Pará e pelo rio Amazonas, porque desde 1837, apezar da falta de legislação provincial, sustenta-se a legislação geral pelo principio de que a navegação do Amazonas vai ter as nações visinhas estrangeiras, e tanto assim que se tem matriculado, desde o ano de 1837 até ao de 1847, além

das inumeráveis dos lavradores, 878 embarcações de diferentes lotações, empregadas em navegação e comércio interior, com 8.568 homens de tripulação e dêstes oito mil são brasileiros, assim como são os donos e os mestres.

Ora para sustentar-se em todos os nossos rios é que necessários e convenientes são os cruzeiros dentro dos rios navegáveis, ao menos no rio Grande e Amazonas. Já para alí se tem mandado vapores para servir de correios, e para uma estação fluvial; porém êsses vapores arruinaram-se, já se mandaram recolher e são precisos outros. O nobre deputado pela Bahia, o Sr. Wanderley, teve o cuidado, e eu lhe agradeço, de apresentar uma emenda consignando nesta lei do orçamento a quantia que estava concedida na lei que foi para o senado em o ano passado para a compra de um vopor, afim de ser empregado na navegação do Amazonas. Entretanto mandarei mais uma emenda para, quando o govêrno estiver habilitado, empregar ali dois.

Outras muitas medidas são precisas, como os meus nobres colégas do Pará bem podem confirmar.

O Sr. F. Pena. — Apoiado.

O Sr. T. Aranha. — ... êles sabem que a navegação do interior tem-se sustentado sempre nacional, e até o meu honrado amigo e colléga o Sr. Ferreira Pena sancionou a lei provincial sôbre a navegação interior dos rios, e deu em 1847 as instruções para as matriculas das nossas embarcações que se quizessem nacionalizar.

Outras medidas como ia dizendo, ainda são precisas, e que podem ser preenchidas por êsses vapores no Amazonas.

Uma é a fiscalização sôbre o contrabando que podem fazer os estrangeiros das nações visinhas, e de que falou o meu nobre amigo e coléga pela Paraíba, que aqui se assenta junto a mim (o Sr. Carneiro de Campos), o qual foi em uma comissão honrosa ao alto Amazonas, e lá teve ocasião de conhecer a facilidade com que os estrangeiros podem introduzir os seus contrabandos. Não digo tanto pelo rio Branco, e pelo rio Negro, por onde as catadupas dificultam as embarcações; mas pelo Solimões até à vila de Ega, descendo da fronteira de Tabatinga.

O Sr. C. de Campos — Apoiado.

O Sr. T. Aranha. — Por isso é que digo que o cruzeiro com vapores alí é preciso, e nêste sentido tenho dado informações oficiais, e êsses barcos podem também servir para transportes e para rebocagens, e assim animar a navegação e o comércio, e com os proveitos dos transportes póde obter-se meios para os costeamentos dêles.

Tem-se tentado em diferentes épocas a navegação do Amazonas. Os estrangeiros dos Estados Unidos em 1826 mandaram um grande vapor para ír do Pará com importante carregamento até o Perú. O govêrno da província dêsse tempo participou para esta côrte, e daquí foram ordens que não consentisse. Em 1838, 39 e 40, leis provinciais foram promulgadas concedendo previlégios, isenções e até meios pecuniários para se estabelecer a navegação por vapor no interior do Amazonas.

Uma embarcação de vapor veiu dos Estados Unidos e o proprietário era

brasileiro, estabelecido no Pará, mas à falta de meios e de consignação por deficiência do tesouro provincial, e porque não se acharam acionistas em número suficiênte, êsse vapor voltou para os Estados Unidos, e não se estabeleceu a companhia. Nêstes ultimos anos, na França e na Inglaterra, tem-se tratado de estabelecer companhias de navegação a vapor no Amazonas, e daí se pode coligir que muitos interêsses essa navegação há de produzir, e que grandes desejos têm as nações estrangeiras, navegarem êsse grande rio. Êstes são, pois, os motivos porque convem estabelecer-se a estação fluvial ao menos com dois vapores, para sustentar o direito da navegação nacional. (Apoiados). Finalmente mais uma grande medida se precisa não só para sustentar-se êsse direito, como para a prosperidade de todos os habitantes do Pará e do Brasil inteiro ; não é criação, é restabelecimento da província do Rio Negro, dessa que era capitania com governador subalterno ao Pará, e que depois era província, e que quando se estatuio o Império com a Constituição que nos rege, pelo art. 2.° devia continuar a gosar dos fóros de província, porque o art. 2.° diz que o território do Império se compõe das províncias então existentes, ou cousa que o valha.

O Sr. C. Otoní, — Como agora se acham.

O Sr. T. Aranha. — Ora, se estava dando deputados às côrtes de Portugal, gosando dos fóros de províncias. Tanto se reconheceu isto que o Sr. Martim Francisco, sendo ministro, expediu um aviso pedindo informações sôbre o estado da província do Rio Negro.

Portanto ao nobre ministro da marinha que tão bons desejos tem do aumento e prosperidade do país ; unindo às edificantes vozes do venerando arcebispo da Bahia (apoiados) e às do meu nobre amigo que se acha a testa dos negócios estrangeiros, e às do sábio Dr. Deus e Silva, que se ouviram nesta casa, e aos votos que esta assembléia deu para o restabelecimento daquela província, unindo a tudo, digo, êstes meus acentos, rogo que interponha o seu valimento para a aprovação da lei no senado, porque assim se há de fazer grande benefício àqueles habitantes e ao país pela distância em que se acha o Rio Negro, para que lá tenham ação administrativa pronta que restabeleça os seus grandes interêsses, porque com os seus próprios rendimentos ela se sustentou capitania e província.

Portanto Sr. presidênte, são êstes os fundamentos com que sustento, que tôdas as quantias que o govêrno pede devem ser concedidas para as despesas dos negócios da marinha, e somente mandarei nêsse sentido duas emendas propondo providências a bem da navegação do país e dos melhoramentos pela repartição da marinha, e espero que elas sejam aceitas pelos motivos que temos expendido.

São lidas e apoiadas as seguintes emendas :

"Fica restabelecida a escola de práticos da costa e barra do Pará, criada pelo alvará de 4 de Fevereiro de 1804, estabelecendo-se mais três para as costas e barras das demais províncias.

"A contadoria de Marinha da província do Pará será igualada à da Bahia.

"O govêrno empregará dois barcos de vapor na navegação da província

Tudo isto foi transcrito no Apêndice do Padre Amaro, periódico ilustrado, que então se publicava em Londres na língua portuguesa, vindo precedido dos mais lisongeiros encomios tecidos à robusta inteligência de Tenreiro Aranha, relator da comissão. (1).

Em 1830 foi Tenreiro Aranha nomeado pela câmara municipal da cidade de Belém para fazer parte de uma outra comissão, da qual foi êle o relator.

Em 1831 a crise era ameaçadora para a província, que, bem se podia dizer, estava sôbre um vulcão, porque a nada se respeitava, e a tranquilidade pública era tôda sobressalto !

"— A frente da administração da província, dizia êle, estava o barão de Itapicurú-mirim, e foi nêsse tempo que, por efeito da grande revolução de Abril levantou-se um partido, que intentou ao presidente e depois com os morrões acesos, por fóra do seu posto e da província como inimigo dos brasileiros e comandante das armas Francisco José de Souza Soares de Andréa —".

"— Pareceu-me injusto e atentatório semelhante áto, e abertamente declarei-me em oposição aos seus autores: a soldadesca pela maior parte voltou as armas contra o seu general, e o sr. de Andréa achou nos jovens paraenses a sua defesa e salvação —".

Nessa época previu Tenreiro Aranha as tristes consequências que poderia trazer a guerra civil, escrevendo na Opinião, periódica que então redigia no Pará,

---

do Pará pelo Amazonas e seus afluêntes até os lugares limitrofes do Brasil, sendo os mesmos barcos empregados no serviço de correios, transportes e rebocagem pelo interior. — Tenreiro Aranha.

"Ao § 15 Faróes — acrescente-se — Para continuar a obra do faról na ponta do Ataláia à entrada do pôrto do Pará Cr$ 20.000,00. — Tenreiro Aranha. — Ferreira Pena".

---

(1) O Apêndice do Padre Amaro é um importante trabalho, que tendo corrido o mundo não faltará ainda hoje quem o conserve em lembrança. Tendo em meu poder a parte 17.ª dêsse periódico do ano de 1830 à 1831,

o seu juizo a semelhante respeito.

E de fáto delas resultaram as perseguições de que foi vítima, e mais tarde as desgraças que sobrevieram ao Pará.

Em 1832 fez êle parte de uma comissão nomeada pelo conselho do govêrno da província, em virtude de ordem do govêrno imperial, afim de curar da reorganização do Arsenal de marinha do Pará, sendo dela relator.

Em Agosto do mesmo ano, perseguido por motivos políticos, viu-se forçado a emigrar para os Estados Unidos, donde mais tarde passou para o Rio de Janeiro.

Em viagem, sendo acompanhado por seus amigos Marcos Antonio Rodrigues Martins e José Soares de Azevedo escreveu o Suspiro dos três proscritos, no qual deixou revelar seu éstro poético, pintando a saudade que sentia do seu torrão natal, nos seguintes versos:

Saudade, roxa saudade
Quanto é magico teu goso;
Não fujas, que nós gostamos
Dêsse amargo saboroso.

De volta Tenreiro Aranha, em 1833, fôra informado a bordo, dos sucessos desastrosos da abrilada, anteriores e posteriores à sua viagem, pelos quais negaram a posse ao presidênte Mariani, que, sem pisar em terra, tornou para o Maranhão.

Em 1834, estando já na província o presidente Lobo, entrou no exercício de seu emprêgo, e assim que os facciosos deram cabo da vida dêsse infeliz administrador sem que transigisse com aqueles, retirou-se com licença do inspetor da tesouraria em 1835, indo acolher-se com sua família no hospitaleiro sólo maranhense, onde permaneceu até o ano de 1836.

---

sendo a mais preciosa para a ocasião, por ser aí onde se acha publicado tudo quanto diz respeito a emprêsa Siqueira, inclusive as lisonjeiras palavras dirigidas a Tenreiro Aranha, em vista do parecer e outros trabalhos respectivamente a dita emprêsa.

Durante as duas vezes que emigrou para o Maranhão, não se descuidou, alí de seus companheiros.

Vindo em 1836 o general Soares de Andréa, incumbido de ultimar a pacificação da província do Pará, na qualidade de seu presidênte, Tenreiro Aranha, a convite seu acompanhou-o para ajudá-lo nessa nobre gloriosa tarefa, já tão bem encaminhada pelo marechal Jorge Rodrigues, alistando-se soldado, como já o havia feito outras vezes, em seu braço tornava-se necessário para a defesa do torrão em que nascera. (1).

---

(1) Ilmo. e Exmo. Sr. — João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, para justos fins, precisa que o brigadeiro chefe-superior da guarda nacional, comandante geral que foi da fôrça policial organizada, em substituição da guarda nacional, para a pacificação desta província no ano de 1836, dê documento em que se mostre quando e como se alistou então o suplicante; quais os postos que exerceu e os serviços que prestou nêsse ensejo; quando e porque motivo teve escusa, e qual a conduta e demais circunstâncias como que se houve na briosa carreira das armas o suplicante.

P. a V. Excia. haja de assim ordenar se lhes preste o dito documento.

E. R. Mc.

Pará, 21 de fevereiro de 1853.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

DESPACHO

Marcos Antonio Bricio, comendador das ordens de S. Bento de Aviz e Real Militar de S. Jorge da Reunião de Napoleão. Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, Brigadeiro Reformado do Exército, e Comandante-superior da Guarda Nacional do Municipio da capital do Pará, por sua Magestade o Imperador que Deus Guarde etc. — Atesto à quem tocar o conhecimento dêste, que o Sr. João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha teve praça no Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional, aliás policial, desta cidade, criado pelo general Andréa quando presidente desta província, para coadjuvar a restauração da mesma, arrancando-a ao domínio rebelde; e foi promovido a capitão de uma companhia do referido Esquadrão em junho de 1836, em que serviu até 2 de outubro de 1837, e foi então dispensado do serviço das armas por passar a exercer as funções do emprêgo de Inspetor de alfândega desta mesma província, para que foi nomeado pelo Govêrno de S. M. o Imperador.

A sua conduta é louvável, a sua conduta é digna de crédito e conceito público e particular e cidadão honesto e aderente ao sistema Monarquico Constitucional. O referido é verdade em fé do que lhe mandei passar o presente, que assino em virtude de me ser pedido. Pará, 5 de abril de 1853. — Marcos Antonio Bricio.

O govêrno, atendendo aos seus merecimentos, elevou-o ao posto de capitão de cavalaria, lugar em que conquistou muitos elogios pelo patriotísmo, valôr e inteligência com que sempre se portára.

A 30 de Junho, ainda em 1836, foi êle nomeado para exercer interinamente o cargo de inspetor da alfândega do Pará e encarregado de "organizar essa repartição e a ela anexar a mesa de diversas rendas, segundo o regulamento de 22 também de Junho de 1835, comissão esta em que soube conduzir-se com bastante inteligência, atividade e exatidão, resultando daí não pequenos melhoramentos à dita alfândega.

Assim se acha expressado numa peça oficial pelo inspetor da tesouraria em 1838, por ocasião da demissão que lhe dera o presidênte Andréa, por ofício de 13 de Março, depois de tê-lo a 11 remetido prêso à fortaleza da Barra, como se vê da seguinte ordem :

"Ordeno a V. S. receba nessa fortaleza a João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, e o conserve em — prisão fechada — Deus guarde a V. S. Palácio do govêrno do Pará, 11 de Março de 1838 — Francisco José de Souza de Andréa — Sr. major Fernando da Costa, comandante da fortaleza de Barra".

Ilmo. e Exmo. Sr. comandante das armas — João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, para justos fins, precisa que o secretário do Govêrno das Armas dê ao suplicante certidão ou documento em que mostre ter o suplicante prestado serviços em qualidade de comandante do corpo de cavalaria denominado — Imperial, que se organizou depois da Independência Política nesta província, e bem assim em qualidade de capitão e comandante do esquadrão de cavalaria policial, que se formou no ensejo da restauração desta província : portanto.

P. a V. Excia. seja servido mandar que se lhe declare assim.

E. R. Mc.

João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha.

DESPACHO

Passe do que constar, não havendo inconveniente.

Quartel do Comando das Armas do Pará, 18 de fevereiro de 1841. M. A. Bricio comandante das armas.

Tenreiro Aranha era assim prêso por ter composto, em verso, um Elogio dramático à princeza imperial D. Januária, afim de representar-se nessa noite, que era a do dia aniversário de seu natalício.

Nêsse seu importante trabalho literário revela-se a nobreza e o liberalismo de suas idéias, inspirados só no amôr que tributava à terra em que nascêra.

"Meter-me a poéta, onde só a crassa ignorância ou a maldade intentam dominar, foi um crime, e ainda maior querer ser proféta na minha terra ! —" Dêste modo glosou êle, com bastante espírito, o motivo frívolo de sua prisão.

Abatido, Tenreiro Aranha, pelos vexames por que passára, teve o corpo de ceder à enfermidade da alma, e alí, prêso, fôra acometido de moléstia gráve, pelo que precisou do auxílio de um médico.

CERTIDÃO

Certifico que no Livro de registro das ordens do dia dos anos de 1423 a 1826 consta a seguinte ordem : — Ordem do Dia. — Sua Exc : a Junta Provisória do Govêrno Geral da província ordena que o Sr. Ajudante do Corpo Imperial de Cavalaria desta cidade João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha tome o Comando do mesmo Corpo, em qualidade do 2.º Comandante, e que como tal seja reconhecido. Pará no Palacio Imperial, em 16 de Março de 1824, terceiro da Independência e do Império. — José Narciso da Costa, tenente-coronel, ajudante de ordens de semana : — Cujo comando exerceu até fins do ano de 1836.

Outrossim certifico que das ordens dadas pelo Exmo. Marechal Andréa, ex-Presidente e Comandante das Armas desta Província, consta que o suplicante sendo guarda do Corpo de Cavalaria foi promovido à capitão de uma das companhias do esquadrão da mesma Arma, pertencente ao Corpo Policial desta cidade em Junho de 1836, e que serviu até 2 de Outubro de 1837, em em que foi dispensado do serviço, por ser Inspetor da Alfândega desta província.

O referido é verdade e consta dos livros de registros de ordens a que me reporto.

Secretaria do Comando das Armas do Pará, 5 de março de 1841. — Raimundo Virissimo Nina, capitão e secretário.

N.º 3.543. Pg. de sêlo 16 centavos. Pará 8 de março de 1841. Pelo tesoureiro Loureiro — Pereira de Souza. Reconheço o sinal supra ser verdadeiro. Pará 8 de março de 1841. Em testemunho da verdade — (O sinal público) — Paulo Maria Perdigão.

Êste, depois de examiná-lo bem, preferiu mitigar o seu padecimento, não pela parte física, mas pela moral, obtendo-lhe para isso ser-lhe dada no dia seguinte, — a fortaleza por menagem, só durante o dia. (1).

A 29 de Maio foi-lhe concedido "saír à rua e estar onde bem lhe parecesse" (2) e a 14 de Junho, tudo do mesmo ano, deu-se-lhe aviso para embarcar na charrua Carioca, a qual a 15 fez-se a vela com destino ao Rio de Janeiro.

"— Eu tinha, disse Tenreiro Aranha em um escrito seu, de deixar com a terra em que nascí, uma esposa enferma, minha irmã já idosa, duas irmãs viúvas, dois sobrinhos, pupílos meus, sem pai e verdadeiros amigos mal seguros; e a tudo isto o sr. Andréa foi insensível !

"— E nem seria de esperar outra cousa dêsse homem, que, cheio de recompensas e riquezas, não tinha um momento de reflexão para prever, que os seus triunfos e os meus pezares deveriam acabar por um — aqui jaz, — e que então no repouso silencioso é que se viria a julgar qual de nós fôra o mais digno da estima dos homens.—"

O sr. Andréa deixou-se cegar até o ponto de esquecer, — que não havia muitos anos ainda que a vítima de suas perseguições lhe salvára a própria existência !

A 10 de Julho do mesmo ano Tenreiro Aranha foi nomeado pela Regência, em nome de S. M. o Imperador, inspetor da alfândega do Pará, lugar donde tinha sido demitido para ser desterrado, (3) tendo sido, antes, metido na enxovia em que estivéra prêso um dos maiores facinoras do Pará, cognominando Barbosa.

---

(1) Assim se acha expressado na ordem que deu o general Andréa.

(2) Textual de outra ordem dada pelo mesmo general.

(3) O Sr. Andréa em uma peça oficial, tendente à deportação de Tenreiro Aranha disse, que êste cidadão "só devia ser aproveitado em uma ou mais províncias do Brasil, menos no Pará".

A sua criminalidade só era julgada pelo general Andréa, visto como mais ninguém a entendêra como êle.

Um ano antes dêstes acontecimentos o presidênte da província (4) o nomeára membro de uma comissão — afim de, com capitalistas e negociantes da praça, organizar um projéto de sociedade para a navegação por barcos a vapor dos rios da província, — apresentando êle no dia 1.º de Junho de 1837 êsse projéto, que deu em resultado fazer-se ao menos a promoção da inscrição dos acionistas.

Empossado do cargo de inspetor da alfândega, coube-lhe, na forma do regulamento de 20 de Setembro de 1834 e depois na de 22 de Junho de 1836 a tarefa de reorganizá-la e de dirigir as repartições do consulado e das rendas internas, que estavam anexadas à mesma alfândega, em virtude do regulamento de 1836.

Tenreiro Aranha foi eleito deputado provincial pelo Pará nas seguintes legislaturas :

2.ª de 1840-1841, 3.ª de 1842-1843, 4.ª 1844-1845, 5.ª de 1846-1847, 6.ª de 1848-1849, 10.ª de 1856-1857 e 11.ª de 1858-1859. Na qualidade de membro à assembléia provincial, fez parte e foi relator de muitas comissões, não se descuidando jamais de zelar o interêsse e prosperidade da província.

Na sessão de 20 de Agosto de 1840 Tenreiro Aranha, em quem nunca arrefecêra o mais ardente desejo de levar o engrandecimento à sua província natal, apresentou um projéto de lei a bem da navegação interior da província, precedendo o dito projéto da proposta seguinte :

—"Já é bem conhecido de todos o proveito que provem da navegação por vapor, e quanto por ela será rápido o andamento em todos os negócios de pública

(4) Francisco José de Souza Soares de Andréa.

prosperidade nesta província circulada de rios e baías navegáveis e confluêntes do Amazonas.

Também a todos é patente, que para tal emprêsa se quer agente poderoso, e uma soma de fundos à que por enquanto, não tem podido chegar qualquer empreendedor na organização da companhia, desde que ela se tem tentado nesta província.

Para objétos úteis, custosos e remotos é que, (conforme os princípios geralmente recebidos) se faz indispensável a ação dos privilégios e dos capitais acumulados. A lei das reformas ou adicional da constituição do império conferiu às assembléias provinciais a faculdade de legislar (art. 10 § 9.º) sôbre navegação interior das respectivas províncias, e assim certo dos bons desejos que há, em harmonia com os anunciados pela primeira autoridade da província, em a sua fala na presente sessão, venho apresentar ante esta assembléia o seguinte projéto. —"

Segue aí, com efeito, o projéto, cujas bases são bem fundamentadas e desenvolvidas.

Além dêstes, outro de não menos importância foram por êle apresentados à pról da agricultura, indústria, navegação, instrução pública, catequese, obras públicas, etc.

Na sessão de 7 de novembro de 1849 apresentou a seguinte indicação :

"— Indico que se dirija uma representação à assembléia geral legislativa para a comarca do Alto Amazonas seja elevada a sua antiga categoría de província.—"

A vista disto foi nomeada uma comissão especial, da qual foi êle mesmo o relator.

Não foram sòmente estas as vezes que Tenreiro Aranha mereceu os sufrágios do povo. Em 1824 foi eleito membro do conselho administrativo, em 1826 do conselho da presidência e mais tarde, em 1824;

deputado a assembléia geral legislativa, sendo reeleito em 1849.

Pela primeira vez que tomou assento na assembléia geral foi relator da comissão de fazenda.

Não podia haver maior prova de que o país já tinha em conta de um dos seus mais ilustrados e distintos filhos.

Foi êle um dos 44 que votaram à pról do discurso da corôa justificando o seu procedimento do seguinte modo :

"— Dei o meu voto consciencioso. — Estas palavras vieram firmar ainda mais, no espírito do país, a franqueza e a independência do seu caráter, visto como havia sido a votação nominal.

O Sr. Souza Franco, que até então tivera sempre Tenreiro Aranha a seu lado para ajudá-lo, via-se dêsse modo por êle abandonado na mesma ocasião em que subia ao poder.

"— Na discussão para adiamento do projéto sôbre as casas à retalho e caixeiros estrangeiros, fiz um discurso, posto que sem os adornos da eloquência, que não tenho, fundado em tão solidos princípios de direito público e econômico, que mereceu as atenções de ambos os lados da câmara; pois demonstrei que os interêsses da fazenda nacional, do comércio, dos proprietários brasileiros e de todos em geral haviam de ser prejudicados se as medidas propostas fossem levadas a efeito, pondo em privação a concurrência, e o livre exercício da indústria e do direito das gentes. Até os próprios autores dessa medida concordaram tanto com as minhas opiniões, que no dia seguinte assentiram no adiamento. (1).

Nessa sessão apresentou êle medidas para a catequese e civilização dos índios no Pará, para auxiliar a

---

(1) Êste discurso se acha publicado no Jornal do Comércio do Rio de 1 e 2 de Agosto e Correio Mercantil também do Rio de 2 e 3 do mesmo mês e ano de 1848.

emprêsa de navegação e comércio interior entre as províncias de Goiás e Pará pelos rios Tocantins e seus confluêntes; para melhoramentos da navegação entre as províncias do Pará e Mato-Grosso pelos rios Tapajós e Arinos, para fazer-se despêsas afim de que fôssem rondados os rios Madeira, Guaporé, Alegre, Aguapehy, Jaraú e outros destas mesmas províncias, e removidos os embaraços que pudessem entorpecer a passagem por êles; e não esqueceu-se de propôr que se orçasse as despêsas necessárias para a livre comunicação até o Paraguay por êsses mesmos rios". (2).

Foram adotadas, aplaudidas e aprovadas nas duas câmaras todas essas medidas; e consignadas na lei n.° 513 de 28 de outubro do mesmo ano.

Também curou da continuação da obra do faról da ponta da Atalaia, à entrada do pôrto do Pará; do emprêgo de dois barcos a vapor na navegação da mesma província pelos rios Amazonas e seus confluentes até os lugares limítrofes do Brasil. (3)

Tratou ainda mais de outras medidas, que deixamos aqui de enumerar mas que não são de menos importância para o Pará, Amazonas, e para o país inteiro. Entre estas aparece, por exemplo, o restabelecimento da província do Rio Negro, que também demonstrado fôra por êle nessa sessão, afim de que não perdesse para sempre a categoría de que outróra já havia gosado essa tão importânte e rica parte do território brasileiro.

Na sessão de 1850 opoz-se a anexação do Turyassú à província do Maranhão, sustentando esta causa com vantagens contra a deputação dessa província, embora tivesse de vêr baldados seus esforços diante das considerações, do egoísmo e interêsse que de ordinário reinam no seio do nosso parlamento contra o direito, a razão e muitas vezes a mesma lei.

---

(2) Vide o discurso a nota 4.

(3) Vide o discurso a nota 4.

Tenreiro Aranha, em vista de documentos importantíssimos que apresentou à câmara, provára que nenhum direito tinha o Maranhão sôbre êste vasto e riquíssimo território da província do Pará, mas nada conseguiu porque o direito alí era o do quero, e nada mais.

Ainda em 1850 conseguiu, por esforços seus, a elevação da comarca do Rio Negro à província dc Amazonas, e com êstes outros melhoramentos em pról da nova província e da do Pará.

Em 1851 e 1852, no seio do parlamento, não prestou menos serviços; aparecendo entre êles a realização de seus sonhos — a navegação do rio gigante, do vasto e caudaloso Amazonas, por barcos a vapor.

A vida parlamentar de Tenreiro Aranha é a mais gloriosa que se pode imaginar. O mandato de que se achava encarregado pelo povo da sua província natal fôra sempre desempenhado com uma devoção e patriotísmo difícil de ser hoje imitado.

Passemos a outros serviços seus prestados dentro, e depois do período de 1840 a 1852.

Em 1841 a 11 de fevereiro foi nomeado pela presidência do Pará professor de contabilidade e escrituração mercantil do liceu.

Em 17 de novembro de 1842, como relator da comissão nomeada pelo presidênte do Pará, afim de — tratar da navegação por barcos à vapor nos rios da província — apresentou o parecer e o projéto sôbre a realização da dita navegação, sendo dêsse transcedente trabalho incumbido a 14 do mesmo mês e ano.

Por incompatibilidade do cargo de professor do liceu com o de inspetor da alfândega foi exonerado daquele a 15 de janeiro de 1844.

Em 9 de novembro de 1846, em vista das provas exibidas por êle em exame, foi nomeado professor de geometría do liceu, passando a exercer de novo o pro-

fessorado de contabilidade e escrituração mercantil, por achar-se êste curso acumulado àquele.

Por muitos anos, em virtude de eleição da irmandade da Santa Casa de Misericordia do Pará e aprovação da presidência da província, ocupou o lugar de provedor da mesma, prestando assim valiosos serviços à pobreza, da qual sempre se mostrára amigo, não perdendo um só momento siquer, e empregando todos os meios ao seu alcance para levar o lenitivo preciso aos sofrimentos, que no correr da vida humana a torturam de contínuo.

Em 1847 foi Tenreiro Aranha nomeado em cumprimento de ordens do govêrno para, com outros — tratar do estabelecimento de um banco de depositos e descontos no Pará, — e deu conta desta comissão como era para desejar, vendo realizado tudo quanto expôz em seu parecer; e dêsse modo poude acompanhar o progresso dessa instituição até a posse da sua diretoria.

Em 1851, por carta imperial de 7 de junho, foi nomeado presidênte da nova província do Amazonas.

Em 1.º de janeiro de 1852 inaugurou êle essa província ,tratando daí em diante de montar as repartições precisas; de mandar abastecer de gêneros alimentícios a população da capital e do interior, fazendo para isso vir o gado dos campos do rio Branco e enganjando índios de diferentes tribus das mais próximas de Manaus para o serviço da pesca.

Também expediu nêsse mesmo ano um homem prático do rio Purús, acompanhado por algumas praças do exército, para ir explorá-lo, visto as tradições que haviam das grandes riquezas naturais que o dito rio encerrava em sí.

Obteve muito bom êxito dessa sua tentativa, como consta de peças oficiais arquivadas na secretaría do govêrno do Amazonas.

Em princípio de maio, vendo êle que a falta de breve comunicação da província, que administrava,

com a do Pará, impediam a bôa marcha dela, pondo a longe das graças, que pela má entendida centralização, só lhe poderiam vir a Côrte, e de mais vendo que essa mesma falta trazia consigo a fome e a miséria àquele pacífico povo brasileiro, deixou as comodidades que tinha em seu palácio e foi meter-se a bordo de uma canôa para dêsse modo poder transportar-se à cidade de Belém, donde, tomando o vapor dirigiu-se a Côrte do Império, na qualidade também de deputado à assembléia geral, para, perto do govêrno central, reclamar francamente providências, que cumpria ao dito govêrno tomar à bem dessa parte do território do Brasil.

Êsse áto de abnegação em bem dos interêsses do seu país deixou de ser merecidamente recompensado, porque o govêrno entendeu, que a — eleição de um senador por aquela província — devia merecer mais a atenção do seu presidente, do que a desolação e a fome de um povo do Brasil do mais pacífico e melhor indole.

A ingratidão de uns incitando a gratidão de outros, e sobretudo a bôa fé do povo amazonense, que é em tudo o característico de todos os brasileiros, levaram de seu motupróprio o nome de Tenreiro Aranha a urna eleitoral; e quando menos se esperava viu-se êle incluído no número dos que compunham a lista tríplice para a escolha de um senador pelo Amazonas ! —

Grande foi o contentamento dos amigos de Tenreiro Aranha, por vêr que o povo amazonense acabava de dar a mais exuberânte prova do seu reconhecimento; e maior ainda o daqueles, que, lhe devendo a posição que exerciam alí, lhe tinham urdido a infernal trama de o colocarem — a par do candidato do govêrno a disputar o seu direito.

Tenreiro Aranha tinha certeza da preferência que o govêrno dava a Ferreira Pena, e não desejava por isso envolver-se na eleição.

Um seu parente, à quem confidencialmente — comunicára para apresentá-lo ao côrpo eleitoral, afim

de, por êsse meio, conseguir derrubar o seu protetor, pois também o era, e montar-se a sí, porque ambicionava subir um dia ao poder, embora pelo caminho que de mais pronto lhe deparára a intriga.

E tudo foi consumado!

Tenreiro Aranha ía, aos poucos, sendo deslocado pelos próprios correligionários, a empenhos do seu confidente, enquanto que êste concertava-se, obtendo de pronto ingresso na câmara dos deputados!

Em 24 de Abril de 1852, ainda Tenreiro Aranha não tendo saído do Amazonas, baixou um decreto — aposentando-o no cargo de inspetor da Alfândega do Pará — e para não causar suspeitas a inesperada aposentadoria um dos ministros de então escrevendo, — lhe disse:

— Sinto que as circunstâncias não permitissem a conservação de V. Excia. à testa daquela repartição, mas devo igualmente — asseverar que, fazendo justiça ao merecimento e serviço de V. Excia., estimará o govêrno ter ocasião de dar-lhe novas provas de sua consideração e confiança."—

Tenreiro Aranha, regressando do Rio de Janeiro, depois de vêr malogrados os seus desejos, quanto as medidas por êle apresentadas ao govêrno para o desenvolvimento e progresso do Amazonas, medidas que pedia com instância por já se achar um dos vapores da companhia de navegação e comércio do Amazonas, que, à empenhos seus, conseguiu-se organisar funcionando na dita navegação, e dêsse modo dadas as providências e facilitadas as comunicações tão reclamadas, recebeu inesperadamente, em remuneração de seus serviços à exoneração a seu pedido do cargo de presidente daquela província.

Assim devia ser, para que melhor pudesse o govêrno imperial fazer a escolha de Ferreira Pena para senador do Amazonas.

O J. J. Rodrigues Torres, (1) ministro então, que em 11 de maio dêsse mesmo ano ainda escrevêra a Tenreiro Aranha as seguintes palavras : "nem se pode fixar o têrmo da importante comissão em que V. Excia. se acha empregado", esquecia-se de tudo e ajudava a condenar ao ostracísmo a Tenreiro Aranha, um dos mais leais, independêntes e desinteressados conservadores, e que em vez de ter em mira a sua elevação se entregava todo ao serviço do seu país !

Em 1853 foi Tenreiro Aranha nomeado pela presidência do Pará inspetor do tesouro público provincial, e, para que se não dissesse que os seus amigos o tinham abandonado de todo, foi pelo govêrno geral nomeado presidente da junta do comércio.

O Sr. Carrão em 1858, entendendo que devia desmascarar os homens, que ainda se diziam amigos de Tenreiro Aranha, tentou demití-lo do lugar de inspetor do tesouro, e isso foi bastante para que Tenreiro Aranha se apressasse em o fazer por sí, visto que lhe seria dada a demissão, acintosamente, se outro fôra o seu proceder.

Êste áto de Tenreiro Aranha foi por êle mesmo justificado numa sessão da assembléia legislativa provincial em um belo e brilhante discurso. O Sr. Dr. Carrão ficou aí perfeitamente fotografado e não menos a sua administração da província do Pará.

Além dos serviços importantes que aqui temos mencionado, prestados por Tenreiro Aranha, tem êle outros de não menos importância tais como o de muitas comissões de nomeação do govêrno e da municipalidade à bem do público serviço, do ensino popular, e da prosperidade do país (a) conforme constam de documentos e felicitações muito honrosas de que estão cheios os arquívos públicos desta província, da do Amazonas e da côrte do império.

---

(1) Visconde de Itaboraí.

Era unicamente condecorado com os hábitos de cavaleiros das ordens de Cruzeiro e Cristo.

Em 1860 Tenreiro Aranha conheceu, por sí mesmo, que os seus amigos e o mesmo país o tinham esquecido. As adversidades lhe sobrevinham umas as outras e nenhum Cerinêo lhe aparecia então para animá-lo, ao menos a não se deixar vencer e assoberbar por elas.

Mas é esta a sorte dos grandes homens, e o contrariá-la é antes agravar-lhes os males, que minorá-los.

Em princípio de 1860, — oito anos depois da sua malfadada eleição de senador pelo Amazonas, Tenreiro Aranha sentindo-se já demais abatido pelos seus 62 anos de idade, e por uma série de continuadas adversidades, movidas pela pouca generosidade de seus adversários políticos, pela ingratidão e pela inveja de seus correligionários, amigos e parentes, e sobretudo pela intriga, que também soubéra tecer aquêle seu confidente da província do Amazonas, perdeu o uso de suas faculdades intelectuais e nêsse estado, ainda sobreviveu até o dia 19 de Janeiro de 1862, em que déra a alma ao Criador, vítima de um incêndio que se ateára em seu quarto de dormir !

Tenreiro Aranha lega às letras pátrias algumas poesias avulsas, já publicadas sob o anônimato em diferentes jornais desta cidade, da de S. Luiz do Maranhão e côrte do império; o elogío dramático em versos soltos, que levou-o a uma prisão fechada, conforme já disse antes, e os Elementos do Comércio (1) escritos e con-

(1) Tenreiro Aranha pertencia as Sociedades Auxiliadora da Indústria Nacional, e amante da instrução como sócio efetivo, e creio que era sócio correspondênte do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil.

Em 1850 recebeu da associação geral do Grão meridiano — da união prosperadora das nações, da unanime devoção nacional independência política constitucional, instrução, abundancia produtiva rural e felicidade comercial dos hemisférios do universo — o diploma de seu presidênte honorário, e em 1861 era ainda o presidênte da sociedade patriótica e emancipadora "Ipiranga" instituida no Pará.

cluídos em 1858, depois do mais acurado estudo que fizera dessa matéria no decurso de 18 anos de ensino e professorado, que exercêra, na cidade de Belém do Pará.

Belém 19 de Janeiro de 1870.

Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha

Essa a mais bela lição do nosso passado, e que atingiu em cheio o seu fim. O grande exemplo de Tenreiro Aranha, na sua grandeza, no seu realísmo, diante de sua honestidade, de sua solidez construtiva, tem valido as nossas glórias construtivas e a percepção do pedaço do Brasil que tanto tem lutado. Vejo mesmo no primeiro Presidênte da Província, a nossa gratidão pelo esfôrço de fixação da terra Cabocla. E eu confesso que me agrada verificar o seu princípio de govêrno tão bem descrito por Wm. Lewis Herdon e Ladver Gibbon, no livro, **Exploration of the Valley of the Amazon :**

> *"O presidênte J. B. de Figueiredo Tenreiro Aranha, chegou à Barra no dia 1 deste mês, a bordo de um navio do Estado, que se acha fundeado em frente da vila. Trouxe com êle muitos dos funcionários do novo govêrno e a quantia de 200 contos de réis (cerca de 5oo.ooo francos), levantada nos cofres da alfandega do Pará, para fazer frente às despesas de instalação de nova ordem de coisas, até que a alfandega local principie a render. Êste território, enquanto simples comarca, foi sempre um fardo para o Tesouro público, e provavelmente continuará a sê-lo ainda durante algum tempo.*
>
> *A vila da Barra acha-se edificada sobre um terreno elevado e acidentado, na margem esquerda do rio, a uns sete quilômetros de distancia da foz. Segundo os meus calculos a sua elevação, em relação ao nível do mar, deve ser de 1.475 pés.*
>
> *E' cortada por dois ou três barrancos, contendo mais ou menos água conforme a enchente do rio é maior ou menor ; pontes de madeira, bastante suportáveis, ligam as duas margens dêsses barrancos.*
>
> *As casas, em geral, são baixas. Há, porém, umas três ou quatro com dois andares. São feitas de madeira e de argamassa e cobertas com telhas ; lageadas, e as paredes rebocadas com uma terra de côr que abunda nas margens do Amazonas. As estatisticas oficiais relativas ao ano de 1848 acusam, na cidade, uma população de 3.640 pessôas livres e 234 escravos.*

O número dos casamentos era, na mesma época, 150; o dos falecimentos 25 e o dos nascimentos 250; o número de casas habitadas era 470 e o de estrangeiros 32".

Revelou-se, desde o início de sua gestão, o administrador atento ao desenvolvimento econômico-social da Província. Cinco dias depois de prestar o juramento e tomar posse de Presidente da Província do Amazonas, perante a Câmara Municipal de Manaus, renovava o sistema tributário, que no ano anterior acusava a arrecadação de Cr$ 3.657,30 passando ainda a reclamar as atenções da política Imperial, para a vinda de colonos, sobretudo, para a organização de uma companhia de navegação a vapor no grande rio.

No primeiro ano, a Recebedoria arrecadou a importância de Cr$ 19.000,00 *e Tenreiro Aranha dizia em seu relatório que "O comércio do interior tinha desaparecido quasi dos povoados, e se dirigia em diretura das feitorias estabelecidas nas matas, para o Pará, ou se fazia à retalhos, pelos rios, lagos, sitios, e aldêias do interior, em pequenas canôas, como se fossem lojas e tabernas flutuantes em que, sem pagarem direitos, por veredos tortuosos, íam os mascates e regatões iludir a singeleza dos índios, embrutecê-los e concentrá-los ainda mais, e com tôda à sorte de malversões e fraudes e sizanias afungentá-los dos povoados e exaurí-los de tudo quanto pelos matos podiam apanhar para os tráficos dêsses mesanos selvagens que assim íam embrutecer, ao passo que o comércio mais lícito e regular dos povoados dia a dia ía desaparecendo, e sendo naturalmente prejudicado, por não poder competir com o daqueles extraviadores".*

Essa atitude, por tantos títulos simpática, restaurou, em parte, a arrecadação e a vitalidade da Província. Em consequência de maior circulação monetária, apareceram fábricas de fiação, tecidos e rêdes de algodão. O caso, por exemplo da vinda de alemães para a agricultura no Madeira, a fundação de colonias militares nas fronteiras, o melhoramento da pecuária no Rio Branco, a criação de escolas, a vinda de um técnico para o fabrico de chapéos de chile e tudo o mais que servisse de estímulo à fixação do homem, foram previsões, que não só valorizava o Amazonas como também o próprio Brasil.

Depois foi o café, o guaraná, a hévea brasiliensis, a cana de açucar, o cacáo, a baunilha, o arroz e outros gêneros de primeira necessidade, caracterizados de suficiênte capacidade de absorção.. Oferece, mesmo, embora que escaçamente, auxílios pecuniários para o desenvolvimento regular dos plantíos e ainda, agita e integra-se, de alma e coração, nessa ordem de idéias e valorização da Província.

A esta altura não posso deixar de repetir-vos o que Tenreiro Aranha, como consequência lógica, do reduzido progresso da Província, faz constar do seu relatório :

> *"À bem da agricultura, tenho feito conceber aos habitantes civilizados e aos indigenas a idéia de que se devem aplicar à cultura, não somente dos produtos, que dantes já cultivavam com tantos proveitos ; mas até à do cacáu, cravo,* goma elástica, *guaraná, puxurí, salsa parrilha, e outras especiarias de muito valôr, que sendo por enquanto silvestres, e com muitos riscos e arduos trabalhos extraídos das matas,* podem vir a ser-lhes de maior proveito, se forem cultivados".

O seu extraordinário esfôrço espelha-se ainda na série de rios que mandou explorar, na importância que deu a iniciativa de Manuel da Silva Ramos para editar o jornal a **Estrela do Amazonas,** no aumento das escolas primárias e pela louvada bôa-vontade de ter iniciado a construção da casa da Câmara e da Tesouraria da Fazenda. Tôda a sua inteligência de mliitar, educador, jornalista, político, economísta em luta contra os opressôres da nova Província nêle se refléte vitoriosamente. Nunca se acorvadou diante dos maiorais do Império. E antes de morrer, une-se no respeito à sua ação, à coragem de um dos maiores governantes que defendeu sempre e acima de tudo a soberanía do Amazonas.

Para êsse homem de atitude colossal e de inteligência superior, o Amazonas, num sentimento profundo, comum aos corações agradecidos, que se eleva até

a grandeza do Infinito, ergueu-lhe à Praça da Saudade, um monumento grandioso e eterno, como exemplo dignificante às futuras gerações de minha terra.

Os Presidentes da Província

Ligeira apreciação sôbre os Presidentes da Província. Os principais acontecimentos desenrolados no decorrer de suas gestões. Pormenores de alguns decretos referentes a elevação de vilas à categoría de cidades.

Só agora é que o estudo dos documentos novos, começa a esclarecer um pouco a História dos Presidentes da Província do Amazonas. Na História do Amazonas de Artur C. F. Reis; na Corografia do Amazonas de Agnello Bittencourt; no livro Daquem & Dalem Mar de Veiga Simões; no trabalho de Gaspar Guimarães, **A evolução histórica da divisão judiciária e administrativa do Estado do Amazonas,** Revista Academica, II, 1923, é que conseguimos restabelecer o contáto entre os séculos XIX e XX, abrindo — por assim dizer — um novo capítulo à História do Amazonas. Achamonos assim diante de subsídios onde a interpretação não é senão um símbolo abstrato, cujo domínio fica nas idéias e paixões que a animaram.

Mas eu não devo prosseguir nessas considerações. Trata-se de dizer o quanto de regosijo nos honra e eleva, a figura imortal de João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, que num grande gesto, sempre pre-

sente à nossa memória, fez dêste Amazonas, o nosso orgulho, pelo afêto com que nos governou e pela inteligência com que nos defendeu. Nosso primeiro Presidente de 1 de Janeiro de 1852 a 27 de Junho de 1852, quando, passou o govêrno ao primeiro vice-presidênte Dr. Manuel Gomes de Miranda, a-fim-de participar, na côrte, dos trabalhos do Parlamento.

Isto é, evidentemente, a prova da duração do seu espírito combativo, que por várias vezes conseguiu, à custa de uma campanha fervorosa e prolongada, a votação no Pará de leis provinciais subsidiando a navegação a vapor no interior do Amazonas. Diz Veiga Simões que só debilmente a 1 de Janeiro de 1852 saíu de Belém em demanda da barra do Rio Negro o primeiro barco a vapor — o **Marajó.** (1) As comunicações com o mundo começaram assim a fazer-se mais rapidamente; mas Manaus, que se ía desenvolvendo à maneira que os rios íam sendo mais conhecidos e barcos a vapor os entravam a sulcar, continuava tributária comercial do Pará. Lá fazia todo o seu fornecimento, e no Pará vendia tôda a sua produção.

Na administração do Dr. Manuel Gomes Corrêa de Miranda, de 27 de Junho de 1852 a 22 de Abril de 1853, é que de fáto, fundeou em Manaus, o barco a vapor **Marajó,** inaugurando a linha de navegação fluvial, da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Tudo o ajudou a governar pórque da obra gigantesca de Aranha que começava a aparecer, êle pôde, em meio a jornada, conduzí-la, para o êxito e para a glória.

Assim, o começo e o fim do seu govêrno, que manifestou uma fé sem limites no bem estar econômico-social, conseguiu como suprêmo gráu de seu trabalho a pacificação dos índios e, particularmente com que

---

(1) A respeito do barco a vapor *Marajó* existe um admirável trabalho publicado no Jornal do Comércio de Manaus, da autoria do brilhante escritor e jornalista Genesino Braga.

florescesse entre êles a espiritualidade da ação missionária. De maneira que poderia dizer-se, sem nenhum jogo de palavras, que o seu govêrno edificante, sobretudo honesto, graças ao idealísmo do homem que entra em contáto com a ação, pôde registar onze escolas primárias, a instalação da secretaría da assembléia provincial, o início da construção da Câmara Municipal e a Tesouraria da Fazenda. E ainda temos a observar, na sua gestão, a proclamação do cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo e padre Torquato Antonio de Souza, respectivamente, para presidênte e vice-presidênte da Assembléia, em 5 de Setembro de 1852.

O segundo presidente Herculano Ferreira Pena, que gestionou de 22 de Abril de 1853 a 11 de Março de 1855, continuou a obedecer o mesmo critério que parece ter presidido à fundação da Província. E' de louvar-se o propósito com que governou o Amazonas, aumentando-lhe o seu prestígio social e as probabilidades de êxito, que valem pelo melhor amparo do govêrno Imperial, como incentivo a agricultura, indústria e comércio.

Numa belíssima análise de sua administração, o ilustrado Agnello Bittencourt, diz que "a êsse tempo, projeta-se, em Manaus, a edificação de uma Igreja Matriz e conclue-se a Cadeia. Tôda a cidade compunha-se de 243 casas, inclusive 122 cobertas de palha. Pelas peiores casas — diz o Conselheiro Ferreira Pena — paga-se ordinàriamente o aluguel mensal de 4,00 a 6,00; pelas melhores, 15,00 a 25,00, havendo também algumas de 30,00 — nenhuma delas se acha desocupada.

De Barcelos para Manaus, êsse presidênte faz recolher o Arquívo da Câmara Municipal e declara : "Vieram com efeito vários massos e livros, mas ainda não tive tempo preciso para verificar se entre êles existem alguns que possam interessar o Govêrno ou a nossa

História, e especialmente as questões de limties. Talvez que os mais preciosos fossem infelizmente aqueles que em 1832 as chamas devoraram com a Casa da Presidência desta Capital (Barcelos), ou que aqui se venderam como inúteis...

Desenvolve-se a navegação; os vapores **Marajó, Monarca** e **Rio Negro** percorrem o Solimões e o Madeira, conduzindo para Belém os produtos extraídos do Amazonas.

Eleva-se para quinze o número das escolas; cria-se uma Repartição de Terras Públicas, tomam-se providências sôbre o estabelecimento de Missões de catequese, faz-se a fiscalização nas cobranças dos **dízimos** e mais medidas de caráter administrativo.

Instala-se, no dia 9 de Setembro de 1854, o Comando das Armas.

O Conselheiro Ferreira Pena foi um esforçado e honesto administrador. Defendeu, com interêsse, a causa pública, à cuja frente esteve até 11 de Março de 1855, quando, foi novamente investido o Dr. Corrêa de Miranda, na qualidade de 1.° vice-presidênte, até 28 de Janeiro de 1856, passando o govêrno ao Dr. João Pedro Dias Vieira.

Seguiu-se no govêrno o Dr. João Pedro Dias Vieira, que administrou a Província de 28 de Janeiro de 1856 a 26 de Fevereiro de 1857, reforçando em tôda a pureza de seu trabalho, o belo, o bom e o verdadeiro enriquecimento que acolhe e remedeia o sangue caboclo da nossa impetuosa e eternizada resistência. Pela lei n..° 71, de 4 de Setembro de 1856, leva a sua oferenda ao gosto mais perfeito de desanexar do têrmo de Maués, e anexar ao da capital, a freguezia de Borba.

Escasseiam-lhe, nessa época, os recursos do Império para fazer frente a epidemia de colera-morbus que se alastrava por tôda a cidade de Manaus, fazendo inúmeras vítimas. O seu espírito é de um torturado que procura por todos os meios debelar o grande mal,

já então, profundamente generalizado. Com o cuidado de um verdadeiro humanista, proíbe os sepultamentos no bairro dos Remédios e ordena a abertura de um novo cemitério na estrada da cachoeira grande, posteriormente chamado São José. (2).

Antes de entregar o govêrno ao vice-presidênte Dr. Corrêa de Miranda, mandou concluir o Mercado Municipal, parte do Quartel Militar, a torre da Igreja dos Remédios, a casa dos Educandos Artífices, a Olaria, e outras coisas hoje perdidas em arquívos públicos e de historiadores egoístas e preguiçosos que por veleidade criminosa não deixam que uma geração como a minha ávida de conhecimentos, traga para o domínio público, a consagração de um homem que merece o nosso respeito e a nossa admiração.

Angelo Thomaz do Amaral, que foi o quarto presidênte, governou a Província de 12 de Março de 1857 a 11 de Maio de 1857, quando passou a direção da mesma ao vice-presidente Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, que a governou até 7 de Setembro do mesmo ano; visto ter reassumido o cargo o presidênte efetívo que a dirigiu até 10 de Novembro de 1857. No seu govêrno procedeu-se com vivo contentamento dos habitantes a abertura da estrada de Caracaraí, afim-de melhor abastecer de carne verde o mercado de Manaus e facilitar o transporte do gado do Rio Branco. Levou a sua atenção até as nossas fronteiras melhorando as obras de fortificação dos fortes de Tabatinga e Cucuí. Criou novas escolas e se interessou bastante pelo revigoramento dos Municípios. E assinalando ainda o papel de haver fomentado a iniciativa de novas indústrias e a passagem de mais barcos a vapor no Rio Amazonas. Em ação e trabalho, êle chegou a ser um grande que soube sentir o Amazonas

(2) Êste cemitério existiu até há bem pouco tempo à Praça da Saudade, onde atualmente, se encontra instalada a bonita séde do Atlético Rio Negro Clube.

na sua infinita grandiosidade e aceitar os homens pelas suas melhores atitudes de dedicação e honestidade. Compreende-se, assim, que haja uma razão forte para que a minha terra o divulgue e o estime.

O quinto presidente que nos governou de 10 de Novembro de 1857 a 27 de Outubro de 1858, Dr. Francisco José Furtado, teve como seu substituto de 27 de Outubro de 1858 a 4 de Novembro de 1858, o vice-presidênte Cônego Joaquim Gonçalves de Azevedo, que lhe devolvendo o cargo de Presidente, ajudou-o na administração da Província até 30 de Maio de 1859.

Por motivos desconhecidos o Dr. Francisco José Furtado, com a lei n.º 92, de 6 de Novembro de 1858, reduziu o número de freguezias da província a 20, inclusivè as das sédes de vila ou têrmo, abrogando qualquer outra lei anterior que houvésse qualificado como freguezias outras povoações que não fôssem as seguintes : Manaus (nome dado à cidade da **Barra do Rio Negro,** pela lei n.º 68, de 4 de Setembro de 1856, promulgada na administração do presidênte João Pedro Dias Vieira, tendo sido o autor do respectivo projéto à Assembléia Legislativa Provincial o deputado João Ignacio Rodrigues do Carmo); **Tauapessassú; Moura; Barcelos; Thomar; São Gabriel; Marabitanas; Carmo; Vila Bela da Imperatriz; Andirá; Silves; Serpa; Maués; Canumã; Borba; Alvellos; Tefé; Fonte Bôa; São Paulo de Olivença; Tabatinga.**

Ainda em 1858, o deputado à Assembléia Legislativa Provincial José Joaquim da Silva Meireles apresentou um projéto criando uma comarca nos municípios de Serpa, Silves, e Borba, sob a denominação de comarca de Paurá, o qual foi regeitado na 1.ª discussão.

Todos os documentos da época, assinalam que, criador dos **expressos militares** para as fronteiras, tem a glória de haver aumentado a receita da Província para 61.972,00 e ter dominado um falso Cristo que no Rio Negro sublevava os índios contra as autoridades,

fazendo para alí seguir o Juiz de Direito e o padre Romualdo Gonçalves de Azevedo. Nêsse mesmo tempo, o engenho a vapor do inglês Robert M. Cullock produzia quarenta pipas de aguardente, no total mais ou menos exáto de 6.400,00 e os fretes de passagens da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, atingia a elevada soma de 200.000,00 prova evidênte de uma administração honesta e proveitosa.

Na administração do Dr. Manuel Clementino Carneiro da Cunha de 24 de Novembro de 1860 a 7 de Janeiro de 1863, não bastam palavras, embora sentidas de entusiasmo e de razão, é necessário que ilustremos com algarismos o valôr de seu trabalho que emprestou à tributação da Província. Não haveria probabilidade de ser bem aceito o nosso estudo, sem que mostrassemos claramente que em 1861 a receita já se elevava a Cr$90.220,50. A despêsa foi de Cr$ 90.158,80, e houve o saldo de Cr$ 61,70. Ficou pago todo o serviço feito no ano de 1861, e aplicaram-se fundos para pagamento de dividas de exercícios anteriores. Se assim não fosse, eu lembraria aquí, orgulhosamente, que foi no seu govêrno, que o maior poéta indianista do Brasil, Gonçalves Dias "percorreu o Solimões, visitando suas escolas públicas de cuja inspeção apresentou extenso relatório, indicando as providências a tomar, para melhoria do ensino primário.

Carneiro da Cunha, extasiado na contemplação do Amazonas colossal, vai mais além, demonstrando uma paixão e um trabalho bem pouco conhecido para o desenvolvimento de nossa sociedade provinciana. Ordena que Silva Coutinho, explore o Purús até Huytanahã, subindo no vapor **Pirajá.** Solicita, também, os conhecimentos de Manuel Urbano da Encarnação, para encontrar o canal navegavel aos navios dos rios Madeira e Purús. E, não contente com isto, faz o Dr. Leovigildo de Souza Coêlho percorrer o rio Negro até a fronteira de Cucuí afim-de melhor tomar conheci-

mento do estado em que se encontra cada localidade daquela região.

Evidentemente, só nos resta dizer, que êle bem merece as glórias de um historiador e de um escritor.

O sétimo presidênte Dr. Sinval Odorico de Moura, que nos governou de 7 de Fevereiro de 1863 a 7 de Abril de 1864, teve de desviar as atenções de sua gestão para se curvar ao pêso da politiquice impestativa do momento. Nada pôde fazer em beneficio de seu povo e da Província. As refregas partidárias eram por demais violentas e demagógicas. A Assembléia Provincial, não dava ouvidos aos apêlos do Presidênte e criminosamente deixou de se reunir para tomar qualquer atitude tendente a uma solução de continuidade. A receita calculada em Cr$ 87.785,70, e a despêsa regulada pelo último exercício foi de Cr$ 96.937,50, havendo um deficit de Cr$ 9.151,50. Mas, por trás de tudo isto, os politiqueiros e traidores já tramavam de há muito a sua queda espetacular, o que aconteceu em Julho de 1864, quando a Assembléia Provincial reunida, declarou ilegal o seu govêrno. Mesmo assim, o Dr. Sinval, no seu relatório à Assembléia Legislativa, mostrava o atívo testemunho do seu govêrno, interessado na produção da borracha e na forma de melhor concorrer com a do Oriente, favorecida pelo mais baixo custo de produção e do frete: "Os seringais do Baixo Amazonas, pela maneira inconveniente porque foram trabalhados, acham-se presentemente quasi todos estragados ou muito enfraquecidos". Era positivamente a prova evidênte de uma administração orientada na solução do problema amazonense.

Na gestão do Dr. Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, de 7 de Abril de 1864 a 8 de Maio de 1865, os destinos do Amazonas continuaram ameaçados pela maldita política destrutiva que epidemicamente havia conquistado êste adorável pedaço da Pátria Brasileira. Até mesmo a organização especial

que pretendeu dar ao Liceu, não chegou a ter aprovação da Assembléia Provincial. Mas, num princípio de reparação imediáta, podemos consignar com satisfação que, nêste ano de 1864, a expedição de William Chandless, na companhia de Manuel Urbano, subiu até quasi as cabeceiras do rio que tem seu nome, descendo a seguir em inspeção minuciosa ao Aquirí. A aceitar e a apoiar a cartografia do destemido explorador, verificamos que êle ultrapassou Sena Madureira, no alto Purús, e internou-se conquistadoramente até as fronteiras do Perú, marcando as nascentes do rio Chandless. Não é demais, portanto, que êsse feito grandioso, seja também tributado, como uma homenagem subscrita do arrojado pioneiro à contribuição decidida e expontânea do presidênte Adolpho de Barros.

Diz o doutor Agnello Bittencourt que o presidênte Albuquerque de Lacerda, em 1864, falando da necessidade de guarnecer as nossas fronteiras, com um contingente mais numeroso de praças, exproba os abusos que praticam os respectivos comandantes: "E' triste, mais é forçoso dizê-lo, a maior parte dêsses militares fazem-se comerciantes nos lugares para onde vão destacados, e entregam-se indecentemente a todos os mistéres da nova profissão que acumulam, exercendo-as até com os próprios subordinados, por via de regra seus mais expoliados freguêses".

Para concluir a transcrição dêsses valiosos documentos, verificamos com alegria que o número de escolas públicas, nêste ano, subia a 25, sendo 5 femininas e 20 masculinas, frequentadas por 458 estudantes. E assinalando ainda que em virtude dos preços escorchantes de gêneros para consumo, o govêrno importou farinha, gado e outras coisas mais, para vender sem lucro nenhum para Província, a fim-de anular a desumana especulação comercial.

Também, temos para enaltecê-lo de forma patrió-

tica, a contribuição de amazonenses que partiram em 1865, no começo da guerra do Paraguai, para defender com o sacrificio da própria vida, a soberanía da Pátria ameaçada.

Como vimos, o Dr. Adolpho Cavalcante de Albuquerque Lacerda, nos deu a honra, tão merecida, de incluí-lo na excelsa imortalidade do Amazonas.

O nono presidênte Dr. Antonio Epaminondas de Mello, governou a Província de 24 de Agosto de 1865 a 30 de Abril de 1867, com uma atitude meritória, que é também um grande serviço de defender a Pátria. Graças a êle, a Guarda Nacional pôde cumprir o seu dever de manutenção da ordem e guarnição das fronteiras da Província. E no desejo patriótico de vêr o Brasil livre da ameaça paraguaia, torna-se dinâmico no recrutamento e embarque de mais 500 homens, que somou até Janeiro de 1866, o total exáto de 871 amazonenses em armas nos campos de guerra do passo da Pátria ou Paissandú, Uruguaiana ou Corrientes, Humaitá ou Curupaití, Avaí ou Curuzú, Itororó ou Lomas Valentinas, Angustura ou Assunção, Campo Grande ou Cerro Corá . . .

Por isso, mais rapidamente o compreendemos nós, do Amazonas, e com profunda simpatía lhe assinalámos o patriotísmo dêsse movimento que elevou bem alto o nome da Província e ainda hoje subsiste. Também, nêsse mesmo ano, ao ser franqueado, "em 7 de Dezembro, o rio Amazonas à livre navegação de tôdas as nações — fáto êste, certamente, dos mais dignos de registro de tôda a história do Amazonas província — foram fundadas, nas capitais do Pará e Amazonas, mais duas companhias de vapores: a Fluvial Paraense e a Fluvial do Alto Amazonas".

Ainda na administração do presidente Antonio Epaminondas de Mello, a lei n.º 151, de 25 de Agosto de 1865, que alterou em parte a lei n.º 132, de 29 de

Junho de 1865, dispôz que os limites da Vila Bela da Imperatriz, com a vila de Maués, fôssem, pela parte ocidental da ilha do Franco, a margem esquerda do paraná-mirí do Ramos, e que, da mesma fórma, a comarca de Parintins e têrmos reunidos de Vila Bela da Imperatriz de Maués se limitassem com a comarca da Capital na foz do lago Moura, inclusivè.

Também, verificamos do relatório apresentado pelo administrador da Fazenda Provincial, José Justiniano Braule Pinto, ao vice-presidente que, "em geral o serviço da Administração está em dia, notando-se um ou outro atraso em livros de pouca transcendência.

O arquívo, esta colecionado e devidamente arrumado, faltando apenas inventariá-lo, êste trabalho foi organizado depois que tomei conta da administração estando até então num lastimável estado, todos os empregados coadjuvaram, o porteiro na organização dêle, pelo que são dignos de louvor. Um dos meus antecessores disse ao Exmo. Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura, em relatório, sôbre esta matéria o seguinte: "Arquívo ou Cartório — E' a peior coisa da repartição, não é possível dar-lhe uma forma regular com relação aos tempos transatos".

No entanto êle está arrumado, e êsse **não é possível** desapareceu como o fumo impelido pelo vento. Não há, nem nunca houveram, impossíveis para funcionários, que sabem cumprir com o seu dever.

Esta repartição necessita de uma reforma, devendo ela principiar pela redução do pessoal, e criação de uma coletoria provincial na Capital; aumentando-se os vencimentos dos que forem aproveitados na reforma; há seis anos que a Administração da Fazenda Provincial não tem sido contemplada nos aumentos de vencimentos, entretanto, nêsse período os gêneros alimentícios e outros têm aumentado consideravelmente ; sei que não deveria tratar de acrescimos de despêsas na época calamitosa em que se acha o País, mas, não posso, e nem

devo calar esta verdade, isto é, que os empregados da Fazenda Provincial — estão mal pagos — e é mais que sabido, que, sem bons vencimentos não se pode obter bom pessoal e independênte no cumprimento dos seus deveres.

Sem presunção de julgar meu relatório, obra perfeita, mesmo porque ao **ser humano** não é dado a perfeição, porque esta só pertence à Deus, socorro-me da benevolência de V. Excia. para desculpar-me da imperfeição dêle; podendo no entanto assegurar a V. Excia. que meus desejos são grandes de bem servir ao meu País e cumprir os deveres do cargo que ocupo". (a) J. J. Braule Pinto.

Dessa forma, é com igual sinceridade que ponho nestas linhas o reconhecimento do Amazonas para uma homenagem, que por todos os motivos é devida ao Dr. Antonio Epaminondas de Mello.

De 25 de Novembro de 1867 a 8 de Fevereiro de 1868, esteve à frente dos destinos do Amazonas, o Dr. José Coêlho da Gama e Abreu, que numa contribuição notável para o nosso desenvolvimento econômico, promoveu a exportação acelerada dos nossos produtos regionais, alargando de forma significativa a nossa importação para os algarísmos mais ou menos exátos de 900.000,oo a 1.100.000,oo ou 1.200.000,oo. A Província crescia assustadoramente, mesmo com as preocupações da guerra do Paraguai e da política defeituosa que dominava o govêrno.

Nessa época, o brilhante Tavares Bastos, que no ano anterior havia forçado o govêrno Imperial a baixar o decreto 3.749, de 7 de Dezembro, que abria o curso do Amazonas à livre navegação mercante de tôdas as nações, a começar de 7 de Setembro de 1867, desprezando acusações de estar a soldo dos norte-americanos, no **Vale do Amazonas** e nas Cartas do **Solitário,** reclamava com dinamica atitude tôdas as medidas liberais capazes de soerguer econômica e financeiramente o

grande Amazonas. Êsse protesto cresceu e se fez rapidamente grande na consciência dos dirigentes do Brasil. Em 1867 a exploração do Amazonas era realizada pelos alemães José e Francisco Keller, por ordem do govêrno central, preocupado em ajudar progressivamente o govêrno provincial no seu maior desenvolvimento territorial. Era isso um bom sinal, um preságio magnífico que resultou na exploração do Madeira. Estudando a possibilidade de uma estrada de ferro, os dois notáveis engenheiros obtiveram elementos preciosos acerca da região, seus habitantes e riquezas, comunicando-os em relatório e livro às autoridades do país, e levantaram o mapa do vale do Madeira, na parte compreendida entre S. Antonio e Guajará-Mirim.

A circunstância de ter governado o Amazonas numa época de profundas preocupações sociais e em situações de incompatibilidade política declarada, faz com que reconheçamos nobremente no Dr. José Coêlho da Gama e Abreu, um presidênte revelado e grandioso.

O Dr. Jacintho Pereira do Rego, décimo primeiro presidênte da Província, no período de 8 de Fevereiro de 1868 a 24 de Agosto do mesmo ano, prosseguiu, com atitudes de engrandecimento social, a tarefa da colonização de vilas e povoados, no Alto Purús e Alto Juruá. Diante de tão inesperado êxito, como era natural, as profecias apressadas de Chandless, que negára a possibilidade de se povoar o Purús, caía por terra, espetacularmente, para mostrar a coragem desmedida do brasileiro, animado pela forte seiva original, do Amazonas tentacular. E isso, precisamente, é o que verificamos da receita de 16.023,50, arrecadada pela Coletoria do Alto Purús, no decorrer do ano de 1868.

Nêste balanço de fátos, em que a ação do Dr. Pereira do Rego opéra milagres no progresso da Província, é que encontramos na tarefa gigantesca de fixação dos nossos domínios, no Auaty-Paraná, o capi-

tão de fragata José da Çosta Azevedo, chefe da comissão brasileira de limites com o Perú, e capitães Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel e Joaquim de Souza Coêlho.

Contudo, entre as multiplas atividades que se processou nêste govêrno e que teve a franca simpatia da grande maioria da população que o defendeu, com a solidariedade eficiênte dos nossos legisladores, foi a apresentação da lei n.º 177, que aprovada em 6 de Julho de 1868, transferia a séde da freguezia de São João do Crato, da povoação dos Baêtas, para Manicoré, cujo povoado já contava florescente comércio, uma igreja e população numerosa.

O respectivo projéto foi apresentado, com êsses motivos, à Assembléia Legislativa Provincial pelos deputados padre Torquato Antonio de Souza, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, Manuel Pereira de Sá, João José de Freitas Guimarães, Clementino José Pereira Guimarães, Leonardo Ferreira Marques, Alvaro Botelho da Cunha, Francisco de Paula Bello e João Carneiro da Silva Rego.

A nova freguezia, pelo mesmo decreto, tomou o nome angelical de Nossa Senhora das Dôres de Manicoré.

Dessa maneira, tôda a nossa atenção nêste momento, é distinguir e mostrar claramente, a inteligência e o trabalho de um Presidente que muito nos dignificou.

Na administração do comendador João Wilkens de Matos, que governou a Província de 24 de Novembro de 1868 a 8 de Abril de 1870, verificamos que êle numa associação de unificar vontades e defender direitos, logo se impoz à consideração de uma sociedade profundamente envenenada pela política demagógica. E, por esta razão, temos de admirá-lo na sua ação que redime e convence tôdas as paixões antagônicas, sem nunca perder a serenidade elevada do seu espírito iluminado.

Era surpreendente. A sua maneira de governar, maravilhou a todos, abateu a oposição, proclamou genios inéditos, como Gregório José de Moraes, diretor do **Comércio do Amzaonas,** cujo primeiro número saíu a 15 de Agosto de 1869, sendo o primeiro jornal da Província a estampar telegramas e a manter serviço de clicheria.

Foi, exatamente, a começar da sua administração que o Amazonas cresceu para a história das nossas relações internacionais. De fáto, o presidênte João Wilkens de Matos, realizou o prodígio de vencer, em tôdas as latitudes, com inteligência e trabalho, sem derramar uma gota de sangue. No seu relatório de 8 de Abril, êle declara triunfante que "o estado das finanças da Província é o mais lisongeiro possível. Contêm os cofres da Tesouraria Provincial hoje a quantia de 199.109,00" o que de forma evidente era um esplêndido triunfo, de seu trabalho honesto e rijo, que crescêra inconfundível e imorredor na história dos Presidêntes da Província.

A sua vida se resume nesta resposta definitiva : Foi um grande que se perpetuou conscientemente na história das belas atitudes nacionais.

O Coronel Dr. José de Miranda da Silva Reis, que governou a Província de 8 de Junho de 1870 a 8 de Julho de 1872, se permite a honesta imparcialidade de administrar, no sentido do progresso e da ação, os destinos mais urgêntes e mais claros do Amazonas. Antes de ser admirado, o Dr. Miranda Reis, tomou a iniciativa de importar dos Estados Unidos, todo o material necessário, para as três escolas que mandou construir na capital, nos bairros dos Remédios, São Vicente e Espírito Santo, revelando-se, nobremente, incentivador do ensino e das artes, muito antes da circular do conselheiro João Alfredo, que aconselhava, indistintamente, aos presidentes de Província, aquela providência.

Mas, não posso deixar de assinalar aquí, a sua originalidade de atraír para o nosso povoamento a afortunada cooperação do coronel Antonio Pereira Labre, que em 1871, à frente da maior leva de maranhenses, se localizou no Alto Purús e com a sua atividade de múltiplos esforços para o nosso bem estar social, fez surgir carinhosamente a cidade de Lábrea. Também nessa época a borracha que os Omaguas aproveitavam para os seus serviços no Solimões, que Charles Marie de la Condamine levou para a Europa e que Nelsons Goodyear industrializou, alcançava na exportação da Província 1.090.575 quilos na importância exáta de Cr$ 2.016.443,90 testemunho grandioso da nossa vitalidade economica, que a opinião pública jamais poderá esquecer completamente. Outro fáto lisongeiro e consolador que podemos verificar na sua pública administração, foi o regresso de 55 heroes, que com o término da guerra do Paraguai, comandados pelo capitão Marcelino José Nery, se apresentaram em Manaus, a 24 de Julho de 1870, testemunhando a perda de 945 amazonenses que deram a vida, para a vitória do Brasil.

Todavia, é grato observar que nêste ano, a fermentação de idéias e sentimentos humanos, para honra da nova geração, fundava incondicionalmente para fomentar a libertação dos escravos a **Sociedade Emancipadora Amazonense.** Ainda vemos que em 1871 é estabelecida, "no Liceu, uma cadeira de Pedagogia para os alunos, que, concluindo o curso de humanidades, se destinassem ao magistério primário, que contava já 32 cadeiras, em tôda a Província, sendo 8 para o sexo feminino. Até então, não existiam escolas mixtas. Não se admitia a coeducação". (Corografia do Amazonas p. 279).

Por tudo isto, não é demais, oferecer-lhe, nesta página ligeira, o nosso reconhecimento e a nossa grande amizade.

No govêrno do Dr. Domingos Monteiro Peixoto, de 8 de Julho de 1872 a 16 de Março de 1875, abrem-se imensos horizontes, com limites intermináveis. A sua ação de administrador inconfundível, refletindo o encanto e a grandeza extraordinária do Amazonas, vale até hoje como um documento histórico da mais alta significação econômica-social. E' que o privilegiado presidente da Província, apenas se vale de assuntos de grande contentamento, porque a sua gestão que celebrisou o Amazonas do passado, nós a sentimos mais florescente, mais grandiosa, mais universal, no grande Amazonas do presente. Dando-lhe uma universalidade, um espírito atômico, arrancando-o do desconhecido para a epopéia homérica das investidas varonís, êle é o homem cheio de iniciativas gloriosas, que demoveu os economistas e financistas a vir colaborar conosco numa obra de enriquecimento e bem-estar da humanidade.

Para vencer num ambiente desamparado de grandes auxílios do govêrno Imperial, credenciou ao Vice-Consul de Portugal em Manaus, Comendador e Comerciante Alexandre Paulo de Brito Amorim, a transacionar à navegação diréta entre Manaus e os vários portos da Europa. Assim, para contornar os obstáculos e forçar com uma decisão inabalável a concretização do ideal cobiçado, diz Veiga Simões, "celebra o contráto com Brito Amorim, pelo qual o Estado subvencionava com 90.000,00 seis viagens anuais, obrigando-se o concessionário, entre outras coisas, à introdução de cem imigrantes que devia transportar da Europa gratuitamente para a fundação duma colonia, e a manter custos de transportes entre Manaus e a Europa iguais aos estabelecidos nas carreiras do Pará aos mesmos portos. Partindo o Comendador para Londres, lá conseguiu organizar a **Liverpool and Amazon Royal Mail Steam Ship Co. Ltd.**, cujo primeiro navio — o **Amazonas**, fundeou em Manaus a 25 de Janeiro de 1874; já no

ano anterior, a 30 de Abril, aquí chegára o **Mallard,** e a 13 de Junho o **Lilian,** fretados por Brito Amorim para cumprir o contrato. Falida a Companhia, a **Red Cross Line** conseguiu do govêrno a subvenção outorgada a Brito Amorim, e em 77 iniciava as suas viagens para Manaus o **Teresina;** em 1901, **Booth and Co.,** que há muito faziam também navegação para a Amazônia, encamparam a **Red Cross,** "sendo que a **Booth Line,** a Lamport & Holt Line Limited, a Moore-Mccormack (Navegação), S/A., são as únicas companhias que atualmente (desaparecidas que foram a companhia italiana **Ligure Brasiliana** e as duas poderosas companhias alemães, a **Hanburg Amerika Linie** e a **Hamburg Sud Amerikanische,** com a guerra de 1914) estabelecem o comércio importador e exportador com o extrangeiro, pelas suas linhas Manaus — New York, e Manaus-Liverpool. Como vimos, o ilustre grande homem triunfou pela ação e pela inteligência que ficou proclamando para sempre o sucesso das nossas conquistas mais retumbantes.

Evidentemente, não haverá na minha apreciação senão a prova do nosso espírito justiceiro à memória de um homem que fez do Amazonas, o sentir e o querer de um povo, grande demais, na epopéia de quatro e meio séculos.

O Dr. Antonio dos Passos Miranda, decimo-quinto presidente do Amazonas de 7 de Julho de 1875 a 27 de Maio de 1876, como um verdadeiro presidente, revelando uma individualidade profunda e serena que nasce da maturescência intelectual, tudo fez em favor da pacificação política e com grande felicidade se comprаz em criar colonias e nucleos agrícolas em vários pontos da Província, afim-de atender a enorme leva de emigrantes cearenses, que, de quando em quando, chegavam a Manaus. Também, no seu govêrno, o Amazonas, sofre rudes golpes na desvalorização da borracha. Mas, é nêsse momento que os nossos exportado-

res aceitam intranzigentemente, o realismo culminante dos seus estudos, quanto a forma de retenção e valorização da Hevea Brasiliensis.

Nêste ano, o Dr. Passos Miranda, num gesto magnificente elevou para 49 o número de escolas públicas e ainda temos a grata satisfação de assinalar que no Liceu e no Seminário os alunos prestavam os preparatórios e na Companhia de Aprendizes Marinheiros, o número já era de 60 alunos.

Outro fáto de grande repercussão em Manaus, foi o que se fez comemorar com um **Té Deum,** na Igreja da Matriz, pelo nascimento do principe do Grão-Pará, filho da Princeza Izabel e de um valente heroi do Paraguai, o sr. Conde d'Eu. Mas, não podemos esquecer que na sua administração, pela lei n.º 348, de 24 de Maio de 1876, o têrmo da vila da Conceição desligou-se da Capital e voltou novamente à comarca de Parintins.

A autoria dêste projéto que mereceu a aprovação do presidênte Passos Miranda pertence ao deputado à Assembléia Legislativa Provincial Francisco Antonio Monteiro Tapajós.

Verificamos, a seguir que o movimento de defesa da borracha, benéfica para todos os brasileiros do Amazonas, indispensável na conquista definitiva da nossa individualidade e de estabilizadas responsabilidades no futuro, explica ininterruptamente, a consolidação da nossa amizade e da nossa admiração pelo Dr. Antonio dos Passos Miranda.

Se fosse possível sintetisar, de princípio a fim, a administração do Dr. Jacy Monteiro, decimo-sexto presidênte, de 26 de Julho de 1876 a 26 de Maio de 1877, eu diria que ela é o marco de grandiosa e inviolável grandeza que repousa dominadora, sôbre o juizo do futuro. Pelas idéias do seu espírito exuberante, pelas atividades edificantes das nossas melhores conquistas

do passado, êle é a glória que encerra, o sabor especial de um monumento.

Foi sob a sua auspiciosa direção que vemos concluida a nossa majestática Igreja Matriz da Capital, em cuja construção se gastou a soma de Cr$ 752.213,80. No seu govêrno, o desdobramento das nossas conquistas territóriais, apresentando uma gente forte e varonil, sintetizada nos tentamens do trabalho, do progresso e da nacionalidade, faz surgir, o Território do Acre, umà das últimas descobertas do Brasil, no século XIX. "Em 1877 alguns brasileiros destemidos, a bordo da lancha **Anajaz** reconheceram essa terra fertilíssima e iniciaram a sua posse de fáto. Pouco a pouco a expansão da borracha, atirando os proprietários para a floresta, despejou sôbre o imenso triangulo ao sul do Amazonas alguns milhares de trabalhadores. Assim, em redor de Puerto-Alonso (hoje Porto-Acre) uma pequena civilização foi germinando, rompendo a floresta em cata da hevea". (Daquem & Dalem Mar, p. 99). Também, podemos verificar o aparecimento de uma casa bancária, a inauguração da **Caixa Econômcia,** a criação do internato Nossa Senhora dos Remédios, o aumento das escolas públicas a fixação de cearenses emigrados pela seca de 77, o desenvolvimento das embarcações particulares e, sobretudo, o contráto provincial, em Maio de 1877, com a firma **Singlehurst, Blecklehurst** e **Companhia,** para uma valorização mais decidida dos nossos produtos no exterior.

O que representam as conquistas de sua administração que a todos deve maravilhar, vemos na interpretação e na solidariedade dos doutos historiadores, que lhe descobrem a valorosa capacidade de trabalho e a extraordinária fibra patriótica, para glória de um povo e honra de uma civilização.

Na administração do Dr. Agesiláo Pereira da Silva, de 26 de Maio de 1877 a 14 de Fevereiro de 1878, a **The Amazon River Steam Navigation Limited,** que

fora fundada em Londres, no ano de 1872, aumentou a sua frota para dezoito navios e, logo a seguir, para vinte e um, perfazendo já em 1889, o total exáto de trinta. Nessa época, a borracha do Acre, começava a despertar um mundo cheio de fartura. O abandono da agricultura era um fáto positivado, pela quantidade enorme de homens que se entregavam inteiramente à extração e ao fábrico da borracha. O Amazonas começava a importar o café e apoiava-se comercialmente num único prodúto, que o cêgou, com facilidades de colheita e de dinheiro, — a borracha. Daí por diante as levas de emigrantes cearenses, procuravam, de preferência, o caminho do Acre.

Ainda hoje, verificamos que tôda a vida comercial do Amazonas gira em torno do melhor preço da borracha; nela o estado vai buscar a sua fonte de receita; tôdas as nossas grandes crises, provêm sempre da borracha e à procura da borracha procuram encostar-se, num círculo vicioso que mais angustiosa vai tornando dia a dia a sua precária situação financeira; uma alta ou uma baixa do prodúto reflete-se logo no menor áto da vida amazonense, no menor movimento que o seu comércio ou os seus administradores tentem acaso esboçar; por cima de tudo a falta de corretivo, numa realidade que transforme, no mesmo impulso, as condições econômicas do nosso futuro. Os exemplos de 1911, não bastaram para uma organização de trabalho, suficientemente benéfico, que pudesse resguardar o futuro do nosso comércio, das portas da ruina.

Mas, êsse descaso, tão conhecido, tão comentado, tão divertido, encontrou o seu primeiro protesto nas palavras inapagáveis e patrióticas do Dr. Agesiláo Pereira da Silva que, na sua superioridade convicta, trazia para o cenário político da Província as credenciais de um administrador de inatacável relevo na história da nossa civilização. E' a ação na sua verdadeira latitude — ampla, iluminada, eterna, na supre-

ma evolução dos seus destinos, que arrebata e que convence, que me faz transcrever aquí o final do seu discurso.

"Não será, preciso dizer-vos, para que o saibais, que a vossa lavoura está morta, ou por nascer; que a vossa indústria extrativa, única que possuis, acha-se sobrecarregada de vexatórios tributos; que o vosso comércio fixo restringe as suas operações pela pouca confiança que lhe inspira o consumidor; que o vosso comércio ambulante, ou de regatão, como lhe chamais, que aliás tantos benefícios traz a província, penetrando e explorando com incrível coragem essas riquíssimas regiões habitadas unicamente por selvagens, está quasi extinto pelo mais exagerado imposto de que há memória, ou procura na fraude os módicos lucros que a lei não lhe permite obter honestamente; que as vossas finanças, apezar de grandes cortes e economias que se dizem realizados no exercício vigênte, estão seriamente comprometidas por um **deficit,** que não posso calcular, mas que deve ser avultadíssimo; que a instrução é imperfeitamente distribuida aos vossos comitentes; que a catequese ou conversão do gentio bravio, habitador das solidões e matas virgens adjacentes aos vossos grandes rios, não apresenta resultados correspondentes aos pesados sacrifícios que com ela o estado faz anualmente; etc., etc.

Por êste motivo, **SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL,** ao concluir estas breves linhas, unicamente vos peço que êstes momentosos assuntos sejam o objeto dos vossos primeiros cuidados, e que a êles consagreis tôdas as luzes de que dispondes, e a dedicação que a gravidade das circunstancias dá a província o direito de esperar de vós.

Pela minha parte, afianço-vos que procurarei por todos os meios ao meu alcance secundar-vos eficazmente no desempenho de vossa alta missão, com o duplo fim de provar o meu amôr a cauza pública, e de

corresponder a confiança em mim depositada pelo govêrno imperial.

Na forma do vosso regimento, declaro instalados os trabalhos da 2.ª sessão da 13.ª legislatura da Assembléia Provincial do Amazonas.

Palácio da Presidência do Amazonas em Manaus, aos 4 de Junho de 1877".

Agesiláo Pereira da Silva.

E', positivamente, um grande homem. Pena é que através dêsses grandes homens se não descubra uma diretriz segura para o nosso progresso econômico-social. E a par da recordação e da sua figura surpreendente, ficamos com essa impressão inteiramente patriótica — a impressão que nos dá a certeza de que êle foi brilhante na sua forma de agír e engrandecer a Província. A êle devemos em grande parte a posse e a conquista do Acre. E, isto por si só, responde o porque da nossa admiração, pela sua figura gloriosa.

O Coronel Barão de Maracajú, decimo-oitavo presidênte, de 7 de Março de 1878 a 26 de Agosto de 1879, mesmo tendo os impostos reduzidos pela Assembléia, então dominada pelos **conservadores,** conseguiu salvar a situação, pondo em prática a sua ação de grande economista.

A sua energia e o seu trabalho, se faz sentir em todos os grandes acontecimentos da Província. Disso fazemos prova, pela sua ardorosa combatividade em pról da libertação dos escravos e pela necessidade que se fazia urgênte, para que os navios da Companhia de Navegação, hoje Loide Brasileiro, extendessem as suas rotas até Manaus, em observância ao combate aos preços extorsivos dos fretes cobrados pelos navios extrangeiros.

Observamos também na época de sua administração o empastelamento do **Jornal Amazonas,** de propriedade de Antônio Fernandes Bugalho e a paralização

dos trabalhos da Emprêsa Madeira-Mamoré, em virtude de desentendimentos surgidos em Londres.

Em verdade, o Barão de Maracajú, inconfundível e inamolgável na sua forma de administrar, destaca-se gloriosamente de uma política que se exaltava e se encasquilhava na pressa de insinuar hábitos demagógicos e mistificadores.

Na gestão do Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz, de 15 de Novembro de 1879 a 26 de Junho de 1880, observamos um povo, aclamando-o com bravura cívica e delirante veneração. A política dormia na doçura de uma tarde dionisíaca, deixando o Amazonas prosseguir nas suas aspirações de engrandecimento econômico e progresso imediáto. Lentamente, o regaço exuberânte do grande Vale, aparecia mais claro, com ligeiras intervenções de homens corajosos e valorosos. A arrecadação da Província aumentou consideràvelmente e o número de brasileiros no Território do Acre já era avaliádo em mais de oito mil habitantes.

A borracha exportada crescia na balança econômica da Província para 2.837.720 quilos, na importância líquida de Cr$ 6.568.414,60. Também os outros produtos se assinalavam magnificamente em muitos milhares de cruzeiros, totalizando na recebedoria de Manaus, a arrecadação de Cr$ 1.337.922,60.

Nestas condições, podemos concluir, tranquilamente, avultando em nossa consideração o esforço e o triunfo do presidente Clarindo de Queiroz, numa época em que a Província caminhava nos longos e inconsequentes corredores de uma política destrutiva.

De 26 de Junho de 1880 a 16 de Maio de 1881, esteve à testa da Província, o Dr. Satyro de Oliveira Dias, cuja atuação é das mais dignas, pela maneira com que se houve, no maior incentivo ao ensino primário e divulgação dos nossos produtos no exterior.

Com efeito, êsse homem cuja superioridade é das mais convictas, permite-nos, incluí-lo na habilidade e

no vigor com que se empenha, no auxilio a comissão confiada ao Tenente-Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Parima, para os trabalhos de demarcação dos nossos limites com a Venezuela.

Ainda na sua administração, a lei n.º 499, de 30 de Setembro de 1880, elevou a Vila Bela da Imperatriz à categoría de cidade, com o nome de — cidade de Parintins — tendo sido o respectivo projeto da autoria do deputado à Assembléia Legislativa Provincial Emilio José Moreira. Logo a seguir a lei n.º 523, de 14 de Maio de 1881, elevava a freguezia de Nossa Senhora de Nazaré da Lábrea à categoría de vila, com a denominação de — Vila da Lábrea, ficando o respectivo município separado do da Capital.

Evidentemente, a glória do Dr. Satyro Dias, é inapagável e fecunda no anfiteatro das conquistas imortais.

O Dr. Alarico José Furtado, vigessimo-primeiro presidente de 16 de Maio de 1881 a 7 de Março de 1882, tomou a iniciativa de povoar mais intensamente os nossos grandes rios e auxiliar o Conde Ermano Stradelli, em suas pesquizas científicas através de todo o Uaupés. Esta observação, pode ser constatada, no livro do douto historiador Luís da Camara Cascudo, **Em memória de Stradelli,** p. 54, onde se lê — "Em 1882 o rio Uaupés, em largo trecho de seu curso, ficou vedado ao comércio com os "brancos". Stradelli foi especialmente distinguido por uma exceção. Era-lhe permitido subir até onde desejasse".

A 14 de Dezembro de 1881, por deliberação da Assembléia, de 4 de Novembro de 1880, o Dr. Alarico José Furtado, reformou o regulamento do Liceu, que passou a possuir um internato a-fim-de atender aos alunos do interior, que não tinham onde fazer os estudos secundários.

Pela lei n.º 535, de 3 de Junho de 1881, determinou novos limites entre os municípios de Borba e Manicoré, a saber : à margem esquerda do rio Madeira, na

ponta de cima da ilha das Aranhas, e à margem direita do mesmo rio, no lugar Santa Rosa, pertencendo a Manicoré o território acima dêsses dois pontos,, e a Borba os situados abaixo. Também, pela Lei n.º 499, sancionou, elevando a freguezia de Andirá à categoría de Vila, com o nome de Vila Nova da Barreirinha, e determinou que o novo limite dêsse município com o de Parintins fôsse a linha que compreendesse, naquele, "todo o lago grande de Urucurituba, paraná-miry do mesmo nome e os lagos que abrange até o repartimento com o Limãosinho, bem como êste paraná-miry e a margem setentrional do Ramos, desde a boca superior do Urucará até a fóz do rio Andirá".

Assim, sob a impressão de sua construtiva administração, registro aquí, ligeiramente, o motivo do nosso aplauso consciente e simpático.

O Dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, que esteve à testa da Província de 17 de Março de 1882 a 16 de Fevereiro de 1884, tem a sua imortalidade gravada na rua e no grupo escolar que perpetuam a sua vida e a sua administração.

Foi um grande incentivador da instrução pública. Por sua vontade, o **Estabelecimento de Educandos Artífices,** que havia desaparecido em 1877, voltou a funcionar com o nome de **Instituto Amazonense de Educandos Artífices,** apresentando os melhores resultados.

Pela lei n.º 607, de 26 de Maio de 1883 elevou o têrmo da Vila da Lábrea à categoría de comarca, criando uma comarca no Rio Purús, com séde na referida vila. Elevando, a seguir, pela lei n.º 599, de 1.º de Junho de 1882, a freguezia de São Paulo à categoría de vila, com a denominação de Vila de São Paulo de Olivença, dando-lhe o seguinte território: à margem esquerda do Solimões desde o Amaturá até a fronteira, e à margem direita, desde Jandeatuba até a fronteira.

Como é fácil de se verificar, o Dr. José Paranaguá,

foi um administrador que teve a larga capacidade de se insinuar na nossa admiração.

De 11 de Março de 1884 a 12 de Julho de 1884, assumiu a presidência da Província, o Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, um homem excepcional, que acima de tôdas as contingências se perpetuou como um símbolo de reivindicação nacional na libertação dos escravos. Ao deixar a presidência, a Província guardava nos cofres do Tesouro, um saldo exáto de .... Cr$ 467.203,90, e, mais do que isto, livre da escravidão que lhe permitia declarar nobremente ao seu sucessor : "A Província do Amazonas está redimida. No dia 10 do corrente foi êsse acontecimento o maior de sua história, solenemente declarado, lavrando o respectivo auto no livro de instalação da Província, que, remeti, por cópia, a S. Excia. o Sr. Ministro da Agricultura. Tudo se fez em nome da lei, em observância das suas prescrições, em perfeita calma e tranquilidade, com o concurso eficaz dos sentimentos do povo amazonense".

Ainda no dia 10 de Julho o Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, inaugurou o **Azilo Orfanologico Amazonense,** que o Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro já no govêrno republicano mudou para Benjamim Constant, em homenagem ao grande estadista da Proclamação da República.

Para completar a nossa apreciação sôbre o Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, o homem que se perpetuou na libertação dos escravos e nos legou o atual Instituto Benjamim Constant, tomemos emprestado a Bento Aranha as suas palavras documentais : "Incontestavelmente êste Instituto é desde já o monumento, que, para todo o sempre recomendará a atual administração a posteridade, e, conseguintemente, consagrará o nome do administrador que já está gravado nos corações dêste povo que o admira e venera.

Poucas são ainda as datas gloriosas do Amazonas, mas nenhum povo as tem mais gloriosas a vista da

grandeza que encerram e revelam perante o juizo da humanidade".

Na administração do Dr. José Jansen Ferreira Junior de 11 de Outubro de 1884 a 21 de Setembro de 1885, registraram-se cenas iguais as do Oeste Americano, quando inúmeros bandoleiros assaltavam vilas e vilarejos à cata do ouro. Também, no Amazonas, por essa época, seringais e povoados eram assaltados à faca e à bala, pelo predomínio do ouro negro.

Incansavelmente, o Dr. Jansen, verificando a todos êsses infortúnios, apresentava de quando em quando, nos lugares onde passava, a sua colaboração decidida e combativa. Lutou ainda contra a variola, abnegadmaente e, sobranceiramente, contra a crise comercial que se verificou em consequência da baixa no preço da borracha. Mesmo assim, ao passar o govêrno ao seu substituto legal, a Província já se encontrava restabelecida.

Por esta razão, temos de reconhecer, na sua bravura moral e cívica, a energia de um legítimo defensor da nossa perpetuidade.

Logo a seguir, vemos na presidência da Província, de 28 de Outubro de 1885 a 10 de Janeiro de 1887, o Dr. Ernesto Adolpho de Vasconcellos Chaves, que no dizer do prof. Agnello Bittencourt "foi um dos mais ilustres administradores do Amazonas. Sob seu govêrno, concluiram-se vários melhoramentos da capital. O serviço de abastecimento de agua dirigido pelo Dr. Lauro Bittencourt e o Liceu ficaram adiantados. Os auxílios que prestou ao Museu Botânico, à cuja frente se achava o naturalista brasileiro Dr. Barbosa Rodrigues, deram a êsse estabelecimento um grande impulso, tornando-o um dos primeiros do país.

Todos os ramos do público serviço tiveram o cuidado proficiente do Dr. Chaves, como se constata do seu brilhante Relatório de 25 de Março de 1886.

O partido político, que êle fizera apear, por motivo

da ascenção do Gabinete de 20 de Agosto do ano anterior, fez-lhe injusta campanha pelo jornal **Amazonas**"

O vigessimo-sexto presidênte da Província, de 23 de Março de 1887 a 10 de Janeiro de 1888, foi o Coronel Conrado Jacob de Niemeyer, que num gesto dignificante aumentou para cento e oito as escolas públicas da Capital. A **Escola Normal**, estabelecida a 6 de Março de 1882, regulamentava, nessa época, para o seu curso completo de três anos, as seguintes disciplinas : lingua nacional, pedagogia, metodologia, legislação do ensino, matemáticas elementáres, desenho linear e francês, história e geografia universaris, do Brasil e do Amazonas, instrução moral e religiosa, elementos de ciências físicas e naturais, noções de economia e de higiene, prendas domésticas, música teórica e prática e desenho.

Por êsse tempo, o número de jornais impressos se elevava a mais de cem. E, colaboravam nos mesmos, vultos ilustres, como Torquato Tapajóz, autor das obras de alto valor histórico, geográfico, climatológico, etnonológico e econômico. —. **Província do Amazonas, estudos sôbre a alfândega de Manaus. O rio Purús. Província do Amazonas, navegação diréta. O vale do Amazonas e os apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brasil. Província do Amazonas, cartas políticas e, Colonização e Imigração, estudos sôbre o povoamento do Amazonas.** Pedro Luiz Simpson, autor da **Gramática da Língua Brasileira** e do **Dicionário Geral da Língua Brasileira,** que mereceu de João Ribeiro as palavras de que eram superiores a todos os demais até aquele momento publicados. Aprigio Martins de Menezes, organizador das **Efemerides Amazonenses** e da **História da Província do Amazonas,** hoje, desaparecidas. João Barbosa Rodrigues, autor da **Pacificação dos Chrichanás, O Tamaquaré, O Muyrakytã, A Poranduba Amazonense.** Paulino de Brito, Estellita Tapa-

józ e tantos outros.

Por tudo isto, é fácil de se compreender a brilhante administração do Coronel Jacob Niemeyer à testa da Província do Amazonas.

O vigesimo-setimo presidênte que nos governou de 10 de Janeiro de 1888 a 12 de Junho de 1888, foi o Coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno, que sempre original nas suas expressões generosas, crescia na primazia das suas belas atitudes.

No seu govêrno vemos a arrecadação da Província atingir a soma de Cr$ 2.700.000,00 e os produtos regionais se alargando numa exportação diretamente com o exterior. Em 7 de Junho de 1888, é fundada com muita satisfação A Sociedade de Geografia do Amazonas e outros estabelecimentos de grande aceitação.

Dessa maneira, de princípio a fim, foi um presidente que pela sua inteligência e pela sua ação eficiênte soube ficar para sempre na estima de todos nós.

Na gestão do Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, de 12 de Julho de 1888 a 11 de Novembro de 1888, a renda da Província se elevava à significativa quantia de Cr$ 3.116.391,50. A questão de Limites com a Guiana Inglesa, mais ou menos resolvida, e os núcleos agrícolas profundamente beneficiados no fomento ao plantío do café, do cacau, da cana de açucar e do algodão.

Por essa época, o Conde Stradelli, trava relações de amizade, em Manaus, com o major Alfredo Ernesto Jacques Ourique, por recomendações de Barbosa Rodrigues, que o apresenta como o mais perfeito conhecedor do Vale do Rio Branco. Observa o historiador Luiz da Camara Cascudo, que, anteriormente, na presidência do coronel Francisco Antonio Pimenta Bueno, que Stradelli respeitosa e erradamente, chama **signor Conte,** o mesmo havia posto à sua disposição uma lancha à vapor. Isto vem a propósito de se fazer evidente a

grande estíma com que era tido o conde pelos presidêntes da Província.

Durante o seu govêrno, o Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, no mais acêso dos lances políticos, pela aproximação vertiginosa da Proclamação da República, não cometeu um desatino, que viesse hostilizar ou mudar a opinião dos idealistas republicanos. Até o momento de passar as redeas da Província ao seu substituto legal, acompanhou atentamente o movimento que perdeu o caráter regional para ser uma questão nacional, visto que envolvia a grande campanha de Benjamim Constant.

Inteligente e cheio de equilíbrio administrativo, foi um presidente que teve a serenidade de conhecer o seu povo e respeitar as suas ambições.

Na administração do Dr. Joaquim de Oliveira Machado, de 12 de Fevereiro de 1889 a 1 de Julho de 1889, observamos que os emigrantes cearenses eram recebidos carinhosamente e que além do tratamento e do auxílio necessário, recebiam os chefes de família, pequenos lotes de terras já demarcados, sendo que aos solteiros era-lhes permitido agazalho na colonia agrícola João Alfredo.

Também, verificamos que o seu antecessor Cônego Raimundo Amancio de Miranda, 2.° vice-presidênte que havia assumido as rédeas da administração, a convite do Dr. Joaquim Cardoso de Andrade, que, com permissão do Govêrno Imperial, retirara-se para a Côrte, no seu Relatório, faz constar a proibição dos enterramentos no Cemitério de São José, por não haver mais espaço, recomendando ao provedor da Santa Casa de Misericórdia em 5 de Dezembro que mandasse fazer os sepultamentos no novo Cemitério e autorisando-o à fazer aquisição de uma embarcação apropriáda ao transporte de Cadaveres e o contráto de alguns indivíduos para o serviço. A seguir, em 7 de Dezembro, vemos a nomeação do Tenente-Coronel Menandro Le-

andro Monteiro Tapajós, para Procurador Geral e as dos Capitães João Batista de Faria e Souza e Rodolpho Gustavo de Albuquerque Cavalcante, para Mordomo.

Em 20 de Dezembro, o Cônego Amancio Miranda, nomeou, os doutores Hermenegildo Lopes Campos, João Machado d'Aguiar e Mello, João Moreira de Magalhães, Aprigio Martins de Menezes e o acadêmico Bazilio Raimundo da Silva, com a gratificação diária de dez cruzeiros, para vacinarem e revacinarem nos diversos bairros da Capital, os respectivos moradores, contra a epidemia da varíola.

Dessa maneira, é que o Cônego Raimundo Amancio de Miranda, passa o govêrno da Província ao Dr. Joaquim de Oliveira Machado desejando-lhe uma administração feliz e cheia de benefícios para o Amazonas, que, em tão bôa hora, foi confiado a V. Excia., cujo nome é uma garantia segura para o seu engrandecimento moral e material.

Evidentemente, a ação do Dr. Joaquim de Oliveira Machado influiu poderosamente no engrandecimento da Província. A analise do seu govêrno que a nossa história registra, é de legítimo orgulho e de uma grande vontade nacional em favor de um Amazonas mais perfeito.

O último presidênte da Província, de 1 de Julho de 1889 a 21 de Novembro de 1889, foi o Dr. Manuel Francisco Machado, que com indiscutível atitude de compreensão entregou o govêrno, sem derramamento de sangue e sem qualquer resistência, a uma comissão de cidadãos de destaque, em nome do Govêrno Provisório da República.

Já nessa época, a nossa balança econômica, alcançava a exportação, diretamente para o exterior, de 10.710.813 quilos de borracha, no valor exáto de . . . . Cr$ 18.121.265,00, e a nossa arrecadação era computada, em Cr$ 3.311.295,80, que demonstra oficialmente o triunfo e a administração do seu Presidente.

O povo delirantemente dava vivas ao novo regimen. Terminava o govêrno monárquico em terras do Amazonas, mas, o trabalho do Dr. Manuel Francisco Machado, em grau elevado, ficou realçado e tradicional, na consciência integral das nossas sensibilidades.

Sinto-me feliz pelo contáto que venho de estabelecer com os nossos dedicados defensores do século XIX, de cuja ação consoladora e de cuja administração serena e equilibrada muito lucrou o Amazonas e o Brasil. Foi a bondade de seus corações, foi a virtude de suas inteligências e a honestidade de suas condútas que nos faz eternizá-los na nossa estíma e na nossa consideração.

A guerra do Paraguai

A participação do Amazonas e a origem da guerra. O decreto que criava os corpos de Voluntários da Pátria e os principais feitos dos nossos herois. Os comentários dos jornais da época e os discursos proferidos à chegada dos remanescentes.

XI

A guerra do Paraguai, de um modo geral, foi uma consequência do tratado da **Triplice Aliança,** assinado em Buenos-Aires, entre a Argentina, Uruguai e Brasil. E teve começo logo após o aprisionamento do vapor brasileiro, **Marquez de Olinda,** em que "íam o coronel Carneiro de Campos, novo presidente de Mato Grosso, e outros que, feitos prisioneiros, vieram todos mais tarde a morrer de penúria nas prisões paraguaias".

Foi, precisamente, a começar daí que o Govêrno do Império sob a ameaça do exército paraguaio de 80.000 homens, comandados pelo ditador Francisco Solano Lopez, fez um apêlo ao Amazonas e êste enviou o 1.º contingênte de voluntários composto de 63 homens, que embarcou antes de Maio de 1865, incorporado ao 5.º Btl. de Infantaria. Logo depois, no mesmo ano, foram mais 500 homens e até 25 de Janeiro de 1866, já se elevavam a 871.

O decreto n.º 3.371 de 7 de Janeiro, criava corpos para o serviço da guerra com a denominação de Voluntários da Pátria. A comissão encarregada de promover o alistamento e organização do respectivo corpo era composta dos Majores Francisco Antonio Monteiro Tapajóz, João José de Freitas Guimarães e João Martins da Silva Coutinho. No relatório do Dr. Antonio Epaminondas de Melo, verificamos que em três mêses a Província do Amazonas, havia remetido para o sul do País, mais de quinhentos homens, em recrutas de terra e mar, Voluntários da Pátria e contingentes da Guarda Nacional.

Em 5 de Setembro de 1866, o Dr. Gustavo Adolpho Ramos Freire, dizia em seu relatório, que finalmente a tomada de **Itapirú** pelas nossas forças, e a última batalha do dia 24 de Maio, (denominada de Passo da Pátria), muito se distinguiram os oficiais e praças da Guarda Nacional desta Província que se acham na guerra.

Como prova de que ela não é indiferente ao brioso comportamento daqueles que a representam na grande luta nacional, o seu administrador, o Exmo. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo, resolveu nomear o Tenente do 1.º Btl. de Infantaria Luiz Antony, pela bravura com que se houve no ataque da ilha de **Itapirú,** para o posto de Capitão da 6.ª Cia. do mesmo Btl.; da Secção de Artilheria Henrique Antony de Albuquerque, para o de 1.º Tenente daquele Btl., enviando as patentes dêsses oficiais ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, que por aviso de 5 de Julho último, sob n.º 6, se dignou aprovar aquelas nomeações comunicando que as faria seguir para o 1.º Corpo do Exército em operações contra a República do Paraguai.

Sob o mesmo pensamento, nomeei o 1.º Ten. da Seção de Artilharia Menandro Leandro Monteiro Tapajóz, para o posto de Capitão da 2.ª Cia. do 4.º Btl. de Infantaria, e os Alferes do dito Btl. Joaquim Benja-

min da Silva para 1.ª Ten. da Seção de Artilharia, ambos pelos relevantes serviços prestados na campanha.

Ainda no mencionado relatório podemos observar que desde Janeiro de 1865 até 25 de Janeiro de 1866, não contando com os dois corpos de guarnição que marcharam logo no início da luta, enviou mais 871 homens, incluindo nêste número Voluntários da Pátria Guardas Nacionais e recrutas para o Exército e Armada.

No relatório do Tenente-Coronel João Wilkens de Matos, podemos verificar, que o mesmo enviou para a campanha do Paraguai, a-fim-de ser incorporado ao exército, 43 recrutas, 4 voluntários, 10 guardas nacionais, e para a armada 19 recrutas, perfazendo um total de 76 homens.

Ao terminar a guerra, devo acrescentar, para realce destas linhas, que apenas 55 homens, comandados pelo Capitão Marcelino José Nery, regressaram à Província, a 24 de Julho de 1870, remanescentes de uma turma de 1.000. E como ilustração, os principais discursos comemorativos, quando da chegada dos combatentes amazonenses que foram a guerra do Paraguai.

Comecemos pelo discurso do Dr. David de Canavarro, representante da Camara Municipal lido na Praça da Imperatriz e publicado no jornal **Amazonas,** de 28 de Julho de 1870 — "Dignos Voluntários Amazonenses.

Na qualidade de orador da comissão nomeada pela Camara Municipal desta Cidade, para em seu nome saudar-vos pelo vosso feliz regresso ao vale magestoso do Amazonas, tem ela grande prazer e entusiasmo em cumprir êste sagrado mandato.

Benemeritos — Fazem hoje seis anos que dêste lugar embarcastes para a campanha do Paraguai, deixando, pátria, esposas, filhos e amigos.

Então só se divisava lágrimas e prantos entrecortados pela saudade, e umedecidos pelo troféu da civilização e do progresso.

Os louros que colhestes em defesa da honra e da dignidade nacional, ficam nêste dia gravados nos corações amazonenses.

A guerra acha-se terminada, e o Brasil desafrontado do ultraje que injustamente recebeu.

O bárbaro opressor do Paraguai pensava poder resistir aos nossos bravos soldados, contando com as grandes distâncias, tropeços e perigos, montanhas e posições, mas assim não aconteceu porque o patriiotismo não tem limites e não conhece fadigas — para la marcharam — a questão foi de tempo, qualquer que fossem os obstáculos chegariam em Assunção.

Voluntários — Sois Amazonenses, e por isso briosos e valentes; recordastes hoje os exemplos e valor que vos legaram os vossos antepassados. Sois filhos do Império de Santa Cruz, em vossas veias corre sangue brasileiro e como os vossos irmãos de outras províncias sentistes os insultos feitos à nossa dignidade e bríos nacionais ,os ultrajes praticados a nossos queridos irmãos, vítimas da brutalidade de uma orda de selvagens".

Na porta do Major Tapajoz, depois de lido o discurso do Sr. Torquato, o Sr. Dr. Canavarro, ofereceu uma corôa de flôres a S. Excia. o Sr. Presidênte da Província como herói de Lomas Valentinas.

Em seguida, na porta do Tenente-Coronel Miranda Leão, três senhoras se dirigiram aos voluntários espargindo sôbre êles flôres, coroando em seguida os três oficiais do pequeno contingênte. Eis, na sua expressão mais elevada, um dos mais belos discursos que nos permite manifestar a nossa admiração ao todo pessoal e luminoso do seu autor.

"O país vos falou a linguagem do coração, única que comportava a nossa nacionalidade e nós vos vimos cheios de ardor correr voluntários ao grande pleito, que então se achava travado nos campos do Paraguai, e com o vosso sangue e denodo, selar os triunfos da causa

da civilização dos exércitos da liberdade, contra um povo escravo.

Vencer ou morrer, foi o brado que ressoou em todo o Império; foi o pensamento e linguagem de todos os lábios, o sentimento de todos os corações.

A confiança do Govêrno Imperial pelo patriotísmo, e pela dedicação do povo; a confiança do povo pela ação patriótica do govêrno existiram sempre para o completo triunfo da causa que pleiteavamos.

Ainda uma vez desperta grandioso vale do Amazonas; desperta formoso Briarêo da América meridional : eia ufana-te e traja tuas mais suntuosas galas, faze patente tuas belezas e desenrola a vista de um povo patriótico nêste dia tão assinalado dêsses fulgores com que te há dotado a natureza.

Sim ! desperta por veres nêste dia restituidos ao solo pátrio, seus dignos filhos os bravos defensores da nossa cara Pátria.

Conhecemos que a alegria que reina em todos os corações brasileiros, não deixa também de ser lamentada e sentida. Vidas muito caras e choradas se confundiram com o pó da tirania dos selvagens; ninguém se arrependeu de sofrer e cobrir de luto, o martírio foi o nobre brasão de peitos fortes e denodados.

Voluntários do Amazonas — Tendes em vossa frente um dos heróis da nossa glória nacional, o Exmo. Sr. Coronel José de Miranda da Silva Reis, que depois de tantos trabalhos e sacrifícios pela Pátria, quiz a Providência Divina, que ainda uma vez estivesse nêste grandioso dia ao vosso lado nesta província do Amazonas, presenciando cenas muito diversas daquelas que se passaram por aqueles inospitos lugares.

Curuzú, Humaitá, Chaco, Itororó, Villeta, Lomas Valentinas, etc., e foram testemunhas de vossas bravuras e dedicação pelo País.

O Brasil vos contempla com entusiasmo e reconhecimento.

Voluntários — Rendamos nêste dia de tanta glória para vós, e para o Amazonas, as nossas homenagens de amor e dedicação pelo triunfo das armas brasileiras, e uma lágrima de saudades pelo eterno repouso dos benemeritos que alí sucumbiram em defesa da Pátria.

Sim ! ainda uma lágrima de saudade e reconhecimento aos nomes queridos dos heróis — Brigadeiro Hilário Maximiano Antunes Gurjão, Capitão Luiz Antony e Tenente Benjamin.

Viva a Religião do Estado !

Viva S. M. o Imperador !

Vivam os Generais Ozorio, Camara e Caxias, e Coroneis Miranda Reis e Auto Guimarães ! Vivam os bravos voluntários do Amazonas !

E' necessário lembrar também aquí, um discurso que traz consigo mesmo, pela expressão de sua própria natureza — a **interpretação** e o **julgamento** dos nossos bravos Voluntários da Pátria. Revestido dêsse duplo aspécto, o Major Clementino José Pereira Guimarães, na porta de sua residência pronunciou o seguinte discurso :

"Voluntários da Pátria e Guardas Nacionais — Há 5 anos como agora eu fui comparte nas ovações, nos festejos que vos fizeram quando a Pátria gemendo ao peso da afronta que lhe foi feita pelo ditador do Paraguai fazia acender no coração de todos os brasileiros, o santo fogo do patriotísmo e correr em seu desagravo, abandonando seus lares e tudo quanto lhes era caro.

Alguns de vós talvez, muitos seguramente dos que ficaram juncando o campo inimigo, eram meus comandados, pertenciam como eu ao 1.º corpo da guarda nacional desta província que concorreu com o mais forte contingênte para as operações da guerra; fui eu que ainda tenho a dita de falar-vos um dos que vós mostrou o caminho do dever, o campo de honra onde acabais de colher os louros que vos cingem a fronte.

Saudando então vosso entusiasmo como a vossa abnegação, fazia votos para que nas duras provas porque íeis passar, representasseis dignamente a província em que tivestes o berço, imitasseis no valor, vossos irmãos de outras províncias, que foram vossos companheiros de romaria, e elevasseis bem alto o nome do povo amazonense, nessa cruzada de glória que se ía abrir para o Império do Brasil.

Vosso procedimento, vosso heroísmo, vosso denodo nas lutas a aureola de glória de que vindes cingindo, não deixam dúvida de que meus votos como de tôda a província ficam coroados de feliz êxito, pois que de cerca de mil bravos que marcharam para a campanha, apenas voltais vós, um punhado de 55, ficando todos os mais imolados nêsses sanguinolentos combates com que a tirania em luta com a liberdade, disputou palmo a palmo os triunfos que colhestes para a civilização.

Cumpristes o vosso dever amigos, vingastes a honra nacional ultrajada, a Pátria vos está agradecida".

Finalmente o último dêsses discursos coube ao Sr. Nogueira, secretário do govêrno, que pronunciou as seguintes palavras :

— Bravos da Pátria, bem vindos sejais as vossas plagas !

Depois de fadigas tão longas e penosas, cumpre repousar.

Fizestes parte do grande exército do Império e com êle vos elevastes à altura das maiores nações do mundo.

Por tôda parte fostes vitoriados e recebestes os aplausos do País, como recompensa de vossa dedicação e sacrifícios.

Vossa fronte altiva, que jamais impalideces sob o peso da abobada das balas despejadas dos canhões inimigos, abate-se hoje para receber as virentes ovações do povo que vos saúda.

Bravos do Chaco, de Lomas Valentinas e do Aquidaban, a história do País vos reserva uma página dou-

rada e os vossos nomes atravessam o curso dos séculos cercados de brilhantes aureolas.

Saudemos pois, com um brado de entusiasmo os valentes soldados do império de Santa Cruz, os romeiros da liberdade no Paraguai".

Em linhas gerais, são essas, as nossas observações históricas com referência a participação do Amazonas contra as forças do ditador Solano Lopez. Sentimos, que até hoje os nossos historiadores não tenham feito justiça à memória do Capitão Luiz Antony, que em consequência de ferimentos gráves na perna, no avanço das tropas brasileiras em Humaitá, veiu a falecer e, do Alferes Joaquim Benjamin da Silva, filho de Parintins, que morreu no combate de Capão do Pires, a 16 de Julho de 1868. Também, não vimos ainda em nenhuma História do Brasil, menção alguma sôbre as honrarias de que foram investidos pelos seus átos de bravura, com que se destacaram na Batalha de Tuyty, os Tenentes Luiz Antony e Menandro Leandro Monteiro Tapajoz, Alferes Manuel Martinho dos Santos Abreu e Sgt.-Ajudante Tito Cacio Arão da Paixão Rocha, que foram agraciados pelo Govêrno Imperial com o hábito de **Cavalheiro da Ordem da Rosa;** nem os Alferes Joaquim Benjamin da Silva, Pedro Luiz Simpson e Manuel Gonçalves do Nascimento, que por idênticos motivos, foram agraciados com o hábito de **Cavalheiro da Ordem de Cristo.**

Acreditando que tais males têm a sua origem no gradativo afastamento dos nossos administradores da verdadeira História do Amazonas, tomo o papel de quem pretende salvar os nossos grandes homens do esquecimento, para lembrar que a verdadeira e definitiva imortalidade está nas páginas da História de um Povo. Façamos, pois, justiça aos nossos grandes homens, divulgando os seus feitos e os seus nomes na História do Amazonas e na História Geral do Brasil.

A Escravidão Negra

Algumas considerações sôbre a escravidão negra no Amazonas. Principais átos e decretos concatenados por João Batista de Faria e Souza e a alta significação dos Presidentes da Província no combate à deshumana escravidão

XII

Da corrução dos povos civilizados — para espanto e honra das idéias mais sublimes e dos sentimentos mais fecundos — a nódoa mais profundamente criminosa e desumana, é a da história da escravidão negra. Com tristeza vejo que essa nódoa ainda hoje se arrasta nas grandes Capitais do Mundo através da negra e confusa, incerta e exasperante escravidão da côr. E como, pois, não lamentar que depois de uma SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (em que a raça negra tomou parte atíva — freme de indignação e de patriotísmo — contra os corsários da Civilização Universal,) essa desigualdade continúe tranquila, sadía e metodizada no carnaval das mascaras humanas? Por que disfarçadamente faz da mísera condição da côr — de encontro ao **amai-vos uns aos outros** — o axioma inabalável da repulsa em todos os meios sociais? Bem se compreende que o nosso conceito deve ser modificado e animado para uma evolução cujos princípios superiores se

estabeleçam singularmente luminosos na trilogia da liberdade, da igualdade e da fraternidade humana.

Castro Alves, no seu **Vozes d'Africa** e no seu **Navio Negreiro,** evidencia, em tôda a grandeza de sua força límpida e virgem, a alma do Brasil cheia de glória e de humanidade. Vêr de perto êste movimento reivindicador, é compreender o Brasil atual, liberto de preconceitos e de aversão à côr.

No observar e discutir a escravidão negra, verificamos, que ela começou com os descobrimentos portuguêses na África. Segundo João Ribeiro, foi um português, Gilianes, o primeiro que aprisionou nas Canarias alguns homens, que excravisou e trouxe a vendê-los na Europa; o príncipe Henrique, extranhando essa cruêza, mandou que o aventureiro os restituisse à pátria de onde foram roubados. A ousadia do pirata, porém, foi logo despertando a cobiça de outros; a lugubre aventura encontrou defensores e foi logo largamente imitada. Em 1442, Antão Gonçalves aprisionou vários mouros da Costa do Ouro, e só os restituiu e resgatou a troca de escravos negros, em número de dez, os primeiros que lavraram o solo europeu.

Começou assim, o desumano comércio, do qual os inglêses foram os maiores traficantes; a sua **Companhia Africana** foi fundada em 1672 por Carlos II, e entre os seus acionistas estava o duque de York, depois rei da Inglaterra (Jayme II).

No Amazonas, o escravo negro foi introduzido ao tempo da Companhia de Jesús. Pombal, ao conceder a emancipação aos índios em 1755, lançava ao longo da costa norte e para o interior da Amazônia, a colonização branca e o trabalho do negro. Vieira, o Magnifico, foi o libertador da escravidão vermelha, no Extremo Norte. No sermão de São Luiz, exorta desta forma os moradores: "Sabeis, cristãos, sabeis, nobreza e povo do Maranhão, qual é o jejum que quer Deus de vós esta quaresma ? Que solteis as ataduras da injus-

tiça e que deixeis ír livres os que tendes cativos e oprimidos".

Depois de sua vitória, perante o Rei, e de uma comissão de homens versados na teologia e nas leis, de que foi presidente o duque de Aveiro, e um dos membros o presidente do conselho da Inquizição, que era arcebispo eleito de Braga e depois da exposição que fez ao duque de Cadaval, sôbre a forma de se acabar com a escravidão dos índios, sem arruinar as colonias por falta de braços para a lavoura, Vieira, sugeria à Câmara do Pará, "que os negros de Angola eram muito preferíveis aos índios, por serem êstes menos capazes para o trabalho, de menor resistência contra as doenças, e como muito próximos de suas terras, mais no caso de fugirem fàcilmente, ou de se deixarem morrer de saudades delas".

A verdade é que tais medidas na sua expressão mais completa e admirável, sincera e humana, comovedora e cristã, não encontrou guarida por parte dos colonos, que investindo contra jesuitas e carmelitas, fez recaír sôbre Vieira todos os ódios e vinganças dos que não podiam explorar a escravidão com a obra absorvente da Companhia de Jesús. Em consequência disso, foi Vieira maltratado e preso, e expulso do território brasileiro.

Essa ação inconsequente sôbre a Companhia, em 1768, apresenta, ainda hoje, o nosso atraso de colonização e catequização. Os índios fugiam de novo para a floresta e os novos padres vindos de Portugal para conter o exodo não tinham o explendor e a sublimidade dos seguidores de Santo Inácio de Loiola. Já Vieira, no **Sermão de Epifania,** em Lisbôa, dizia : E' necessário tomar o bárbaro à parte, e estar, e instar com êle muito só, e muitas horas, e muitos dias ; é necessário trabalhar com os dedos, escrevendo, apontando e interpretando por acenos o que se não pode alcançar das palavras; é necessário trabalhar com a língua, dobran-

do-a e dando-lhe mil voltas, para que chegue a pronunciar os acentos tão duros e tão extranhos; é necessário levantar os olhos aos ceus, uma e muitas vezes com o coração, e outras quasi com a desesperação; é necessário finalmente gemer com tôda a alma; gemer com o entendimento, porque em tanta escuridão não vê saída; gemer com a memória, porque em tanta variedade não acha firmeza; e gemer até com a vontade, porque no aperto de tanta dificuldade desfalece e quasi desmaia".

A escravidão negra, portanto, começa entre nós, quasi em sincronismo com a libertação dos índios. Compreende-se por isso que, no início de sua aparição fosse exclusiva e criminosamente explorada pelos colonos e senhores da terra. Não encontramos palavras para descrever tôda a sua ação e tôda a sua epopéia angustiante, na vastidão incomensurável da Amazônia. Vemos aparecer, em cada novo exame, mais infinito e mais profundo, o gênio imprevisível de Pombal, no movimento que pretende mostrar o Amazonas desvendado ante nossos olhos, colonizado pelo domínio militar e pela exploração do braço negro. Em pleno século XX, ainda é um homem, por nós imperfeitamente conhecido. Nêle, o historiador Manuel Bomfim se esgotou em interpretações enigmáticas e arbitrárias.

Quanto mais examino o drama da escravidão, mais me convenço da prodigiosa orientação colonizadora de Pombal. E' sempre mesquinho lembrar que levas de negros chegavam constantemente da África; mas é supremamente admirável verificar-se que por sua vontade a Amazônia se desenvolvia e tornava-se inevitável ao fomento das culturas. Veiga Simões diz — não fôra êle, não fôra o braço negro o nervo da cultura e da civilização, e o grande Brasil de hoje não teria lentamente despontado, na floração de uma nacionalidade, que nos princípios do século XIX era já fruto amadurecido. Daí eu ter dito que a sua repu-

tação, por isso constituirá uma desumanidade ou uma tentativa de imposição de pontos de vista.

São êsses os caracteres mais importantes da escravidão negra no Amazonas, que preparou o estado grandioso da República e fez mais do que podia ou do que devia fazer. O que apuramos até agora foram os episódios gerais, apresentados como fátos históricos da escravidão em luta para os alicerces da grande libertação que João Alfredo e a Princeza Isabel souberam construir com o coração e com os sentidos.

E aquí chegamos ao ponto mais necessário da escravidão negra no Amazonas, aquele em que verificamos qual o processo permanente em tôda a sua evolução e em todo o seu desenvolvimento histórico. E', mesmo, o ponto mais agudo da questão êsse em que o nosso inconfundível João Batista de Faria e Souza nos apresenta uma tão grandiosa e viva concatenação de leis e decretos, tão caracterizada, em sua história, e tão exaustivamente comprovada pelos estudiosos.

Temos, pois, na **concatenação** de João Batista de Faria e Souza, que passamos a transcrever, parcialmente, a documentação mais perfeita da escravidão, nos seus momentos mais angustiosos e nos seus aspéctos mais patrióticos.

A Câmara Municipal de Manaus, ao ter conhecimento da sanção da lei de 28 de Setembro de 1871, dirigiu ao Visconde do Rio Branco êste ofício :

"Provincia do Amazonas, Paço da Camara Municipal de Manaus, 20 de Dezembro de 1871.

Ilmo. e Exmo. Snr.

A Camara Municipal desta cidade de Manaus, capital da Provincia do Amazonas felicita a V. Excia. pela brilhante iniciativa que sôbre sí tomou na solução do grave problema do elemento servil, promovendo e sustentando com inexcedivel abnegação esta reforma social, reclamada há tanto tempo pelos altos interêsses da Nação.

A Camara Municipal animada de patriotico regosijo por caber-lhe a glória de ao começar os trabalhos da presente sessão

preencher o mais grato dever, qual o de constituir-se interprete dos nobres sentimentos de seus comitentes ante um govêrno ilustrado e eminentemente brasileiro que, inspirando-se nos ditames da filosofia cristã e na opinião do país, claramente manifestada, enriqueceu a história da nossa vida política com um acontecimento tão grande em sí quanto beneficio em seus resultados.

Congratulando-se com V. Excia. e com o País inteiro, a Camara Municipal desta Capital espera que V. Excia. se dignará de levar ao alto conhecimento do Governo Imperial as sinceras e respeitosas felicitações que lhe dirige em nome dos seus municipes.

Deus Guarde a V. Excia. Ilmo. e Exmo. Conselheiro de Estado, Senador do Império, Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros. — Targino José Maria da Liberdade Bananeira, *Presidente interino.* — Custodio Pires Garcia, José Justiniano Braule Pinto, Luiz Anselmo Batista, Eugenio Teixeira Ponce de Leão".

Em resposta a essa felicitação, o Sr. Visconde do Rio Branco dirigiu êste ofício à Câmara Municipal desta Capital :

"Presidência do Conselho de Ministros.

Rio de Janeiro, 24 de Janeiro de 1872.

Levei ao conhecimento do Governo Imperial a Felicitação que V. Ss. lhe dirigiram em ofício de 20 de Dezembro próximo passado, pela reforma do estado servil decretada na Lei de 28 de Setembro último; e em resposta cabe-me comunicar a V. Ss. que foi muito agradavel ao mesmo Governo êste testemunho dos patrioticos sentimentos de que se acha possuida a Camara Municipal da Capital da Provincia do Amazonas.

Deus Guarde a V. Ss.

VISCONDE DO RIO BRANCO.

Assim, a 14 de Fevereiro eram aprovados pelo presidente da Província os artigos orgânicos da "Sociedade Emancipadora Amazonense", com o seguinte áto:

1.ª Seção — João Wilkens de Mattos, oficial da ordem da Rosa, Cavalheiro da de Cristo, presidente da Província do Amazonas, etc.

Usando da atribuição que a lei me concede, aprovo os artigos organicos da "Sociedade Emancipadora Amazonenses", abaixo transcritos, assinados por Miguel Gomes de Figueiredo, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, José Coêlho de Miranda Leão, José de Lima Penante e Augusto Elisio de Castro Fonsêca.

Palacio em Manaus, 14 de Fevereiro de 1870.

JOÃO WILKENS DE MATTOS.

ARTIGOS ORGANICOS DA "SOCIEDADE EMANCIPADORA AMAZONENSE"

Art 1.º — O fim da Sociedade Emancipadora Amazonense é manumitir o maior numero possivel de escravos, concorrendo assim para auxiliar o governo do estado no empenho de acabar com a escravidão no império.

Art. 2.º — Serão socios todos os que quizerem concorrer para o fim que ela se propõe, inscrevendo seu nome no livro competente, sem distinção de nacionalidade ou posição.

Art. 3.º — A sociedade será regida por uma junta diretora composta de cinco socios eleitos anualmente pelos que se reunirem no dia que fôr anunciado.

Art. 4.º — Cada socio contribuirá com a mensalidade de cincoenta centavos, que poderá ser elevada para os que expontaneamente o quizerem.

Art. 5.º — Além das mensalidades, as pessoas que quizerem poderão concorrer com qualquer donativo para auxiliar a sociedade no encargo que ela toma.

Art. 6.º — Os objetos oferecidos à sociedade serão vendidos em leilão, em dia e lugar anunciados, uma vez por mês, ou quando a junta diretora julgar conveniente, sendo o seu produto aplicado à manumissão dos escravos.

Art. 7.º — Nos dias de leilão correrá a bolsa da beneficencia pelos circunstantes, os quais nela depositarão o que lhes aprouver, e a quantia obtida será aplicada ao mesmo fim da sociedade.

Art. 8.º — Nos mesmos dias de leilão, antes que êste principie, serão entregues aos escravos escolhidos para serem manumetidos, com a quantia que já houver em caixa, as suas cartas com as formalidades que a junta diretora resolver.

Art. 9.º — A disposição do artigo antecedente pode deixar de executar-se no dia do primeiro leilão, se ainda não houver em cofre quantia suficiente para a manumissão de algum escravo.

Art. 10.º — A junta diretora será incumbida de designar, conforme as forças do cofre da sociedade, os escravos que devam ser manumetidos, solicitando para êste fim o consentimento dos senhores, preferindo sempre os do sexo feminino e o maior numero possivel.

Art. 11.º — A junta diretora dividirá entre si os encargos de gerência da sociedade, sendo todos os seus membros solidariamente responsáveis para com esta.

Art. 12.º — A junta diretora nomeará comissões que promovam a aquisição de donativos e recebam as mensalidades dos que quizerem com elas concorrer, nas freguesias ou distritos do interior da província, como julgar mais conveniente.

Art. 13.º — Haverá no arquivo da sociedade cinco livros

cuja escrituração ficará a cargo do membro da junta diretora que por ela fôr designado, um dos quaes servirá para inscrição dos socios, outro para a receita e despeza, outro para lançar-se os nomes dos escravos que a sociedade manumetir e registrar as suas cartas, outro para registro de correspondência, e outro para registro das átas da reunião da junta e suas deliberações, assim como das da sociedade.

Art. 14.º — Todos êstes livros serão rubricados pelo membro da junta diretora mais velho em idade, o qual também presidirá as reuniões da sociedade, designando os que devem servir de secretários.

Art. 15.º — As comissões paroquiais ou de distrito também terão dois livros, sendo um para inscrição dos socios e outro para lançamento das quantias que arrecadarem e remeterem à junta diretora. Êstes livros serão igualmente rubricados pelo membro da junta diretora mais velho em idade.

Art. 16.º — No livro de inscrição dos socios estes assinarão os seus nomes, querendo, e se notará o pagamento das mensalidades, e os donativos que fizerem.

Art. 17.º — A junta diretora não poderá funcionar por mais de um ano, e os seus membros não poderão ser reeleitos.

No caso de algum retirar-se da província, ou não querer nela continuar, será chamado o imediato em votos.

Art. 18.º — No fim de cada ano social será eleita pelos membros da sociedade que comparecerem no lugar designado, e a hora anunciada, no mesmo dia da eleição da nova junta diretora, uma comissão de três membros, a qual examinará toda a escrituração e contas e submeterá seu parecer à aprovação da sociedade para êste fim convocada.

Art. 19.º — No dia da eleição da nova junta diretora a que findar a sua missão apresentará um relatório, assinado por todos os seus membros, o qual será lido em plena sociedade e remetido à comissão eleita para examinar a escrituração e contas.

Art. 20.º — No mesmo dia em que fôr eleita, a nova junta diretora assumirá a direção da sociedade, ainda que alguns de seus membros não se achem presentes.

Art. 21.º — Além dos casos do art. 18, a sociedade só se reunirá em assembléia geral quando a junta diretora julgar conveniente para resolver algum caso grave e imprevisto, ou quando o requererem pelo menos vinte e cinco socios, caso em que a mesma junta diretora não poderá recusar a convocação para dia, hora e lugar por ela previamente anunciados.

Miguel Gomes de Figueiredo
Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha
José Coêlho de Miranda Leão

José de Lima Penante
Augusto Elisio de Castro Fonsêca

DISCURSO, lido na sessão de instalação da Sociedade Emancipadora Amazonense, no dia 6 de março de 1870, por Antonio da Cunha Mendes, como presidente e relator da comissão, que alí se fez representar por parte do Ateneu das Artes, sendo a comissão composta dos Srs. Mendes, Gregorio José de Moraes e Francisco José Soares.

No século das luzes, que é o século das conquistas da inteligência, a humanidade não pode sentir-se estenuada de suas forças, porque ela está na adolescência de sua vida, e até que chegue ao cumulo da virilidade, ainda tem trabalhosa missão a levar ao cabo, qual a de fazer triunfar a luz do progresso contra as trevas da ignorancia.

Não basta ao século XIX a praticabilidade da força do vapor, da telegrafia, da fotografia e de tantas outras maravilhas do espirito arrojado e inventor do homem.

Ainda faltam muitos problemas, que serão resolvidos pela atividade da inteligência, contra a ignorancia dos povos, pela luz benefica da civilização, contra a escuridão dos tempos feudais, que ainda atua no cerebro de espíritos fracos, ou orgulhosos de seus antigos titulos de nobreza.

Êles serão resolvidos mais dia menos dia, porque o homem caminha para a perfectibidade.

Uma das muitas conquistas que a humanidade tem de alcançar nos trinta anos que restam ao presente século, é sem dúvida a da extinção da escravatura, em todos os recantos da terra, onde ainda existe êsse anacronismo estupido.

O Brasil, que ainda não poude riscar de sua história essa página nodoada, sente a necessidade de acabar de uma vez com êsse aviltante estigma.

Em 1845 o eminente estadista Euzébio de Queiroz, de saudosa memória, lançou a primeira pedra para a obra do grande edificio, com a extinção do afrontoso tráfico.

Teve de arcar com todos os homens, que enriqueciam à custa da venda da carne humana; mas, espírito forte, êle foi por diante em sua generosa iniciativa, e venceu.

Lançados assim os primeiros fundamentos da emancipação, não tardou que a idéia tivesse proselitos.

Moroza tem sido a propaganda, mas ela cada vez mais redobra de esforços, e um dia triunfará completamente, porque é pensamento unanime da nação.

A patriótica Assembléia Provincial votou, em seu orçamento

vigente, uma quantia, que em breve vai ser distribuida em favor da emancipação.

Para coadjuvar a idéia da Assembléia, levantou-se um brado em prol da mesma emancipação; brado que produziu benéficos resultados.

O áto imponente, a que ora assistimos, é filho dêsse generoso esforço.

O Ateneu das Artes, como associação liberal, não pode deixar de ufanar-se em frente dêste espetaculo arrebatador, filho do espírito de associação, que tão beneficamente se desenvolve no meio das grandezas do Amazonas.

O Ateneu das Artes, orgulhoso por ver após si levantadas mais duas associações de caridade e beneficência, vem tributar a sua leal e franca adesão ao pensamento nobre que preside à Associação Manumissora Amazonense, e sente um prazer indefinivel em frente do quadro patético, que acaba de ter logar — a emancipação dessas quatro creaturinhas, — que hoje contemplam em seus rizos de infancia o sol da liberdade com todo o explendor.

Liberdade! doce emanação divinal que por sí só exprime o que há de misterioso, de sublime, de Eterno!

Liberdade! Atributo natural de todos os seres criados e que Deus legou à humanidade para goza-la em toda a sua plenitude, mas que a mesma humanidade usurpou a um punhado de seus semelhantes!

Liberdade! Ave mil vezes, como criação divina.

Escravidão, escarneo da sociedade, tu não és obra de Deus, mas sim o crime dos homens, e como tal, desaparecerás para sempre e os vindouros te contemplarão na história com horror, e condenarão a imprevidência do século presente.

Fazendo votos pelos progressos da "Associação Manumissora" o Ateneu das Artes cumpre o indeclinável dever de cumprimentar sua nova irmã, que se propõe levar ao cabo tão santa e nobre missão qual a de emancipar o elemento servil do Amazonas.

Deus lhe dê vida para corôar a sua obra".

* * *

O coronel Leonardo Ferreira Marques (depois Barão de S. Leonardo) libertou, sem onus algum, onze escravos de sua propriedade.

O capitão Custodio Pires Garcia concedeu a liberdade a todos os seus escravos em número de quatro.

* * *

Ainda em 1870 a "Emancipação Amazonense" realisou diversas festas, no Paço da Câmara Municipal,

para dar a carta de liberdade a escravos. Essas festas eram feitas no meio de ovações delirantes da assistência, onde as senhoras, de pé, batiam palmas e jogavam flôres, freneticamente.

O dr. Augusto Elisio de Castro Fonsêca, ao apresentar o seu relatório à "Sociedade Emancipadora Amazonense", dizia em 6 de março de 1871 :

"O dia da completa revolução social se aproxima e ninguém de frente a procure evitar, todos empregam esforços para torná-la a mais fácil.

O Brasil não continuará por muito tempo isolado no mundo católico, sendo o único país em que o homem é escravo do homem.

Uma prova temos nos cartórios desta cidade, onde no último ano, foram registradas 31 emancipações, sendo 8 gratuítas.

Inaugurou-se esta Sociedade a um ano com 219 socios, elevando-se depois a 273".

Nêsse ano a "Sociedade Emancipadora Amazonense" arrecadou a importância de Cr$ 4.822,70, de mensalidades e ofertas, e despendeu a de Cr$ 4.288,20 com a emancipação de oito escravos de nomes Thomasia, Benedita, Florinda, Maria, Paulina, Felisbela, Maria e uma ainda por batisar.

* * *

Em 19 de maio de 1869 era sancionada a LEI n.º 184 que consignava a verba de Cr$ 10.000,00 para a emancipação servil, preferindo-se os menores.

Em 1870, a Assembléia Legislativa Provincial, votava Cr$ 12.000,00 para a emancipação do elemento servil, tendo preferência as mulheres de 12 a 30 anos de idade. (Lei n.º 200 de 5 de maio de 1870).

Em 1871 votou igual quantia para o exercício de 1871-1872, devendo-se também aproveitar a verba votada para o exercício anterior, contanto que fossem ambas as verbas aplicadas na liberdade do ventre d'aquelas mães que, por seus estado de saúde e idade,

estivessem nas condições de procrearem. (Lei n.º 209 de 27 de abril de 1871).

O presidente da Provincia general Miranda Reis achava por demais exigua a quantia de Cr$ 12.000,00 votada nessa lei para a emancipação do elemento servil. Lembrava que a sua aplicação seria mais eficazmente aproveitada ao fim à que se destinava se essa quantia fosse, proporcionalmente, concedida aos senhores de escravas, que o requeressem, afim de, por escritura pública, concederem a liberdade do ventre àquelas que por sua idade e estado de saúde se achassem ainda nas condições de procrear.

Êsse presidente do Amazonas escrevia no seu Relatório de 25 de março de 1871, seis mêses antes da promulgação da lei do ventre livre :

> *O beneficio que por outro modo e mediante aquela quantia de Cr$ 12.000,00 já consignada apenas poderia aproveitar a 6 ou 8 escravas adultas, pelo meio que acabo de propôr poderá estender-se à futura prole de trinta à quarenta mães que, por seu turno, na certeza dêsse direito, nêle encontrarão um suave conforto à infelicidade de sua triste condição, enquanto nesta se demorarem.*
>
> *Os resultados desta medida, repetida por alguns poucos anos, reunidos aos que continuarem a alcançar as associações particulares de emancipação, que felizmente existem na Província, e nela tantos e tão importantes serviços teem prestado à causa da humanidade e da civilização, darão sem dúvida em breve tempo à mesma Província, que por sua pequena população encerra em seu território muito menos escravos que as outras do Império, a glória de primeiro que estas ver nascerem em seu abençoado território somente homens livres".*

Estas leis do Amazonas antecederam a de 28 de setembro na grande idéia da emancipação dos escravos pela liberdade do ventre.

A lei n.º 219, de 20 de maio também de 1871, em em seu art. 11, parágrafo 11, consignou a verba de Cr$ 12.000,00 para a liberdade do ventre.

A lei n.º 225 de 24 de abril de 1872 autorizava o presidênte da Província a despender a quantia de Cr$ 1.600,00 com a liberdade dos menores Anna e

Joaquim, filhos de Maria José, escrava do capitão Romualdo de Oliveira Seixas e a consignar a quantia de Cr$ 2.000,00 para o fundo de manumissão pública de que fala a lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871.

A 8 de junho daquele ano recebia o sr. capitão Romualdo de Oliveira Seixas, na tesouraria da fazenda provincial, a quantia de Cr$ 1.500,00, por quanto foram manumitidos os seus escravos Anna e Joaquim.

Foi, portanto, a Província do Amazonas uma das primeiras que votou fundos nas suas leis de orçamento para a emancipação dos escravos pela liberdade do ventre.

O presidente general Miranda Reis, que em 25 de março de 1871, pedia a liberdade do ventre àquelas que por sua idade e estado de saúde se achassem ainda nas condições de procrear e dizia que em breve tempo o Amazonas, que por sua pequena população encerrava em seu território muito menos escravos que as outras Províncias, teria a glória de primeiro que estas vêr nascerem em seu abençoado território sòmente homens livres; escrevia no seu Relatório de 25 de março de 1872:

> *Hoje porém me lisongêo em anunciar-vos que esta mesma idéia da liberdade do ventre, por mim lembrada e por vós tão entusiasticamente abraçada, foi a que servio de base para a grande reforma decretada como Lei geral do Império a 28 de setembro do ano passado. A grande soma de interêsses privados, que à esta importante reforma se prendiam, os costumes inveterados, desde o tempo colonial plantados, faziam receiar que o golpe de morte dado na escravidão com a decretação da liberdade do ventre fosse seguida de consideravel reação; felizmente porém a idéia da emancipação era seguida e sustentada por todos os brasileiros dedicados à causa do verdadeiro progresso moral e material de seu País, como o demonstravam o grande numero de manumissões concedidas por particulares e as diversas e numerosas associações emancipadoras que diariamente se organisavam e se multiplicavam por todo o Império. O Govêrno do País, confiado a habilissimos e conspicuos estadistas, abrio a luta no terreno firme das discussões, e o resultado desta luta gigantesca e gloriosa, vós o sabeis, foi o triunfo grandioso da civilização firmada na religião*

santa do Crucificado e nos sentimentos de humanidade.

Não temos feito ainda tudo; falta ainda para completamente substituir-se o trabalho escravo pelo trabalho livre, como muito convem às verdadeiras fontes de nossa futura grandeza, que não descancemos à sombra da vitoria obtida, não; continuemos a trabalhar e a pensar sôbre êste importante assunto, até que possamos vêr em nossos campos os instrumentos da lavoura manejados somente pelos pulsos do homem livre.

A verba por vós decretada para a liberdade do ventre está intáta até hoje, e prejudicada pela Lei geral de 28 de Setembro do ano passado a que decretastes e eu sancionei a 27 de Abril do referido ano; não obstante julgo que deveis secundar as vistas do Govêrno Imperial sôbre tão importante assunto, consignando uma quantia, que, reunida à quota do fundo da manumissão de que trata a citada lei de 28 de Setembro no artigo 3.º e seus paragrafos, faça mais depressa conseguir-se na Província a realisação do trabalho exclusivamente livre".

A lei n.º 244 de 27 de maio de 1872 consignou, para o exercício de 1872-1873, a quantia de .... Cr$ 2.000,00 para o fundo de manumissão do elemento servil, de acôrdo com a de n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871.

Daí em diante outras leis especiais até 1880 consignavam verba para a emancipação e de 1880 até 1884 todas as leis anuais.

A 9 de julho de 1881 fundára-se, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, por iniciativa de Joaquim Nabuco, que fôra eleito seu presidente.

A presidência honorária foi dada a Saldanha Marinho, então deputado geral pelo Amazonas.

Em uma das reuniões da Sociedade Brasileira contra a Escravidão realisada em Julho de 1881, o notável jornalista dr. Gusmão Lobo chamou a atenção da mesma sociedade para o estado de escravidão no Amazonas, observando que, não excedendo de 1.500 os escravos aqui domiciliados e sendo relativamente pequeno o seu valôr, seria uma obra meritória fomentar por todos os modos a emancipação dos mesmos escravos, de maneira que em pouco tempo pudesse uma das

Províncias do Império vêr completamente livre o seu território.

Para êste fim o distinto abolicionista lembrou que conviria organizar no Amazonas sociedades emancipadoras e obter de sua Assembléia Legislativa uma lei idêntica as do Rio de Janeiro e S. Paulo tributando com forte imposição a entrada de escravos no Amazonas.

Como vimos, já a Assembléia Legislativa do Amazonas, em maio daquêle ano, tratára de tributar a entrada de escravos em seu território.

A Lembrança do ilustre abolicionista fôra tardia.

A 11 de março de 1884 tomava posse da administração da Província do Amazonas o benemerito dr. Theodoro Carlos de Faria Souto, nomeado por Carta Imperial de 9 de Fevereiro daquêle ano.

Dias depois, a 25, na Exposição apresentada à Assembléia Legislativa, na abertura da primeira sessão da décima setima legislatura, dizia o dr. Theodoreto Souto :

... ...

Em suma, Senhores, tudo o que fôr tendente ao progresso e à civilização desta Província concentra as mais energicas preocupações da administração que espera de seus representantes tudo o que é licito esperar de sua reconhecida ilustração e acendrado patriotismo.

Não devo, porém, concluir esta rapida exposição que as angustias de tempo não me consentiram pôr em devida ordem nem desenvolver, sem pedir-vos permissão para lembrar um alto devêr moral e humanitário que nêste momento supremo de vida social do país, peza sôbre cada cidadão, em relação ao complexo e arduo problema do trabalho.

Podeis resolvê-lo sem dificuldades e sem abalo para a ordem pública. Auxiliai como vos consentem as excelentes condições financeiras da Província, que menor numero de escravos possue, e maior saldo relativamente conta nos cofres do seu tesouro; auxiliai a obra que se inicia de um modo tão normal e pacifico; cooperai com a iniciativa da liberdade individual; colaborai com espírito de associação que se desenvolve nesta capital, e em breve se propagará por toda a superfície desta parte superior da região Amazonica; fazei a obra mais bela e fecunda do legislador, que é traduzir na lei a sintese superior da vontade social, colhendo em

feixe as correntes da opinião pública, legitima e razoavel. Com êsse objetivo basta que sem grande sacrifício para a fazenda provincial decreteis uma providência com que se constitua o fundo de emancipação dos escravos do Amazonas. O resto será trabalho da espontaneidade dos proprietários cujos sentimentos generooss, como é de esperar, se manifestarão em tôda a plenitude — indefinidamente.

A Província não decreta a abolição; sua Assembléia não tem poderes para tanto; decreta uma quota para as libertações, e a iniciativa particular virá ao encontro.

O fator moral tem sempre mais energia e eficacia do que o legal; contemos com êle e preparemos os elementos para o exito.

Estou certo de que o sacrifício da Província será pequeno. Ela cava o leito à torrente e oferece os recursos necessários à realização completa do grande desideratum de todos os seus filhos.

Dentro da orbita da lei, com perfeita segurança e calma, respeito à propriedade, às instituições do país, à ordem pública, ao direito adquirido, à vontade individual resolverá o problema radicalmente e nada sofrerá na sua existência economica e social".

... ...

Nêsse mesmo dia, o deputado Rocha dos Santos apresentava a seguinte indicação, que foi aprovada por unanimidade de votos :

"Indicamos para que na áta da instalação dos nossos trabalhos legislativos seja consignado um voto de louvor à heroica Província do Ceará pelo grandioso cometimento de libertar todos os escravos alí residentes.

Paço da Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, 25 de março de 1884. — Bento Aranha, João Meireles, Rocha dos Santos.

Dois dias depois, a 27 de março, apresentou o deputado João Meireles um projéto de lei creando um fundo de Abolição Amazonense no valor de .... Cr$ 500.000,00 e dando outras providências tendentes a apressar a marcha da abolição no Amazonas e o deputado Rocha dos Santos um outro providenciando sôbre a libertação por municípios.

Em sessão de 31 de março, o deputado Silvério Nery, como relator da comissão incumbida de refundir os dois projetos, apresenta um terceiro cuja redação

definitiva foi, pelo mesmo deputado, apresentada em sessão aurea de 24 de abril, da maneira seguinte :

"O sr. Nery — (movimento de atenção) — A passagem do presente projeto de lei, que vae sem dúvida ter imediata sanção da Presidência da Província, assinala para esta Assembléia uma época muito importante, um dia memorável. (Apoiados. Muito bem!)

Assim como nós lembramos com geral orgulho o dia 5 de Setembro, em que se firmou, em que se tornou efetiva a autonomia do Amazonas, pela sua elevação à categoria de Província, assim também o 24 de Abril é um dia de gala, porque é o dia em que a mesma Província deu o passo certo e vigoroso para a sua total libertação.

Não há contestar: esta glória pertence à Província inteira. Pertence-lhe, porque os seus representantes esboçaram, discutiram e decretaram esta lei; pertence-lhe, porque o seu administrador a vae firmar, dar-lhe publicidade e executá-la.

E' o poder legislativo consorciado ao executivo, as duas mais amplas manifestações do poder civil, que rendem homenagem ao justo anelo da opinião pública. Um poder soberano, unido a uma parcela do poder magestático, se curva aos reclamos do povo, para dar meios a que de uma vez para sempre se quebrem os grilhões do escravo.

Estas pessôas distintas que correm à Assembléia para assistir ao ultimo áto desta corporação relativamente a uma lei que cria, um Fundo de Abolição Amazonense, estão, como nós, cheias de verdadeiro entusiasmo.

E quem não se deixará levar pelos arroubos do entusiasmo, pelo delirio, mesmo, da alegria santa que em todos produzem as palavras augustas — liberdade, igualdade, fraternidade?

Mas a ultima palavra de hoje será dita alí... entre os aplausos nossos e os Hurrahs dos homens de coração e de bôa vontade.

Como relator da comissão de redação o orador declara ter pronta a redação do projéto e pede ao sr. presidente que se digne marcar o dia e hora para apresentá-lo. (Muito bem!)

O orador lê o projéto em vista da permissão concedida pelo sr. presidente.

Em seguida, ainda em nome da comissão de redação, lê os seguintes requerimentos:

"A comissão de redação, a quem foi ofertada pelo sr. Michel Polack, negociante de Manaus, uma pena de ouro para redigir o projéto de lei n.º 8, requerer a Mesa da Assembléia se digne

aceitar essa pena, afim de que em nome da Assembléia seja oferecida à Comissão Central Abolicionista para que ela firme, com a devida pena, todos os átos relativos à emancipação do elemento servil no Amazonas.

Sala das sessões em 24 de Abril de 1884. — Silverio Nery, Bento Aranha, Dr. Clarindo Chaves".

"Requeremos que seja invertida a ordem dos trabalhos, devendo discutir-se já a redação do projéto n.º 8, sôbre a emancipação do elemento servil nesta Província.

Sala das sessões, 24 de Abril de 1884. — Bento Aranha, Silverio Nery, Dr. Clarindo Chaves".

O sr. presidente declara que a Mesa tomará na devida consideração o primeiro dêstes requerimentos e encaminhará à Comissão Central Abolicionista Amazonense a pena de ouro oferecida pela comissão.

E' posto em discussão o segundo requerimento, e não havendo quem tome a palavra, é a discussão encerrada.

Posto a votos, é aprovado unanimemente.

Entra em discussão a redação projeto n.º 8. Ninguém pede a palavra. Encerra-se a discussão e segue-se a votação. Aprovado por unanimidade.

(Aplausos nas galerias. Vivas à Assembléia Provincial do Amazonas. Arrojam flôres, das galerias, sôbre os srs. deputados. A banda de musica marcial, postada nos corredores, toca o hino nacional, que é ouvido de pé por todos os membros da Casa)".

A requerimento do deputado Silverio Nery foram, em sinal de regosijo, suspensos os trabalhos.

O dr. Floresta Bastos, juiz de direito da comarca do Solimões, oferecêra ao Presidente da Província a pena de ouro com que fora sancionada a aurea lei de 24 de Abril.

* * *

A 21 de março a imprensa de Manaus havia publicado o seguinte convite :

Os abaixo assinados convidam a todos aqueles que se interessam pela humanitária causa da abolição da escravatura para uma reunião que terá lugar no Paço da Assembléia Legislativa Provincial, às 7 horas da noite de 22 do corrente mês, convocada com o fim de curar dos meios práticos de lavar a província do Amazonas, no mais breve espaço de tempo, mas sem abalos, sem ofensa da propriedade, dessa nodoa que tanto nos rebaixa aos

olhos da civilização. — Adriano Xavier de Oliveira Pimentel. — Guilherme José Moreira. — Deodato Gomes da Fonseca".

Do resultado dessa reunião, transcrevemos do "Amazonas", do dia 28 daquêle mês, a seguinte notícia :

"REUNIÃO ABOLICIONISTA. — Efetuou-se na noite de sabado, 22 do corrente mês, no palacio da Assembléia, a reunião promovida pelos Srs. Dr. Adriano Pimentel. Coronel Guilherme Moreira e Capitão Deodato da Fonseca com o fim de tratar dos meios práticos de libertar o Amazonas do elemento escravo.

Apezar da copiosa chuva que caiu na tarde e noite daquele dia a concurrência foi numerosa e a reunião abrilhantada pela presença de distintas senhoras da sociedade de Manaus.

O Exmo. Sr. Dr. Theodoreto Souto e sua ilustre Espôsa dignaram-se tomar parte naquela reunião.

O paço da Assembléia vestia todas as suas galas para receber, como efetivamente recebeu em seus salões profusamente iluminados e ricamente decorados, a elite da nossa capital sem distinção de partidos.

E' que tratava-se de uma das causas mais santas da atualidade, a humanitária questão da abolição da escravatura ; e a sociedade de Manaus não perde ocasião de mostrar por ela tôdas as suas simpatias.

Presidiu ao áto o Exmo. Sr. Dr. Adriano Pimentel, que por primeiro ocupou a atenção do auditório para expôr os nobres intuitos da comissão de que era orgão.

Começou S. Excia. o seu discurso acentuando o reconhecimento seu e de seus colegas pela maneira cavalheirosa porque fôra atendido o convite para aquela reunião, e depois de ter folheado as paginas da história da humanidade atinentes à escravidão, instituição que S. Excia. estigmatizou com frases concisas, cheias de energia e indignação, como odiosa perante a humanidade, condenada pela moral, reprovada pelas ciências e banida finalmente pela civilização moderna, expôz a largos traços o estado da questão na província e concluiu pedindo o concurso eficaz de todos os habitantes do Amazonas para a resolução completa e pronta de problema tão momentoso, qual o da abolição imediata da escravatura na província; para o que bastaria, disse S. Excia., que cada um por si procurasse auxiliar eficazmente no sentido de tornar menos onerosos os encargos do tesouro, cujo estado prospero comporta sem grande sacrificio as despezas de uma indenisação equitativa a cada um dos possuidores de escravos os poderes provinciais que não devem demorar um dia siquer a

solução de uma questão que é sem dúvida a mais ardente e generosa aspiração desta terra abençoada e feliz.

Seguiu a S. Excia., com a palavra o jovem e talentoso Sr. Dr. Lemos Bastos, o qual prendeu a atenção do auditório com os generosos arrebatamentos de seu coração bem formado, com os impetos de sua alma de poeta e com os enlevamentos de seu espírito verdadeiramente filantropico, descorrendo eloquentemente sôbre a materia com o entusiasmo próprio de sua idade e a convicção de abolicionista extremado.

Falou depois o Sr. Lourenço Pessôa relembrando os serviços da sua província natal, o Ceará, à santa causa da abolição, a cuja solução chegara por primeiro, operando uma revolução que há de perpetuar-lhe o nome na história, como já lhe captara o respeito e consideração do velho mundo.

Em estilo ardente prosseguiu o Sr. Pessôa proferindo os nomes daqueles que por primeiros crearam em Manaus em 1870 uma sociedade emancipadora, dentre os quais com justiça destacou o nome respeitado e querido do malogrado Dr. Elysio da Fonseca; falou com vivo entusiasmo dos primeiros abolicionistas Cearenses e concluiu o seu fogoso discurso dando ao Amazonas em nome da sua província um amplexo fraternal.

Por ultimo falou o Sr. Dr. João C. Antony sôbre os meios-práticos de fazer a abolição da escravatura na província e a êste respeito dirigiu uma interpelação que foi respondida em termos precisos pelo Sr. D. Adriano Pimentel.

Assentou-se na organização de uma comissão executiva nesta capital encarregada, por si e por outras comissões parciais por ela nomeadas em todas as localidades da Província, de encaminhar o movimento abolicionista, e acelera-lo de modo que até o fim do corrente ano, se fôr possivel, seja proclamada a libertação completa do elemento escravo no Amazonas.

Esta comissão ficou composta dos Srs.:

Dr. Adriano Pimentel, Coronel Guilherme José Moreira, Capitão Deodato Gomes da Fonseca, James Baird, Bernardo Antonio de Oliveira Braga, Padre Raimundo Amancio de Miranda, José Carneiro dos Santos, Manuel José Zuany de Azevedo, Antonio Fernandes Bugalho.

Também foi organisada uma comissão de senhoras com fim identico ,a qual pertencem as Exmas. Sras.:

D. Elysa de Faria Souto, D. Carlota Baird, D. Maria José de Freitas, D. Tertuliana Moreira, D. Candida Pedrosa, D. Raimunda Magalhães, D. Luna Corrêa.

Com a nomeação destas duas comissões encerraram-se os trabalhos do congresso abolicionista, em bôa hora convocado para fim tão justo e humanitário.

Nossos parabens ao Amazonas pelo carater que toma na atualidade a questão da abolição em via de pronta e definitiva solução, contra a qual não é dado hoje a ninguém fazer o mais pequeno embaraço sem sujeitar-se às maldições dêste povo generoso e nobre, vazado em grandes moldes, e digno co-participante das opulências e grandezas desta terra de maravilhas e prodigios. Eia, avante."

A Comissão Central Abolicionista Amazonense ficou assim constituida :

PRESIDENTE — Dr. Adriano Xavier de Oliveira Pimentel.

VICE-PRESIDENTE — Capitão Deodato Gomes da Fonseca.

1.º SECRETÁRIO — Bernardo A. de Oliveira Braga.

2.º SECRETÁRIO — José Carneiro dos Santos.

TESOUREIRO — James Baird.

DIRETORES — Coronel Guilhèrme José Moreira, Padre Raimundo Amancio de Miranda, Manuel José Zuany de Azevedo e Antonio Fernandes Bugalho.

* * *

Ata da fundação da sociedade "AMAZONENSES LIBERTADORAS"

"Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de mil oitocentos e oitenta e quatro, primeiro da redenção do Ceará, nesta cidade de Manaus, capital da Província do Amazonas, no Palacio do Governo, perante Sua Excelencia o Senhor Presidente Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto, diversas outras autoridades civis e militares em grande concurso das diversas classes sociais, as senhoras infra assinadas declararam que naquele momento em homenagem à familia brasileira, aos sentimentos de humanidade e às nobres aspirações da Província, constituiam-se em sociedade para o fim de promoverem pelos meios ao seu alcance e dentro do mais breve possivel a emancipação de todos os escravos existentes no sólo amazonense e estabeleceram em seguida o seguinte pacto :

1.º — A sociedade denominar-se-á "Amazonenses Libertadoras".

2.º — Cada socia contribuirá com uma joia e a mensalidade que fôr convencionada.

3.º — Para dirigir os trabalhos será eleito um conselho admi-

nistrativo composto de doze socias, das quais será: 1 presidente, 1 vice-presidente, 2 secretárias, 1 tesoureiro e 7 diretoras.

4.º — A diretoria reunir-se-á em sessão ordinária uma vez em cada semana e extraordinariamente sempre que fôr preciso por amôr dos intuitos sociais.

5.º — Os detalhes para regular o funcionamento da diretoria serão oportunamente estabelecidos.

6.º — As fundadoras da sociedade "Amazonenses Libertadoras" empenham todos os seus esforços para conseguir a realização dos fins a que se destina a mesma sociedade.

Em seguida, aceitas as bases acima estabelecidas, passou-se a eleger a diretoria, que ficou composta do seguinte modo: Presidente D. Elisa de Faria Souto; Vice-Presidente D. Olympia Fonseca; 1.ª Secretária D. Filomena Amorim; B.ª Secretária D. Izabel Bittencourt; Tesoureira D. Clotilde Albuquerque; Diretores D.D. Tertulina Moreira, Albina Sarmento, Guilhermina de Faria e Souza, Maria Bessa Teixeira, Maria de Souza Lopes Ferreira, Carolina Braga, Adelina Fleury, Jovina Cabral, Carlota Baird, Evarista Moraes e Celina Hosannah.

Depois do que ocupou seu logar a diretoria eleita e foi pela respectiva Presidente convocada a primeira sessão ordinária da Diretoria para as sete horas da noite do dia 28 do corrente.

E para constar lavrou-se a presente áta que vai assinada pelas fundadoras da sociedade "Amazonenses Libertadoras".

Elisa de Faria Souto. — Olympia Mendonça Fonseca. — Filomena Amorim. — Izabel Bittencourt. — Maria de Souza Lopes Ferreira. — Olivia Aranha. — Adelina Fleury. — Jovina Cabral. — Carlota Augusta Baird. — Evarista Moraes. — Maria Lina Antony. — Ana de Nazaré Bessa. Amelia Amorim. — Carolina Amélia Simões Braga. — Maria Nazaré de Barros Brigido. — Virginia de Souza Chaves. — Raimunda de Moraes Bessa. — Amélia Ferreira Jorge. — Albina de Barros Pinto Sarmento. — Tereza Montes Mayorga. — Maria B. Teixeira".

O dr. Clarindo Chaves, em nome de sua exma. esposa enviou às "Amazonenses Libertadoras" a quantia de Cr$ 50,00, destinada ao fundo de emancipação daquela ilustre sociedade.

* * *

A presidência da Província, em conformidade do art. 24 do regulamento n.º 50 de 1.º de maio, para execução da LEI AUREA de 24 de abril, nomeou as comissões libertadoras nesta capital.

A 1.º de maio fundava-se a Libertadora 25 de Março. A sua diretoria compunha-se dos srs. :

PRESIDENTE — João Lopes Ferreira Filho
VICE-PRESIDENTE — Dr. Domingos José Ferreira Vale
1.º SECRETÁRIO — Isaac Amaral
2.º SECRETÁRIO — Gentil Rodrigues de Souza
TESOUREIRO — João Carlos da Silva Jatahy
ADVOGADOS — Dr. Almino Alvares Afonso e Carlos Gavinho Viana.
DIRETORES: — Pedro Arthur de Vasconcelos. — Manuel Pereira da Costa. — Dr. João Carlos Antony. — Maximiano José Roberto. — João Ferreira Panasco. — José Soares de Souza Fogo. — João Francisco Pinto. — Leopoldo Adelino de Carvalho. — Antonio Dias dos Passos. — Francisco das Chagas Gadelha. — Alipio Teixeira. — Deocleciano J. da Mata Bacelar. — Domingos Francisco de Sá. — José Joaquim de Paiva.

A 4 aparecia o primeiro número do Abolicionista do Amazonas para advogar a causa dos escravos.

Era de propriedade e direção da Loja Maçonica AMAZONAS, associada à LIBERTADORA 25 DE MARÇO, fundada a 1.º daquele mês.

* * *

A 11 de maio, instalou-se, no salão da Escola Normal, a sociedade abolicionista Crusada Libertadora, composta dos alunos do Liceu e da Escola Normal, concorrendo ao áto grande número de pessôas qualificadas desta cidade.

O presidente da Província, dr. Teodoreto Souto, declarou, depois de um brilhante discurso, instalada a sociedade Crusada Libertadora.

Em seguida a s. excia. tomou a palavra o orador da sociedade, Augusto Celso de Menezes.

A êste sucederam os seguintes srs. :

Dr. Domingos T. de Carvalho Leal, representante do corpo docente da Escola Normal; Lourenço Pessôa, como relator da sociedade Libertadora 25 de Março e da Loja Maçonica "Amazonas"; João de Lemos, relator da sociedade 28 de Julho e o dr. Almino Alvares Afonso.

O dr. Hosannah de Oliveira, como relator da sociedade abolicionista 1.º de Janeiro, leu três cartas de liberdade, que foram recebidas com aplausos.

Depois do dr. Hosannah de Oliveira, oraram ainda os srs. professor Manuel Leão, representante do Clube Escolar Abolicionista; o sr. dr. Manuel Francisco Machado, diretor geral da instrução pública e presidente honorário da sociedade Crusada Libertadora; o sr. Marcio Nery, presidente da mesma; o sr. Basilio R. de Seixas e Cyriaco Muniz, alunos da Escola Normal e a oradora do Club Juvenil Emancipador. O sr. Alvaro Melo, aluno da Escola Normal, leu uma poesia.

Ao encerrar a sessão, o presidente da Crusada Libertadora leu sete cartas de liberdade, que foram recebidas com uma prolongada salva de palmas.

A diretoria da Crusada Libertadora era composta dos srs. :

PRESIDENTE — Marcio F. Nery.
VICE-PRESIDENTE — Joaquim Sant'Inez de Brito Inglez.
1.º SECRETÁRIO — Simplicio de Lemos Braule Pinto.
2.º SECRETÁRIO — João Batista de Faria e Souza.
ORADOR — Augusto Celso de Menezes.
TESOUREIRO — Teodoreto Carlos de Faria Souto Filho.

No domingo seguinte, 18, a Crusada Libertadora realizou a sua primeira conferência, no mesmo salão da Escola Normal, sendo orador o estudante Brito Inglez.

Grande número de pessôas distintas assistiram aquela conferência.

Nessa ocasião o sr. Enéas Afonso ofereceu êste hino à Cruada Libertadora :

Aguia altiva do século que passas !
Doce filha dos grandes Heróes. . .
Solta o verbo de fogo nas praças !
Sê bemvinda do mundo dos sóes !

Côro

Mocidade ! Te arroja ao futuro !
Olha o disco de crença e de amor.
Não sossobres no mar — palinuro !
Vae da glória subir ao Thabor !

Eia !. . . O dia do bem é mais belo,
Não se enturva na noute do crime !
E' mais santo, é mais nobre querê-lo !
Tem mais luz, é mais puro e sublime !

Côro

Mocidade ! etc., etc.
Sim, desloca as colunas terríveis
Dêsse templo, onde o mal fez-se Otelo !
— Sê Sansão destruindo impossíveis. . .
Sob as fúrias do hirsuto cabelo !. . .

Côro

Mocidade ! etc., etc.
Eia. A hora do Livre resôa
Do porvir amanhece a Vitória ;
Tôda a selva de luz se povôa,
Já se inaura tem nome de glória !

Côro

Mocidade ! etc., etc.

Estavam inscritos para as seguintes conferências os srs. Augusto Celso de Menezes, Cyriaco Muniz, Marcio Nery e João Batista de Faria e Souza.

Realizada, porém, a libertação dos escravos da capital, a 24 do mesmo mês, deixaram de ser efetuadas aquelas conferências.

Relevantes foram os serviços prestados pelos estudantes socios da Crusada Libertadora à causa da liberdade no Amazonas.

O estudante João Batista, 2.º secretário da Crusada, requereu depósito da escrava Maria Benigna, que, a 13 daquêle mês, seguia para o rio Purús em companhia ou à ordem do seu senhor Antonio Soares.

Angariada a importância de Cr$ 150,00 entre os estudantes, foi pelo juiz competente concedida liberdade àquela escrava que, arrastada pelas ruas de Manaus, seguia, semi-nua e esbordoada, para bordo do vapor que a devia conduzir.

A carta de liberdadte de Maria Benigna, que esteve depositada em casa do sr. capitão Manuel Guedes, foi entregue por ocasião da conferência realizada pelo estudante Brito Inglez.

* * *

Nessa ocasião, reuniram-se, na escola pública do bairro de S. Vicente, a convite dos alunos dessa escola, os das demais escolas públicas e particulares desta capital, para a fundação de uma associação que tomou o nome de Clube Escolar Abolicionista.

A sua diretoria ficou assim composta :

PRESIDENTE — José B. de Castro e Costa.

VICE-PRESIDENTE — Arnulfo Sarmento.

1.º SECRETÁRIO — Augusto de Almeida Cruz.

2.º SECRETÁRIO — Pedro da Rocha Serrão.

TESOUREIRO — Ricardo Mateus Barbosa de Amorim.

ORADORES — João Alves Rodrigues e Tristão H. de Sales.

DIRETORES — Luiz Antonio Monteiro, Antonio Candido Lessa, Nascimento de Souza Cruz, Francisco Bittencourt, José da Paula Bemfica, Tecelino Rodrigues de Almeida, Virgilio Ramos e João Pucú.

Cada escola deu três dos seus alunos para representá-las no Clube.

Eram estas as comissões parciais do Clube Escolar Abolicionista :

ESCOLA DO BAIRRO DOS REMEDIOS — João Candido Figueiredo, Joaquim Julio da Silveira e Heliodoro Balbi.

ESCOLA DO BAIRRO DE NAZARE' — Ernesto Guedes de Paiva Torres, Quintino V. de Aguiar Filho e Manuel Martins Vidal Filho.

ESCOLA DO BAIRRO DO ESPIRITO SANTO — Joaquim Castro Alves, Joseph Barbosa de Amorim e Cecilio Pereira de Moraes.

ESCOLA DO BAIRRO DE S. SEBASTIÃO — Antonio Paulo Bittencourt, Léon A. Farache e Polydoro Rodrigues Pessôa.

ESCOLA DO BAIRRO DE S. VICENTE — Emilio José Veiga de Sá, Francisco de Oliveira Godinho e Raimundo Maria Golvim.

ESCOLA DO BAIRRO DA CAMPINA — Guilherme Ferreira dos Santos, Manuel Pires de Freitas e João Mendes de Vasconcelos.

ESCOLA DO BAIRRO DO MOCO' — Manuel Alves Barbosa, João Batista Braga e Antonio Joaquim de Melo Filho.

ESCOLA "NICOLÁO TOLENTINO — Levino Egydio de Sá, Antonio José de Oliveira Mirama e Jesuino Rio-Mar de Oliveira.

O Clube Escolar Abolicionista, no dia em que foi instalado, a 10 de maio, dirigiu a um importante capitalista desta praça a seguinte carta :

"Clube Escolar Abolicionista em Manaus, 10 de Maio de 1884.

Ilmo. Sr. ... ...

O Clube Escolar Abolicionista, representado pelos abaixo assinados, tem a honra de, apresentando a V. Sa. os seus cumprimentos, pedir o seu valioso concurso para que do sôlo amazonense seja extirpado êsse cancro hediondo que se chama — escravidão.

E amando Va. Sa. esta Província como se sua patria fôra, pois é ela o berço de seu idolatrado filho, nosso colega ....
.... certos estamos de que atenderá ao justo pedido que ora temos o prazer de fazer-lhe, e é o de Va. Sa. libertar, sem onus algum, a sua escrava de nome Felisberta,

de 15 anos de idade, que há mais de quatro anos se acha alugada ao sr. ....

Confiando na proverbial generosidade do bondoso coração de Va. Sa. contamos que não perderá ocasião tão oportuna para dar solene testemunho da sua franca adesão ao movimento abolicionista que hoje se manifesta em tôda Província, concorrendo para realisação da redenção dos cativos, nesta capital, ligando assim o seu nome a tão humanitário cometimento.

Os abaixo assinados, pois, anciosos por gravar o seu nome no Livro de Ouro — da benemerita sociedade 1.º de Janeiro, aguardam, cheios de fé, em seus nobres e humanitários sentimentos, resposta satisfatória e pedem permissão para subscrever-se de

Va. Sa. Crds. Ats. — José B. de Castro e Costa, Presidente. — Arnulpho Sarmento, Vice-Presidente. — Augusto de Almeida Cruz, 1.º Secretário. — Pedro da Rocha Serrão, 2.º Secretário".

O capitalista recebendo esta carta, deixou de dar a devida resposta e escondidamente foi ter com a sociedade 25 de Março com a qual entrou em ajuste para dar a carta pela quantia de Cr$ 200,00 !

O Clube Juvenil Emancipador era uma outra sociedade constituida de meninas da nossa melhor classe social. Era presidente dêsse Clube a senhorita Olivia Aranha.

No dia da sua sessão magna de instalação, a oradora do Clube, que era a senhorita Maria de La Salete Castro e Costa, pronunciou o seguinte discurso :

"Companheiras.

Quando tôdas as classes da sociedade amazonense levantam-se ao impulso da idéia grandiosa, que hoje nos congrega, seria um crime, que nós a geração do futuro, nós que havemos de auferir tôdas as imensas vantagens desta gloriosa cruzada, ficassemos quedadas, indiferentes, como se em nossos peitos não pulsasse um coração amazonense, um coração que ama e amará sempre a liberdade.

Nós também sabemos compreender o horror da escravidão e a santa suavidade que proporciona a liberdade. Queremos, portanto, acompanhar nossos pais, nossos concidadãos na campanha mais bela, mais justa, mais santa que por ventura poderão fazer, qual a de não legar à nós, à geração que se levanta, êsse crime de lesa divindade !

Mas a palavra, sem ação, se vale muito, não vale tudo. Foi por isso, caras companheiras, que sabendo deverem no dia 1.º os

ilustres membros da patriótica Assembléia Amazonense receber os seus subsidios, corri a solicitar o seu obulo para constituir um fundo para a nossa associação.

E por esta forma temos a satisfação de restituir hoje a plena liberdade a uma das infelizes que ainda gemem sob o peso do horrivel cativeiro!

Entregando esta carta de liberdade não posso deixar de, em nome da nossa sociedade, prestar um voto de gratidão a êsses dignos cavalheiros, que por primeiro vieram nos animar no caminho que encetamos".

O valor da propriedade servil baixava consideràvelmente sob a influência dos sentimentos humanitários e pelo efeito do energico movimento abolicionista que se ia manifestando em tôda a Província.

O presidente da Província, atendendo a que as libertações a título oneroso iam-se tornando cada vez mais raras, devendo-se esperar que a regra seria a manumissão gratuita em honra dos princípios cristãos e civilizados que dominavam o espírito da população do Amazonas, e atendendo ainda a que convinha por todos os meios poupar o sacrifício dos cofres provinciais, não sobrecarregando com pesadas indenizações o Fundo da Abolição, para o qual já alguns cidadãos generosos tinham concorrido com prestações importantes, pelo que em vista das fortes manifestações da opinião pública, podia-se até considerar como idéia geralmente aceita a gratuidade das emancipações, resolveu, a 13 de maio, alterar pela forma seguinte o art. 76 do Reg. n.° 50 que baixára para execução da AUREA LEI DE 24 DE ABRIL:

"O valor do escravo para ser libertado pelo Fundo de Abolição será sempre calculado no minimo possivel e nunca será superior a Cr$ 300,00 para os homens e Cr$ 250,00 para as mulheres até a idade de 40 anos, e de Cr$ 200,00 para os homens e de Cr$ 150,00 para as mulheres de idade superior".

* * *

A sociedade 1.° DE JANEIRO, a 16 de maio, resolveu solenisar a redenção total dos cativos a 5 de setembro, pelo que fez publicar êste convite:

"A sociedade abolicionista amazonense Primeiro de Janeiro declara estar promovendo o grande festival do dia 5 de setembro vindouro, para comemorar o aniversário da lei que elevou a comarca do Alto Amazonas à categoria de Província e solenisar a redenção total dos cativos que terá lugar nêsse dia em tôda esta vasta região; por isso pede-se a todos os amazonenses o seu valioso concurso para levar-se a efeito, com todo o brilhantismo possivel, êsses festejos patrioticos que devem ser feitos na altura dêste grande povo.

Manaus, 16 de Maio de 1884.

M. de Azevedo da Silva Ramos
Antonio Guerreiro Antony
Francisco F. de Lima Bacury
Antonio C. Ribeiro Bittencourt
Alvaro Botelho da Cunha
Manuel de Miranda Leão".

* * *

A 24 de maio teve lugar a total emancipação dos escravos da capital do Amazonas, com aplauso geral da população, cujos festejos principiaram no dia 23 e acabaram no dia 25.

Na sessão da Assembléia do dia 24 o deputado Silverio Nery pronuncia estas palavras:

"Sabemos pelos jornais que hoje declara-se completamente extinta a escravidão na capital do Amazonas.

E' êste certamente um fáto grandioso, ao qual não póde ficar indiferente esta Assembléia, principalmente quando foi ela a iniciadora do grande movimento na Província.

A Assembléia deve congratular-se com a população que ela representa e o orador entende que não o poderá fazer melhor do que por intermédio da sociedade 1.º de Janeiro cujos serviços e cuja dedicação pela causa santa da redenção dos cativos são de notoriedade pública.

Assim, julga justificado o seguinte requerimento:

"Requeiro que se mande inserir na ata da sessão de hoje um voto de louvor à sociedade abolicionista amazonense 1.º de Janeiro, por ter concorrido, dentro dos limites da LEI AUREA, para a emancipação do municipio da capital, bem assim à imprensa da Província".

Pede então a palavra o deputado Bento Aranha, que pronuncia êste discurso:

"E' tempo de reivindicarmos para a Assembléia Provincial do Amazonas e portanto para a Província inteira uma glória tão brilhante quanto incontestavel: — a da prioridade nêste movimento salutar que hoje revolve tôdas as camadas da sociedade brasileira. (Muito bem!)

A Assembléia Provincial do Amazonas foi sempre franca e lealmente propugnadora da emancipação dos escravos. (Apoiados).

Os fátos aí estão para prová-lo. Basta folhearmos os nossos anais para nos convencermos da verdade desta afirmação.

Foi em 13 de maio de 1869, que o ilustre representante da Província Agostinho Rodrigues de Souza apresentou um aditivo ao orçamento em 3.ª discussão, mandando despender com a emancipação do elemento servil a quantia de Cr$ 10.000,00 *e sujeitando cada escravo, que entrasse na Província, quer na companhia de seus senhores, quer não, a pagar o imposto de* Cr$ 500,00.

A comissão de redação deixou de incluir esta verba de receita no orçamento e a Presidência não tocou num real daquela outra; êstes fátos deram lugar à realisação da humanitária idéia da criação da sociedade Emancipadora Amazonense", pelo benemerito dr. Augusto Elisio de Castro Fonsêca, sugerida na efervescência de entusiasmo com que era aplaudido por esta nobre população, no dia 6 de janeiro de 1870, o primeiro aniversário da sociedade Ateneu das Artes, fundada pelo humilde orador e auxiliado pelos artistas José Cardoso Ramalho e Leonardo Antonio Malcher, com o duplo fim de levar a instrução e a caridade aos artistas necessitados delas".

... ...

O sr. presidente cientifica à Casa de que acaba de receber uma comissão da sociedade 1.º de Janeiro, enviada a esta Assembléia afim de felicitá-la pelos resultados que estamos presenciando, da LEI AUREA por ela promulgada. E bem assim, que a mesma comissão, em nome daquela sociedade, pede que seja levantada a sessão afim de que os deputados presentes tomem parte na procissão civica que acaba de parar em frente ao Paço da Assembléia.

O sr. Sympson é de opinião que a Casa deve aceder ao pedido da nobre comissão da sociedade 1.º de Janeiro, suspendendo os seus trabalhos.

"Vamos tomar parte nos regosijos dêste dia, diz o orador, mas no meio das massas populares, confundidos com ela, pois alí é o nosso logar de honra, como legitimos representantes do povo". (Muito bem! Muito bem!)

E' levantada a sessão.

* * *

Os dias 23, 24 e 25 de maio de 1884 são daqueles que hão de perdurar por longo tempo na memória dos habitantes de Manaus, daquela época.

Êles relembrarão as festas populares em honra da comemoração do faustoso acontecimento da total emancipação do elemento servil na capital do Amazonas .

Às 5 horas da tarde do dia 23 começou a afluir o povo para a espaçosa praça de Pedro II (hoje da República) onde se erguia o Pavilhão da Liberdade e teria lugar o "meeting" anunciado.

Com a presença do presidente da Província, dr. Theodoreto Souto, foram entregues cento e oitenta e seis cartas de liberdade aos escravos restantes nesta capital. Depois da entrega das cartas de liberdade orou brilhantemente o professor Francisco Antonio Monteiro, então diretor geral da instrução pública.

Na tarde de 24, no mesmo Pavilhão, o dr. Theodoreto Souto declara, em nome do Govêrno, do País e da Província do Amazonas que a cidade de Manaus não tem mais homem escravo, nem homem senhor.

Uma ruidosa salva de palmas, estrepitosos bravos e o hino da liberdade tocado por três bandas de música saudaram o ilustre administrador.

E' preciso aqui não deixar passar uma bela declaração de S. Excia. e é que, disse, quando se poz à frente do movimento abolicionista, tinha já inscrito em uma página de sua vida íntima as palavras — Igualdade Absoluta —. Esta declaração foi ainda acolhida com calorosos vivas e prolongados hurras por uma enorme massa de povo.

Falaram os oradores de diversas corporações e sociedades abolicionistas e colégios de educação : major Pedro Sympson, drs. Hosannah de Oliveira, Almino Afonso, Souza Oliveira, Regalado Batista, João Lopes e outros.

O presidênte da Província levantou a sessão às 5 horas da tarde.

As sociedades abolicionistas e colégios percorreram em passeata algumas ruas com três bandas de música e um numeroso sequito.

Pouco mais ou menos, nos seguintes termos falou o major Pedro Sympson, orador da Assembléia Legislativa Provincial, por ocasião da sessão solene em que declarou-se livre de escravos esta capital :

SENHORES!

O humilde orador que vem a tribuna, escolhido nêste momento, como membro da Assembléia Legislativa Provincial, para falar em nome dela, inspirando-se nos patrióticos sentimentos desta importante corporação e no motivo sublime desta grandiosa festa, por parte da mesma Assembléia, cheio de jubilo e de entusiasmo, por sua vez, declara ao povo Amazonense que na heroica capital do Amazonas — não há mais escravos.

S. Excia. o Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto, delegado do Governo Imperial, em nome dêste, acabou de anunciar-vos êste faustoso acontecimento, e ainda mais, S. Excia., também declarou solenemente perante êste imponente auditório — que em Manaus não há mais senhores.

Escravos e senhores pois de hoje em vante, sumiram-se na voragem do passado dêste prodigioso e abençoado solo, restabelecendo-se a igualdade entre nós.

O Amazonas sempre repelio do seu seio a escravidão. Os sentimentos de liberdade e independência de seus habitantes assemelham-se aos impétos constantes do seu caudaloso Rio-mar: repelem o oprobio, a opressão e o despotismo.

Senhores, há muitos anos que o Amazonas é abolicionista por indole; que a Assembléia Provincial decreta fundos para a liberdade de escravos.

Antes da Lei aurea de 28 de Setembro de 1871, no Amazonas, fundou-se uma associação filantropica — que libertou alguns escravos. Daí em diante em quasi todos os orçamentos quer provinciais quer municipais, foram consignadas verbas para tão justo, quão humanitário fim.

Os poderes públicos da província, as sociedades e a iniciativa particular, deram passos para a redenção dos cativos.

Apezar desta união a marcha era lenta. Eram precisos maiores esforços. Êstes não se fizeram demorar.

A Assembléia Legislativa Provincial entendeu em sua sabedoria que devia resolver o problema extinguindo de vez o numero

de escravos que há na província e para conseguir êste desideratum, decretou a Lei aurea de 24 de Abril do corrente ano, votando a quantia de trezentos mil cruzeiros para auxiliar a libertação total, no dia 5 de Setembro dêste ano, data da autonomia política da Província.

Como sabeis, no dia em que foi esta Lei sancionada S. Excia. o Sr. Presidênte da Província entregou no próprio Paço Provincial 17 cartas de liberdade.

A patriótica Assembléia Provincial foi unanime nêste grandioso pensamento de decretar a referida Lei e a S. Excia. o Sr. Presidente da Província Dr. Theodoreto coube a glória de sancioná-la e executá-la.

São êstes festejos já o resultado da Lei aurea.

Senhores: a Assembléia Provincial aqui representada, não por uma simples comissão, mas encorporada, resolveu vir assim compartilhar das glórias e regosijos do povo, de que se honra de ser representante.

E eu senhores, como fiel interprete dos seus sentimentos nesta solene ocasião, vos saúda em nome da Assembléia, e como filho da província congratulo-me com o povo amazonense, porque não há entre nós nem mais escravos e nem mais senhores.

Nós brasileiros, residentes nesta cidade, formamos hoje uma só familia unidos pelos sagrados laços da — liberdade, igualdade e fraternidade.

* * *

Estava realizada a libertação de todos os escravizados existentes na capital do Amazonas.

O povo amazonense, em fremitos de entusiasmo e indescritivel contentamento, nêste canto do Brasil, aplaudia e saudava o conseguimento pacífico de uma idéia que só quatro anos depois poude realizar a lei de 13 de maio de 1888.

Depois de 24 de maio o movimento abolicionista na Província acelerou-se tão patriótica quão pacificamente.

Na vila de Codajás funda-se, no Paço Municipal, a Libertadora Codajáense, da qual foi aclamado presidênte o tenente-coronel José de Brito Inglez. No áto da instalação dessa sociedade, o sr. Manuel da Silva Simões, dá liberdade à sua escrava Maria Raimunda, sem onus algum.

Na então freguezia de Manacapurú também é fundado o Clube Abolicionista Manacapurúense, sendo aclamada para dirigí-la a seguinte diretoria :

PRESIDENTE — Julio Roberto
1.º SECRETÁRIO — Joaquim N. da Costa Junior
2.º SECRETÁRIO — Manuel Rodrigues Palheta
TESOUREIRO — Januário José Marques
DIRETORES — Luduvico de Souza Leal, Antonio Francisco Soares e capitão José Paes de Azevedo.

Também no áto da instalação, o sr. Antonio Francisco Soares, em homenagem ao Clube, concedeu carta de liberdade à sua escrava Rufina, de 25 anos de idade, sem onus ou condição alguma.

A 24 de maio, na escola pública de Manicoré, os srs. advogado João Francisco Soares Filho e professor Secundino da Silva Salgado fundaram uma associação abolicionista, cuja diretoria ficou assim composta :

PRESIDENTE — Antonio José de Matos Naveca
VICE-PRESIDENTE — Francisco Rabelo da Silva
1.º SECRETÁRIO — Secundino da Silva Salgado
2.º SECRETÁRIO — João Francisco Soares Filho
TESOUREIRO — Francisco Teles da Rocha

O Município de Manicoré, depois do da capital, era o que possuia maior número de escravos.

No município de Tefé despertava-se com vigor e prodigiosa animação o sentimento abolicionista.

O engenheiro João Marques de Lemos Bastos ocupou, por várias vezes, a tribuna no Paço da Câmara, sendo vivamente aplaudido.

Ao juiz de direito dr. Floresta Bastos foi oferecido um tinteiro de bronze para servir em todos os átos referentes ao abolicionismo.

No município de Coarí, a 10 de junho, eram libertados, a título gratuito, todos os escravos pertencentes aos srs. Manuel Antonio Nogueira Dejard, capitão Balbino José Pereira Guimarães, Fortunato Laredo, Antonio Lopes Galberto, capitão Manuel Tomaz Gui-

marães, Antonio Ferreira Lobo e Pedro Maciel Damasceno.

A 12 era passada esta certidão :

> *Jesuino Felix Marinho agente das rendas gerais dêste municipio, por nomeação legal, etc.*
>
> *Certifico que revendo o livro de matricula de escravos dêste municipio, dêle não consta mais pessôa alguma de condição servil; todos foram libertados, como se vê das respectivas baixas de matricula; o que certifico em fé do meu cargo.*
>
> *Eu, Jesuino Felix Marinho, agente, o escreví e assino.*
>
> *Coarí, 12 de Junho de 1884. — Jesuino Felix Marinho".*

Em Parintins, a esforços do coronel José Augusto da Silva foram passadas trinta cartas de liberdade, algumas das quaes a título gratuito.

Seguira para alí em comissão do govêrno o 1.º escriturário do Tesouro Provincial, Antonio Guerreiro Antony, que conseguiu 102 cartas de liberdade, das quais a metade também a título gratuito.

Ao capitão Antonio Simplicio Valente de Menezes, como presidente da câmara municipal, em uma sessão solene, coube declarar extinta a escravidão naquele município.

A comissão nomeada, por áto da presidência da Província, para promover a emancipação dos escravos no vasto rio Purús, a 9 de Junho, dava conta do seu honroso encargo, dizendo que — da Cachoeirinha para baixo dêsse rio não existia mais um escravo.

No belo feito da redenção do Purús distinguiu-se naturalmente a comissão que era composta dos srs. Antonio da Mota, Elias Eduardo Pereira de Amorim, Genelio Borralho, Antonio Gonçalves Paraense e João Antonio Marques.

Para o rio Madeira havia sido designado, a 4 de junho, o coronel Gentil Rodrigues de Souza, oficial da Secretaria do Govêrno, para, em comissão, promover nas localidades banhadas por aquele rio e seus afluentes a libertação dos escravos.

O presidente da Província em ofício daquela data

dizia : — "muito confio no seu zêlo, critério e interêsse pela causa pública, contando que V. Sa. empregará todos os esforços de que é capaz por seu reconhecido patriotísmo no sentido de promover gratuitamente o maior número de libertações possível".

A comarca do rio Madeira, depois da capital era aquela que mais escravos possuia, porém que mais galhardamente libertou sem onus ou condição alguma número dêles.

Das 173 manumissões que conseguiu, oito sòmente foram libertados com onus para o fundo de Abolição Amazonense.

Muitos dos importantes libertadores declararam seus escravos livres em homenagem à Comissão de medição e demarcação de terras do município de Manicoré, dando assim patente e pública manifestação de apreço aos agrimensores Srs. Silvério José Nery e Alipio Fleury, membros da Assembléia Legislativa Provincial, e dr. Raimundo da Rocha Filgueiras, juiz comissário daquêle município.

Deve-se muito à atividade do coronel Gentil Rodrigues de Souza o feliz êxito da espinhosa e delicada comissão que desempenhou no rio Madeira.

Foram eficazes auxiliares do ilustre comissionado os distintos membros da associação abolicionista fundada em Manicoré pelo advogado João Francisco Soares Filho e professor Secundino da Silva Salgado e que êle alí encontrou em ativo movimento, tendo já sido marcado o dia 18 de junho para a redenção da vila.

Os últimos municípios a libertarem-se foram os de Tefé e Codajás.

O coronel Izidoro Marques Pereira Praia, comandante superior da guarda nacional da comarca do Solimões, concedera liberdade, sem onus algum, às suas duas únicas escravas, em honra ao generoso movimento abolicionista que se operava na Província.

A 9 de julho celebrava-se em Tefé, com tôda a

solenidade e geral satisfação, a sessão magna da distribuição das cartas e da declaração de achar-se redimida a grande comarca.

A vila de Codajás a 10 também não possuia mais escravos e bem assim todos os povoados do município.

Das últimas cartas de liberdade concedidas gratuitamente constam a conferida pelo sr. João Fausto Rodrigues da Costa a dois escravos e a do tenente-coronel José de Brito Inglez a seu único escravo.

Fôra comissionado pelo govêrno para libertar o rio Solimões o coronel Francisco Publio Ribeiro Bitencourt, que só regressou a esta capital a 15 daquele mês.

* * *

A 2 de junho foi votada na Assembléia Provincial, por 14 votos contra 1, a seguinte indicação do sr. deputado Joaquim Rocha dos Santos :

> *"Considerando que o exmo. sr. dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto assinalou a sua administração como executor da LEI AUREA, acelerando a resolução do importante problema do elemento servil ;*
>
> *Considerando que s. excia., imprimindo uma sábia direção aos negócios públicos e ocupando-se com solicitude das questões que mais interessam ao progresso e engrandecimento da Província tornou-se digno de louvor e benemerência ;*
>
> *Indico que se consigne na áta de hoje que a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas considera Benemerito do Amazonas ao mesmo exmo. sr., e que lhe seja entregue o extrato da áta, como titulo, por uma comissão para êsse fim nomeada. Paço da Assembléia Provincial do Amazonas, 4 de Junho de 1884. O deputado — Joaquim Rocha dos Santos".*

Dias depois, a 7, uma comissão da Assembléia Legislativa Provincial foi ao Palacio da Presidência entregar a s. excia. o sr. dr. Theodoreto Souto a áta em que aquela patriótica corporação conferiu a s. excia. o título de — Benemerito da Província do Amazonas.—

O deputado sr. Silverio Nery, relator da comissão, proferiu perante s. excia. o seguinte discurso :

Ilmo. Exmo. Sr. Dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto.

A Assembléia Legislativa do Amazonas manda-nos aqui com a honrosa missão de depositar nas mãos de V. Excia. o extrato da áta de sua sessão de 4 do corrente, para que sirva a V. Excia. como um documento da alta estima, da lealdade a mais franca e da mais reconhecida homenagem, que a mesma Assembléia devota ao Administrador solicito, zeloso e ativo que realisa fátos importantes ao progredir do Amazonas.

A rapida extinção da escravatura na capital, o movimento continuo, acelerado, mas pacifico no interior mirando vibrar o ultimo golpe na ultima gargalheira do homem cativo sem que a ordem e tranquilidade públicas sejam alteradas são fátos que por si só bastam para que esta Província confira a V. Excia. o mais honroso de todos os titulos — o titulo de Benemerito.

Designe-se, pois Exmo. Sr. Dr. Theodoreto, aceitar êste documento que vos envia a corporação legislativa da Província, que se apraz de ora em diante de chamar a V. Excia. — Benemerito Presidente da Província do Amazonas.

Sala das comissões no Paço da Assembléia, 7 de Junho de 1884. — Silverio José Nery, Alipio Freury, José Batista Rodrigues, Joaquim Rocha dos Santos, Henrique Ferreira Pena de Azevedo".

S. Excia. respondeu nos termos seguintes :

Senhores membros da Comissão da Assembléia Provincial.

E' tão grande o meu reconhecimento quanto o é a honra excepcional que a Assembléia Provincial do Amazonas acaba de me conferir. Estou certo de que êsse acontecimento ficará registrado na história da Província antes como um documento de vossa imensa graciosidade do que do merecimento do seu atual administrador.

Srs., o primeiro dever de um govêrno livre é compreender o espirito do seu tempo, e as tendências para o engrandecimento e para o progresso do povo que governa. Eu não fiz senão compreender, interpretar e concretisar as vossas altas inspirações, as vossas nobres e ardentes aspirações ao progresso de vossa bela e grande Província. Procurei nas sínteses elevadas da lei condensar as idéias do pensamento Amazonenses. Enfeixei as correntes da opinião em unidades superiores, que são as normas legislativas, expressões das públicas necessidades, dos sentimentos e volições da sociedade.

Infiltrei no meu espírito a vossa fé viva e inabalável na grandeza dos destinos Amazônicos; apreendí a vossa superior intuição, recebi o impulso de vossas energias, deixei-me governar pela poderosa influência do meio em que me acho colocado, e esforcei-me por atuar nas esferas da atividade social no sentido de imprimir-lhes o forte movimento do progresso e da civilização.

Embebi-me, por assim dizer, das luzes das vossas inteligências como a pedra porosa de que fala o poeta, que se embebe dos raios do sol, e os conserva longo tempo.

Peço-vos que digas de minha parte a Assembléia Provincial, que benemeritos são aqueles que votaram a aurea lei, que sem perturbação de direitos, sem abalo social, em condições normais de perfeita tranquilidade publica, irradiou do sôlo da Província a planta nefasta da escravidão. Benemeritos são aqueles que votaram essa importante lei da imigarção, que, abrindo de par em par as portas da imensa patria material alarga indefinidamente os horisontes da pátria moral. Benemeritos em suma são aqueles que resolveram por tantas medidas legislativas, que revelam o mais acendrado patriotismo, os grandes problemas do progresso material e moral, dando vasto e seguro impulso ao desenvolvimento da instrução, do comércio, da industria e das artes nesta vasta região brasileira.

Peço-vos que digas, que correspondendo a alta confiança do Govêrno Imperial, hei de persistir nesta senda, executando as leis da Assembléia Provincial com a mais perfeita fidelidade, e com o máximo vigor possivel.

Do imo coração agradeço a grande e extraordináriamente generosa manifestação da Assembléia, que ainda uma vez me confirma a crença de que na alma de cada filho do Amazonas existe um Amazonas de sentimentos e idéias nobres e alevantadas".

Dias depois era exonerado o dr. Theodoreto Souto do cargo de presidente da Província.

Recebida essa notícia nesta capital, as sociedades abolicionistas fixam o dia 10 de julho para a declaração da redenção da Província do Amazonas, que deveria ter lugar a 5 de setembro.

Cometem ao Benemerito do Amazonas, dr. Theodoreto Souto, a honra de presidir a sessão dêsse dia e de fazer a solene declaração ao país.

A sociedade 1.º de Janeiro toma a si o encargo da promoção dos festejos e se responsabilisa pela liberdade de algum escravo que, por ventura, pudesse existir na Província, devidamente matriculado ou averbado, depois daquela data.

* * *

Em 24 de abril a Assembléia Legislativa e o presi-

dente da Província resolveram extinguir a escravidão; em 10 de julho a escravidão estava extinta.

Em 77 dias operou-se a revolução; pacífica e civilizadora.

Nem uma contrariedade.

Nem um protesto.

Parecia que todos os habitantes da grande Província apenas esperavam que os poderes públicos falassem.

Perto de mil brasileiros restituidos à sociedade.

Aonde já se viu campanha tão breve e tão gloriosa?

A história das libertações territoriais tem muitas de suas páginas manchadas, não obstante os lavores iluminados de suas gravuras.

Em algumas partes os ferros que quebravam os grilhões do cativeiro feriam a quem o manejava, pelo menos..

No Ceará mesmo, a metropole da abolição, não faltaram protestos.

Mas no Amazonas, nem protestos nem manchas.

Esta terra, imensamente grande e imensamente rica, resolveu o grave problema sem procurar saber o que pensava o gabinete Lafayette Pereira.

Despertada pelos acordes maviosíssimos dos hinos de 25 de março, ergueu-se em 24 de abril e proclamou que ia libertar os seus escravos, algumas centenas de desgraçados.

Demasiadamente nobre, o Amazonas chamou os senhores dêsses desgraçados para resgatar com dinheiro a ilícita propriedade. Poucos acudiram.

De Cr$ 300.000,00 votados para o monumental edificio nem a quinta parte foi despendida.

Todos queriam ser livres, concorrendo para a libertação de todos.

A 10 de julho, às 12 horas do dia, (1) perante um grande concurso de representantes de tôdas as classes sociais, foi solenemente declarado pelo dr. Theodoreto Souto, presidênte da Província, que não existiam mais escravos no território amazonense. Por essa ocasião, foi lavrado êste auto de declaração da igualdade de direito dos habitantes da Província do Amazonas :

"Aos dez dias do mês de Julho de mil oitocentos e oitenta e quatro, do Nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo, sexagésimo terceiro da Independência e do Império, trigésimo terceiro da fundação da Província, às doze horas do dia, nesta Cidade de Manaus, na Praça Vinte e Oito de Setembro, onde se achavam reunidos o Excelentissimo Senhor Doutor Theodoreto Carlos de Faria Souto, Presidente da Província, os diversos chefes do serviço público, membros da Assembléia Legislativa Provincial e da Camara Municipal desta Cidade, Autoridades civis, militares e eclesiasticas, veteranos da Província, representantes de muitas outras corporações e associações, funcionários, comerciantes, industriais e artistas, membros de tôdas as classes da sociedade, foi pelo mesmo Excelentissimo Senhor declarado em homenagem à civilização e à Pátria, em nome do Povo Amazonense, que pela Vontade Soberana do mesmo Povo e em virtude de suas Leis, não existiam mais escravos no território desta Província, de Norte a Sul e de Léste a Oéste, ficando assim e de hoje para sempre abolida a escravidão e proclamada a Igualdade dos direitos de todos os seus habitantes. O Povo em reiteradas aclamações aplaudio a solene declaração de Sua Excelência; da qual foi lavrado o presente Auto para ser publicado e por todos os meios comunicado ao País e ao Mundo, depois de assinado por tôdas as pessôas presentes.

Eu, João Lopes Ferreira Filho, Secretário da Província, o fiz escrever e subscreví".

(Seguem-se as assinaturas).

* * *

A 12 do mesmo mês, o dr. Theodoreto Souto passando a administração da Província ao 2.º vice-presidênte, coronel Joaquim José da Silva Sarmento, dizia :

... ...

---

(1) — O ilustre membro da Academia Brasileira de Letras Ozorio Duque-Estrada, no seu livro A ABOLIÇÃO, prefaciado pelo notável brasileiro Ruy Barbosa, diz que em 20 de junho era declarada livre a Província do Amazonas.

"A mim só resta nêste momento acrescentar o seguinte:

A Província do Amazonas está redimida.

No dia 10 do corrente foi êsse acontecimento, o maior de sua história, solenemente declarado, lavrando-se o respectivo auto no livro da instalação da Província, que, remetí, por copia, a s. excia. o sr. Ministro da Agricultura.

Tudo se fez em nome da lei, em observância de suas prescrições, em perfeita calma e tranquilidade, com o concurso eficaz dos sentimentos humanitários do povo Amazonense.

Não há mais nem um escravo nesta Província, nem póde haver mais nem um escravo, observadas as leis que vedam o tráfico inter-provincial".

* * *

Ao chegar a París a notícia da libertação do Amazonas, o nosso pranteado compatriota Barão de Sant' Ana Nery deu-se pressa em anunciar êsse grande acontecimento em vários jornais e revistas e remetu um dêsses jornais a Vitor Hugo.

O ilustre poeta achava-se adoentado naquele momento e não recebia visitas. Deu ordem, porém, ao seu secretário particular, que era o conhecido dramaturgo Rochard Lesclide, para que em seu nome escrevesse ao nosso patrício.

Eis aqui a tradução dessa carta muito honrosa para os Amazonenses:

"Paris, 9 de agosto de 1884.

Meu sr.

Com imenso júbilo recebeu o sr. Vitor Hugo a vossa comunicação relativa à abolição da Província Brasileira do Amazonas.

Encarrega-me êle de vos manifestar o seu reconhecimento pela bôa nova de que sois portador, e de transmitir-vos, com os seus parabens aos Amazonenses, a expressão da sua sincera simpatia para convosco.

Acreditae nos afetuosos sentimentos de quem é, etc. — Richard Lesclide".

* * *

Grande interesse oferece o Aviso do ministério dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 26 de setembro de 1884, dirigido ao ministério da Fazenda, para que fosse distribuido, naquele exercício financeiro, a quantia de 1.800.000 cruzeiros, do fundo

de emancipação, por tôdas as Províncias, à excepção do Amazonas e do Ceará, por não existirem nelas escravos.

Esta asseveração do Govêrno Imperial reconhecia o fáto consumado da libertação de dois territórios provinciais.

Como era honroso para as duas Províncias livres ter seus nomes excluídos da relação daquelas, onde ainda, por infelicidade, vegetava a mancenilha da escravidão !

Naquela época ainda existiam 1.242.195 escravos nas dezenove Províncias do Brasil, inclusive o Município Neutro.

* * *

Sòmente a 30 de março de 1887, foi lavrado na Alfandega desta capital o termo de não existir mais escravos no Amazonas.

Eis o termo :

"Aos trinta dias do mês de março de mil oitocentos e oitenta e sete, em uma sala do edificio da Alfandega, presente o ilustrissimo senhor inspetor Francisco de Paula Belo, presidente da camara municipal bacharel Pedro Regalo Epiphanio Batista e o promotor público interino da comarca da capital Augusto Lins Meira de Vasconcelos, declarou o inspetor que se achavam reunidos para o encerramento da matricula de escravos, em cumprimento do art. 13, paragrafo 2.°, do regulamento de 14 de novembro de 1885, com a solenidade do art. 15 do Decreto n.° 4.835 de 1.° de dezembro de 1871, hoje, pelas quatro horas da tarde, e como desde a data da declaração de estar esta Província livre até ontem não tivesse nenhuma matricula, faz-se esta declaração. E para constar lavrou-se o presente termo que assinam os membros presentes. Erminio A. de Loureiro Fraga, escriturário encarregado da matricula de escravos subscrevo.

O Inspetor Francisco de Paula Belo.

O Vice-presidente da Camara Municipal em exercicio — Bacharel Pedro Regalo Epifanio Batista.

O promotor público interino — Augusto Lins Meira de Vasconcelos".

J. B.

(João Batista de Faria e Souza, Bacharel em Ciencias Juridicas e Sociais)

Os administradores da fase Republicana

A proclamação da República e os acontecimentos dessa nova fase de govêrno até o ano de 1950.

XIII

Estamos aquí em pleno contacto com os administradores da fase republicana. E' a presença de Deodoro da Fonseca, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Ruy Barbosa, Silva Jardim, Lopes Trovão e tantos outros. E isso permite lembrar entre nós, antes de ser realidade a prisão de um Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, filho do fundador da Província e um dos mais ilustrados historiadores do seu tempo, que a pregar a República, logo após a chegada dos Voluntários da Pátria do front paraguaio, se viu cerceado nas suas idéias e liberdades. Mas, ainda de início sentimos a revolta de um Domingos Theophilo de Carvalho Leal, o qual acusa aos seus amigos de Junta de inimígos da República e se excusa de assinar o orçamento da receita e despesa do Estado previsto para o ano de 1890. Nós sentimos porém em Bernardo Ramos, a maior força de expressão dêsse movimento, com a relação nominal que apresenta dos fundadores do Clube Republicano do Amazonas. São êles — Domingos Theophilo de Carvalho Leal, Gentil Rodrigues de Souza, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Olympio F. da Mota, Aurelia-

no A. Fernandes, João Francisco Soares Filho, Graccho de Souza Freire, Manuel Carlos Cabral, Faustino L. Mendes, José Arthur Pinto Ribeiro Filho, João da Cruz M. Fernandes, Joaquim Serra Carvalho, Joaquim Ferreira Prata, José Teles de Souza Lima, João Rodrigues de Mello, José Pinto de Araujo Rebello Junior, Manuel Mendonza, J. V. Catharino Silva, Sergio Collaço Vera, Raymundo Baptista Duarte, Antonio José Ferreira Netto, Francisco de Araujo Dias, Rodolpho Pinto Mesquita, Eduardo da Silva Perdigão, capitão João Enéas da Silva, João Viana, Julio Pinto de Almeida, Francisco Marques de Lemos Bastos, Antonio José Ferreira Netto, Hygino José Claudiano Oliveira, Francisco Sisnando Baptista, Almachio Alisidino Pinto Bandeira, Francisco de Barros Cardoso, Ernesto de Pinho Ferreira, Trajano Gomes da Costa, José Jeronymo Bandeira de Mello, Augusto Botelho da Cunha, João Diniz Gonçalves Pinto.

O que eu queria dizer, em todo caso, é que proclamada a República a 15 de Novembro de 1889, sòmente a 21 do mesmo mês, o Amazonas tomou conhecimento do que se passava no sul. Imediatamente foi organisado um govêrno provisório composto dos srs. Coronel Pereira do Lago, Capitão de Fragata Lopes da Cruz, Emilio Moreira como presidente da Municipalidade da Capital, Joaquim Sarmento, presidente da Assembléia, Thomaz Sympson pelos conservadores, Cavalcante de Albuquerque, inspetor da Alfândega, e Carvalho Leal pelos republicanos. Contudo, êsse govêrno não mereceu a aprovação dos populares aglomerados em frente ao Qtl.-General, no que o Dr. Hosanah de Oliveira sugeriu fosse feita uma reunião no **Eden-Teatro.** Completamente superlotado de militares e republicanos, o Eden-Teatro serviu em dado momento de palco para a aclamação da Junta Governativa, composta do Dr. Domingos Theophilo de Carvalho Leal, Capitão de Fragata Manuel Lopes da Cruz, Cmt. da Flotilha, e Coronel do Exército Antonio Florencio Perei-

ra do Lago, Cmt. das armas. Depois de delirantemente aclamada, a Junta, dirigiu-se, ao som da Marselhesa, para o Palacio do Govêrno, onde recebeu sem resistência nenhuma do presidênte Dr. Manuel Francisco Machado as redeas da administração estadual.

Consolidado o novo regimen, foi escolhido para governar o Estado do Amazonas, o Tenente de engenheiros Augusto Ximeno Villeroy, que logo após sua chegada em Janeiro de 1890, dissolveu a Assembléia Provincial e as Camaras Municipais. Dentre os feitos de sua administração retilinea é justo salientarmos — a criação de um Btl. de Policia, a elevação à vila das freguezias de Humaitá e Bôa Vista do Rio Branco, a reorganização das colonias de imigração, a reforma do ensino primário, e a organização de um orçamento capaz de enfrentar as despesas e regular as finanças do Estado. Na sua tése — **Como se deve povoar o sólo Amazônico,** dizia :

> "*Em nosso conceito, o colono que mais nos convém é o agricultor português,* por qualquer lado que se encare o problema. *Em primeiro lugar, pois que somos descendentes de portuguêses, do povo que encheu o século XVI, fazendo as "navegações grandes" que alargaram as raias do mundo, integrando o nosso planeta, está claro que* semelhante colonização não virá perturbar a constituição definitiva da nossa nacionalidade, antes dará novo e vigoroso alento ao seu fator fundamental, *apurando as preciosas qualidades de sentimento e de caráter que nos distinguem no conceito dos povos civilizados. Demais, uma vez que o Amazonas, como todo o Brasil, foi descoberto e primeiro povoado por lusitanos, crescendo e prosperando a sua população, apezar de tôdas as dificuldades, claro está que esta raça preenche tôdas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inutil expender aquí argumentos para demonstrar aquí uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história* e pela pujança da colonia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio.
>
> O português é forte e empreendedor, adaptando-se facilmente a todos os climas ; *êle não teria feito as grandes coisas que fez no passado se não possuisse estas qualidades primordiais : aproveitemos as energias inátas desta raça, que é a nossa, e de quêm dizia o seu máximo representante :*

... a pequena casa Lusitana
De África tem maritimos assentos;
E' na Asia mais que tôdas soberana;
Na quarta parte nova os campos ara;
E se mais mundo houvera lá chegára".

Em virtude de moléstia em sua esposa, licenciou-se em 2 de Novembro de 1890, passando o govêrno ao Tenente de engenheiros Eduardo Gonçalves Ribeiro, seu oficial de gabinete e diretor das obras públicas.

Com relação a êsse administrador que foi substituido pelo Coronel Guilherme José Moreira, Barão do Juruá, que por sua vez teve como substituto o Coronel Antonio Gomes Pimentel em 25 de Maio de 1891, temos a dizer que de todos os seus átos, destacamos como principais os que declarou feriados os dias 10 de Julho, 5 de Setembro, 21 de Novembro e 13 de Março; o que fez deter o contrabando nas fronteiras e o que fixou a receita do Estado em Cr$ 2.368.709,00 e ainda, o que decretou uma Constituição provisória para o Amazonas.

Dois mêses depois, era empossado como primeiro governador constitucional do Estado, em 1 de Setembro de 1891, o Dr. Gregorio Thaumaturgo de Azevedo.

Na sua mensagem lida perante o Congresso Amazonense em 25 de Novembro de 1891, declarava — Independentemente das quantias destinadas a desapropriação de terrenos, com o fim de atender desde já, a reedificação e embelesamento da cidade e aquisição de outros para edifícios do Palacio do Govêrno, da Penitenciária, de Hospitais, Tipografia Oficial, Estações Policiais e de Bombeiros, etc., solicito-vos igualmente o crédito de Cr$ 30.000,00 para o estabelecimento de um Registro na serra de Parintins e nas proximidades dos nossos limites com o Pará a fim de fiscalizar a passagem dos vapores e barcos carregados de produtos dêste Estado, que costumam saír sem pagar os impostos devidos, em detrimento do Tesouro Público. Nêsse crédito estão incluídas as despesas de vencimentos e

gratificaçõe a empregados, construção do prédio e as necessárias para o expediênte e movimento da lancha que tiver de cruzar nas imediações do Registro.

Mas o fáto do Coronel Thaumaturgo de Azevedo ter ficado solidário com o Generalíssimo Deodoro da Fonseca quando da dissolução do Congresso Federal, chamou para sí a atenção do General Floriano Peixoto, que ao assumir a Presidência da República, não o perdoou nomeando para substituí-lo na administração do Amazonas ao Capitão de Fragata José Inácio Borges de Machado, que esteve à frente do Govêrno Estadual de 27 de Fevereiro de 1892 a 11 de Março do mesmo ano, data em que passa a direção do Estado ao Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro cujo período se estende até 23 de Julho de 1896.

Da gestão de Eduardo Ribeiro, o Pensador, podemos mencionar muito de propósito, os seguintes empreendimentos: Duas pontes de alvenaria na avenida 7 de Setembro; uma ponte metalica, na Cachoeirinha; outra na Cachoeira Grande; o Quartel da Policia; o Instituto Benjamin Constant; o Teatro Amazonas; o edifício do Diario Oficial; o novo Palacio do Govêrno, no alto da Avenida; o assentamento do cabo telegrafico, inaugurado na administração Pensador; aterros e desaterros em diversas ruas e praças desta cidade; a construção do reservatório de água no Mocó; as construções das linhas de bondes, sendo a Circular e da Cachoeira Grande, bem assim a iluminação eletrica, o nivelamento e calçamento a paralelepipedo de granito nas respectivas ruas; a fonte monumental, no antigo Largo da Matriz, hoje denominada Praça Osvaldo Cruz; sendo de notar, que todos êsses serviços foram feitos com as próprias rendas do Estado, sem ter sido preciso contraír o governador Eduardo Ribeiro um só empréstimo interno ou externo, nas praças estrangeiras. (Revista Guajará & Luz, p. 193).

Na administração do Dr. Fileto Pires Ferreira, de

23 de Julho de 1896 a 4 de Abril de 1898, quando renunciou o poder na pessôa do vice-governador Coronel José Cardoso Ramalho Junior, verificamos nas suas próprias palavras o testemunho dos mais belos exemplos de civismo e administração: "Já vos fiz notar que o Amazonas tem a suprema fortuna de não ter dívidas. Presentemente, Srs. Congressistas, são mais que lisongeiras as condições do Tesouro, e espero que elas se acentuarão dia a dia, de modo que o Estado possa solidificar o seu crédito, merecendo a mais absoluta confiança".

O Dr. Silverio José Nery, eleito para o quatrienio de 23 de Julho de 1900 a 23 de Julho de 1904, deixou os funcionários públicos pagos em dia, e dos ...... Cr$ 33.088.524,50 de dívidas do Estado reduziu para Cr$ 18.085.300,00 sem excluír a importância de Cr$ 9.971.200,00 valor dos serviços eletricos adquiridos para um empreendimento de grande alcance econômico-social, em favor do Amazonas. Dessa maneira é fácil de se compreender que dos **Trinta e três milhões oitenta e oito mil quinhentos e vinte e quatro cruzeiros e cincoenta centavos** de compromissos do Estado o Dr. Silverio Nery, apenas deixou de liquidar a quantia de Cr$ 8.114.100,00.

Êsses algarísmos explicam pela razão, tudo o que o espírito pode admitir como grandioso e eterno para o nome do Dr. Silverio José Nery.

Seguiu-se na administração do Estado o Dr. Antonio Constantino Nery, que dentre os seus empreendimentos, tem a destacá-lo com mais intensidade a construção da Penitenciária; da Biblioteca Pública, um dos prédios que honra o Estado do Amazonas; as dependências do Palacio do Govêrno e a Avenida Constantino Nery. A 20 de Dezembro de 1907, o Dr. Antonio Constantino Nery, renunciou em virtude de doença, assumindo o Govêrno do Estado o Coronel Afonso de Carvalho, presidênte do Congresso, visto achar-se in-

compatibilizado para tal, o vice-governador Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt.

Na gestão seguinte de 1908 a 1912, foram eleitos para governador o Coronel Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, e para vice-governador o Dr. Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto.

Deve-se notar, para completo esclarecimento dessa administração, que o Amazonas nessa época foi teatro dos piores átos de selvageria e vandalismo, por parte dos inimigos do govêrno e da política demagogica. Na sua mensagem à Assembléia da sétima legislatura em 10 de Julho de 1912, o Coronel Antônio Bittencourt afirmava que — "Em tôdas as baldadas tentativas para subverter o socego das famílias, uma vez apenas logrou a insídia, por horas, perturbar a paz da cidade e foi quando, alta noite, algumas praças do Exército, pertencentes ao 48.° Btl. de Infantaria, acometeram a guarda da Delegacia de Policia, do 2.° distrito. As medidas, contudo, para a repressão dêsse atentado, não se fizeram esperar : logo que o ilustre militar, que dirigia, então, a Primeira Região, teve provas dêsse fato, tratou de o reprimir, tomando, entre outras providências a de substituir o Cmt. do citado Btl.

Observa o Prof. Julio Uchôa, no seu trabalho **GOVERNADORES E INTERVENTORES** que — "A 8 de Outubro de 1910 era deposto o Coronel Antônio Bittencourt por ocasião do bombardeio de Manaus, assumindo a administração o doutor Sá Peixoto. A 28 do referido mês, tomou conta do govêrno do Estado, na ausência e impedimento de outros substitutos, o desembargador Benjamin de Souza Rubim, presidente do Superior Tribunal de Justiça. A 31, Bittencourt retornou ao govêrno. Novamente deposto a 20 de dezembro de 1912, assumiu a direção dos negócios públicos uma Junta Governativa Militar(da Fôrça Policial) constituida pelo coronel José Onofre Cidade e majores João Fregoso Monteiro e Amâncio Clementino Fernandes; esta Junta

transferiu o poder ao doutor Sá Peixoto a 23 que, concluiu, assim, o quatriênio".

No quatriênio do Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa e do Coronel Antônio Guerreiro Antony, respectivamente, governador e vice-governador, a arrecadação do Estado decresceu assustadoramente em consequência da 1.ª Grande Guerra Mundial e disso se aproveitou a política demagogica para acirrar animos, vindítas e traições.

Vemos que na sua mensagem lida perante a Assembléia Legislativa a10 de Julho de 1916, o Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, evidencía claramente o caráter do seu govêrno quando afirma — :Tive sempre por obrigado critério administrativo a econômia dos dinheiros públicos, e, como todos os que ascendem à eminência dêstes cargos quando a fatalidade histórica dos povos impõe êsse critério, não tenho grandezas feitas de que me ufanar e sòmente espero fruír com as que forem lançadas, por outros mais felizes, sôbre elementos e condições criadas durante êste govêrno, à custa de muitas simpatias e afeições que antes o honravam.

Sempre solícito fui à defesa dos superiores interesses do Estado que ainda estão aí a reclamar a mesma ação firme e continua dos meus sucessos, e bem assim, procurei melhorar todos os departamentos administrativos, tendo sempre por critério diretor — a economia dos dinheiros públicos.

As grandes questões que embaraçavam a sequência normal dos negócios públicos, afetando o crédito do Estado, foram resolvidas de modo honroso e na estrita obediência ao mesmo critério de economia.

De todos os departamentos administrativos, o referente à arrecadação e fiscalização das rendas públicas foi o que mais se resentiu da desordem causada pela intensa crise econômica-financeira e é ainda o que mais exige uma eficiente reorganização, tendo por

escôpo restringir os grandes contrabandos de nossos produtos, oriundos de regiões fronteiriças ou transportados em vapores cujo comando se presta à conivência de semelhantes crimes.

Após a modificação da agudez máxima das circunstâncias que determinavam ou se seguiam à crise existente ao começo de meu govêrno, pela resolução ou encaminhamento dos litígios com a "Manaus Markets", "Manaus Improvements", Estado do Pará, em suas invasões do território amazonense, e pelo acôrdo com os credores externos, procurei orientar a administração pública pelo único caminho que póde levar o Estado e o seu povo a uma constante fortuna e à verdadeira felicidade : a Agricultura".

A 1.º de Janeiro de 1917 assumiu as redeas do govêrno do Amazonas o Dr. Pedro de Alcântara Bacelar, cuja operosidade e critério está patente nos testemunhos que deixou. Podemos apresentar como afirmativa das nossas palavras o atual Palacio Rio Negro, adquirido pela quantia de Cr$ 200.000,00; a fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas; a equiparação do Ginásio Amazonense ao Colégio Pedro II, da Capital Federal; as modificações da Instrução Pública e do Tesouro e a abertura da estrada de rodagem de Manaus a Campos Sales, serviço auxiliado pelo govêrno da União, com a importância de .... Cr$ 100.000,00.

Essa orientação entretanto não foi seguida pelo Desembargador Cesar do Rêgo Monteiro, que empossado para o quatriênio de 1921 a 1924, cobriu a sua administração das mais insultuosas irresponsabilidades.

Foi seu substituto no govêrno, o Dr. Turiano Chaves Meira, que poucos dias governou, em virtude da revolução militar chefiada pelo 1.º Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, que naquele instante de nossa vida política revelou-se um administrador à altura da nossa gratidão e aprêço.

Diz o Prof. Agnello Bittencourt, na sua Corografia do Amazonas, p. 315 que "aclamado governador do Amazonas por seus companheiros de armas, iniciou imediatamente os pagamentos dos funcionários públicos, após ter organizado o seu govêrno. Criou um imposto chamado da "redenção" que recaíu em pessôas apontadas como detentoras de grandes quantias depositadas em Bancos e adquiridas, no Tesouro, ilicitamente. Essa coléta rendeu perto de Cr$ 400.000,00.

A população de Manaus exultou de contentamento, não contra o govêrno do presidente Arthur Bernardes, mas com a queda de um regimen que a oprimia.

O govêrno da República, forte para manter o princípio da sua autoridade, toma providências e julga êsse movimento, mandando à Manaus a mais numerosa expedição militar, que jamais, subiu o Amazonas. Foi chefiada pelo ínclito general Mena Barreto. Os sediciosos entregaram-se sem resistência, sendo nomeado governador militar do Amazonas, pelo referido general, o coronel Raymundo Barbosa.

O Congresso Amazonense, em sua maioria, renuncia o seu mandato e pede a intervenção federal no Amazonas. Isto, para acompanhar o gesto do Superior Tribunal de Justiça, de professores, advogados, comerciantes, deputados, senadores federais, etc., etc., que, assim, expressavam o temor da reposição da família Rego Monteiro, na governança do Estado".

Com o Decreto n.º 4.860 de 29 Setembro, foi estabelecida a intervenção no Estado, sendo nomeado interventor o Dr. Alfredo Sá, que esteve à frente da administração amazonense, de 2 de Dezembro de 1924 a 1.º de Janeiro de 1926.

Normalizada a situação do Estado, no regime da ordem e do progresso, é empossado para o quatriênio de 1926 a 1929, o Dr. Ephigênio Ferreira de Salles que durante sua gestão fôra substituido, respectivamente, pelo Dr. Antônio Monteiro de Souza e Desembargador

Franklin Washington de Almeida. Do seu govêrno é justo salientarmos a abertura de quasi tôdas as estradas de Manaus; o funcionamento das Estações Telegráficas nos principais Municípios do Estado; o calçamento das principais ruas de Manaus; a reforma e melhoramento no suntuoso Teatro Amazonas; maior equilíbrio no emprego dos dinheiros públicos e melhor visão na arrecadação do Estado.

Ao assumir a direção do Estado, para o período de 1.º de Janeiro de 1930 a 31 de Dezembro de 1933, o Dr. Dorval Pires Pôrto, reencetou um trabalho de assistência contra a Malária, que havia interrompido em 1914, quando na função de Superintendente de Manaus. Não foi avante na sua idéia, em virtude da vitória da revolução de Outubro, que a 24 do referido mês, apresentava para dirigir os destinos do Amazonas, uma Junta Revolucionária Governativa composta do Ten.-Coronel Pedro Henrique Cordeiro Júnior e Drs. José Alves de Souza Brasil e Francisco Pereira da Silva. Logo a seguir vemos empossado como Governador Militar, de 3 de Novembro de 1930 a 20 do mesmo mês e ano, o 1.º Ten. Floriano da Silva Machado.

"Seguiram-se os interventores: Álvaro Botelho Maia (20-11-1930 a 10-7-1931); 1.º Ten. Emanuel Morais, Assistênte Militar do doutor Álvaro (10-7-1931 a 31-7-1931); capitão-tenente Antônio Rogério Coimbra (31-8-1931 a 15-5-1933); Emiliano Stanislau Afonso, Chefe de Policia, respondendo pelo expediênte da Interventoria (15-5-1933 a 14-6-1933); Waldemar Pedrosa, Secretário Geral (14-6-1933 a 10-10-1933); capitão Nelson de Melo (10-10-1933 a 6-1-1934); 1.º tenente Paulo Cordeiro de Melo, Secretário Geral (6-1-1934 a 2-3-1934); capitão Nelson de Melo (2-3-1934 a .... 19-2-1935).

Cessado o regime interventorial, voltou o Estado ao regime constitucional, verificando-se a eleição e posse do governador Álvaro Maia cujo govêrno se con-

cluiu a 24 de Novembro de 1937, sendo iniciado, na mesma data e pelo mesmo cidadão, outro período interventorial, em virtude do golpe de 10 de novembro. Durante êste segundo período de interventoria, substituiu o doutor Álvaro Maia, nos seus impedimentos, o doutor Ruy Araújo, Secretário Geral do Estado.

A 7 de novembro de 1945, era o doutor Álvaro Maia substituido pelo desembargador Emiliano Stanislau Afonso, novo delegado do ministro José Linhares que assumira a suprema direção do país a 29 de outubro, em substituição ao doutor Getúlio Vargas.

E mais alguns interventores desfilaram pela alta administração do Amazonas : — Julio Nery (16-2-1945 a 18-5-1945); Raimundo Nicolau da Silva, Secretário Geral (18-5-1946 a 17-7-1946); Julio Nery (17-7-1946 a 31-8-1946); João Nogueira da Mata, presidente do Consêlho Administrativo (31-8-1946 a 13-9-1946); tenente coronel Syzeno Sarmento (30-12-1946 a .... 1-2-1947); João Nogueira da Mata (1-2-1947 a .... 8-5-1947).

Finalmente, a 8 de maio do corrente ano, assumiu o cargo de Governador do Estado, o doutor Leopoldo Amorim da Silva Neves. A 14 de Julho era promulgada a Constituição do Amazonas, em meio de grandes solenidades". (Prof. Julio Uchôa no seu magnífico trabalho **GOVERNADORES E INTERVENTORES**).

Substituiram o Dr. Leopoldo Amorim da Silva Neves, nos seus impedimentos, respectivamente, os snrs. deputados Carlos Melo, Menandro Tapajós, José Negreiros Ferreira e Francisco do Areal Souto. Foi Secretário Geral dessa administração o Exmo. Sr. Prof. Pericles de Moraes, um dos expoentes máximos da cultura Baré e da literatura brasileira.

A Assembléia Legislativa do Amazonas, para o quatrienio da administração Leopoldo Neves, iniciou os seus trabalhos com os seguintes representantes :

Carlos Soares de Melo, Aristophano Antony, Ney

Oscar Rayol, José Carlos Nobre da Silva, Abdul Sayol de Sá Peixoto, Plínio Ramos Coêlho, José Francisco Monteiro Neto (falecido), Almeron Caminha Monteiro, Jaime Bitancourt de Araújo, Josué Claudio de Souza, Thomaz Antonio da Silva Meirelles, Homero de Miranda Leão, Waldemar Machado da Silva, José Negreiros Ferreira, José Francisco da Gama e Silva, Julio Francisco de Carvalho Filho, Francisco do Areal Souto, Paulo Pinto Nery, Alexandre Montoril, Raymundo Nicolau da Silva, Danilo de Aguiar Corrêa, Aderson Andrade de Menezes, Augusto Pessôa Montenegro, Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro Filho, José Henriques de Souza Filho, Aureo Bríngel de Melo, Alfredo Eulipes Jackson Cabral, Vicente de Mendonça Junior, João Brito de Albuquerque Veiga Filho.

Da administração Leopoldo Neves, devemos dizer, que a mesma se desenvolveu nos propósitos da harmonia, do progresso e do bem-estar social.

Integra da mensagem enviada pelo Dr. Leopoldo Neves, na manhã de ontem, ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado, renunciando suas altas funções de Governador do Amazonas :

"30 de junho de 1950. MENSAGEM

Exmo. Senhor Presidente :

E' a presente para comunicar ao Poder Legislativo, como livre e inequívoca manifestação de vontade, a minha decisão de, renunciando ao mandato, deixar o exercício do cargo de Governador do Estado do Amazonas, para o qual fui eleito a 19 de janeiro e empossado a 8 de maio de 1947, devendo o atual período administrativo terminar a 31 de janeiro de 1951.

Declarando renunciar, como em verdade renuncio, por êste meio, de modo definitivo e irretratável, à alta investidura em que me encontro pela honrosa escolha dos meus concidadãos e verificando-se, consequentemente, a vaga respectiva, convido Vossa Excelência a comparecer ao Palácio Rio Negro, às 10 horas do dia 1.º de julho do corrente ano, a fim de assumir as funções de Governador do Amazonas, na qualidade de substituto legal, de acôrdo com o disposto no art. 30 da Constituição do Estado.

Com a consciência de haver cumprido o meu dever na Chefia do Executivo da nossa terra, formulo a Vossa Excelência e seus

ilustres pares agradecimentos pela colaboração prestada ao Govêrno do Estado, apresentando-lhes atenciosas

Saudações.

(a) Leopoldo Amorim da Silva Neves.

Governador do Estado

Ao excelentissimo senhor Francisco do Areal Souto, dignissimo presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas.

PRESENTE".

De acôrdo com o que preceitua o artigo 30.º da Constituição que, para o caso, prevê o praso de 30 dias, para a realização das eleições indirétas, reuniu-se, às 15,10 horas, do dia 1.º de Agosto de 1950, sob a presidência do sr. Alfredo Jackson Cabral e secretarias dos snrs. Julio de Carvalho Filho e Jonas Paes Barreto, a Assembléia Legislativa do Estado, para eleger o novo Governador do Estado.

Procedida a votação, verificou-se o seguinte resultado:

Julio de Carvalho Filho — 17 votos.

Convidado, o sr. Julio de Carvalho Filho prestou o juramento competente, pelo que o presidente Alfredo Jackson Cabral considerou-o empossado no cargo de Chefe do Executivo Amazonense, que se concluirá a 31-1-51. (Cit. de "O Jornal" 30 de Junho e 2 de Agosto de 1950).

Canudos

Alguns esclarecimentos sôbre a atuação do 1.º Btl. nos sertões da Bahia. Notas e comentários dos jornais da época. Relação nominal dos oficiais e número exáto das praças embarcadas no vapor "Botelho", em 1897.

XIV

Na mesquinhez das nossas investigações históricas, não podemos sentir, em todo o seu imenso cenário de luta e de sangue, de amôr e patriotísmo, a atuação do 1.º Btl. da Força Pública do Estado, que na campanha de Canudos, nos sertões da Bahia, pôde fazer vingar os seus sentimentos de legalidade gloriosa e impávida, para um relevo inapagável da civilização brasileira. Chego até a afirmar, para a evidência das minhas palavras, que, são por demais restritas, as divulgações que existem ,sôbre tão grandioso acontecimento. E não serei absurdo, se disser que a atual geração amazonense, nada sabe a respeito da nossa participação nos sertões baianos, em favor da Pátria e da Democracia.

O que eu quero dizer, em todo caso, é que a história do Amazonas, não estaria completa, sem êste capítulo; pelo menos se adotarmos o critério de distinção que deixei apontado acima.

Para quem avalie melhor a complexidade dos feitos históricos e a multiplicidade dos acontecimentos militares, o caso da participação do nosso 1.º Batalhão, na revolução de Canudos, poderia afigurar-se nêstes 50 anos de República, como um dos primeiros no valor do patriotísmo e na grandiosidade do sacrifício da própria vida para o bem estar do Brasil.

De fáto, foi surpreendente o movimento que se processou em torno da campanha que sugere páginas heróicas aos historiadores e interpretações inesquecíveis aos homens de pensamento. Não haverá nisso senão uma grande gratidão elevada à memória do coronel Candido Mariano, pelo aféto com que comandou os soldados amazonenses e pela bravura com que os guiou para a vitória.

E' curioso assinalar que o 1.º Btl. além de outras razões, das quais não será menor a evidência da sua viagem sem ónus para o Estado, a bordo do vapor **Botelho,** serve para que compreendamos perfeitamente como ponto de admiração a ressaltar ainda mais o valor e o patriotismo do soldado amazonense. Transferindo-se em Belém para o transporte de guerra **Carlos Gomes,** os comandados do coronel Candido Mariano, vivem desde êste momento, tôdas as idéias e bravuras imediatas, que envolveram profundamente os próprios destinos da República.

Dessa maneira, fica bem caracterizado, que o soldado amazonense em ação na frente de guerra de Canudos, nenhuma vantagem recebeu do govêrno. A não ser em um ou outro ponto isolado, conseguimos descobrir com maior ou menor indiferença, uma resposta à memória de um legítimo defensor da Pátria; como no caso da viúva do alferes José Libanio Chacon, que amparada na Lei n.º 187, de 22 de Janeiro de 1898, pedia os favores da mesma, como auxílio a sua subsistência.

O alferes José Libanio, que hoje se inclúe no ról dos homens conhecidos, foi um dos mais expressivos

valores dos nossos feitos guerreiros na revolução de Canudos. Ferido gravemente em campanha, na defesa do ideal republicano, o nosso herói, é um homem, a quem devemos emprestar as expressões mais significativas de consideração, de intrepidez e de nobre patriotísmo. Era um carater excessivamente forte, que lutou e soube morrer como um soldado de coragem.

Hoje que sentimos o tão seguro penhor dessas verdades ,temos a arrogância de dar um passo à frente, no desejo de melhor esclarecer a juventude, que será por certo a nossa esperança de um dia de amanhã. A minha preocupação, não nego, foi procurar nos porões dos arquívos públicos do Estado, nas bibliotécas particulares e nas livrarias, algo que pudesse me credenciar para tão dificil empreitada. Parece, mesmo, que não realizei o meu ideal, porque o sentido egoista e inconsequente de algumas pessoas, não me deram margem para descrever um dos mais nobres exemplos da história do Amazonas.

Na impossibilidade, porém, de dizer definitivamente o que foi a participação do Amazonas na revolução de Canudos, encontramos dentro da nossa imaginação, êsse caminho que se convenceu de indicar aspectos significativos. Assim, é que verificamos avaramente, no relatório do bacharel M. J. Castro e Costa, apresentado ao Dr. Fileto Pires Ferreira, Governador do Estado do Amazonas, a apreciação que faz de um herói, o Comandante do Regimento, Batalhões e Corpos da Força Pública, Coronel Pedro Henriques Cordeiro Junior — "Faço aquí especial menção do Cidadão Dr. Candido José Mariano Cmt. do 1.º Btl. de Infantaria, que mais uma vez, honrando as tradições passadas, coroou de louros o nome do soldado Brasileiro, verdadeiro defensor da Pátria e da República, concorrendo com o seu Btl., para a terminação da luta fratecida travada nos inóspitos sertões Baianos".

Caberia, aquí, discutir-se até que ponto nos honra e dignifica a participação do Amazonas, como força

legal e disciplinadora na revolução de Canudos. Mas, levando-se em consideração as palavras suficientemente claras, do Coronel Pedro Henriques Cordeiro Junior, devemos acentuar que a bravura dos Majores Raimundo Gomes de Freitas, José Augusto da Silva Junior; dos Capitães Artur Olimpio da Rocha Catingueira, Eswaldo Rodrigues França Leite, Talisman Guiomar Floresta; dos Tenentes Aristides Emidio, Raimundo Lemos Braga, Raimundo Jackson da Costa, Aristides P. de Mesquita; dos Alferes João Gomes de Matos e Silva, João Batista Cavalcante, Heraclito Eustachio da Silva, Otavio Saraiva de Souza, José Luiz Wanderley, Antonio Liborio de Souza, Florismundo Libanio Caparosa, José de Barros Pimentel Sobrinho, Raimundo Pereira Nonato, José Francisco Alves dos Santos, Pedro Vidal de Negreiros, Afonso Pinto de Mendonça, Aurelio Pires Galvão e das 278 praças, ficará como um documento cada vez mais elevado, do soldado amazonense no campo da honra e do sacrifício da revolução de Canudos.

Na hora singularmente sentimental da partida, o Tenente Jackson Costa, envia à redação de "O Rio Negro", a seguinte epístola :

"A minha santa e querida mãe, a meu estremecido filinho e a minha nunca esquecida esposa. — A nossa extremosa Pátria vilmente ultrajada e a República indignamente traída e ameaçada, reclamam os meus serviços pessoais.

Vou, pois, defendê-la incondicional e corajosamente, como defenderei a vós, porque a Pátria é a mãe de todos nós, e, filhos degenerados e esquecidos de seus deveres patrióticos a tisnam atualmente nos sertões da Bahia, com o sangue de seus e nossos irmãos !

Seria indígno da Pátria Brasileira, do sólo Piauiense que me deu o ser, de vós, do povo e de mim mesmo, se, como soldado designado recuasse e tremesse.

Sigo minha querida mãe, meu amadíssimo filho e

minha cara esposa, e tenho fé que o manto da divina Providência cobrir-me-á sempre em todos os transportes da vida, principalmente naqueles como êste, em que ela sofre certo perigo.

Invocae a Deus por mim para que as lágrimas de saudades pela minha partida, que verteremos agora, em breve se convertam em cintilantes estrelas para iluminar a nossa santa reunião familiar, na volta.

Adeus, até esta, que será logo triunfante".

Êsse período da nossa história é muito bem descrito pelo "O Rio Negro". Ainda uma vez êsse brilhante jornal, nos descreve :

"As 2 horas da tarde o Sr. Dr. Governador, visitou o Quartel do 1.º Btl., acompanhado da sua casa militar e representantes da imprensa. Ao entrar no Qtl., tocou o Hino Nacional, erguendo-se nesta ocasião vivas ao Governador, à República, ao Coronel Candido Mariano e ao 1.º Btl. Saíram depois os soldados para a praça da Constituição, e, após algumas manobras, o Coronel Cordeiro, proferiu breve alocução a propósito da partida para Canudos do primeiro batalhão, lendo depois um ofício honroso ao Dr. Chefe do Dep. de Justiça e, em seguida a sua ordem do dia. As 3 horas da tarde o 1.º Btl. do Regimento do Estado sob o comando do Coronel Candido Mariano, foi despedir-se do Governador, em palácio. A sua passagem a população saudava-o entusiasmada. Aí chegando depois das formalidades pediu a palavra ao Dr. Regalado, em nome do Congresso em virtude de seguir para Canudos um membro daquele poder o Major José Augusto da Silva Junior, nesta ocasião a Exma. Senhora do Governador colocou no tope da bandeira do 1.º Btl. uma corôa de louros, oferecida pelo Sr. Rocha dos Santos, nosso companheiro de imprensa.

Depois o Governador discursou em frases vibrantes abraçando o corneta do batalhão declarando que aquele era de quem esperava o toque dos clarins, anunciando a vitória.

Também discursaram em nome do Superior Tribunal de Justiça, o Dr. Vilar Coutinho, e em nome da oposição saudando o Governador, o Dr. Gentil de Souza. Seguiram-se os discursos dos Srs. Regalado Braga e Rafael Machado e agradecendo aquela manifestação de aprêço, o do Coronel Candido Mariano.

Finalmente, o Sr. Governador distribuiu para aqueles que seguiram para Canudos uma medalha de prata com o retrato do Marechal Floriano Peixoto, presa por um laço de fita verde e amarela.

A imprensa se fez representar através de **O Amazonas, Imparcial, Amazonas Comercial, A Federação** e **O Rio Negro.**

A bordo estavam também os correspondentes de **O País,** do Rio, e de **A Província do Pará.**

Continuando, devo registrar aquí que todo o comércio fechou ao meio-dia e que a descrição do embarque da tropa, que nos oferece **O Rio Negro,** é deveras sublime :

"A partida do primeiro batalhão do Estado que seguiu para Canudos na defesa da Pátria, emocionou a todos nós.

Ainda hoje, mais calmo o espírito nos sentimos atribulados por êsse embarque, que deixou angustiado de saudades o coração amazonense.

Foi um áto tocante o da despedida.

Lágrimas de saudades boiavam nos olhos dos homens e das senhoras, emocionando a todos crianças e velhos.

Vibrou alto a alma amazonense, corações confrangidos, resignados porque tratava-se de um cumprimento do dever; demos o abraço de despedida aos nossos amigos, aos nossos companheiros, aos irmãos que vão batalhar, lá nos sertões da Bahia, pela causa imaculada da Pátria.

Difícil para nós noticiar o que se passou ôntem em Manaus. Como todo o povo sentimo-nos abalados

por vêr o sentimento patriótico predominar nas forças do Estado. Penosa, mas heróica, essa partida".

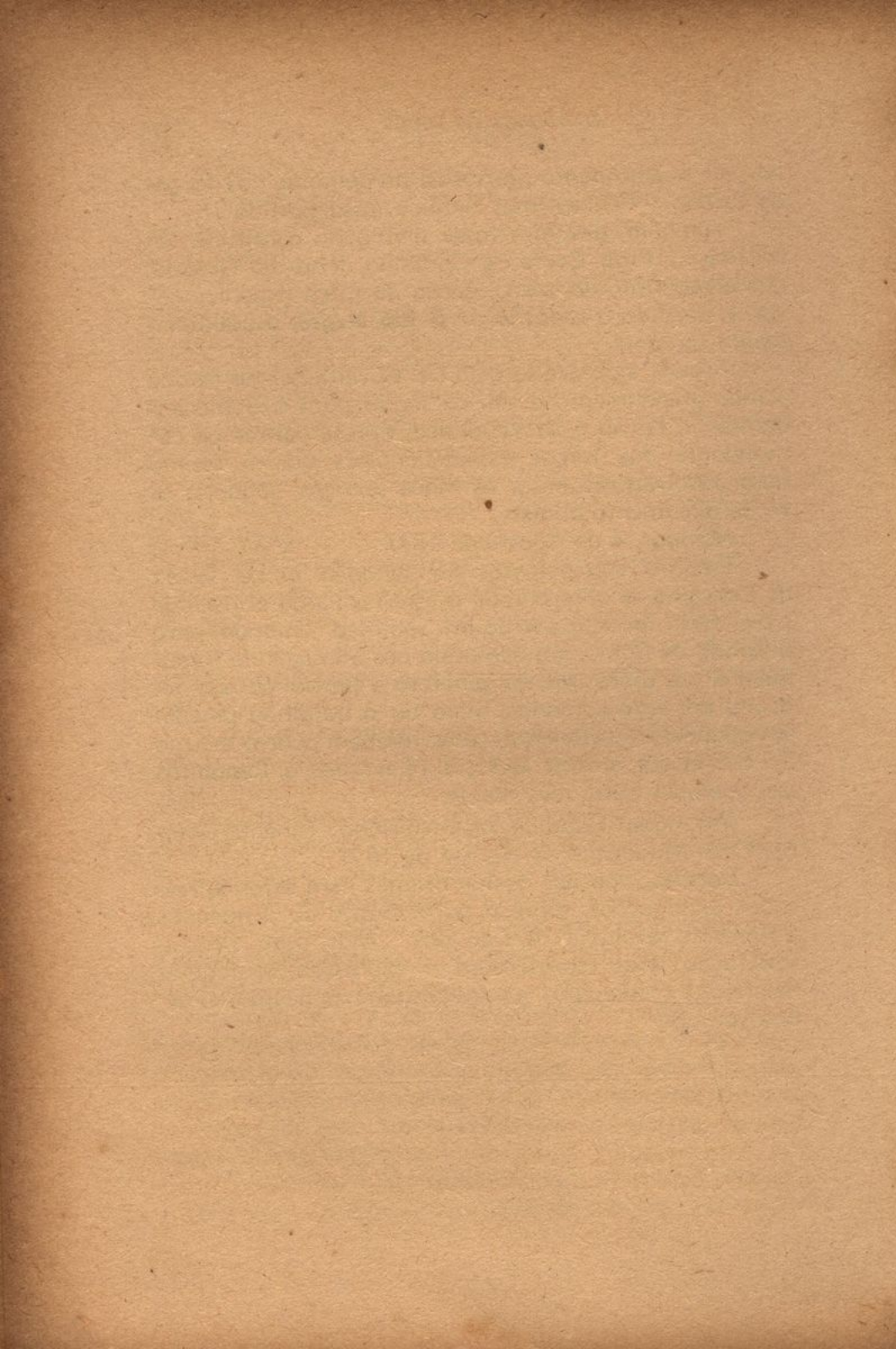
Também ,devemos fazer divulgada a atitude patriótica do Prof. Goetz de Carvalho, lente do Ginásio, que a propósito da sua dispensa da força expedicionária, endereçou à redação de **O Rio Negro,** o esclarecimento seguinte :

"Tendo sido aceito pelo Dr. Governador do Estado o meu oferecimento a fim de seguir para a Bahia em defesa da Pátria e da República, apresentei-me ao comandante das forças expedicionárias que a última hora ,resolveu dispensar os meus serviços, segundo se vê do documento abaixo :

Manaus, 4 de Agosto de 1897.

Declaro, sob palavra, que tendo o Sr. Dr. Goetz de Carvalho se apresentado a êste comando e insistido para seguir incorporado ao Btl. sob meu comando, para o Estado da Bahia, em demanda aos inimigos da República o seu oferecimento generoso e patriótico não foi aceito por êste comando, visto ter o batalhão pessoal em quantidade suficiênte, como também pode o mesmo Sr. Dr. Goetz prestar serviços relevantes à República em qualquer outro movimento.

(Assinado) Candido José Mariano, Tenente-Coronel Cmt. Manaus, 4 de Agosto de 1897".

Decerto, não nos deslumbramos com estas apressadas divulgações, sôbre a participação do Amazonas na grande revolução de Canudos. Mas, para a nossa satisfação, elas representam a expressão verdadeira dos fatos e cronologias, e o testemunho da nossa melhor bôa vontade.

A revolução do Acre

Os resultados da revolução acreana e a participação do Amazonas à luz dos documentos apresentados pelo general Jacques Ourique.

XV

Uma das mais puras vitórias do Brasil, é, sem contestação, o reanexamento do Território do Acre, trazido definitivamente à comunhão republicana brasileira pelo Tratado de Petrópolis, celebrado na cidade que lhe deu o nome, entre os govêrnos brasileiro e boliviano, em 17 de Novembro de 1903, e aprovado pelo Poder Legislativo por Decreto n.º 5.161, de Março de 1904.

Vasta e proveitosa, essa nossa reabilitação. Patriòticamente honra o Brasil, que teve em Rio Branco, além de um pensador, um vigoroso estadísta. Socialmente, economicamente e financeiramente — ela foi grandiosa e benéfica. E bem se pode avaliar pela ação altiva e patriótica do Governador Silverio Nery, quando mais acesa se agitava a questão da ocupação de território brasileiro por bolivianos, no seio da qual defendêra sempre a idéia de reivindicação, por todos os meios justos e legais, dos direitos do seu Estado natal à região acreana ao norte do paralelo 10° 20°, entre-

gue, desde Abril de 1898, em grande parte ao domínio boliviano, pela inepcia do govêrno central.

E' que a atitude do povo amazonense e do seu digno governador fez nascer, crescer e envolver enfim, o descaso de alguns brasileiros ilustres, que devido à pressão das conveniências internacionais e nacionais, a que se apegava constantemente o Ministério de Extrangeiros, deixavam de agir eficazmente no sentido de reconquistar os direitos comprometidos do Brasil.

O Acre setentrional sempre pertenceu ao Amazonas desde os Tratados de Madrid e S. Idelfonso, e sempre preocupou os nossos parlamentares em face da sua riqueza gomífera singularmente grandiosa.

Para mim, o Acre foi uma consequência da sêca de 77 e uma das últimas descobertas do Brasil no seu próprio território. Observava Veiga Simões, que foi em 1877 que alguns brasileiros destemidos, a bordo da lancha **Anajaz** reconheceram essa terra fertilíssima e iniciaram a sua posse de fáto. Pouco a pouco a expansão da borracha, atirando os proprietários para a floresta, que os tentava na riqueza de arvores virgens, despejou sôbre o imenso triangulo ao sul do Amazonas alguns milhares de trabalhadores. Assim, em redor de Puerto-Alonso (hoje Porto-Acre) uma pequena civilização foi germinando, rompendo a floresta em cata da hevea. Arraigados interêsses que contendiam com os interêsses bolivianos, desconhecida a linha dos limites, levaram a Bolivia a iniciar um movimento repressivo à expansão brasileira.

O Brasil desconhecia quasi êsse território imenso, de cuja salubridade vinham a contar horrores os raros que para lá se aventuravam. Os primeiros conflitos deviam, certo, ter sido de começo mais um choque de interêsses particulares, entre proprietários brasileiros e bolivianos, que uma aspiração nacional de definir os limites extremos de uma pátria. Quando o aventureiro. D. José Galvez surgiu em Manaus à cata de auxílios

pecuniários que o levassem até às terras do sul, numa jornada libertadora, a proclamar a sua independência, houve em seu torno uma aureola de troça e messianismo. Por algum tempo êsse aventureiro audacioso manteve o gesto que mais tarde repeteria Jacques Lebaudy, Imperador do Saara; e D. Galvez Primeiro legislou, batalhou, deu armas e bandeira ao novo estado — enquanto teve recursos... Acabados êles, êsse império esvaiu-se, sumiu-se pelo boqueirão das coisas picaras que deixam a memória envolvida em troça.

O primeiro movimento sério, com o caráter de uma revolução nacional, deu-se em 900, quando fracassava a revolta Galvez, e se tentava o seu prolongamento, num ataque refletido aos bolivianos.

Não importa, porém que nem o Amazonas e nem o Acre, presentemente, façam motivo de orgulho e de imortalidade o nome de Silverio Nery. O que deixou é suficiente para que reconheçamos ser o homem sedento de patriotísmo e energia, na ansia irrefreavel de agir. Dêle é lícito afirmar que foi um homem de ação e de brasilidade, em todos os resultados reivindicadores da grande revolução acreana. Tôda a documentação (1) que passamos a transcrever, define superiormente, a grande propriedade de suas realizações opulentas.

Seria injustiça olvidar esta verdade. Vencer o respeito humano supõe grande energia moral; e esta é a significação do nosso trabalho e da história do homem que estamos recordando.

E aquí é natural que iniciemos, com um documento importante, dirigido por um procer das revoluções acreanas ao Governador do Estado do Amazonas :

"Cidadão Dr. Silverio Nery — Os fátos ocorridos

---

(1) Todos os documentos aquí transcritos foram apanhados do livro o Amazonas e o Acre, de Jacques Ourique, ex-Deputado à Assembléia Constituinte, na administração Fileto Pires.

posteriormente à última fase da revolução acreana, as desilusões e os desgostos porque tenho passado, e mesmo as falsas interpretações dos meus átos e das minhas intenções, nada disso demove-me do firme propósito em que estou de não abandonar uma causa tão justa e patriótica, embora mal julgada por alguns que a desconhecem. Esta nuvem que tem constantemente empanado o brilho da revolução, é devida exclusivamente à propaganda miserável de alguns comandantes do Pará, portuguêses em sua maioria, cujos interêsses particulares seriam, não sacrificados, porém, lesados, com a não auferição de lucros ilícitos, proveniênte de um contrabando futuro, como presentemente existe no Javarí.

E' evidênte que a pequena diferença de porcentagem na cobrança dos impostos, entre a pauta brasileira e boliviana, diferênça aliás nula, se levarmos em conta outras despesas, que acarreta a venda dos produtos exportados nas praças de Belém e Manaus, e se levarmos, digo, juntarmos a tudo isso os impostos de importação de certas mercadorias que se destinam ao Acre, por parte do fisco boliviano, claro está, cidadão Governador, que a minha asserção acima fica plenamente provada.

A celeuma que se levantou no Pará, as calúnias que lançaram aos ventos da publicidade contra a revolução e seus principais chefes, cujos átos foram deturpados, têm origem legítima nêstes ocultos interêsses futuros, perdidos caso vingasse a revolução.

Um áto vosso, cidadão Governador, aliás demonstrativo da energia patriótica que empregais na defesa dos interêsses do Estado, que, em bôa hora, vos confiou os seus altos destinos, mais acirrou os ódios dos comerciantes de Belém, instrumentos inconscientes do Govêrno do Pará que redobram de insultos, fazendo uma verdadeira campanha de difamação contra a revolução acreana, única, cidadão Governador, que nenhum áto de depredação jamais praticou. O decreto que obrigou

o beneficiamento e encaixotamento da borracha amazonense, nesta cidade; decreto que há muito se impunha em bem do interêsse do Amazonas, veio ferir de morte o comércio daquela praça.

De outro lado, o Acre, na exportação da borracha entra como um fator importantíssimo, pois, daquele rio, de Dezembro a Maio, desceram mais de 2.500.000 quilos daquele produto.

Ora, cidadão Governador, deveis estar informado pelos relatórios da Recebedoria dêste Estado, que a borracha do Acre passa quasi tôda em transito para o Pará, ficando assim fora do alcance do vosso patriótico áto.

Eis a verdadeira causa da atitude hostil assumida pela praça do Pará contra a revolução acreana, pois, o contrário dar-se-ía, caso fossemos nós os revolucionários, os vencedores que, quer por simpatía natural, quer forçados pelas nossas próprias circunstâncias, teriamos de forçosamente enviar os nossos produtos para a praça de Manaus, onde tinhamos certeza de encontrar um govêrno amigo.

A guerra feita à revolução acreana pelo comércio do Pará, não é mais do que uma manifestação de ódio ao vosso Govêrno, que moralmente a apoiou e a certeza dos grandes prejuizos que lhe adviria da vitória da revolução.

O Acre para o Pará é uma verdadeira tabela, cidadão Governador. O alvo exclusivo, que não ousam atacar de frente, sois vós, porque para governar a vossa terra, não fostes pedir conselhos aos corifeus do Pará.

Vencida a revolução, aniquilados os poucos elementos com que contavam os revolucionários, é lícito abandonar a luta ?

Não — diz o nosso patriotísmo; não — diz a história de tôdas as revoluções.

E, por que não continuá-la, já que possível ?

Eis aí onde eu queria chegar cidadão Governador.

Vós tendes manifestado francamente a vossa simpatía pela causa que abraçamos; mais ainda — vós auxiliastes com alguns recursos a expedição **Floriano Peixoto,** que daquí partiu para expulsar os Bolivianos do Acre; e, sobretudo, com a responsabilidade plena do alto cargo que ocupais, vós escrevestes, em vossa mensagem ao Congresso Estadual, aquelas belíssimas palavras que serão um eterno padrão de glória do vosso Govêrno — **Honra aos que combatem, paz à memória dos que perecerem.**

Mais do que os recursos que fornecestes aos Acreanos, estas palavras vossas, simples e energicas, atraíram para a vossa pessôa as simpatías de um povo que há tanto luta pela sua nacionalidade, pela sua bandeira, pela não profanação dos túmulos dos entes caros, que jazem enterrados naquelas longínquas paragens, caídos em meio da peleja, como exemplo aos sobreviventes.

Cidadão Governador, mais uma vez vós afirmo — minha vida estará e está ao serviço da revolução acreana. Mas, que posso eu fazer, só sem recursos, a favor de uma causa patriótica ?

Nada, cidadão Governador, sem o vosso concurso.

De vós depende a continuação da luta, ou melhor, a vitória da nossa causa.

Sem vós nada poderemos fazer; com o vosso auxílio, embora particular, em breve não existirá no Acre um só Boliviano.

Expulsaremos os nossos invasores, e daremos uma dura lição aos Brasileiros degenerados que tudo sacrificam aos seus mesquinhos interêsses particulares.

Posso garantir, cidadão Governador, que as informações de ante-ontem (do **Jornal do Comércio**) são exátas.

A ocasião é a melhor possível !

O Congresso Nacional abre-se em Maio próximo; uma nova revolução, bem dirigida, com alguns elementos bons, exclusivamente soldados para servirem de

nucleo, poderia mudar a situação política dessa gravíssima questão.

Lembrai-vos de Amapá; sem a expedição Cabral, talvez nunca tivessemos obtido a esplendida vitória, que coroou os nossos esforços.

Cabral e seus companheiros foram derrotados, e o Acre não é menos importante que o Amapá.

Os chefes da revolução só esperam uma palavra vossa para correrem à luta, que deixaram baldos de recursos.

Lauro Sodré não hesitou um só momento e tratava-se da França, uma das mais poderosas nações da Europa.

Vós não podeis, ou melhor, não haveis de querer recuar diante de uma fraca nação, que nem mesmo o direito tem por si.

Dai, cidadão Governador, uma lição severa a êstes semi-bárbaros da América do Sul, que, com a sua presença nesta terra, insultam a uma nação nunca vilipendiada.

Nós, os revolucionários, temos confiança no vosso patriotísmo, e, anciosos aguardamos uma resposta vossa.

Se julgardes acertado auxiliar-nos, esperamos as vossas ordens, senão só nos resta lamentar as nossas patrióticas ilusões perdidas.

Para terminar cidadão Governador, pomos diante de vossos olhos o anexim popular — **o vencido é um bandido e o vencedor um herói.**

Manaus, 16 de Abril de 1901.

Gentil Tristão Norberto, engenheiro civil.

Certo êsse documento nos apresenta o inconfundível valor do Governador Amazonense, como centro único e incansável em todo o movimento revolucionário verificado entre brasileiros e bolivianos.

E' por isso que desejamos apresentar documentadamente, o necessário julgamento de uma fase da

nossa história e do homem que deve merecer o aprêço e a admiração das futuras gerações.

Creio ser absurdo procurar uma idéia de síntese na grande documentação existente no livro **O AMAZONAS E O ACRE.** Aliás o principal ponto aquí interpretado é a maior ou menor ação de nossa gente, destruindo um dos mitos mais representativos de nossos dias — a inércia. Por sinal encontramos em tôdas as suas páginas, um exemplo de dignidade, na conquista cada vez maior de nossos direitos ameaçados.

Revelando tôdas as inúmeras consequências da revolução acreana, observamos de quando em quando documentos como êste :

Exmo. Sr. Capitão Leite, **Imperatriz,** 17 de Agosto de 1902.

— V. S. não ignora que o arrendamento do Acre aos Anglo-Americanos produziu em todo o Brasil um legitimo alarme e natural indignação que foram repercutir no govêrno do nosso País. Êste não podendo agir livremente em vista dos tratados que fizeram com a Bolivia, deu plena autorização ao Govêrno do Amazonas, para obrar como julgar melhor, em bem dos interêsses da nossa Pátria. O Governador do Amazonas, conhecedor do patriotísmo do povo acreano, da sua coragem e do seu ódio legítimo e natural aos invasores do nosso território, resolveu auxiliar qualquer movimento revolucionário, cujo fim fosse libertar o território do **Acre** das garras dêsses bárbaros do Oeste da América. Para êsse fim honrou-me com a sua confiança. **Gentil Norberto.**

Eis as comunicações do Comandante em Chefe **José Placido de Castro,** feitas ao Coronel Rodrigo de Carvalho : no dia 6 do corrente, pela madrugada, estando ao meu lado o Cel. José Galdino Marinho, fizemos o cerco do **Xapurí;** prendi e depuz tôdas as autoridades bolivianas, de acôrdo com as instruções e acôrdo que contigo celebrei. No dia 7, às 2,1/2 horas da tarde,

depois de ter chegado ao **Xapurí** o Coronel Joaquim Alves Maia e outros proprietários, fiz uma grande reunião e declarei a independência do Acre e a guerra à Bolivia; o entusiásmo foi indescritível; de tudo lavrou-se a áta. Por precaução prendí o cidadão português, brasileiro e também boliviano, Augusto Maria da Rocha Neves; todos os prisioneiros estão sendo bem tratados e comigo seguem.

Deixarei no **Xapurí** contingente para garantir as propriedades; se na baixada encontrar tropas bolivianas em **Capatará,** darei combate; como alí há bastante provisão de boca boliviana, e é ponto de comunicações, deixarei contingente. Tenho feito bôa apreensão de armas; Em **Capatará** e **Empreza** há gado boliviano, vou tomá-lo na baixada. Penso que levo elementos em quantidade tal, que vai a viagem tornar-se vagarosa. Como não convém demorar, logo que chegue farei o cerco e ataque a **Porto Acre.** Comigo descem José Galdino e outros. Como vês, tudo tenho feito com limpeza. — Teu, **Placido.**

Verificamos que êsses fátos se explicam pela razão da coragem e do patriotísmo. E' uma história movimentada de atitudes e sacrifícios, reconhecida e proclamada por todos nós. Deve-se notar, pois, para completo esclarecimento do assunto, que os revolucionários acreanos viveram o drama da própria sorte, causando com isso uma campanha do povo e estendendo a sua ação até ao Ministério das Relações Exteriores, exatamente no ponto em que a nossa política internacional não podia mais recuar.

— Sr. Coronel Cmt. das Forças bolivianas acampadas em **Volta de Empreza** — Acaba de chegar ao Acampamento de Fortaleza em 23 de Setembro.

Esta cópia narra-nos evidentemente os acontecimentos do primeiro avanço do Coronel Rozendo, de modo a amedrontar o mais possível os brasileiros — nosso poder a cópia da carta escrita por V. S., datada

de ontem, a qual nada comove o povo acreano, visto que tôdas as notícias contidas nela são infundadas. Os senhores foram encontrados pela nossa guarda avançada composta de 60 homens, os quais se viram covardemente atacados sem tempo mesmo de tomarem posição, sendo apesar disso os senhores repelidos, ao primeiro encontro, por uma seção composta de 1 alferes e 10 praças, as quais, acabando a munição tiveram de se retirar, cuja retirada foi feita, não como diz o senhor **covardemente e vergonhosamente,** mas sim em tôda a ordem e disciplina como manda a tática de guerra.

Felizmente ao lado do povo acreano está o benemerito e honrado Coronel **José Placido de Castro** e o povo do **Acre,** em sua totalidade brasileiro, saberá marchar ao campo da luta para salvar a reivindicação dos seus direitos, os quais se acham oprimidos pelo despotismo das leis do vosso govêrno.

Outrossim, o abaixo assinado, acostumado a repelir bravatas de bolivianos, cuja certeza tiveram os senhores pelo Ministro da Guerra, o Manuel Montes, que com 300 homens fortificados e acampados em **Amapá,** foi corajosamente repelido por 30 homens do meu comando .

Viva o povo acreano. Viva o E. I. do Acre. Viva o nosso Coronel José Placido de Castro.

Em nome do povo acreano — **Alexandrino José da Silva,** Tnt. Coronel acreano.

Para melhor ilustração dêsses fátos transcrevemos, em seguida a escaramuça do dia 18 pelas 7 horas da manhã :

Avisado o Coronel Placido de que o Ajudante-General do Exército Boliviano, Coronel Rozendo R. Rojas ía levantar acampamento do lugar **Gavião,** a fim de descer o rio com destino a Porto Acre, resolveu fazer-lhe uma sortida e a 1/2 hora da madrugada dêste mesmo dia 18, marchou por terra ao encontro do inimigo, com 63 homens (combatentes); no dia anterior o Coronel

Placido destacou 3 homens a vigiar o inimigo, êstes por felicidade caíram presos, e tendo confessado tudo, fez o Coronel Rozendo levantar acampamento à noite, tendo-a viajado tôda; marchava o Coronel Placido à frente de seu pequeno piquete quando tendo chegado ao barracão **Forte de Veneza,** sito à Volta da Empreza, o guia gritou **bolivianos !** o Coronel Placido conhecendo o perigo, deu ordem para estender em linha e fazer fogo deitados o que foi cumprido; nossa gente não teve tempo de atirar primeiro contra o inimigo, porque não o viu e sim sentiu a forte fuzilaria que lhe faziam de dentro da mata; o Coronel Placido com seu valente piquete resistiu uma hora fazendo retiradas, a fim de provocar o inimigo a saír a campo, o que conseguiu; exgotada tôda a munição (pois que a reserva ía por água) deu ordem ao corneta para tocar retirada, a qual foi feita com grande perícia, pois que conseguiram retirar os feridos 4, levemente nos pés.

Reunido de novo o piquete reconheceu ter perdido na escaramuça os seguintes : dois oficiais, Capitão João Ferreira Maia e Alferes João Bernardo, e seis soldados mortos; um oficial prisioneiro, secretário Raimundo Viana, um 1.º Sgt.; extraviados 15, que já se apresentaram; quanto ao prejuizo inimigo difícil foi verificar-se, entretanto o Coronel Rozendo confessa — que morreram quatro oficiais e quatro praças, fora grande número de feridos.

Os três prisioneiros (do piquete que foi explorar Gavião) foram soltos pelo Coronel Rozendo, que os fez portadores da distribuição do manifesto dêle; êles nos disseram que foram êles que enterraram os brasileiros, porém que os bolivianos muitos soldados enterraram, e que o número de feridos é considerável.

O Coronel Placido faz grandes elogios à bravura dos nossos; não houve fuga, porém extravio na retirada, e êstes se apresentaram de novo. — **Rodrigo de Carvalho.**

Agora vejamos um documento endereçado ao coronel Rodrigo de Carvalho e no qual se nota a grande influência do Governador Silvério Nery muito discretamente junto aos revolucionários acreanos.

Acampamento em Liberdade, 25 de Setembro de 1902. Prezado amigo. Embora eu pudesse falar-te em pessôa facilmente, deixo de aí chegar, e te falo por escrito por conveniência mesmo do assunto.

Como sabes, sou pela minha vida modesta pouco conhecido em Manaus, apezar de alí morar, menos conhecido ainda o sou da pessoa a quem quizera expôr os fátos da revolução, seu estado atual, sua duração provável, etc.. Tu pelas relações pessoais que tens com o Dr. Ssielsvresriery poderás fazer tudo isto.

Passo a expôr-te : A revolução do Acre hoje é um movimento armado que já merece o nome de guerra; nós, como vês, nos organizamos pouco a pouco nossos concidadãos vão compreendendo a necessidade de unidade de vistas e começam êles mesmos, como vês, a pregar a obediência ao Comandante em chefe das forças, cuja autoridade não tem sido por ninguém contestada.

Como vês, nossos concidadãos armados, no Alto Acre, desceram em cumprimento de minhas ordens, vencendo dificuldades que tu bem sabes. Em Catuába, Bagaço e Bom Destino é como tu já viste, principalmente em Bom Destino.

Mas isto não é tudo, é preciso alguma coisa tão necessária a êste movimento como combustivel à caldeira: — é o armamento e munição, pois, como sabes, ha quasi dois anos aqui não entra munição nem armamento.

Armo 400 homens e para municiá-los todos tenho que dar 60 tiros a cada um para com esta munição fazer tôda a guerra ! Como sabes, recebemos de baixo sòmente 26.000 tiros, isto se gasta em um pequeno combate, e depois os que se sucederem, o que neces-

sariamente acontecerá, pois a Bolivia está fazendo tôda a sorte de sacrifícios para mandar forças para aquí. Suponha que não mande, o que é uma hipótese mais favorável embora menos provável, com que irei atacar uma praça fortificada como Porto Acre? em cujo sítio não podem ser gastos menos de 100.000 tiros? isto tudo é necessário considerar-se. Além disso sabes que atualmente tenho mais de 100 homens desarmados e se isto continuar assim amanhã terei que fazer talvez um sacrifício que podia deixar de fazer se tivesse armas e munição. Das armas que nos vieram de baixo 10% estavam, como sabes, inutilizadas pela água e pelos choques, devido à avaria do Maria Tereza; além disso só nos vieram as mãos 135, inclusive as arruinadas.

Munição sòmente 26.000, quantidade esta inferior à que certos barracões traziam.

Êste é realmente o nosso estado; tenho homens, mas não tenho armas e munições e qualquer um dia acharei necessário para salvar a honra da revolução e a minha pessoal a um sacrifício maior que o do dia 18. Agora vês o inimigo cheio de armas, munições e fardamentos.

Não será possível que expondo esta verdade núa e descarnada como te mostro o nosso Dr.... nos dê um ajutório capaz de influir na balança da guerra? Apenas 250 rifles ou de preferência armas de calibre reduzido e polvora sem fumaça e uns 100.000 tiros era o suficiênte para prestar-nos muitos serviços.

Escreve a ele e expõe o que nesta te mostro e tenho esperança que seremos servidos, pois as rendas desta região são tão grandes.

Se não fores atendido continuarei a lutar com constância inquebrantável; se me faltar a coragem ainda espero que fique o sentimento do dever, nobre impulso que muito ergue os homens. Não é necessário que te diga que votei minha mocidade e o amparo de minha velha mãi a esta guerra que faço neste prolonga-

mento da Pátria. — Teu amigo, José Placido de Castro.

Outra nota digna de registro é a que passamos a transcrever :

A oficialidade do batalhão Acreano do qual é Comandante o Tenente-Coronel Alexandrino José da Silva, é composta de jovens que nenhuma desilusão têm, e já tomaram parte com o Coronel Placido na escaramuça, tendo-se todos portado valentemente.

(Nesta escaramuça perdemos, entre mortos, feridos e extraviados 26;) o inimigo teve 11 mortos (soldados), 4 oficiais e feridos trinta e tantos, esta notícia é a verídica.

Eis a oficialidade do batalhão Acreano : Comandante, Tenente-Coronel Alexandrino José da Silva; Major, José Antonio Duarte; Tenentes : Clinio Tavares Brandão, Antonio Souza Coêlho, Julio Pessôa, José Fernandes Mendes, Raimundo Nonato e Antonio Rêgo; Alferes : Faustino Lopes, Raimundo Gustavo, Jonas Ferreira de Andrade, Francisco de Braz Melo, Firmino Ferreira, Manuel Lucas Galvão e Teodoro Costa; não tem capitães a que depois do combate, serão promovidos os tenentes que mais distinguirem-se.

Como sabe o doutor, a guerra, segundo as conveniências, muda constantemente de programa, e como o Coronel Placido está avisado de que no rio **Orton,** barracão **Mercedes,** acha-se uma força de exército de 100 homens recrutando gente, a fim de organizados virem para **Porto Acre,** para lá vai seguir com 350 a 400 homens, não só para combatê-los como para tomar-lhes o armamento e munição, pois **Mercedes** é o arsenal de guerra do Nordeste boliviano; em seu regresso virá incendiando tudo; a viagem, ida e volta, demanda 15 dias, e é feita via **Gavião** e **Capatará.**

Eu e o Coronel José Galdino, depois do combate da volta da **Empreza,** baixaremos com o resto da tropa e os feridos por água) para **Bom Destino,** onde começare-

mos o cêrco de **Porto Acre,** aguardando apenas a chegada do Coronel Placido para dar-se o combate.

Antes de descermos teremos que aprisionar o gado boliviano. Para as forças que seguem para **Mercedes** só levarão gado para a viagem de ida; de volta, por lá arranjarão porque é coisa que não falta. Contamos que em fins de Outubro teremos a guerra terminada : ela está sendo vagarosa, porém é necessário assim ser para o êxito ser real.

Para aí baixaram os Srs. Leão Hirsch, Pergentino Eucrasio Corrêa, V. Parente e outras vítimas dos bolivianos que, além de assaltarem suas casas, mataram gente; também para aí foi o Sr. Ipiranga.

As forças da revolução atual, em pé de guerra e acampadas, compõe-se do seguinte :

Batalhões — Bom Destino e Pelotas — 250 soldados, fora oficiais.

Batalhão Acreano — 300 soldados.

Batalhão Xapurí — 300 soldados.

O fábrico está todo parado ; só se cuida da guerra.

Se os aviadores não trouxerem mercadorias em Dezembro, morrerá muita gente à fome. **A Junta revolucionária e o Cmt. em Chefe Coronel Placido contam muito com o doutor, que estou certo, providenciará, a fim de nossos pobres patrícios não morrerem de fome;** os mais sacrificados são aqueles que tiraram o pessoal do trabalho e à revolução tudo têm fornecido: portanto, pagas as despesas da atual guerra, os minorará em muito; a todos tenho garantido o pagamento **conforme o doutor aí comigo combinou; e para dar vigor à causa, aos chefes tenho-lhes dito tudo que se passou entre eu e o doutor.**

São dignos de todo o elogio, entre muitos, os companheiros Joaquim Victor da Silva, José Galdino Marinho, Francisco de Oliveira, Raimundo Barbosa Leite, Joaquim Alves Maia, Hipolito Moreira, João Xavier, João do Monte, José Antonio Duarte, Basilio, etc., pro-

prietários do Acre revolucionário, que tudo quanto têm puzeram à disposição da revolução inclusive o Sr. Macedo, de nacionalidade portuguesa.

Nunca houve uma revolução tão bem preparada no Acre, a qual tem como lema — ordem e respeito a tudo e a todos.

Estamos a espera de três piquetes que foram prender três bárbaros, vilões brasileiros, que são traídores e de tudo quanto se passa aos bolivianos vão contar, inclusive o ensinarem-lhes os caminhos pelas matas; vão ser todos fuzilados diante da tropa; um dêles foi o que preparou a emboscada boliviana contra o Dr. Placido. O tal Cabral, quando baixarmos, se cuidará dêle.

Acabamos de ter a seguinte informação de Volta da Empreza, dada por quem assistiu aos castigos, pois o Coronel Rozendo chamou quem nas veiu dar, para mostrar, dizendo : assim é que eu tratarei os prisioneiros que sejam oficiais, não os fusilo, porque com êste castigo podem viver talvez oito dias.

O Secretário do Comando em Chefe, Tenente-Coronel Raimundo Viana, que foi no Ceará tabelião público e solicitador, caíu prisioneiro no dia da escaramuça, e aplicaram-lhe o seguinte bárbaro castigo : sentado no chão, com as pernas curvas e os braços curvos, passados um por dentro e outro por fora das pernas, passaram nas curvas das pernas e braços uma Comblain bem amarrada; outra debaixo dos sovacos, outra nas costas e outra no pescoço; na boca amarraram-lhe uma mordaça, à forma de freio (um tolete de pau bastante grosso), só o tiram para dar-lhe de comer sardinhas e xarque; água, bebe com a mordaça; sendo Raimundo Viana homem de seus 42 anos, julgamos que já tenha falecido.

Caíu em nosso poder uma carta do Coronel Rozendo, na qual êle diz : venha falar comigo com urgência sôbre seu barracão, que o queremos entregar, pois esta-

mos nos preparando para descermos para **Porto Acre.**

O Coronel Rozendo para mostrar que é sanguineo só escreve com tinta vermelha como sangue.

Outra dêle : o vapor **Rio Afuá** está encalhado pertinho da **Volta da Empreza** e desde que começou a revolução tem estado embaideirado em arco com bandeiras brasileiras; pois bem, o Coronel Rozendo tomou-o e nêle entrincheirou um piquete de 15 homens.

O imediáto não quiz consentir em tal, alegando ser um crime que a Bolivia praticava; respondeu o Coronel Rozendo pagaremos o prejuizo que sofrer o vapor; o imediáto e a tripulação querem abandonar o vapor e fazerem protesto, porém sentem-se receiosos de o fazer, além de que não temos autoridade consular, pois, como sabe o doutor, esta fugiu de **Porto Acre** para não ser presa.

Acabo de receber de **Bom Destino** notícia exáta do assalto; ficaram mortos no campo de combate dois soldados e o Tenente Rama, bolivianos; muita munição Mauser, seis armas Mauser, dois revolveres, uma capa espanhola, bonets, etc.; os bolivianos fugiram vergonhosamente, levaram muitas cordas para amarrarem os que fizesse prisioneiros. Só tivemos dois feridos, um por arma e outro por estilhaços de vidros que as balas quebravam.

Não dou mais pormenores porque o correio da revolução, a serviço dela, vai partir para **Bom Destino.** — Rodrigo de Carvalho.

Dêste combate pode-se dizer que foi um dos mais significativos das forças revolucionárias do Estado Independênte do Acre. Razão porque apresentamos, para completo esclarecimento do assunto, a cópia da Ordem do dia n.º 2, de 25 de Setembro de 1902, em Bom Destino : Camaradas — Fostes testemunha ocular do modo selvagem por que os bolivianos atacaram a casa de residência do nosso patrício Pedro Martins, no dia 21 do corrente, sendo ele obrigado, afim de salvar

a existência, a abandonar até a própria família, fugindo para as matas; vistes mais tarde que de nove homens que se achavam na referida casa e foram presos, êles assassinaram barbaramente, deixando na praia, pouco abaixo do porto do **Telheiro,** os infelizes Manuel Alves Feitosa, Florencio Augusto, e Alexandrino Barroso, com as mãos atadas e expostos às aves de rapina.

Os tiros foram ouvidos nêste acampamento, e êste comando providenciou incontinente, fazendo partir para o lugar Telheiro, um piquete sob o comando do Tenente Livio Vieira de Queiroz, cuja missão desempenhou com a bravura digna do soldado acreano, não conseguindo, porém, descobrir os cadaveres dos três infelizes porque soube, por informações da família de Pedro Martins, que todos tinham sido presos, e mesmo porque não era de supor que a selvageria daqueles bárbaros chegasse ao ponto de assassinar homens inermes, que sem opôr a menor resistência se entregaram à sua ferocidade. Mais tarde, porém, mandei outro piquete sob o comando do 2.° sargento Eufrosino de Paula Maria para render ao primeiro, e êste nas pesquizas que procedeu encontrou os três cadaveres já em estado de decomposição, os quais foram trazidos e sepultados no cemitério de Bom Destino, onde se acha êste acampamento, com a decência a que tinham jús.

Êste procedimento tão reprovável quanto bárbaro do inimigo, foi praticado para intimidar-vos, mas felizmente, produziu efeito contrário, incitando-vos a continuardes com mais ardor e abnegação em pról da causa que defendemos. Sedento de mais sangue de nossos patrícios, o inimigo voltou ontem a êste acampamento procurando surpreender-nos, às 10 horas da manhã, por ser esta a hora da refeição; mas que não conseguiu, devido à nossa bravura e patriotísmo.

Os Bolivianos desleais e bárbaros como soem ser, afeitos a cometer átos de selvageria próprios de sua índole, tomaram chegada ao nosso acampamento pro-

tegidos pela mata, e ainda uma vez tentaram surpreender a sentinela que soube cumprir o seu dever, dando três tiros de alarme, sinal êste combinado e posto em prática em ordem do dia, e em carreira vertiginosa, debaixo de grande tiroteio, conseguiu chegar às trincheiras sem a menor lesão. Incontinente o Major Fiscal André Pinheiro de Albuquerque Arco Verde, que se achava na secretaria com o Tenente Livio Vieira de Queiroz, correu acompanhado dêste oficial e dos bravos soldados José de Miranda Costa, Arsenio Campos, Floriano Joaquim de Oliveira, Baltazar de Brito Araújo, José Tomaz de Aquino e Raimundo Lourenço Barbosa, debaixo de vivo fogo de fuzilaria inimiga, e tomou posição nas trincheiras, afim de tolher o inimigo, que avançava pela margem direita do rio, para tomar posição no Flanco esquerdo, enquanto ocultos na mata outros entretinham vivo fogo sôbre o quartel e trincheiras. Cortado êsse passo ao inimigo êle recuou e tentou estender suas linhas pela retaguarda, no que foi impedido pelo bravo Capitão Daniel Ferreira Lima, que se achava no quartel com os não menos bravos Alferes: José Ferreira Braga e José Ataíde e os soldados : José Cassiano, João Corrêa, Benício Manuel Guimarães, Clodomiro Pompeu, Pedro Martins Chaves, José Vieira, Francisco Corrêa, Amaro Antonio, Manuel Candido, Marcos Evangelista, Guilherme Barreiros Paz, José Soares de Araújo, Tenente Antonio de Sales, 2.º sargento José Candeira, Alferes José Firmino, soldado João Martins Caxias, Alferes João Batista, soldados : Francisco Antonio, Eleuterio Martins Jorge, Francisco Rodrigues Guimarães, José Miguel da Costa, Henrique Vicente Ferreira, Raimundo José dos Santos, Evaristo da Costa, Antonio Augusto de Lima, cabo de esquadra Luiz Estevam Pereira, soldados : Manuel Corrêa de Melo, Felipe Rodrigues da Silva, Antonio Arruda de Souza, Francisco das Chagas Araújo, Francisco Miguel da Silva, Laurindo Fernandes Ribeiro, Adelino Alves de

Souza, Raimundo Lourenço de Santana, Pedro Celestino de Amorim, Antonio João, Vicente Soares da Cunha; Joaquim de Barros, Domingos Gomes dos Santos e Tenente Izidro da Silva Santos.

Oficiais, inferiores e soldados mostraram bravura e abnegação condigna do soldado brasileiro, que não trepida em sacrificar a vida em defesa da pátria ultrajada.

Torna-se preciso nomear o Tenente Coronel da Guarda Nacional do Estado Independênte do Acre, Abilio dos Santos Freitas da Rocha, que se achava fora do acampamento, e correu a tomar parte no combate, não levando em conta as balas do inimigo que o perseguiram, e, uma vez dentro do quartel(tomou lugar, na primeira linha de atiradores, demonstrando muito valor. O inimigo tentou avançar por duas vezes, mas os tiros certeiros das trincheiras e do quartel fizeram-no recuar e tocar retirada em debandada, deixando três mortos no campo do combate, inclusive um oficial em cujo cadaver foi reconhecido o Tenente Rema, do 3.º batalhão boliviano. Apenas tivemos a lamentar um ferimento leve, que sofreu o distinto soldado Marcos Evangelista, que se acha em tratamento.

O inimigo, como presenciastes, correu vergonhosamente, abandonando no campo três cadaveres, que foram sepultados nêste acampamento. Abandonaram mais cerca de 1.500 balas de Mauser, diversos quepis, capas de borracha, calçados, talins, cobertores, cinco armas, quatro em perfeito estado, e dois revolveres, baionetas, etc.

Camaradas, é esta a vitória mais honrosa que se tem ganho no Acre !

Nunca os Bolivianos abandonaram seus patrícios mortos ou feridos em combate, nem tão pouco suas armas e munições.

Foi muito justa a punição divina às barbaridades

cometidas por aqueles selvagens nos Brasileiros surpreendidos e assassinados no **Telheiro !**

Camaradas, a nossa vitória foi dupla, em vista da superioridade numérica do inimigo. Como sabeis, fomos atacados por cerca de cento e vinte soldados sob o comando do Coronel Manuel Canseco, e sòmente a derrota dêsse oficial constitue uma vitória dupla, por isso que é considerado o **Napoleão boliviano.** Dos 96 soldados sob o meu comando, sòmente 50 compareceram ao combate, e apenas 22 puderam operar de acôrdo com a posição em que foram colocados, sendo 14 no quartel, que prèviamente fôra entrincheirado, 8 nas trincheiras, inclusive os comandantes, e 7 que se achavam comigo, e o Capitão Martinho Francisco de Souza em serviço fora do acampamento, com os quais, na ocasião do ataque, protegi a retaguarda do flanco esquerdo, e em cujo serviço muito se distinguiu êste oficial, por quem mandei reconhecer o campo abandonado pelo inimigo meia hora depois de ter cessado fogo.

Durante o combate 38 soldados, inclusive alguns oficiais, abandonaram suas posições, não levando em conta as vidas de seus irmãos, que tão heroicamente se batiam pela causa santa da pátria.

Apesar de ser esta falta digna de punição severa, resolvo, em atenção a terem voltado no mesmo dia ao acampamento e aos protestos de arrependimento que fizeram, dispensá-los da falta cometida e consentir que continuem gozando das mesmas prerrogativas, excetuando-se o ex-Alferes Antonio Camilo da Silva, que por ordem superior foi destituido do posto.

Ficam, desta data em diante, promovidos ao posto de 1.° sargento por áto de bravura verificada no combate de 24 do corrente, o soldado José de Miranda Costa, e ao de 2.° sargentos por merecimento os José Lindolfo da Silva e Manuel Corrêa de Melo, em cujo gozo entrarão desta data em diante.

Camaradas, a Pátria agradecida continúa a con-

fiar nos vossos esforços e abnegação, e eu, na qualidade de comandante, orgulhoso pela vitória obtida ao vosso lado, abraço-vos em nome dela, certo de que o vosso nome passará a posteridade.

Viva o Estado Independênte do Acre! Viva o Brasil ! Viva o Exército Acreano.

(Assinado) **Ladislau Ferreira da Silva,** Major-Comandante.

E' principalmente para a nova geração intelectualizada nos fátos da nossa história que fazemos nascer, viver e transmitir-se a admirável atitude moral e patriótica de Silverio Nery e a colossal bravura guerreira de um Rodrigo de Carvalho, Placido de Castro, Gentil Norberto, Joaquim Alves Maia e tantos outros. Como estamos percebendo a revolução do Acre, não teve o apôio do govêrno federal e, por certo, fracassaria lamentavelmente, se não fôra a assistência decidida e corajosa, do governador amazonense. Lutando contra o próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que desejava respeitar o acordo existênte entre bolivianos e anglos-americanos, para exploração da riquíssima região gomífera, o Dr. Silverio Nery, mesmo assim, jamais desistiu um só instante siquer, na reconquista do Acre. Foi bravo, foi grande, foi brasileiro.

Interpretemos, na documentação histórica que estamos aquí apresentando, a sua ação gloriosa e simpàticamente idealísta e consciênte. Verifiquemos que sem a sua ajuda aos revoltosos, o Acre, jamais pertenceria ao imenso território nacional. E quero mostrar, daquí por diante, inúmeras cópias de documentos históricos, que não podem deixar no olvido o gênio combativo e heróico do governador amazonense.

Estas palavras condensam o que há de fundamental na história da grande revolução acreana. Lícito nos seja continuar relembrando o valor da glorificação silveriana, elevando-a ao juizo competente da nova geração.

Antimary, 24 de Outubro de 1902. Exmo. amigo Sr. Dr. Silverio Nery.

Aquí estou providenciando, a fim de fazer baixar os prisioneiros; estou envidando esforços para seguirem no vapor da linha; eu os acompanho, a fim de pessoalmente tratar com V. Excia. acôrdos que nos serão necessários, bem como dar conta a V. Excia. de átos que são precisos à causa. Tudo vai bem e caminha acima do que sempre julguei.

Para tomar-se **Porto Acre,** é necessário um canhão e uma metralhadora; sem isto ou teremos que sacrificar 500 brasileiros ou fazer-se um cêrco de dois mêses, o que quer dizer reduzir os próprios acreanos ao horror da fome. A bravura do Coronel Rozendo vai ser imitada pelas forças de **Porto Acre,** que tem água, viveres para quatro mêses e armamento superior, com ...... 1.000.000 de tiros.

A posição dêles é superior, e as trincheiras são fossos, paus, tijolos, cimento, etc.; necessitamos de artilharia com balas rasas, granadas, schrapnells e algumas lanternetas e espoletas, tiros rapidos; não há susto dela caír em poder do inimigo; desta vez opera-se com bravura, porém com critério e o saber da arte da guerra, muito conhecida pelo patrióta Coronel José Placido de Castro.

A guerra será duradoura, os proprietários dos rios bolivianos nos fazem-na com índios; necessitamos de mais 100 rifles ou outras armas.

Comunico a V. Excia. que as **Comblains** vieram sem munição, esta pertence às metralhadoras **Maxim** (da que da vez passada trouxemos) necesitamos de mais 60.000 de rifles.

Necessitamos de 10.000 tiros Manulichers, em pentes de folha (2 lados) calibre sete e meio m., temos muitas armas e não munição.

Consta-me que o Sr. H. Porto tem 20.000 tiros e se vierem todos é melhor.

Peço a V. Excia. dar as providências, afim de a bordo (quando eu levar os Bolivianos) serem êles recebidos, hospedando os oficiais e os soldados, como V. Excia entender.

Tenha a bondade de mandar-nos tiros Camblains, pois estamos com os 50 que vieram sem nada valerem.

Por prudência, e para evitar traíções ou especulações deve tudo vir ao Coronel Antonio Custodio, para este fazer entrega em Caquetá ao representante do Coronel José Placido de Castro.

Em vista de certos fátos que se têm dado e do sucedido na outra revolução, entendo que o armamento que peço a V. Excia, deve ser entregue a pessôa daí e de confiança de V. Excia. (não serve para intermediário daí, nenhum Acreano) tenho em mira a frase do Marechal, **confiando, desconfiando sempre,** o armamento deve vir independente de minha chegada aí.

Eu levo todos os papeis bolivianos.

Com consideração — **Rodrigo de Carvalho.**

P. S. Combinei com o Coronel Custodio sobre as passagens dos Bolivianos : êle interna-os, e eu sigo apenas como passageiro, afim do inimigo não dizer que tenho ligações com autoridades brasileiras.

Vejamos agora esta ligeira nota :

Antimary, 29 de Outubro de 1902. Cidadão Dr. Silverio Nery — Manaus.

Sei e tenho mesmo visto correspondência feita a vós por pessôas dedicadas à revolução, na qual transparece um otimísmo só mesmo próprio de quem está bem longe de arriscar a vida nos combates, outros pessimistas, para os quais toda a luta é inútil, pois pensam que o Govêrno Brasileiro faria novamente entregar à **Bolivia.**

Quando vos escrevem que está tudo aparelhado, com centenas de homens em armas em todo o Acre, Bolivianos a **espera de levantar uma bandeira branca** (monomania de muitos pois não ha razão para que êles

não se batam com os vencidos de **V. da Empreza)** quando vos escrevem estas cousas não vos mandam dizer que nossos soldados, estão armados a 30 e 40 tiros cada um, que estamos comendo sem gordura, que sua roupa são farrapos que deixam vêr aquí e alí a pele núa.

Penso, pois, que devo chamar a atenção de V. Excia. para êste ponto, para estas cartas em cujas linhas se organizam exércitos e forja-se armamentos.

Não se deva concluir, porém, que sejam más nossas condições pelo menos são melhores que às dos Bolivianos e somos numerosos, além de todos estarem servindo por vontade e dispostos a um quinhão de sacrrifícios que certamente o farão pois o inverno aquí é sempre um tempo de crueis enfermidades e êle está chegando.

Julgando-vos ter dado a saber ligeiramente as informações que desejava e já tornando-me demais extenso termino, dizendo a V. Excia. que achei conveniênte o Capitão Arnaldo, ir até vossa presença, mais claramente informar estas cousas, pois pelo encargo que lhe deste é necessariamente pessôa de nossa confiança. Sempre às ordens — José Placido de Castro.

O que domina a nossa atenção desde o início, no documentário histórico que estamos transcrevendo, é verificarmos a ansiedade de sentimento e de ideal do Dr. Silverio Nery, e sua elevada significação moral, na reconquista do Acre. A fidelidade da descrição revolucionária, revelando-se em minúcias grandiosas pela incansável vontade do General Jacques Ourique, no seu livro **O AMAZONAS E O ACRE,** avulta, de maneira excepcional e inconfundível, no patrimônio dos homens notáveis do Brasil e do Amazonas, a figura gloriosa e patriótica do governador amazonense. Póde-se dizer sem receio que êle representa tôda a ousada e verdadeira história da grande revolução entre brasileiros e bolivianos.

Eu ainda não conhecia em tôda a sua grandeza a história do homem que veiu excitar-me a curiosidade e

aumentar-me o desejo de conhecê-lo melhor. O fáto é que é um nome, à primeira vista, em tradução bem anêmica, mas que num pequenino retrocesso histórico, se revela seguro e forte, na galeria imortal dos heróis brasileiros. Silverio Nery há de aparecer no futuro, numa visão clara e serena da **História do Brasil,** como o verdadeiro defensor do Acre e dos ideais brasileiros.

O documento como o que vamos apresentar, em seguida, jamais deixará caír no olvido o nome do Dr. Silverio Nery.

Ao Sr. Governador do Estado do Amazonas.

Rio de Janeiro — Ministério das Relações Exteriores — 31 de Janeiro de 1901 — 2.ª Seção — N.º 7.

Sr. Governador — Julgo do meu dever comunicar-vos, por meio das cópias inclusas, uma nota que o Ministro da Bolivia me dirigiu a 22 do corrente mês e da resposta que hoje lhe dou.

O Sr. Dr. Salinas reclama contra os termos dos sucessos do Acre, na recente mensagem ao congresso Estadual. — Saúde e fraternidade. — **Olyntho de Magalhães.**

Ao Sr. Governador do Estado do Amazonas.

Cópia — Legacion de Bolivia — Petropolis, 22 de Enero de 1901 — N.º 72.

Señor Ministro — Devo llamar la atencion de V. E. al Mensaje dirigido por el Governador de Amazonas, Coronel Silverio Nery. En el, segun lo annunciam telegramas de Manaus, elogiando la conducta de los que partiendo do Amazonas, fueran a atacar las fuerzas bolivianas que estan en Puerto Acre, alienta las hostilidades contra Bolivia, asevera, contra lo actuado por el Gobierno Federal, que el território ocupado actualmente por los bolivianos, es brasilero; é incita claramente al desconocimiento de los derechos de Bolivia. En una palabra, el Governador citado asumiendo una actitud que no quiero califar, se hace el apostol de la cruzada armada, emprendida en el Estado que el preside, contra

Bolivia e incita a la guerra. Un sesudo y muy bien inspirado diário de la Capital Federal, **O Paiz,** censura ya esta conducta, incompatible con las buenas relaciones que cultivam nuestras respectivas naciones, e incombatible sôbre tôdo con las declaraciones y procedimentos del Gobierno de la Union. Ya el año pasado llamé la atencion de V. E. sôbre un hecho semejante, producido en análoga circumstancia por el Governador Ramalho.

La actitud y opiniones de los Governadores citados, contrariando la verdad, rebelándose contra el pensamiento del Gobierno Federal, y assumiendo un rol que no les correspone y es contrario al derecho y á los actos de V. Ex., que en las relaciones esteriores representa al Gobierno de la Union, não puede quedar sin correctivo, porque alla tiende á crear embarazos á las gestiones de cancilleria, y, lo que es mas grave, importa un ataque á la soberania y á los derechos de un país vecino y amigo.

La actitud de esos gobernadores es que ha dado origen á los sucesos del Acre; y los actuales momentos, ela, mostrándose parcial, mas aun, alentadora y favorable,, á un ataque á mano armada, crea para mi país una situacion irregular, tan prejudicial como peligrosa que eu Gobierno de V. Ex. no puede vêr impassiblemente, dentro de las prácticas internacionales, y en la comunion de derecho en que se desenvulve las relaciones de pueblos cultos, anciosos de paz y progreso.

Partiendo de esta base, nacional y justa, yo espero que V. Ex., quiera desautorisar las opiniones del Gobierno de Amazonas, manifestadas oficialmente en el acto solemne de inaugurar las sesiones del Congreso Estadual, medida tanto más necessaria cuanto que las ideas y expresiones del primer Magistrado de un Estado tienden naturalmente á extraviar el creterio de problaciones ya desgraciadamente exitadas por la propaganda de esepeculadores, que se empeña en ocultar ó

alterar el penzamento y los actos oficiales del Gobierno de la Union.

No siendo el acto de que con pesar reclamo sino la repeticion del que se produjo el año anterior, V. E. juzgará si es llegado el momento de recordar al Gobierno de Amazonas, que en asuntos internacionales no debe procederse **manu militari,** nimenos atribuirse funciones que competen al Gobierno Federal. Yo cumplo mi deber elevando á V. Ex. esta requeja y reclamacion, despues de haber cebido informes que ratifican lo publicado en los diários, y estoy seguro de que el illustrado criterio de V. Ex. apreciará la gravedad del hecho, dictando en consecuencia las medidas que creyere conducentes y oportunas para neutralisar el afecto hostil y prejudicial del acto que motiva la presente comunicacion.

Tengo el honor de ofrecer á V. Ex. los sentimentos de alta consideracion con que soy de V. Ex.

Atento, seguro servidor. — **L. Salinas Véga. —** Confere, Zacarias de Carvalho. Conforme, A. de Oliveira.

Chegamos, finalmente, ao termino desta descrição, que apresenta de forma positiva a bravura patriótica dos brasileiros na reconquista do Acre. Antes, porém, ilustremos o nosso ligeiro estudo, com o documento, límpido, claro e superior, que veiu solicito e ufano, dar aos revolucionários acreanos a paz e a recompensa de tanta luta e sacrifícios de vidas em favor da extensão territórial da Pátria Brasileira.

Petropolis, 24-3-1903.

Governador do Estado do Amazonas — Manaus.

De ordem do Presidente da República dou-me pressa em transferir-lhe a integra do acôrdo preliminar assinado em La Paz no dia 21 pelo Ministro do Brasil e pelo das Relações Exteriores da Bolivia. Artigo primeiro. O Governo do Brasil ocupará militarmente e administrará a parte território que considera litigioso

situada a éste do Rio Iaco e limitada ao norte pela linha geodesica do Marco do Madeira à nascente do Javary, ao Sul pelo paralelo de dez gráus e vinte minutos, desde o referido Marco até o Iaco. Artigo segundo. O comandante em chefe das forças brasileiras estacionadas nêste território será incumbido de fazer também a policia do território entre o Iaco e o Purús, ao norte do paralelo de dez gráus e vinte minutos. Artigo terceiro, o Govêrno Brasileiro reconhece que o território do Acre ao Sul do paralelo dez gráus e vinte minutos é boliviano em virtude do artigo segundo do tratado de 27 de Março de 1867, entretanto, tendo sido iniciadas entre o Brasil e a Bolivia negociações para um novo tratado, que ponha têrmo a tôdas dificuldades presentes e desejando durante as negociações pendentes evitar conflítos entre os acreanos em armas e as tropas bolivianas, propôz ao Govêrno Boliviano e êste aceitou (a) Que passe um destacamento de tropas brasileiras ao Sul do paralelo de dez gráus e vinte minutos com o fim acima indicado e o de manter a ordem no território atravessado pelo Rio Acre e seus afluêntes podendo estabelecer postos avançados no Rio Iquiry ou Ina e no Rapinan. (b) Que tropas bolivianas se tenham no Rio Orton e seus afluêntes, estabelecidas as suas avançadas até à margem direita do Abunan. Artigo quarto. O chefe das forças brasileiras e o das bolivianas receberão instruções no sentido de manter a ordem e impedir conflito e excursões. Artigo quinto. No território ao norte do paralelo de dez gráus e vinte minutos, o Govêrno do Brasil estabelecerá postos aduaneiros os fiscais que forem necessários e, dos direitos de exportação que êles arrecadaram sôbre a borracha que descer do Alto Acre, entregará cincoenta por cento ao Govêrno da Bolivia, correndo tôdas as despesas da arrecadação por conta do Brasil. Artigo sexto. O Govêrno Boliviano comunicará imediatamente tôdas as estipulações dêste acôrdo ao chefe das suas forças expedicionárias, General

Pando, para que as cumpra e para que modifique quaisquer medidas em contrário que haja tomado antes de receber o aviso. Artigo setimo. Se no prazo máximo de quatro mêses, contados da assinatura dêste acôrdo preliminar, as duas altas partes contratantes não tiverem podido chegar a um acôrdo direto e definitivo, concordam desde já a que as questões pendentes sejam submetidas a um árbitro. Artigo oitavo. Vencido o prazo de quatro mêses sem que haja acôrdo diréto, as tropas brasileiras destacadas no Acre Meridional ou Alto Acre regresarão para o norte do paralelo de dez gráus e vinte minutos. — **Rio Branco,** Ministro das Relações Exteriores.

ÍNDICE

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura